

Camila Gonçalves Silva Figueiredo
Jaqueline Oliveira (Orgs.)

HISTÓRIA ORAL

Experiências de pesquisas na pós-graduação



O livro "História Oral: experiências de pesquisas na pós-graduação" é resultado da articulação de doze pesquisadoras egressas e vinculadas aos Programas de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais e, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Esse encontro não se deu por mero acaso. Desde o ano de 2017, as pesquisadoras Camila Gonçalves Silva Figueiredo (UFJF) e Jaqueline da Silva de Oliveira (PUCRS), organizadoras deste livro, esboçaram reflexões sobre a necessidade de maior visibilidade dos estudos desenvolvidos pelos estudantes de pós-graduação que utilizam a História Oral (HO) como metodologia para a pesquisa de campo. E por que não contribuir com a divulgação das pesquisas realizadas pelos pares de seus respectivos programas de pós-graduação? Assim, foi feita a mobilização entre os colegas de pós-graduação no sentido de convidá-los a participar do processo de elaboração deste livro. Realizado o convite, observamos que, por coincidência, apenas mulheres aceitaram prontamente juntar-se a esta empreitada. O processo de organização se deu ao longo dos anos de 2018 e de 2019, no contexto político e social brasileiro marcado pela ascensão do conservadorismo e retrocesso em diversas áreas, com destaque para os cortes no ensino e na pesquisa impostos à educação no ensino superior. Dessa forma, esta resposta de mulheres a um pedido feito por mulheres consistiu em uma ação simbólica, na qual podemos afirmar que esta é uma resposta contra o retrocesso. Além disso, consideramos que a difusão destes estudos é uma forma de realizar o retorno à sociedade. Ao tornar públicos estes estudos, consideramos que seja uma maneira de 'devolver' à sociedade os investimentos concedidos aos programas de pós-graduação. Ademais, esta obra, além do compromisso em propagar estudos cuja base metodológica concede à memória lugar de relevo, também corresponde ao movimento de catorze pesquisadoras interessadas em expressar o mérito dos estudos que concedem o enfoque às lutas encabeçadas pelas minorias, aos elos de resistência dos trabalhadores, aos elementos culturais como pilares constitutivos da tradição e costumes de distintos agrupamentos sociais.



História oral

História oral

Experiências de pesquisas na pós-graduação

Organizadores:

Camila Gonçalves Silva Figueiredo

Jaqueline da Silva de Oliveira



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva; OLIVEIRA, Jaqueline (Orgs.)

História oral: experiências de pesquisas na pós-graduação [recurso eletrônico] / Camila Gonçalves Silva Figueiredo; Jaqueline da Silva de Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

391 p.

ISBN - 978-85-5696-701-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. História oral; 3. Pesquisa; 4. Academia; 5. Memória; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	9
As organizadoras	
Prefácio	13
Andréa Casa Nova Maia	
1	19
História Oral: a ciência dos homens no tempo presente	
Luciana Verônica Silva Moreira	
2	41
Entre o normativo e o vivido: o uso da história oral para compreender a Pia União das Filhas de Maria	
Ioneide Maria Piffano Brion de Souza	
3	75
Borregaard: imigrantes temporários, imprensa e os espaços de sociabilidade	
Jaqueline da Silva de Oliveira	
4	97
Memórias de luta: experiências do PCB na política mineira (1945-1964)	
Camila Gonçalves Silva Figueiredo	
5	153
Com a palavra, o trabalhador... Uma experiência investigativa através da história oral	
Myrtes Raposo	
6	199
O caso dos cabos da Aeronáutica: a associação dos anistiados políticos e militares e as lutas pela anistia	
Esther Itaborahy Costa	

7	251
Remanescentes da comunidade quilombola baú: a história a partir da oralidade	
Ana Cláudia Gonçalves	
8	277
Memória e Voz feminina da cidade	
Daniela Garces de Oliveira; Geneci Guimarães de Oliveira	
9	311
A peregrina no caminho de Santiago de Compostela: suas memórias e suas experiências	
Flavia de Brito Panazzolo	
10	335
Diálogos com o passado: a história oral e as memórias do cativo na figura dos pretos-velhos umbandistas	
Lívia Lima Rezende	
11	369
Quendendê e as memórias sensíveis	
Roseli dos Santos	

Apresentação

As organizadoras

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.
(THOMPSON, 2002, p. 44).

O livro **“História Oral: experiências de pesquisas na pós-graduação”** é resultado da articulação de doze pesquisadoras egressas e vinculadas¹ aos Programas de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais e, da Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Esse encontro não se deu por mero acaso. Desde o ano de 2017, as pesquisadoras Camila Gonçalves Silva Figueiredo (UFJF) e Jaqueline da Silva de Oliveira (PUCRS), organizadoras deste livro, esboçaram reflexões sobre a necessidade de maior visibilidade dos estudos desenvolvidos pelos estudantes de pós-graduação que utilizam a História Oral (HO) como metodologia para a pesquisa de campo.

E por que não contribuir com a divulgação das pesquisas realizadas pelos pares de seus respectivos programas de pós-graduação? Assim, foi feita a mobilização entre os colegas de pós-graduação no sentido de convidá-los a participar do processo de elaboração deste livro. Realizado o convite, observamos que, por coincidência, apenas mulheres aceitaram prontamente *juntar-se* a esta empreitada. O processo de organização se deu ao longo dos anos de

¹ No período da organização do livro (2018/2019) algumas autoras ainda não haviam concluído o processo de doutoramento em seus respectivos PPGPs. Nesse sentido, optou-se por manter os termos egressas e vinculadas.

2018 e de 2019, no contexto político e social brasileiro marcado pela ascensão do conservadorismo e retrocesso em diversas áreas, com destaque para os cortes no ensino e na pesquisa impostos à educação no ensino superior. Dessa forma, esta resposta de mulheres a um pedido feito por mulheres consistiu em uma ação simbólica, na qual podemos afirmar que esta é uma resposta contra o retrocesso. Além disso, consideramos que a difusão destes estudos é uma forma de realizar o retorno à sociedade. Ao tornar públicos estes estudos, consideramos que seja uma maneira de ‘devolver’ à sociedade os investimentos concedidos aos programas de pós-graduação.

Ademais, esta obra, além do compromisso em propagar estudos cuja base metodológica concede à memória lugar de relevo, também corresponde ao movimento de catorze pesquisadoras interessadas em expressar o mérito dos estudos que concedem o enfoque às lutas encabeçadas pelas minorias, aos elos de resistência dos trabalhadores, aos elementos culturais como pilares constitutivos da tradição e costumes de distintos agrupamentos sociais.

A respeito da história e trajetória da HO, importantes esforços foram feitos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, no sentido de difundir as pesquisas científicas que têm como enfoque as contribuições da memória como fonte histórica. No Brasil, podemos citar a criação do Programa de História Oral pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, em 1975 e, em 1994, assistimos à institucionalização, no decurso da realização do II Encontro Nacional de História Oral, da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Ainda no cenário internacional, tivemos em 1996 o surgimento da Associação Internacional de História Oral. Ademais, importantes estudos foram desenvolvidos pelas historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, na clássica obra *Usos e abusos da história Oral*, que reúne capítulos cujos objetivos estão circunscritos à explanação acerca dos procedimentos práticos e embasamento teórico. Além delas, cumpre citar o *Manual de História Oral* da pesquisadora Verena Alberti, que elenca orientações que vão desde o processo de elaboração do

projeto de pesquisa à escolha de equipamentos e ao tratamento do acervo de fontes orais.

Como dissemos, o livro é composto por capítulos que foram elaborados a partir de estudos desenvolvidos em pesquisas de mestrado e doutorado vinculados a dois programas da área de história. No entanto, as autoras são de áreas variadas, tais como: Artes e Design, História, Geografia, Turismo, Arquitetura, Antropologia e Relações Internacionais.

Todavia, sendo de áreas tão diversas, o que une estas pesquisadoras? A História Oral como caminho metodológico na realização dos estudos e a historiografia como ponto de encontro para reflexões sobre o lugar e o papel da memória. Para Michael Pollack, entende-se por memória a reconstrução psíquica e intelectual do passado. Nesse ínterim, a metodologia da HO - por meio da realização de entrevistas, que despontam como estímulo ao processo de lembrar - fomentam a exposição de lembranças individuais como parte integrante do universo coletivo. Dessa forma, de acordo com Paul Ricoeur, ao utilizar a memória como fonte, o pesquisador concede à narrativa elementos de vivacidade. Isto é, as intermitências da memória carregam consigo elementos que dificilmente estariam presentes nos documentos impressos. As sensações, as percepções, o enquadramento, a função do dito e do não-dito, os silêncios, as vivências... enfim, a fonte oral contribui para a constituição 'viva' das produções. Aqui não afirmamos que a fonte oral substituiu o trabalho empírico no qual cabe ao pesquisador realizar o cruzamento das variadas fontes. O que intentamos ressaltar é a importância da fonte oral na localização das memórias subterrâneas e, por conseguinte, a sua viabilidade quanto ao desenvolvimento de estudos variados.

Do mesmo modo, em muitas temáticas observamos a dificuldade em localizar documentos que possam embasar a realização de pesquisa, como é o caso dos estudos sobre as minorias. A dificuldade em encontrar registros sobre os sujeitos comuns que fazem e são parte integrante da história denota a História Oral (HO) como

significativa para trazer novas interpretações para a historiografia. Sobre esse aspecto, podemos ressaltar a (s) memória (s) de um indivíduo no contexto coletivo. Maurice Halbwachs afirma que memória individual e coletiva não se dissociam, pois ambas se complementam na compreensão de identidade e percepção que um sujeito tem de si e dos outros. O sociólogo Nobert Elias em *Sociedade dos indivíduos* utiliza a metáfora da casa. A casa, edificada com tijolos representa o todo, isto é, a sociedade. Cada tijolo refere-se a um indivíduo que forma esta sociedade. O uso da referida figura de linguagem tem por objetivo apresentar ao leitor a necessidade de compreender a relação entre indivíduo e sociedade. Segundo o autor, não é possível compreender um universo social apenas pela parte (um tijolo de uma casa, por exemplo), é necessário que compreenda-se que cada parte influencia e é influenciado pelo todo.

O movimento voltado à compreensão da memória como um fenômeno coletivo é algo presente nos estudos desenvolvidos pelas autoras desta obra. O olhar investigativo recai no entendimento de que a HO como método não está apenas restrita à História. Muito embora tais estudos sejam resultado da trajetória de pesquisa em programas de pós-graduação de História, esta obra evidencia os usos e as contribuições da memória para os diversos campos das ciências humanas e sociais. Esta metodologia vem sendo incorporada a várias áreas do saber, sobretudo, com a intenção lançar o enfoque de análise para a multiplicidade de campos e abordagens investigativas. E, sem dúvidas, a HO requer sensibilidade do pesquisador e tal assertiva nem sempre tem relação com área de investigação. Todas as autoras elegeram seus estudos a partir da valorização das experiências dos sujeitos e das suas trajetórias em variados contextos coletivos. Esperamos que esta obra contribua para a divulgação dos estudos realizados por estas estudantes de pós-graduação no cenário contemporâneo e possam estimular tanto a difusão quanto a produção de outras mais.

Prefácio

*Andréa Casa Nova Maia*¹

“Filha de Urano (o céu) e de Gaia (a terra), Mnemosine personifica uma inquietação mais fundamental que coloca em jogo todo nosso “espaço de pensamento” diante da história, fazendo-nos ir e vir, sem descanso, entre os *monstra* e os *astra*, apelando para nossas reminiscências do passado até o coração de nossos medos ou de nossas lutas presentes, assim como de nossos desejos de futuro.”

Georges Didi-Huberman

Este livro é de uma importância ímpar nos tempos que correm. As páginas que se seguem são escritas por acadêmicas oriundas de diferentes programas de pós-graduação em Ciências Humanas, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujas narrativas e pesquisas se basearam num método que até pouco tempo era ainda visto com certo receio, por enfatizar a subjetividade das experiências. Escritas femininas que nos brindam com discussões únicas que partem da metodologia da História oral para compreender o vivido dos sujeitos históricos no tempo presente. A sensibilidade singular de narrativas de historiadoras é um convite incontornável para os leitores com desejo de saber um pouco mais sobre o conhecimento que é produzido hoje por jovens mulheres que constroem suas carreiras nas universidades brasileiras na área de História, Antropologia e demais humanidades.

Luciana Verônica inicia a coletânea com um capítulo mais teórico, no escrutínio da relação entre história do tempo presente, discurso histórico e método. Historiciza o uso da história oral no

¹ Professora Associada do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil e propõe algumas questões sobre história, memória e escrita que dão um bom panorama do campo.

Ioneide Maria Piffano Brion destaca, em sua inovadora contribuição, o lugar da mulher na sociedade brasileira, com ênfase na mulher católica. Trabalhou com história oral no intuito de compreender a construção e a redefinição da identidade das mulheres dentro da Igreja católica no período denominado de romanização e para esta tarefa, escolheu como grupo de análise a Pia União das Filhas de Maria, em diferentes cidades de Minas Gerais. E entre o normativo e o vivido, a história construída aqui, nos mostra o quanto a história oral ajuda a explicitar os conflitos e, como a própria autora afirma:

“Trabalhar com o feminino é desenvolver a percepção de que categorias binárias tais como normativo/vivido, são apenas primeiros passos para as análises. Porém, para um estudo mais aprofundado se deve ter consciência da necessidade de se descentrar desta dualidade e ultrapassá-la para não cairmos no lugar comum. Desta maneira, a identidade das Filhas de Maria foi formada na confluência entre o que a romanização compreendia ser o papel das jovens e o que elas, a partir da compreensão do seu lugar na associação e desta no contexto do catolicismo, desejavam que fosse seu papel.”

Sáimos de Minas e de suas moças católicas para, com Jaqueline da Silva de Oliveira, adentrar no universo de uma fábrica no Rio Grande do Sul. Aqui também a história oral trará o depoimento de uma mulher, imigrante e de outros trabalhadores que, nos anos 1970, vieram da Noruega e da Finlândia para o sul do Brasil. Imagens e narrativas descortinam o mundo do trabalho e as relações entre trabalhadores estrangeiros e comunidade local, espaços de sociabilidade e mobilização, bem como o olhar da imprensa para questões ambientais que já apareciam neste momento histórico nas margens do rio Guaíba com a instalação da Borregaard no Brasil. A história de Asa e sua família narrada nas páginas escritas por Jacqueline é um bom exemplo de como a

narrativa histórica se enriquece quando a História se utiliza das fontes orais.

Camila Gonçalves Silva Figueiredo nos leva novamente às Minas e às lutas políticas do PCB através das histórias de vida dos comunistas mineiros que participaram, na clandestinidade ou não, da política estadual entre 1945 e 1964. Dimas Perrin, Armando Ziller, Lindolfo Hill e suas memórias são analisadas de maneira a elucidar esse período tão rico da história política nacional.

O mundo do trabalho contemporâneo pós-fordista é analisado com maestria por Myrtes Raposo que adentra o universo da fábrica da Mendes Júnior em Juiz de Fora nos anos 1990 através do uso da metodologia da história oral para compreender as relações trabalhistas no momento da implementação de padrões de qualidade total nos moldes do modelo flexível japonês, já no âmbito do toyotismo. Myrtes analisou narrativas de ex-funcionários da Siderúrgica Mendes Júnior que exerceram suas funções no período de 1984 a 1995. Entrevistamos funcionários de diversos escalões, desde o chão de fábrica (operadores de máquinas e supervisores) até representantes da chefia de setores da área industrial.

Esther Itaborahy Costa apresenta outros aspectos da luta pela Anistia, através da história oral de militares da Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica, demonstrando como existem diversos significados para a palavra anistia. Nesse sentido, ela nos faz perceber como “até mesmo dentro das FFAA, responsável pelo controle do Estado durante 21 anos, houve pessoas que foram prejudicadas pelo regime imposto pelos seus pares. Intentamos apresentar uma ‘outra história’ sobre o período”. Assim, acaba por nos responder como a

“Anistia política foi a forma que esses homens encontraram de ser reintegrados à força que serviram e que como, mesmo tendo sido prejudicados pela Instituição, só querem que seus direitos, que foram reconhecidos por lei, sejam respeitados. Ou seja, para os membros do GEUAr, a anistia - diferentemente do que significou para opositores ao regime - significa reconhecimento. Mesmo

sendo um trabalho escrito em 2014, entendo a relevância desta temática e do papel da História e das Humanidades para uma sociedade, visto que, cinco anos depois, somos governados por um presidente que afirma que "o erro da ditadura foi torturar e não matar." e que celebrou os 55 anos do Golpe de 1964. É mister darmos ênfase às histórias como as contadas aqui. Negar e falsear o passado só nos aproxima cada vez mais da barbárie e da certeza de que atos assim poderão acontecer novamente” .

Ana Cláudia Gonçalves irá percorrer outras políticas, outros corpos. Seu capítulo trata de outra oralidade, oralidade ancestral de comunidade quilombola, onde laços de parentesco, pertencimento, afirmação de identidades, representações culturais, tambores do batuque e religiosidade se cruzam no entendimento de outra luta pela preservação de um patrimônio que se revela fundamental para o entendimento da cultura brasileira de matriz africana. Seu trabalho termina por concluir da importância dessas narrativas orais para a luta por direitos:

A identidade na comunidade do *Baú* é reforçada por meio dos contos, artesanato, músicas e danças. Assim, tendo em vista que memória e oralidade exercem papéis fundamentais para a prevenção do patrimônio histórico-cultural da comunidade, procurei explorar aspectos que ressaltassem a importância da memória na reconstrução da história e no fortalecimento da identidade. Em relação às memórias do período escravocrata, verifiquei que elas são invocadas tanto para narrar sobre as dificuldades e desafios vivenciados pelos ancestrais do grupo, quanto para explicar as tradições e os problemas vivenciados no presente. Isso fica evidente quando relatam sobre os conflitos que enfrentam na luta em prol da permanência no território quilombola. A pluralidade envolta na experiência quilombola permite identificar como os vários sujeitos sociais arquitetaram caminhos históricos alternativos, uma vez que ninguém é motivado por interesses universais. Sendo assim, a análise das experiências da comunidade do *Baú* pode corroborar para ampliar as compreensões relacionadas às constituições sociais.

Por outro lado, a dupla Daniela Garcese e Geneci Guimarães retoma a problemática do viver feminino na urbe através das narrativas de mulheres de Itajaí, Santa Catarina, dando destaque às especificidades da voz feminina no entendimento da história urbana, desde aspectos de mobilidade urbana, passando por catástrofes naturais como enchentes, festas populares e outros elementos constituintes da história de Itajaí enfatizados nas memórias das entrevistadas.

Flávia de Brito Panazzolo nos leva para o outro lado do Atlântico através da narrativa de uma peregrina, a Jane, do caminho de Santiago de Compostela na Espanha. Trata-se de uma pesquisa antropológica centrada na metodologia de história oral.

Por sua vez, Lívia Lima Rezende nos brinda com elaborações memorialísticas de pretos-velhos à luz do verbo ruminar, trazendo para a luz um lugar tantas vezes marginalizado que é o do terreiro de umbanda e inovando ao propor entrevistas com pais e mães-de-santo, médiuns incorporados que traduzem a experiência do trauma da vida em cativo. Não importa mais se acreditamos ou não no espiritismo. Se é verdade ou não, ou se devemos ou não considerar como documentos as narrativas de espíritos. O que interessa aqui é captar justamente, através desses relatos coletados em São João Del-Rei, como elabora-se uma memória de resistência da cultura africana. Cabe ao cientista social, ao pesquisador das Humanidades, continuar dialogando com os mortos, como a própria autora, citando outro autor importante em suas análises, nos indica: “o diálogo com os mortos não deve ser interrompido até que eles entreguem o quanto do futuro foi enterrado com eles” (MÜLLER *apud* ASSMANN, 2011, p. 189).

Rosely dos Santos fecha a coletânea mais uma vez reafirmando a força da oralidade na construção da história quilombola. Emocionante, seu texto fala de Ponto Chique do Martelo, antigo Quendênde, hoje pertencente ao município de Barbacena, Minas Gerais e suas famílias, suas memórias sensíveis. Num trabalho imenso de garimpo de documentos oficiais e ouvindo

as memórias dos descendentes, Rosely montou um mapa gigantesco das famílias que habitavam a região e através desse trabalho de construção de história, a própria comunidade quilombola poderá lutar por seus direitos, demonstrando o valor da pesquisa para além da academia.

Aliás, todos os trabalhos aqui reunidos são relevantes não só do ponto de vista da produção de conhecimento no âmbito da pós-graduação, mas principalmente por terem relevância social. A história oral é mais do que uma metodologia, é um movimento privilegiado de trabalho com a memória que une o pensamento intelectual à sociedade, numa verdadeira troca entre história e memória, entre saberes distintos, culturas e encontros, afetos. Sem dúvida, a leitura deste livro, com toda singularidade da coincidência de ter sido escrito só por mulheres, é um mergulho nesse entrecruzamento apaixonante e fértil entre saberes distintos, complementares. A obra já nasce referência para os estudos no campo da história oral e da memória social. Boa leitura!

História Oral: a ciência dos homens no tempo presente

*Luciana Verônica Silva Moreira*¹

Em meados do século XX, ao defender que a História é a “ciência dos homens no tempo”, Marc Bloch ao mesmo tempo em que buscava romper com o positivismo e o culto aos documentos, situava sua profissão como uma especialidade científica. Desde a publicação de suas obras, a História passou por inúmeras transformações e questionamentos, mas não faltaram aqueles que continuassem a defender seus pressupostos, mantendo viva a pertinência de seu texto como um dos pilares na formação dos historiadores.

As primeiras décadas do século XXI trouxeram desafios ao historiador, que vão desde a atuação de pseudo-historiadores, passando pelo questionamento vulgar e pernicioso de interpretações históricas já consolidadas, até a atuação de mecanismos de desconstrução ou reinterpretação de eventos históricos. Tais ações vêm sendo executadas de maneira isolada ou coordenada, na maioria das vezes, por agentes históricos sem compromisso com a História enquanto ciência.

É urgente a tarefa de reafirmar e defender a História e seus métodos, de modo a tornar clara a doutos e leigos a distinção entre o saber produzido dentro dos rigores científicos e aqueles que visam apenas ao entretenimento, ou de maneira ainda mais perigosa, à

¹ Doutora em História Social - UFRJ.

criação de memórias, fabricadas com o propósito de interferir na formação da identidade dos sujeitos históricos.

O presente texto tem como objetivo discutir a importância do método para a pesquisa histórica e, em especial, para aquelas que se dedicam à História Oral. Seja enquanto um domínio ou uma abordagem, sua presença hoje no universo acadêmico é uma constante, despertando interesse de variadas áreas do saber. Seu surgimento é resultado de um grande movimento de revisões e inovações dentro do campo da História ao longo do século XX, especialmente na segunda metade, que foi extremamente dinâmica para a disciplina. Novos objetos, novas abordagens e novos métodos passaram a ser utilizados pelos pesquisadores, alguns resultantes dos avanços tecnológicos, outros da revisitação de dimensões que pareciam ultrapassadas, como a História Política. A articulação entre temáticas políticas e culturais propiciada pela Nova História Política possibilitou novos estudos sobre as atuações políticas, representações, poderes simbólicos e imaginário. Também o interesse dos historiadores pelo cotidiano, pela vida privada e pelas trajetórias de vida, levaram à busca por novas fontes e registros através dos quais seria possível acessar informações sobre estes aspectos. Os eventos ocorridos ao longo do século XX também implicaram na existência de sujeitos históricos cujas trajetórias estiveram a eles entrelaçadas. É nesse contexto que a memória dos eventos vividos assume grande importância para historiadores que, com a ajuda da tecnologia, passaram registrar esses relatos em suporte eletrônico ou digital por meio de gravações sonoras ou audiovisuais.

O surgimento da História Oral reavivou uma série de questões importantes dentro da disciplina que estão relacionadas à Filosofia da História e às discussões sobre a construção do conhecimento feita pelo historiador. Isso porque, parte-se da premissa de que toda ciência precisa ser capaz de provar o que afirma. No entanto, tendo o homem como objeto de análise, o historiador se confronta não com uma célula ou uma fórmula matemática, mas com um ser complexo,

de múltiplas faces e que comporta diferentes comportamentos sociais ou *habitus*, como na interpretação de Bourdieu.² Assim o é também o próprio historiador com suas convicções, visões de mundo e posicionamentos. Apesar desses complicadores, a História precisa continuar a ser capaz de atestar o que escreve. O historiador deve estar atento à escrita para que o leitor saiba discernir e compreender quais teorias e conceitos foram acionados, a conclusão possível a partir das análises efetuadas e, ao fim, como se chegou ao conhecimento construído a partir de suas fontes e de seu método.

A quem se dedica à pesquisa histórica, há inúmeras possibilidades de escolha que se referem a divisões ou modalidades próprias da disciplina e à inclinação pessoal por determinada temática, tempo e espaço. Tais escolhas, muitas vezes, podem sofrer influências do presente, seja do meio social, de ideologias, de contextos, eventos ou ainda de inúmeros outros fatores. Ao refinar suas escolhas teóricas e metodológicas, o historiador acaba por se especializar em determinada temática, assunto ou método. A divisão da disciplina em áreas ou modalidades reflete esse comportamento, permitindo o surgimento de dimensões, abordagens e domínios de acordo com os critérios utilizados pelo pesquisador em sua trajetória acadêmica.³

Para José D'Assunção Barros as dimensões são fatores que ajudam a definir a realidade social estudada, e vão desde a História Social, passando pela História Econômica, História Política e a História Cultural. Apesar de servir à especialização dos saberes dentro da História, é importante lembrar que não existem fatos isoladamente econômicos, políticos ou culturais, e que, portanto, tentar enquadrar rigorosamente a pesquisa em uma única dimensão ou domínio pode ser perigoso.

² O *habitus* na visão de Bourdieu, é o produto de condições objetivas parecidas com aquelas nas quais funciona; ele engendra condutas que são perfeitamente adaptadas a estas condições, sem ser o produto de uma busca consciente e intencional da adaptação do sujeito histórico. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Lisboa, Difel, 1989).

³ BARROS, José D'Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. LPH – Revista de História da UFOP. N. 15, 2005. p. 6

Há ainda uma infinidade de domínios ou temas de estudo à disposição dos pesquisadores, que fazem parte de um recorte mais circunscrito a um sujeito ou objeto, podendo estar ligados a ‘agentes históricos’ como a mulher, os trabalhadores, as crianças, ou a ‘ambientes sociais’ como a cidade, a vida privada, ou ainda à arte, à educação, a movimentos sociais ou ainda tantos outros.⁴ Existe, portanto, uma infinidade de domínios possíveis que podem ser estudados em mais de uma dimensão e serem tratados por meio de diferentes abordagens. Para Barros, os domínios tendem a ser englobados por uma ou mais dimensões. As dimensões são macrocampos, já os domínios são campos temáticos dentro das dimensões ou de várias dimensões.⁵

Tais possibilidades e escolhas podem ser entendidas como produtos históricos próprios da disciplina que, ao se desenvolver, criou novos arranjos, novos campos e formas de fazer. Desde Bloch e Febvre a História vem experimentando novos olhares, novos objetos, novas fontes e formas de abordagens, movimento que se intensificou na segunda metade do século XX e que no século XXI proporciona aos novos pesquisadores infinitas possibilidades. Se antes era preciso que o tema ou objeto de pesquisa nunca tivesse sido abordado, fosse, por assim dizer, inédito, agora já se aceita a revisitação de temáticas como forma de complementar ou até mesmo criticar as já existentes. Isso porque pode-se acrescentar às pesquisas já consolidadas uma outra metodologia, ou seja, um outro tratamento das fontes, uma outra temporalidade, um outro enfoque, ou ainda, uma outra metodologia.

As metodologias estão relacionadas aos modos de fazer a pesquisa e construir o conhecimento, ou seja, ao arcabouço teórico, à escolha e delimitação das fontes, à crítica das fontes e à forma de abordagem das fontes. As fontes, segundo Le Goff, são os “materiais da memória” e podem se apresentar como monumento, ou conjunto

⁴ Idem

⁵ Idem

de vestígios do passado que de maneira deliberada ou acaso, chegaram até o presente e estão à disposição do pesquisador; e os documentos, que representam a escolha do historiador diante dos monumentos.⁶ Para a escola positivista do século XIX, o documento era considerado a prova material dos fatos narrados e não caberia ao historiador questioná-lo, apenas descrevê-lo enquanto testemunho do tempo.

Ao longo do século XX, o documento continuou a ter muita importância para o historiador, pois, como disse Lefebvre “não há notícia histórica sem documentos”⁷, no entanto, houve uma gradativa ampliação da definição de documento e de fonte histórica. De acordo com Le Goff, de Fustel de Coulanges no século XIX a Lefebvre havia uma percepção de que a ausência do documento escrito não deveria representar o fim da pesquisa, pois se a História é a ciência do homem no tempo, tudo o que é obra humana interessa ao historiador. Apesar da Escola dos *Annales*, em suas primeiras gerações, defender o documento escrito como a fonte histórica por excelência, ao longo das décadas seguintes, houve um grande movimento no sentido de ampliar a noção de documento, valorizando todo registro humano, seja ele escrito, material ou oral. Desta forma, vestígios da cultura material, como vasos de cerâmica, vestimentas, pinturas, utensílios entre tantas outras obras do espírito criador humano passaram a ser considerados fontes de informações sobre grupos humanos e sociedades do passado. O desenvolvimento da noção de cultura imaterial também jogou luz sobre fábulas, mitos, lendas, rituais e festas e o potencial informativo de cada um sobre aspectos da cultura imaterial de determinados povos. Em comunidades de tradição oral, a história, o passado em comum, muitas vezes somente pode ser acessado por meio de relatos.

⁶ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 283

⁷ LEFEBVRE, G. “La naissance de l’historiographie moderne” in *La naissance de l’historiographie moderne*. Paris: FlammeLe Febvre 1971, p. 17. Apud LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 285

À revolução documental experimentada ao longo do século XX acrescenta-se aquelas abordagens e métodos proporcionados pela tecnologia, como a história quantitativa, que tornou possível a utilização de documentos seriados contendo uma infinidade de dados impossíveis de serem analisados pelo historiador não fossem os computadores. Dessa forma, livros contábeis, por exemplo, produzidos continuamente ao longo de séculos contendo dados sobre o comércio de produtos entre diferentes nações, deram origem a valiosas informações sobre as oscilações da economia e das transações comerciais ao longo de séculos. A História Econômica do final do século XX muito se beneficiou de tais artifícios e novas pesquisas foram feitas ampliando o conhecimento sobre conjunturas do passado.

A própria História Oral em muito se beneficiou dos avanços tecnológicos para o registro dos relatos. Gravadores eletrônicos que utilizavam fitas cassete foram os instrumentos de trabalho de muitos pesquisadores que assistiram ao surgimento das tecnologias digitais de gravação de som e imagem. A interdisciplinaridade, outra marca da evolução da disciplina, proporcionou um grande intercâmbio de conhecimento entre os campos acadêmicos. O estudo antropológico das culturas humanas e suas práticas revelou ainda a existência de sociedades cuja base da transmissão da história e do conhecimento se dava, sobretudo, por meio da oralidade. A tradição oral revelou-se em fonte importantíssima para o estudo de sociedades nas quais os documentos tradicionais são raros ou completamente ausentes. Além disso, ela permite o acesso aos meandros dos acontecimentos que estão ausentes dos documentos escritos, como as negociações, as conversas, os encontros, o sentimento, a emoção.

Apesar dos avanços, a divisão da história em períodos, utilizada até hoje, revela-se cada vez mais incapaz de ser aplicada a toda e qualquer sociedade no tempo e no espaço. A centralidade dos eventos europeus na definição das fronteiras entre os períodos é um dos complicadores, uma vez que em sua maioria se referem a eventos e fenômenos que só ocorreram em solo europeu naquele período de tempo. É o caso da História Medieval ou Idade Média,

compreendida entre os séculos V e XV e marcada por singularidades sociais e econômicas circunscritas à Europa. A própria definição do período como uma “idade média” é questionável se for levado em conta tanto a dinâmica própria do continente europeu quanto aquela experimentada em outros lugares do mundo no mesmo período. O mesmo ocorre com a definição de Pré-História, feita sob forte influência positivista que considerava o documento escrito a fonte histórica por excelência, sendo, portanto, as sociedades anteriores ao desenvolvimento da escrita, tomadas como sociedades sem história. A revolução documental ocorrida ao longo do século XX ampliou a noção de documento e em conjunto com a noção de que o homem é o objeto do historiador, as sociedades da Pré-História puderam ser revisitadas a partir do estudo de sua cultura material, dos vestígios que sobreviveram ao tempo.

Ao longo do século XIX, a definição das áreas do saber acadêmico experimentou também a construção de fronteiras causando, por vezes, o isolamento na produção do conhecimento e a disputa em torno de objetos de pesquisa. No entanto, muitos conceitos e teorias desenvolvidos pela Filosofia, Sociologia, Antropologia ou Psicologia, têm auxiliado historiadores na compreensão do meio social em que os eventos ocorrem ou no entendimento das ações humanas e suas motivações. O conhecimento sobre o meio físico em que os homens vivem e como o qual nem sempre mantém relações positivas são fundamentais no exercício de compreender, por exemplo, como eventuais intervenções sobre a natureza podem gerar consequências que afetam toda a sociedade estudada, só podem ser aprofundados a partir da troca de saberes com a Geografia e a Biologia. Por esses e tantos outros motivos, hoje não é mais possível pensar a construção do conhecimento histórico sem o intercâmbio com outras disciplinas que serão acionadas a depender da área, do tema, do objeto e da metodologia a ser utilizada na pesquisa.

A especialização das disciplinas também provocou a delimitação de áreas de estudo e de objeto. Nesse contexto, ao historiador caberia

o estudo de eventos cuja distância em relação ao presente fosse suficientemente grande para impedir a abordagem de fatos contemporâneos, tarefa que seria de responsabilidade do sociólogo. Atualmente, é possível dizer que, apesar da História permanecer tradicionalmente apegada aos fenômenos passados, já são mais aceitos os estudos que versam sobre o tempo presente. Quanto à documentação escrita, esta muitas vezes ainda não se demonstra completamente disponível, em virtude, por exemplo, das legislações que versam sobre a inviolabilidade da vida privada dos sujeitos históricos ou do sigilo imposto. É o caso de processos que, ainda em andamento, podem ser objeto de segredo de justiça. Importante lembrar que os processos que envolvem agentes públicos no exercício de suas funções públicas, podem se tornar disponíveis a depender de decisão judicial, no entanto, processos que envolvem pessoas em suas vidas privadas, não podem ser objeto de consulta. Os documentos públicos, apesar da possibilidade da decretação de sigilo por parte dos entes governamentais, por períodos de cinquenta a cem anos, podem estar mais disponíveis graças à tendência recente por mais transparências das ações de caráter público.

Tendo em vista as dificuldades inerentes ao estudo da chamada História do Tempo Presente, muitos historiadores têm buscado nos registros da memória uma forma de acessar e reconstruir eventos cuja principal fonte de informações é o testemunho. A possibilidade de registros orais possibilitou o acesso a testemunhos feitos por pessoas que vivenciaram um evento direta ou indiretamente, e para os quais, seja pelo caráter recente dos acontecimentos ou pela ausência de documentação, o trabalho do historiador seria dificultado. Os registros orais também tornaram possível a gravação de memórias de indivíduos ou grupos.

A História Oral pode servir a diferentes áreas da História, assim como a variados temas e objetos, localizados no tempo presente ou em um passado recente. A crescente adesão dos historiadores pode ser entendida como fruto das diferentes aplicabilidades do método. A História Oral, porém, não é uma unanimidade entre os historiadores.

Antigas críticas ainda se fazem presentes, como aquelas produzidas ao final do século XIX, marcado pela publicação *Introduction aux études historiques*, de Charles Seignobos e Charles Langlois.⁸ Para historiadores como Seignobos o estudo da história contemporânea não deveria ser objeto dos historiadores, pois a aplicação do método defendido por ele seria prejudicada. Uma das principais premissas desse método é o necessário distanciamento temporal em relação ao objeto com vistas a evitar o perigo da subjetividade. As produções sobre passados históricos mais recentes acabavam ficando à margem, sendo produzidos muitas vezes por outros profissionais fora da História. Somente na segunda metade do século XX transformações no interior da disciplina possibilitaram a superação desta e de outras barreiras.

O crescente interesse dos historiadores pelas áreas da cultura e da mentalidade, como os hábitos cotidianos, a religiosidade, a vida privada, as comemorações, entre outros, levou muitos historiadores a se aproximarem cada vez mais da História Oral. Logo se percebeu que era necessário ir além da utilização circunstancial de tal metodologia na pesquisa histórica, o que tornou possível a elaboração de projetos de criação de registros orais de grupos inteiros, que poderiam ou não vir a ser estudados, mas cuja memória estaria preservada.

Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy a História Oral se ramifica em quatro principais áreas, sendo elas a História Oral de Vida; História Oral Temática; História Oral Testemunhal e História Oral de Tradições Oraís. Para cada uma dessas áreas, à qual se aplica a metodologia, o pesquisador deverá adotar um procedimento específico. No primeiro caso, a narrativa parte da trajetória existencial, das vivências específicas de uma pessoa. Será em torno dela que a entrevista irá transcorrer. Na História Oral Temática haverá um tema central determinado pelo historiador ou entrevistador e as entrevistas terão perguntas que versarão sobre

⁸ LANGLOIS, Charles-Victor et SEIGNOBOS Charles, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette et C^{ie}, 1898. Apud FERREIRA, Marieta Moraes Ferreira. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332

esse tema. Para o estudo de grupos ou sociedades cuja transmissão da história e dos conhecimentos se dá por meio da tradição oral, o entrevistador deverá estar atento ao grupo e ao papel da pessoa responsável por exercer essa função, às suas narrativas e à forma como memórias ancestrais são recontadas. Na tradição oral, a história coletiva, os modos de fazer, as tradições, as lendas e mitos passam de geração em geração por meio da oralidade. Por último, a História Oral Testemunhal poderá misturar traços da biografia do entrevistado com a existência de um trauma ou um problema mais evidente, que poderá estar ligado somente a ele ou a mais pessoas. A depender da área, as entrevistas poderão ser abertas ou programadas ou resultar da combinação de ambas.

A produção desses registros orais inicia, muitas vezes, pela delimitação do objeto de estudo, seja ele um evento ou a atuação de determinado conjunto de sujeitos históricos na sociedade. A partir de então, passa-se à definição dos sujeitos a serem entrevistados, sendo necessário um breve conhecimento biográfico dessas pessoas. A entrevista poderá obedecer a critérios específicos a depender do que se pretende apreender, dessa forma o roteiro poderá ter desde uma pergunta mais geral – sendo dada ao entrevistado total liberdade no relato – ou uma sequência de perguntas específicas. Segundo Meihy e Holanda:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.⁹

⁹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007. p.15

A difusão da metodologia foi acompanhada pela sua utilização como ferramenta, para obter informações e gerar registros, aplicável em inúmeros campos como Jornalismo, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, além da História. Apesar de algumas críticas a essa propagação, por possivelmente gerar uma banalização do método, é importante salientar que a popularização da História Oral tem sido responsável pela existência de inúmeros projetos de registro de memórias individuais e coletivas de inestimável valor.

Outra pontuação a ser feita diz respeito ao reconhecimento de que a História Oral não se resume à sua metodologia e não existe apenas enquanto método de abordagem das fontes. Enquanto domínio, a História Oral é responsável por importantes discussões envolvendo memória e identidade.

Voltando ao método, é importante que a entrevista tenha um roteiro planejado de acordo com as informações que se deseja obter, mas também sensível ao entrevistado, para que esse momento não se torne por demais enfadonho ou desconfortável. Alguns manuais já publicados¹⁰ orientam o pesquisador sobre todas as etapas e formas de fazer, como as técnicas para elaboração de perguntas. Perguntas iniciais e fáceis de responder como nome, local e data de nascimento, são importantes para demarcar o começo da gravação, mas também servem para contextualizar e deixar o entrevistado à vontade. É importante dizer que não há uma fórmula pronta, aplicável a todos os entrevistados, pois sempre se estará diante de sujeitos históricos únicos em suas vivências e formas de relatar, alguns mais “abertos”, outros mais “fechados”. A metodologia cria

¹⁰ Ver mais sobre o método em ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007. _____. Manual de história oral. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002. ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990. CORREIA, C.H.P.. História Oral: teoria e técnica. Florianópolis: Ed. Univ. Federal de Santa Catarina, 1978. JOUTARD, P.. Esas voces que nos llegan del pasado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. LANG, A.B.S.G. et al. . História oral e pesquisa sociológica : a experiência do CERU. São Paulo: Humanitas, 1998. MEIHY, J.C.S.B.. Manual de história oral . 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. THOMPSON, P.. A voz do passado . 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992

parâmetros dentro dos quais o entrevistador e o entrevistado possuem alguma margem de liberdade. ¹¹

Estabelecer um ordenamento cronológico pode ser uma boa estratégia quando se deseja conhecer trajetórias ou eventos, mas deve-se sempre levar em consideração que a memória, muitas vezes fragmentada, pode não obedecer a esse critério. Evitar perguntas ou expressões que podem levar o entrevistado a responder somente sim ou não e dar preferência a perguntas que levem a explicações mais estendidas e livres também é outra orientação a ser seguida. Assim como é importante evitar perguntas que exijam informações exatas do entrevistado, solicitando, por exemplo, datas, nomes, números, pois o objetivo é conhecer a narrativa que o entrevistado faz de acordo com suas reminiscências.

A gravação é outro fator crucial, pois de sua qualidade depende o perfeito entendimento da fala, até a percepção de silêncios, emoções, mudanças no tom de voz, o que pode interferir na interpretação de seu conteúdo. Cuidados com a guarda também são importantes visando a preservação do suporte e das informações pelo maior tempo possível, garantindo ainda, que o registro, caso seja público ou de interesse público, esteja disponível a outros interessados. O passo seguinte é a transcrição da gravação, manualmente ou por meio de um editor de texto, demarcando todos os detalhes do relato, inclusive palavras ditas dentro da linguagem coloquial, que, neste caso, não devem ser passadas para a norma culta. Ao final, o entrevistado deve ter acesso a essa transcrição, ler e atestar o que está escrito, dando validade àquele registro.

Os documentos produzidos nesse momento são termos de doação ou cessão de uso, de participação livre e consentida, entre outros. É importante, principalmente quando da utilização das informações registradas, estar atento ao que diz a legislação sobre publicações que exponham nomes, por haver o risco de exposição

¹¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

indevida, difamação ou outra queixa. A utilização da entrevista deve levar em conta ainda o que diz a Constituição sobre a vida privada de uma pessoa, no artigo 5º, inciso X:

são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.¹²

A utilização das informações coletadas na pesquisa histórica vai além da mera reprodução do relato, sendo necessário, muitas vezes o cruzamento com outras fontes ditas tradicionais, como jornais, cartas, fotografias, processos e outros documentos oficiais ou não. Apesar de, possivelmente, o cruzamento de informações trazer contradições em relação ao relato, é importante lembrar que a memória da qual o relato é signatário, deve ser entendida não como uma verdade absoluta, mas como uma representação do passado vivido pelo sujeito histórico. Dessa forma, apesar de ser possível encontrar relatos que, algumas vezes, não encontram respaldo em outras fontes ou mesmo são completamente desmentidos, enquanto representação ele é verdadeiro para a pessoa que o emitiu, pois ela o viveu e o rememora assim.

O texto resultante da pesquisa deverá, contudo, ser sensível o suficiente para apresentar tais singularidades do relato sem julgamentos de valor em relação a seu emissor e sem desprezá-lo completamente, pois ele continua sendo uma representação do passado, assim como a literatura, os mitos e as lendas, tão utilizados pelos historiadores.

A História Oral deve ser entendida como fruto de todas as transformações ocorridas no interior da disciplina ao longo das décadas desde aquelas relacionadas às fontes históricas, até as que dizem respeito à teoria, aos conceitos ou aos métodos. É ainda derivada de um interesse recente pelas histórias das pessoas

¹² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em: 28/04/2019.

comuns. Se compreende-se que a História é a “ciência dos homens no tempo” o historiador não precisa mais escolher somente os grandes homens e os grandes feitos, mas também pode se interessar por sujeitos que individual ou coletivamente viveram e contribuíram para o desenrolar da trajetória de grupos da sociedade, para a conquista ou defesa de direitos ou na criação de espaços de sociabilidade dentro das cidades, bairros ou associações.

O interesse demonstrado nas últimas décadas pelos historiadores em torno de temáticas ligadas às coletividades, aos trabalhadores, à história operária e o renascer da história política contribuíram significativamente para a consolidação e o amadurecimento da História Oral como um importante domínio dentro da disciplina.

Os parâmetros dentro dos quais se assenta o método da História Oral vêm sendo discutidos pelos historiadores desde, pelo menos os anos 1980, e ainda hoje, muitos deles são revistos e aprimorados. Pierre Nora¹³ e Paul Ricoer¹⁴ deram contribuições significativas para a História Oral quando procuraram entender melhor o processo de construção das memórias individuais e coletivas. Compreendendo os sujeitos históricos enquanto seres complexos que comportam diferentes facetas e que possuem diversos mecanismos de construção da memória, sobre a qual agem as experiências vividas ou compartilhadas, o contexto e o meio social, os autores deram aos historiadores importantes instrumentos de “leitura” da memória narrada.

Em *A memória, a história, o esquecimento*¹⁵ Ricoer propõe uma importante discussão sobre as diferenças entre a história e a memória. Uma primeira diferença diz respeito à vinculação entre o testemunho e a pessoa que testemunha o vivido, ao passo que o documento pode

¹³ NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, nº 10, dez. 1993.

¹⁴ RICOEUR, P. 2007. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007

¹⁵ Idem

conter registros que não estão na memória de ninguém. Para o primeiro é preciso o crédito à testemunha e para a segunda existe a noção de prova outorgada ao documento. Ricoeur também avançou na compreensão sobre as relações existentes entre os eventos e sua representação por meio da narrativa, argumentando sobre a existência da materialidade e do conceito que a representa. Nesse ponto a interdisciplinaridade assume grande importância, principalmente aquelas advindas da Filosofia, da Sociologia e até da Antropologia para compreender o funcionamento da memória e como ela se comporta em uma sociedade dinâmica.

A noção de representação utilizada por Ricoeur torna-se muito importante para a compreensão da memória e da narrativa construída sobre os eventos. Para Chartier, atualmente já é mais aceita a ideia de que o conhecimento produzido pelos historiadores é uma das modalidades pelas quais as sociedades mantém contato com o passado, assim como a memória ou a ficção. Segundo o autor, as diferenças entre história e memória já foram amplamente debatidas e que, apesar de não serem identificáveis, podem ser complementares.¹⁶

O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais.¹⁷

Nesse sentido a história se diferencia a memória por ser um trabalho de viés acadêmico, intelectual, que, a partir de uma pesquisa, realiza uma análise crítica sobre o passado. Compreende, enquanto ciência, métodos específicos de crítica às fontes como a identificação falseamentos e adulterações; de autoria e contextos de criação; o cruzamento de dados visando a confirmação ou não da informação; a

¹⁶ CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

¹⁷ Idem, p. 24.

utilização de conceitos para melhor compreender a realidade estudada, entre outros. Ao final ainda haverá o trabalho de crítica dos pares ao resultado apresentado, dando legitimidade ao conhecimento construído. Por vezes, o trabalho do historiador poderá lançar dúvidas ou mesmo deslegitimar completamente uma memória.

A memória, apesar de ser, assim como a história, uma forma de acessar o passado, está mais sujeita a influências do presente. A memória pode se constituir de lembranças individuais entrelaçadas a contextos sociais e eventos históricos nem sempre sujeitas ao crivo de uma metodologia científica. A memória poderá carregar julgamentos de valor sobre os eventos lembrados que poderão ser alterados ao longo dos anos a depender da existência de novas narrativas sobre o passado compartilhado. A memória, por ser seletiva, pode esconder elementos do passado que não se adéquam à narrativa que se deseja no presente. Nesse caso a memória e sua transformação em narrativa podem assumir o papel de um discurso sobre o passado.

Assim temos a história como a reconstrução do passado feita de forma crítica e a memória enquanto um entrelaçamento de lembranças e discursos do passado carregados de subjetividades. A história pode se utilizar da memória, mas a memória não é a história em si.

No livro *A memória coletiva*, Maurice Halbwachs (2003), trata ainda no primeiro capítulo sobre as duas categorias da memória: a memória individual e a memória coletiva. Para Halbwachs, mesmo as lembranças que dizem respeito ao indivíduo estarão referenciadas a marcos sociais que estão relacionados à memória coletiva.

Segundo Pollak (1992), tanto a memória coletiva quanto a memória individual estão sujeitas a mudanças, não importando se estão ligadas a eventos pessoais ou coletivos. O contexto do presente em que essa memória é acionada é um dos fatores a se considerar, uma vez que, como dito anteriormente, as questões do presente podem modificar a forma como o passado é encarado. Para o autor, as memórias também podem ser construídas socialmente sem que, necessariamente, o autor tenha vivido os acontecimentos. Isso porque a memória sempre estará referenciada em acontecimentos,

pessoas ou lugares. Dessa forma, os acontecimentos podem ser vividos pessoal ou coletivamente (ainda que não diretamente); as pessoas figuram como personagens com os quais se teve contato diretamente ou indiretamente (em virtude do contexto ou experiência familiar); e os lugares, que podem se referir tanto a lugares físicos quanto a marcos comemorativos ou celebrações.

Portanto, enquanto a lembrança é individual, a memória é fruto de diferentes interações podendo ser fruto inclusive não vivido, mas compartilhado coletivamente e com o qual se identifica em função do pertencimento a determinado grupo social. A memória coletiva pode ser relativa à família ou a um determinado grupo social. Pode ainda ser local, regional ou nacional conectando, nesses casos, pessoas de grupos sociais bem diferentes, por conta de um passado em comum, traumático ou não. Cerimônias comemorativas, principalmente as públicas ou oficiais podem ter efeito pedagógico na criação de memórias coletivas com o objetivo de atingir algum grau de unidade entre as pessoas. A defesa de eventos e mártires fundadores da nação, a ereção de símbolos e datas cívicas, cria uma memória oficial, geralmente edificada por aqueles que estão no poder visando a agregação de sujeitos históricos em torno de uma narrativa. Importante ressaltar que para cada rememoração há um esquecimento e que essa escolha é fruto de questões do presente, portanto, o sentido do passado pode mudar a depender dos objetivos colocados a cada novo tempo.

A história, em virtude do rigor metodológico, está menos suscetível às pressões do presente. Apesar da possível influência do presente na formulação de questões ou objetos de pesquisa, as interpretações clássicas e consolidadas sobre eventos passados não sofrem modificações pela simples vontade de determinado grupo de poder. Já a memória estará sempre vulnerável a mudanças culturais e políticas do presente por ser um constante olhar em direção ao passado. As disputas pelas memórias existem em praticamente todas as sociedades, em virtude disso, podem mudar a depender de quem tem o poder da narrativa sobre o passado naquele contexto histórico.

O antropólogo Jöel Candau¹⁸, ao estudar as diversas formas de memórias compartilhadas, traça uma importante relação entre memória e identidade. Para ele não existe identidade sem memória e um de seus esforços será trabalhar conceitualmente cada um dos conceitos na busca pelas suas ligações. Para Candau há na sociedade atual um presentismo predominante, uma vivência constante no imediato e um definhamento das grandes memórias coletivas. Nesse contexto, ganham espaço as memórias múltiplas, confusas e oportunistas.

A memória, portanto, não é um conjunto de dados absorvidos passivamente e de forma totalmente objetiva; mais importante do que coletar os dados de memória é analisar os processos de construção da memória. Isso implica em ver quem são os atores sociais distintos que fazem parte de uma certa memória. É preciso entender as disputas e as negociações a respeito dos sentidos do passado.

Poder lembrar de algo do próprio passado é o que sustenta a identidade. Existe uma relação de constituição mútua, pois nem as memórias, nem as identidades são objetos materiais que se encontra ou perde. Elas são coisas sobre as quais se reflete e por isso elas não existem fora das relações sociais.

A identidade individual ou coletiva é, portanto, resultado de inúmeras combinações de fatores, como a memória das experiências e das interações sociais com indivíduos, grupos e instituições, como a família, a escola, a religião. Nesse aspecto, a memória se torna, segundo Le Goff, “um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)”.¹⁹ Le Goff apoia-se nas reflexões de Leroi-Gourhan, para quem a memória social e a tradição é

biologicamente tão indispensável à espécie humana como o condicionamento genético o é às sociedades de insetos: a

¹⁸ CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 221p

¹⁹ LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 250

sobrevivência étnica funda-se na rotina, o diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina e progresso, simbolizando a rotina o capital necessário à sobrevivência do grupo, o progresso, a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência melhorada ²⁰

Dada a importância da memória para a formação das identidades torna-se imprescindível tratá-la com o devido cuidado e respeito. Para aqueles que enxergam na História Oral muito mais do que um método, as reflexões sobre os entrelaçamentos entre memória e identidade são uma constante. Datas comemorativas e monumentos constituem recursos de rememoração do passado celebradas ou erigidas com o objetivo de fazer lembrar algo. Um dever de memória que interfere diretamente na identidade do grupo ao qual se destina. Para Ricoeur o “dever de memória” pode ser também um “não te esqueças” em relação a elementos traumatizantes de nosso tempo. ²¹

Toda narrativa do passado é, portanto, uma seleção, visto que a memória total é impossível de ser atingida. O esquecimento, além de ser uma reação muitas vezes inconsciente e necessária para aqueles que precisam lidar com traumas, pode indicar critérios de seleção da memória. O processo de construção da memória implica em escolha sobre certos elementos do passado que devem ser lembrados, ocultando ou esquecendo outros e é preciso questionar processos de esquecimento oriundos de instâncias oficiais ou grupos de poder da sociedade. O historiador poderá identificar os princípios dessa seleção de modo a combatê-la por meio de seu ofício.

As memórias têm o poder muito forte de construir identidades de grupo, criando identificações e segregações e poderão estar expostas a usos e abusos a depender de como se estrutura o poder em uma sociedade. Para Le Goff, a memória coletiva é uma

²⁰ Idem

²¹ RICOEUR, P. 2007. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp. p. 17

conquista, mas também um instrumento e objeto de poder.²² São organismos e pessoas ligadas ao poder que, em muitas sociedades contemporâneas, controlam os lugares da memória, como arquivos, centros de documentação e museus e determinam o que será guardado e o que será descartado. Importante lembrar que os vestígios do passado, as fontes históricas, são fruto de uma escolha entre o que será lembrado e o que será esquecido, escolhas quase sempre ligadas ao poder.

Na contemporaneidade também as tecnologias da informação e comunicação têm assumido importante papel na construção de memórias e identidades. Para Le Goff, cabe aos profissionais científicos da memória, como historiadores, antropólogos, jornalistas e sociólogos entrar na luta pela democratização da memória social, na qual já estão os organismos de poder e as empresas de comunicação de massa. É preciso, portanto, se opor ao “conhecimento privatizado e monopolizado por grupos precisos em defesa de interesses constituídos”²³

Concluindo, é nesse ponto que a discussão novamente esbarra nos enunciados que abriram esse texto, quais sejam, os nefastos efeitos da atuação dos mecanismos de criação ou manipulação de memórias, quando utilizados com evidente preconceito de classe, com objetivos ideológicos e políticos segregadores. Especificamente na sociedade contemporânea, em que há uma perda de sentido do passado, caracterizada pela efemeridade dos contatos e que a identidade encontra-se fragilizada, é que o papel dos historiadores, detentores do conhecimento científico para a produção do conhecimento histórico, assume enorme importância.

Encontrar um caminho que conecte o saber produzido academicamente ao grande público é fundamental para esse objetivo. Uma breve análise do mercado editorial tem mostrado que os livros mais lidos sobre a História do Brasil não foram produzidos

²² LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 251

²³ Idem

por historiadores, o que é realmente preocupante. A preocupação com o rigor acadêmico não deve servir para criar ainda mais distanciamentos, criando um universo paralelo repleto de distorções, equívocos e generalizações que só servem para alimentar o controle das massas.

Períodos de crises são justamente os momentos nos quais a memória está mais suscetível a reinterpretações e a crises na identidade coletiva. Nesses períodos há um retorno ao passado com o objetivo de modificá-lo de acordo a memória de determinado grupo, a qual é vista como a verdadeira. Muitas vezes tais modificações não possuem embasamento factual e não estão fundamentadas em estudos referendados, ao contrário, fazem parte de visões generalizantes ou circunscritas a determinados setores da sociedade. Momentos de crise são oportunidades para revisionismos, para rediscussões e redefinições que impactam a identidade do grupo, ou mesmo, da nação.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005;

_____. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Lisboa, Difel, 1989)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em: 28/04/2019.

CANDAUI, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 221p

CORREIA, C.H.P. **História Oral**: teoria e técnica. Florianópolis: Ed. Univ. Federal de Santa Catarina, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003

JOUTARD, P.. **Esas voces que nos llegan del pasado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

LANG, A.B.S.G. et al. **História oral e pesquisa sociológica** :a experiência do CERU. São Paulo: Humanitas, 1998.

LANGLOIS, Charles-Victor et SEIGNOBOS Charles, *Introduction aux études historiques, Paris*, Hachette et C^{ie}, 1898. Apud FERREIRA, Marieta Moraes Ferreira. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

LEFEBVRE, G. “La naissance de l’historiographie moderne” in La naissance de l’historiographie moderne. Paris: Flamme Le Febvre 1971, p. 17. Apud LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 285

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Manual de história oral**. 4^a ed. São Paulo: Loyola, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, n° 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. 2007. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992

Entre o normativo e o vivido: o uso da história oral para compreender a Pia União das Filhas de Maria

*Ioneide Maria Piffano Brion de Souza**

Introdução

A identidade criada para a mulher católica no Brasil trouxe em si dois aspectos que, se inicialmente parecem contraditórios, quando analisados mais detidamente deixam transparecer a sua complementaridade. O primeiro destes aspectos está pautado pela visão da Igreja que representava o caráter pecador, degenerado e desobediente da mulher, fruto da herança deixada por Eva, que ao ceder à tentação da serpente permitiu a introdução do pecado na vivência humana e o conseqüente afastamento do paraíso (REIS, 2000, p.68-71). O segundo aspecto diz respeito ao poder civilizatório atribuído à mulher, sobretudo, nas novas terras “descobertas”. Era necessário consolidar uma civilização cristã que afastasse os primeiros colonos do encontro, segundo o clero católico, pecaminoso e degradante com as negras africanas e com as negras da terra. Para tanto, o matrimônio tinha que ser incentivado e nos primeiros tempos, os casamentos foram consolidados com a

* Doutoranda da programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá, Graduada em História e Habilitada em Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do PBPG História-UFJF, e-mail: ioneide.piffano@gmail.com, endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/9956503122105927>.

“importação” de mulheres da Metrópole. Contudo, posteriormente, com a constituição de núcleos familiares se fez necessário desenvolver uma moral repressiva e controladora para a mulher na Colônia com vistas à constituição de uniões aprovadas pela Igreja e pelo Estado (DEL PRIORE, 1993, p.25-28).

Foi, portanto, da junção destes dois aspectos, o caráter pecador e o poder civilizatório, que nasceu o discurso sobre a identidade feminina no Brasil Colônia. Esse discurso enclausurava o feminino dentro do lar, primeiro da família e depois do esposo. De acordo com o pensamento da época, havia três momentos possíveis para o contato da mulher com o mundo público: o primeiro ocorria no dia do seu batismo, o segundo no seu casamento e por fim, o último era no seu funeral (ARAÚJO, 2000, p.47-48). Ao ser restringida à esfera privada, a mulher ficava responsável pelos cuidados da harmonia do lar e à capacidade procriadora através da maternidade. E era daí que advinha o seu poder civilizatório: gerar descendentes saudáveis e educá-los na fé cristã para que, desta forma, a nova terra fosse ao mesmo tempo povoada e civilizada. Esta mulher, sobre quem não só pesava o destino da família como também o destino de toda Colônia, deveria possuir qualidades como a castidade, a pureza e a obediência para com os homens. Desejava-se, com isso, fechá-la em uma armadura de aparências que a levasse a desempenhar e a se identificar com o papel social a ela destinado (ARAÚJO, 2000, p.47-50).

Ao longo do século XIX e ainda no início do século XX, o discurso sobre o lugar da mulher na sociedade pouco foi alterado. Mesmo o novo regime e o novo status do catolicismo ainda mantiveram o papel reservado para o feminino restrito à esfera do privado. Sua função na sociedade permaneceu a de filha que alegrava e distraía, a de esposa que auxiliava e consolava e a de mãe que velava e educava. A mulher era identificada como a “rainha do lar” e a “santa-mãezinha” modelos de feminino que deveriam ser inculcados desde a mais tenra idade. A emergência dos valores burgueses e dos novos critérios de conduta social, hábitos e

costumes acabaram apenas somando mais papéis ao que se esperava da mulher. O novo currículo incluía, além da maternidade, a polidez e a ilustração (BERNARDES, 1989, p.9-10).

A polidez e a ilustração, por sua vez, deviam servir para tirar a mulher da “fraqueza mental” em que se encontrava e instigar-lhe a inocência e a pureza, que alegavam os discursos médicos (BERNARDES, 1989, p. 26). Se até então o papel social da mulher estava restrito somente à esfera doméstica, agora para ela também se abriam novos espaços para a socialização, como salões, os teatros e mesmo as associações religiosas, como no caso da Pia União das Filhas de Maria. Mas, se as mulheres participavam do espaço público era ainda na condição de capital simbólico para a família ou para o marido, já que possuir uma filha ou esposa virtuosa era sinal de prestígio social e de possibilidade de ascendência política e até econômica (D' INCÃO, 2000, p. 223).

Se durante o período colonial a disputa de discursos sobre a mulher se dava entre a imagem de Maria e Eva, ou seja, dentro do âmbito católico, com o advento da República este embate pela consolidação do ideal de mulher ganhou contornos políticos mais nítidos. De um lado, tinha-se o discurso dos republicanos positivistas que, sob a inspiração do modelo francês, queriam identificar o feminino com a alegoria da república *Marianne* que representava a humanidade, a pátria e a família, enfim, uma virgem-mãe. Porém, os descaminhos pelos quais o novo governo passara e a própria história da mulher brasileira, que está mais atrelada à esfera do privado do que a do público, fariam com que este modelo não obtivesse sucesso no imaginário da população.

Por outro lado, havia o discurso antirrepublicano do clero romanizado cujos bispos, principais incentivadores da romanização no Brasil, elegeram Maria¹ como a arma contra a figura laica de

¹ Cabe ressaltar que um dos princípios do processo de romanização é o incentivo ao culto mariano. Apenas o que o clero brasileiro faz é se utilizar de um discurso que era próprio da transformação que se operava em alguns setores da Igreja católica para poder tentar estabelecer uma representação da nação que ainda estivesse atrelada ao catolicismo. Desta forma, o catolicismo romanizado tentava dar

Marianne. Maria reabilitava a mulher do pecado de Eva já que pela maternidade havia gerado o Salvador da humanidade e tornava-se um ideal de mulher com amplos poderes sobre a formação identitária do feminino leigo católico da romanização. De maneira que, em 1854, o papa Pio IX (1846-1878) buscou incentivar a devoção mariana proclamando o dogma da Imaculada Conceição. Posteriormente, foi estabelecido o mês de maio como o mês de Maria e a festa de coroação da Virgem passou a ser estimulada pelas hierarquias católicas, de forma que no pontificado do papa Pio XII (1939-1958) culminou o que se chamou de a *era mariana* (DICIONÁRIO DE MARIOLOGIA, 1995, p.403).

Mas talvez o fato mais significativo para a construção do papel feminino católico brasileiro tenha sido a coroação, em 1904, de Nossa Senhora Aparecida como rainha do Brasil. Além dela superar qualquer símbolo cívico, de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, Aparecida era a representação da tríade mãe-mulher-santa, mas uma tríade encontrada em um feminino genuinamente brasileiro. Da mulher leiga católica brasileira passou a ser cobrado um modelo que exigia ser mãe virtuosa, protetora, acolhedora e perfeita. Modelo quase inatingível que, por isso, exigia um controle e uma vigilância social muito maior que no período colonial, uma vez que ser Eva, no discurso dos padres romanizados, era qualidade de todas as mulheres, mas ser Maria era possibilidade para poucas (BOFF, 1995, p. 28-32).

Assim, a pesquisa que originou o presente texto pretendeu investigar a construção e a redefinição da identidade das mulheres dentro da Igreja católica no período denominado de romanização².

mostras que mesmo afastado do Estado tinha amplos poderes de influência simbólica sobre a nova nação. (CARVALHO, 2003, p.81 e 93-94).

² Compreende-se por romanização “o movimento de centralização com vistas a uma uniformização da Igreja romana na vida eclesial e eclesiástica da Igreja no Brasil. Esta ação assumia os objetivos da Reforma Católica Tridentina. Por isto mesmo, tanto a Romanização quanto a Reforma Católica partiam dos bispos auxiliados pelo clero, com o objetivo de enquadrar a vida dos fiéis nas diretrizes de um novo modelo de catolicismo e de Igreja, denominado ultramontanismo, no qual a Igreja devia ser

Para isso, escolheu como grupo de análise a Pia União das Filhas de Maria. O trabalho foi dividido em três cidades da zona da mata mineira: Juiz de Fora, Matias Barbosa e Simão Pereira. A escolha das cidades foi pautada por serem essas as que mais apareceram citadas nas Atas da Associação. O período cronológico iniciou em 1907, quando se encontrou a primeira menção à Associação na região, e estendeu-se até 1954, quando se tem registro da última reunião do grupo registrada em ata.

O objetivo principal era conhecer a história, a organização e a dinâmica da Associação, bem como suas estratégias de sobrevivência dentro de uma sociedade laicizada e misógina. Para isso, buscou-se verificar quais os efeitos das representações de modelos de feminino, difundidos tanto por setores do clero romanizado como por setores do estado republicano, para as associadas. Desejava-se apontar as tensões entre o normativo e o vivido, por isso, embora se tenha partido de documentações oficiais da Igreja, como as anotações do livro de tombo da paróquia de Juiz de Fora, as Atas da Associação, o Manual da Instituição e o jornal *Lar Cathólico*; optou-se também em se usar a história oral. A totalidade da documentação escrita foi encontrada no Arquivo Histórico Padre Henrique Oswald Fraga, que fazia parte do extinto Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora, situado no Seminário Arquidiocesano Santo Antônio.

Em complementaridade à análise documental, colheu-se, com algumas remanescentes da associação, memórias³ de sua experiência enquanto Filha de Maria. Aqui cabe se fazer algumas ressalvas: tem-se consciência de que trabalhar com a memória é registrar apenas um fragmento de uma vida, de uma história. Um

compreendida como uma sociedade hierarquizada e autônoma, sob a chefia do Pontífice Romano". (MONTES, 1998, p. 76).

³ Para esta discussão ver: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Jandina. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.183-191 e ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.9-31.

fragmento que muitas vezes está preocupado em transmitir uma lógica, esconder decepções, criar uma identidade. Enfim, narrar os acontecimentos em sequências ordenadas segundo relações de inteligibilidade. Desta maneira, tem-se consciência de que o ato de lembrar, “de puxar pela memória”, não envolve apenas reviver, mas também reconstruir e repensar o vivido.

Mas isto não torna o que vai ser narrado sem valor, pelo contrário, a pesquisa se interessava justamente em confrontar o que oficialmente deveria ser a associação das Filhas de Maria e o que as participantes compreendiam que era ser uma associada. Daí a necessidade de ouvi-las e saber qual a memória que elas têm para apresentar. A memória que foi colhida por meio de entrevistas livres, ou seja, onde se deixa o entrevistado narrar sua história, almejou registrar a experiência de um só indivíduo ou, no caso da Associação, de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, buscou-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo.

Nesse sentido, a opção pela História oral ocorreu por essa ser um mecanismo que permite ao pesquisador captar a experiência efetiva dos narradores, ao mesmo tempo que recolhe tradições, mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo (PEREIRA DE QUEIROZ, 1988, p.19). Um dos grandes méritos desta metodologia consiste em permitir que, de acordo com Verena Alberti (ALBERTI, 2004, p.27), fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis. Isto é, reconhecer nas memórias das associadas à Pia União das Filhas de Maria um estatuto tão concreto, capaz de incidir sobre a realidade, e, por isso, considerar tais lembranças como fatos relacionados às suas vivências. Desta maneira, a constituição da memória para este trabalho está diretamente relacionada à construção da identidade, já que ela, na maioria das vezes, resiste à alteridade e à mudança. Além disso, é a memória que leva a percepção de si e dos outros enquanto um resultado de um trabalho de seleção e organização daquilo que é importante para o

sentimento de pertença, de continuidade e de coerência, isto é, de identidade (ALBERTI, 2004, p.27).

Assim, como essa metodologia de pesquisa, almejava-se compreender a sociedade do período através das associadas que nela viveram; estabelecendo relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes versões e testemunhos, porque se parte do pressuposto teórico de que os grupos sociais se constituem na dinâmica social. O grupo que daí advém é fruto de uma junção da necessidade de compartilhamento de uma cultura que determine uma possibilidade de sociabilidade⁴ nos agrupamentos humanos possibilitando uma inteligibilidade dos comportamentos sociais com as práticas discursivas concorrentes que almejam moldar o comportamento do grupo (CASTRO, 1997, p. 49-53).

Desta maneira, partiu-se da ideia de que a vida social se apresentava como uma realidade que era interpretada pelas associadas para quem essa realidade era dotada, subjetivamente, de sentidos os quais tendiam a formar um mundo coerente que moldava suas vidas e suas as ações no mundo (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 35). De acordo com Erving Goffman, quando este indivíduo (ou no caso o grupo social representado pelas Filhas de Maria) projeta na sociedade aquilo que adveio da sua organização interna e passa a desempenhar um papel social no qual contém a concepção de que é uma pessoa de determinado tipo, este indivíduo ou grupo passa a agir sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo como ele se projetou. Com isso, fazendo com que a existência na vida social passe a depender da interação e comunicação com outros grupos da sociedade (GOFFMAN, 1985, p.21).

Pode-se afirmar, então, que a identidade do grupo que advém desta interação possuiria duas dimensões: a pessoal (individual) e a

⁴ Entende-se por sociabilidade o conjunto de interesses que transforma um mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para um outro, visando através da interação, a satisfação de seus interesses. Para uma leitura mais aprofundada deste conceito ver FILHO, 1983.

social (coletiva). Estas duas dimensões estariam interconectadas a partir de um código de valores culturais compartilhados que permitiriam compor um campo de comunicação e interação, a partir do qual os membros dos grupos se identificam e também são identificados pelos outros (LASK, 200, p. 19-20). Mas para que isso ocorra, é necessário que o papel social desempenhado interaja com os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade. Neste sentido, eles seriam uma reafirmação dos valores morais daquela comunidade (GOFFMAN, 1985, p.41).

O código compartilhado, no entanto, tende a se exprimir como um sistema de oposições ou contrastes criando uma identidade contrastiva. Esta identidade implicaria na afirmação “do nós” diante “dos outros”. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que não se afirma isoladamente, ao contrário, ela se afirma negando a outra identidade através dos seus valores. Desta maneira, ela não só julga os valores dos outros, mas os outros. No entanto, não há a diluição do grupo porque este mantém um complexo organizador de comportamentos e relações que marca as fronteiras entre “os de dentro” e “os de fora” (OLIVEIRA, 1976, p.4-6).

O complexo organizador e aglutinador desta comunidade, cuja criação por uma representação é delicada e frágil, podendo ser partida por minúsculos contratemplos, seria a religião, especificamente para as Filhas de Maria, o catolicismo romanizado (GOFFMAN, 1985, p 58). A religião que nada mais seria do que uma estrutura de poder, foi usada aqui em conformidade com a definição de religião de Pierre Bourdieu. Este autor compreende a religião enquanto um sistema simbólico de comunicação e de pensamento capaz de dar a uma dada sociedade a ordenação lógica de seu mundo ao inscrevê-la enquanto integrante de uma ordem cósmica que não permite questionamento. Com isso, a religião asseguraria um consenso moral capaz de transfigurar instituições e grupos sociais

em instituições e grupos sociais frutos do desígnio divino (BOURDIEU, 1987, p 30).

Assim, a função simbólica da religião consistiria em inscrever seus esquemas de pensamentos nas consciências individuais que, para esta pesquisa, seria a consciência das associadas às Filhas de Maria. As moças pertencentes a esta associação estavam inseridas em todo um sistema simbólico do catolicismo romanizado que visava distinguir os leigos católicos do restante da sociedade. Desta maneira, de acordo com Goffman, ser uma determinada espécie de pessoa não se resumia meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e aparência que o seu grupo social e os demais lhe atribuíam (GOFFMAN, 1985, p.74).

Por isso, a coleta de memórias permitiu compreender o processo através do qual as associadas agiam desta ou daquela forma em relação à conduta de associada à Pia União, ou seja, evidenciar o processo de construção do sujeito no tocante ao ser feminino. Processo, porque parece que a explicação de ideias/conduitas do indivíduo pode ser encontrada ao longo de sua história, em uma trama que vai tecendo de forma singular entre o que ouviu, viu, pensou, sentiu, acreditou, temeu: sua vida. As técnicas de relatos orais usadas, visaram como um todo, colocar o sujeito em um lugar de destaque, valorizando as experiências que viveu e o que tem a dizer sobre elas.

Em segundo lugar, buscou-se evidenciar que as representações sobre religião, condutas sociais e corpo feminino - assim como outras - enquanto conjunto complexo de significados, são marcadas pelo tempo e espaço histórico dos grupos humanos. Sua produção se dá exatamente na interseção entre a singularidade do indivíduo e a cultura onde ele se insere. É possível - e desafiante - visualizar, nas histórias de vida e depoimentos pessoais, o espaço bifacetário e tenso indivíduo-sociedade.

Como terceiro ponto de justificativa para o uso da história oral, está o interesse em conhecer não só as formas particulares

como as Filhas de Maria construíram, suas representações e vivências, mas também de poder aproximar, ainda que minimamente, de uma ampliação ao que poderia ser chamado "cultura feminina católica leiga" em um segmento social. Se este é o olhar do pesquisador, estas técnicas permitem conhecer, através das falas dos sujeitos, os valores, crenças, padrões que constituem esta cultura e que são por eles apropriados.

O Normativo

A associação da Pia União das Filhas de Maria era um grupo de mulheres leigas católicas as quais tinham por devoção a Virgem Maria. As associadas trajavam sempre uma roupa branca, a cabeça era coberta por um véu e ostentavam no pescoço uma fita azul da qual pendia uma medalha com a imagem de Nossa Senhora. Se reuniam mensalmente e tinham por obrigações ações caritativas. Sua identidade foi elaborada em meio a um processo de modernização conservadora por parte de setores do clero diante de um mundo, no caso o ocidental, que se deixou secularizar. Aponto como contribuições para esta secularização o Renascimento, as Reformas, o Iluminismo, o Capitalismo (Via Revolução Industrial), o Liberalismo (Via Revolução Francesa) e o cientificismo. Cabe aqui também destacar que quando me refiro a secularização não compartilho da ideia de fim da religião enquanto norteadora da sociedade, mas a compreendo como parte de um processo histórico que fez com que a religião, no caso a católica, reformulasse a sua maneira de estar e de justificar o mundo. Neste sentido, vejo a secularização como uma adaptação do religioso a um momento no qual o homem acredita poder explicar o mundo sem a presença de Deus.

Neste sentido, setores do catolicismo se viram obrigados a dialogarem com os “novos tempos” visando delimitar para a Igreja Católica um espaço nesta sociedade. Era preciso buscar frestas em um mundo no qual, cada vez mais, as estruturas de plausibilidade deixavam de ser dadas pelo catolicismo. A brecha encontrada pela

Igreja romanizada foi o feminino, sobretudo, aquele arregimentado nas associações religiosas. A ênfase nas mulheres leigas ocorria em função do catolicismo romanizado necessitar de pessoas que se empenhassem em levar a Igreja católica ao encontro do mundo, pessoas que em seu ser cristão, conservassem as determinações de sua inserção no mundo (ARAÚJO, 1986, p.11).

No entanto, mesmo as mulheres servindo ao propósito do catolicismo de retomar um espaço de influência na sociedade, setores do clero olhavam para elas com certa desconfiança, já que os instintos femininos, de acordo com a mentalidade difundida na época, eram incontroláveis. Assim, desta mulher que era o esteio de uma Igreja que tentava se reestruturar em um novo tempo, era cobrado um padrão de conduta no qual ela desempenhasse papéis que a inseriam na sociedade ao mesmo tempo que a controlavam.

Sendo assim, a educação oferecida a estas mulheres (fosse em casa, na igreja ou nas escolas) conferia um ideal feminino o qual tinha como propósito convencê-las de um lugar social, onde sua participação se condicionava à submissão ao poder masculino, poder este do pai, irmãos, marido, filhos ou do pároco. As regras criadas para as mulheres eram muitas vezes difundidas pelos manuais religiosos com os quais se objetivava conformar as associadas enquanto mulheres com uma imagem idealizada e criá-lhes uma identidade de “sexo frágil” em que a incapacidade de gerir por si mesmas as suas vidas era sempre lembrada (SILVA E FILHO, 2008, p. 3-4).

Cada ato e cada palavra eram meticulosamente pensados pelas associadas à Pia União, as quais tinham sua conduta constantemente testada, uma vez que enquanto Filha de Maria, deveria ainda estar integrada à sociedade que moldaria e controlaria seu comportamento. Era o estar no mundo o que garantiria à associada o ser e o pertencer a uma outra esfera de realidade. Esta visão apregoada pelo clero romanizador reforçava uma das prerrogativas do catolicismo tridentino, para o qual uma das maneiras de melhor o indivíduo vivenciar a fé cristã era na atividade terrena (DAVIDSON, 1991, p.39).

Sobre a necessidade de vivenciar a fé no mundo, o Manual da Associação apresenta o seguinte argumento:

Não restrinjais a vossa vida cristã dentro, apenas, do âmbito das igrejas, fazendo orações materiais, saídas, apenas, dos lábios e que o coração não sente. Muito mal pensais julgando que, pela prática só de devoções afetivas, pela recepção só dos Santos Sacramentos, alcançareis o reino dos céus, abandonando a prática das virtudes evangélicas, únicas marcas que distinguem os verdadeiros filhos de Deus, dos que o são, apenas do mundo. Mas para isso, bondosas Filhas de Maria, esteais no mundo (MANUAL, 1896, p. 287).

O manual da Associação demonstrava o quanto essa já estava em consonância com o que vinha se propagando no catolicismo. Na carta pastoral de 1875, do bispo Dom Macedo Costa, há um anexo no qual vem explicitado, de modo bem significativo, os valores que o clero romanizado desejava impor ao feminino neste período e que serão de maneira sucinta o que o Manual da Pia União desejava para as jovens associadas:

Obrigações de uma jovem

1º Ser muito modesta em todas as suas ações. 2º Andar acautelada a cada passo. 3º Ser grave e sempre decente 4º Gostar de estar em casa e ajudar a sua mãe. 5º Aplicar-se de contínuo ao trabalho. 6º Raras vezes sair, e só por necessidade. 7º Aborrecer as vaidades nos vestidos e enfeites. 8º Evitar conversações indiscretas com pessoas 9º Detestar dissipações e profanos divertimentos. 10º Amar os exercícios de piedade. 11º Ser muito franca, leal e amorosa para com a sua mãe e não ter segredos para ela. 12º Edificar com bom exemplo e doutrina seus irmãozinhos menores (MARCÍLIO, 1984, p.102).

Desta maneira, o modelo europeu difundido pela associação das Filhas de Maria estava interessado em disciplinar o sexo feminino e para isso, ancorava-se na tríade de virtudes: pureza/castidade, penitência/obediência e caridade. Tanto que as padroeiras dessa irmandade, principais modelos a serem seguidos pelas associadas, eram ícones católicos dessas virtudes: Maria,

modelo inatingível de pureza, obediência e caridade e Santa Inês, virgem e mártir, que em vida sofreu inúmeras perseguições sem jamais abdicar a estas virtudes, especialmente a castidade (ANDRADE, 2007 p.7) O Manual da associação define as atribuições de uma associada:

Serdes humildes, afáveis e benevolentes para com todos, - resignadas em meio de todos e dos mais acerbos sofrimentos físicos e morais que vos pungirem, aceitando-os como expiações justas devidas as faltas e imprudências cometidas na vida; - serdes tolerantes e indulgentes para com todas as faltas, fraquezas e defeitos do vosso próximo, bem como em manifestardes sempre uma simpatia ativa e delicada para com todos os vossos irmãos e irmãs, em meio também, de todos os seus sofrimentos físicos e morais, - perdoardes sempre, do fundo dos vossos corações todas as injúrias e ofensas recebidas, esquecê-las completamente, de modo que a recordação do passado fique morta, apagada inteiramente tanto no pensamento quanto no coração (MANUAL, 1896, p.282).

Para tanto, era preciso disciplinar o corpo através de um conjunto de regras, de mortificações, de vestimentas e de complexos rituais que visavam libertá-lo dos pecados e, com isso, purificar a alma. Neste sentido, o Manual da Pia União é em grande parte dedicado a esta disciplinarização visando à conformação destas jovens a uma identidade definida pelo catolicismo romanizado. À “boa” Filha de Maria cabia atentar para os mínimos detalhes do dia a dia de seu lar, vigiando e integrando-se sobre cada membro da família. Contudo, sem perder a sua fragilidade, a sua abnegação e a sua honestidade. Para conseguir ser uma Filha de Maria nos moldes do Manual, era necessário proporcionar às jovens uma vida muito regrada. A disciplina, palavra de ordem da associação, é reiterada constantemente no Manual, tanto que, mais da metade deste é dedicado a explanar as regras a serem seguidas pelas congregadas, além de justificar o porquê de segui-las:

Uma regra bem observada conduz a uma grande perfeição, livra da condenação eterna, e prepara no céu uma esplêndida coroa de glória. E todos os mestres da vida espiritual são conformes em afirmar que quem vive segundo a regra, vive em Deus. Se é necessário um regulamento de vida para qualquer cristão, muito mais é para vós, Filhas de Maria si desejais passar os dias da vida no temor de Deus e na devoção a Maria (MANUAL, 1896, p. 110).

Cabe aqui ressaltar que há no Manual regras para todos os dias as quais, além de reforçarem a necessidade das orações, também estabeleciam normas cotidianas, tais como a necessidade da adoção de horas fixas para efetuar as refeições, que não deveriam ser feitas às pressas e nem exceder a medida exata para o bom funcionamento do corpo. Censuravam as bebidas alcoólicas, tidas como incentivadoras das impurezas do mundo. E apontavam que com a suas obrigações diárias, uma Filha de Maria deveria ser exatíssima, fazendo-as sempre com presteza, zelo e agilidade. Para tanto, fazer o sinal da cruz e pronunciar algumas jaculatórias eram imprescindíveis (MANUAL, 1896, p.112-113).

O Manual também normatizava a necessidade da aquisição do hábito de se fazer, sempre aos domingos, uma consagração, através do sacramento da penitência, à Virgem Maria e ainda apregoava a brevidade das confissões, a frequência à comunhão e às reuniões da associação, a necessidade de assistir ao catecismo, se não todos os domingos, pelo menos na maioria deles, e a aquisição do bom costume de no sábado fazer um jejum em honra a Maria. Também enfatizava a importância de pelo menos uma vez por mês, as associadas praticarem um ato que elevasse sua virtude. Existiam também regras que versavam sobre a importância dos retiros espirituais, da participação nos festejos para a Virgem Maria e para Santa Inês e enfatizavam, principalmente, a participação ativa nos festejos e celebrações durante o mês de maio, mês consagrado pelo catolicismo como mês de Maria (MANUAL, 1896, p. 113-117).

Para além das regras citadas acima, as Filhas de Maria possuíam outros deveres, a serem cumpridos durante todos os dias

de sua vida. Eram as chamadas regras da vida prática. Estes deveres não só versavam sobre o comportamento dentro da associação, como também buscavam influenciar o estar no mundo das jovens, que sempre deveriam se apresentar no "teatro da vida adornadas com as flores viçosas das virtudes da mansidão, da paciência, do desinteresse, da resignação, da renúncia e da obediência" (MANUAL, 1896, p.283).

Assim sendo, as jovens eram orientadas a amar o trabalho, a executá-lo da maneira ágil e correta, a arrancar de seu coração as contrariedades, aflições, angústias, injúrias, perseguições, orgulho, vaidade, inveja e egoísmo. Somente assim a obediência, o recato, a modéstia, a caridade e a humildade germinariam e acompanhariam a associada em tudo que ela viesse a fazer (MANUAL, 1896, p118). O Manual é objetivo no que diz respeito às virtudes a serem cultivadas pelas Filhas de Maria: "possuirdes a verdadeira pureza de coração, pureza adquirida não só pela abstenção de todas as más palavras e ações, como de todos os maus pensamentos, de forma que ela só existe quando não só vos abstenes da prática do mal, mas praticais ainda ativa, incessantemente e diligentemente todo o bem, na ordem física, moral e intelectual" (MANUAL, 1896, p.283).

Desta maneira, a boa associada era o oposto da menina leviana, cuja contemplação não agradava ao Senhor, pois só pensava em si e não nos outros. A leviana seria aquela que quando estava bordando, costurando ou fazendo outro serviço doméstico e até mesmo quando ao orar pensava somente em trivialidades como na cor do cabelo do noivo ou no vestido novo da amiga. Era acima de tudo vaidosa, uma jovem *sem juízo*. Já a Filha de Maria que seguia as regras, não "era teimosa e, tão pouco caturra, sabia que Nosso Senhor não estava para aturar falsas santas, pessoas patetas e cabeças tontas". Também sabia que a vaidade devia ser evitada, já que "a donzela vaidosa é uma enviada do demônio, porque a vaidade é mais que irmã da impureza, ela é sua mãe" (MANUAL, 1896, p.120).

O Manual da associação ainda recomendava que as Filhas de Maria não ficassem penduradas nas janelas de suas casas tal como

papagaios, não saíssem à rua sem ter necessidade, fosse de dia e principalmente à noite, fugissem da ambição, da preguiça e da ociosidade. Regulava também o comportamento no que diz respeito ao sentimento de alegria. Gargalhadas, gritos, corridas desvairadas pelas ruas, saltos e os gestos inconvenientes não condiziam com uma Filha de Maria. A felicidade, segundo o Manual, podia ser esboçada em um breve e cometido sorriso (MANUAL, 1896, p.124).

O que se observa de imediato era que o Manual da Associação apontava para um controle rígido das associadas, visando inculcar nas jovens as imagens do que se esperava da mulher. Porém, se este feminino sofreu influências dos discursos normatizadores do catolicismo romanizado, não pensemos que o fez no papel de marionete. Pelo contrário, as mulheres desempenharam um destacado protagonismo na revitalização e na fermentação espiritual do catolicismo, sobretudo, através das suas práticas devocionais. Além disso, souberam se valer de estratégias que burlavam a normatização. Com isso, estas associações femininas do período da romanização cumpriram um duplo papel: se por um lado deviam moldar o feminino e lhes dar uma pretensa liberdade, por outro acabaram permitindo que as associadas recriassem suas identidades enquanto mulheres e tomassem posições que se opunham ao modelo criado. E foi justamente na busca de explicitar essa tensão entre o que era regra e o que era vivência, que a coleta das memórias das associadas se fez pertinente.

O Vívido

Desta maneira, fazer parte da Pia União e utilizar a fita azul – distintivo identitário das Filhas de Maria apontado por todas as associadas entrevistadas - era uma escolha feita pelas jovens onde vantagens e desvantagens de ser uma associada eram consideradas, mas postos em segundo plano, uma vez que a opção pela associação, de imediato, era norteadada pela possibilidade de se destacar na

sociedade ao usar a fita de cetim azul e a roupa branca. Maria Pinto assim coloca sua opinião sobre o fazer parte da associação:

Eu fui ser Filha de Maria porque gostava muito quando via as Filhas de Maria todas de branco nos festejos da Igreja e da cidade ou então, quando nos domingos elas passavam pra ir à missa. Todas de branco e com a fita azul pendurada no pescoço, a medalha brilhando... Além disso, eu também era muito devota da Virgem Maria. Pra mim, vestir a roupa branca era sinal de pureza, de amor. Era muito bonito servir a Nossa Senhora. Eu achava lindo tudo aquilo e queria ser. Lá em casa éramos duas, mas tinha famílias que eram mais de duas. Tinham até quatro na mesma casa (PINTO, 2008).

No entanto, se de imediato a escolha partia apenas do desejo de usar a fita azul e o vestido branco, com o transcorrer de tempo dentro da associação, as jovens percebiam que ser Filha de Maria era bem mais que vestir branco e usar uma medalha. A fita azul demarcava a entrada em um grupo social específico, fechado e regido por inúmeras regras e singularidades (ANDRADE, 2008, p.6). Nas memórias dessas mulheres a fita azul era a transformação de simples jovens em soldados da Virgem Maria, de acordo com Maria Correa (CORREA, 2000). A fita azul era o centro das atenções, o objeto dos sonhos. O orgulho de usá-la sobrepujava as limitações às quais as jovens eram submetidas, e principalmente sobressaía-se ao fato que, mesmo fazendo parte de um grupo de grande destaque na sociedade local, dentro dele muitas das associadas participavam anonimamente (ANDRADE, 2008, p. 13).

Cabe ressaltar que várias Filhas de Maria ocuparam papéis secundários na sociedade. Sua projeção só ocorria enquanto participante do grupo, sozinhas lhes restavam a fita azul como instrumento comunicador de que ela não era uma jovem comum como tantas outras de sua cidade. Era o pequeno pedaço de cetim azul que transportava aquela jovem para uma outra dimensão dentro da sociedade. Ornada com sua fita ela não fazia mais parte do “povo em geral”, isto é, ela agora possuía uma identidade:

pertencia à Pia União das Filhas de Maria. “Eu era Filha de Maria. Eu não era mais a menininha filha do seu fulano. Ou a parente de não sei quem. As pessoas me reconheciam. Eu era alguém”, desabafa N.G. (N.G., 2008).

Embora não houvesse uma determinação explícita especificando o perfil socioeconômico da candidata, implicitamente havia uma seleção prévia, já que a candidata deveria ser indicada por duas Filhas de Maria, que tinham que atestar a “boa família” a qual pertencia à aspirante. Ao fazer isso, a Filha de Maria tornava-se “fiadora” da aspirante e empenhava a sua boa reputação perante o grupo e perante a sociedade (ANDRADE, 2008, p.5). Sendo assim, a entrada de novas associadas estava limitada a um círculo restrito de convivência social e, ao mesmo tempo, fugindo do controle clerical, criava um laço de dependência entre aspirantes e Filhas de Maria. Uma relação marcada por negociações, conchavos e cumplicidades que influenciavam inclusive no tempo passado enquanto aspirante ou na sua possibilidade de participação da diretoria. Segundo M.F. o tempo que você ia ser aspirante “dependia de nossa amizade com a diretoria. Eu fui pouco tempo aspirante. Outras por não serem do agrado demoraram mais” (M.F., 2008).

Comumente, as moças que não pertenciam às ditas “boas famílias”⁵ e que desejavam fazer parte da Pia União das Filhas de Maria, deveriam buscar o “amadrinhamento” de algumas das moças já pertencentes à associação ou de senhoras que já haviam passado pela Pia União. Com isso, criava-se uma rede de solidariedade e troca de favores entre os membros da associação que extrapolavam o limite da Pia União. Os favores feitos pelas “madrinhas” tanto podiam ser pagos com a lealdade e confirmação dentro do grupo de tudo que a “madrinha” ou sua filha falassem e fizessem, quanto

⁵ Entende-se aqui como “boa família” aquelas que detinham posses e nome de respeito. No Manual da associação não se faz nenhuma menção a questão financeira. No entanto, conversando com as associadas pudemos constatar, que ainda que não de forma explícita, a questão financeira e o sobrenome pesavam muito na hora da aceitação da associada, sobretudo, nas cidades de Juiz de Fora e Simão Pereira.

através de prestação de serviços domésticos. Fosse como fosse, o que pôde ser constatado era que aquelas jovens que entravam para as Filhas de Maria utilizando do amadrinhamento não chegavam a ocupar lugares de destaque dentro da associação e sua opinião e vontade eram sempre manobradas por aquela que lhe prestou o favor. Logo, quanto maior o número de afilhadas, maior era a possibilidade de manobra na associação que as jovens conseguiam.

Desta maneira, ser associada de um grupo feminino do período da romanização, como as Filhas de Maria, ultrapassava o fato de se ter a identidade forjada e ter que se conformar a isto. Ser associada era conseguir oportunidades que enquanto apenas uma mulher as jovens não conseguiriam desfrutar na sociedade do início do século XX. A criação de laços sociais é um dos grandes exemplos dessas oportunidades criadas. A rede de sociabilidade permitia as jovens um poder de barganha que as possibilitavam deslocar pela sociedade e estabelecer negociações até com o próprio clero e mais, as permitiam driblar a vigilância clerical e paterna.

Outra dimensão aberta pela participação na associação das Filhas de Maria era o acesso ao universo da leitura. Universo criticado tanto por médicos quanto por padres que aconselhavam as mulheres não lerem assiduamente para impedir que os sonhos da imaginação ocupassem suas cabeças. No entanto, a leitura para as associadas a Pia União estava presente desde o ritual de iniciação, com a entrega do Manual das Filhas de Maria, e se tornava cada vez mais importante e presente. A leitura era parte primordial das reuniões mensais do grupo, quando o sacerdote que presidia a sessão sempre a encaminhava a partir de uma leitura, que depois era debatida e explicada pelo referido padre (ANDRADE, 2008, p.10).

Claro, não se tratava de um debate propriamente dito, mas de uma certificação de que a leitura oferecida àquelas mulheres não seria desvirtuada por suas interpretações, mas ali muitas aprendiam a ler e sua curiosidade por esta atividade era despertada e isto para muitas jovens era um ganho, já que dentro de seus lares não lhes

era permitido o conhecimento das letras. A acessibilidade à leitura permitia às associadas contato com publicações católicas, ao mesmo tempo em que também criava possibilidades de questionamentos e tensões sobre os atos da diretoria ou sobre o que se falava de outras religiões. N.G. assim coloca:

eu não concordava com tudo que era lido, por isso demorei receber a fita. Eu sabia ler. Tinha minhas opiniões. Eu lia outras coisas para além dos jornais católicos. Gostava de romance e cheguei a ter contato com livros espíritas. Porém, aprendi a não falar sobre isso na associação já que devia o gosto pela leitura aos incentivos da Pia União (N.G., 2008).

A leitura também abria portas para um universo que o catolicismo romanizado tentava ocultar e abafar: as novas crenças. No livro de ata encontramos textos que revelam que se uma Filha de Maria não tivesse uma conduta que fosse digna de pertencer à Pia União, isto é, desrespeitasse um dos “conselhos” da diretoria ou se envolvesse com os ditos inimigos da fé presentes em sua cidade (protestantismo, espiritismo, maçonaria e comunismo), cabia a diretoria expulsá-la da associação, retirando seu nome do livro de membros. Uma vez expulsa, a jovem não mais podia se filiar a nenhum outro grupo de Filhas de Maria existente no país (LIVRO DE ATAS, 1910/1922, p.18-19).

A leitura incentivada na associação também permitia que as jovens tivessem acesso aos livros de romances tão abominados pela Igreja católica. Para M.F. “era uma aventura ler os livros desaconselháveis [romances]. O coração chegava a palpitar. Ter acesso a um universo proibido. Mas tinha que fazer sem o padre saber senão lá vinha sermão” (M.F, 2008). Maria Pinto entendia a leitura da seguinte maneira: “A gente não tinha que só ler coisas católicas, a gente devia ler coisas que desse para a gente boa formação. Agora romances? Claro que a gente lia, só não podia era fazer o que estava no romance, né?[risos]” (PINTO, 2008).

Ser Filha de Maria também era ter acesso ao *locus* privilegiado da Igreja e poder se inserir, mesmo que somente com o suporte do

grupo, nos acontecimentos sociais de destaque na cidade. Dentro da Igreja ou fora dela, em meio a seus rituais e obrigações, a fita e também a vestimenta faziam das Filhas de Maria fiéis superiores. Acreditando-se mais puras e dedicadas à religiosidade, estas jovens se revestiam de uma aura de merecimento que lhes conferia um sentimento de respeito, admiração e, porque não, a crença de serem invejadas por aquelas que não pertenciam ao grupo e que ocupavam um espaço menor e secundário: os bancos detrás da Igreja ou as partes finais das procissões.

Assim, estas associações que deveriam enclausurar “o sexo frágil” e utilizá-lo na reorganização do catolicismo frente aos novos tempos, permitiram, de certa forma, mais liberdade de trânsito na sociedade para os membros da associação e, com isso, tomadas de posturas que, senão contrariavam, pelo menos relativizavam, a ideia da santa mãezinha, de imagem de Maria e de rainha do lar. Desta forma, a observação da tríade de virtudes (pureza, obediência e penitência) não era posta em prática completamente. Mesmo porque essa visão idealizada somente encontrava acolhida nas famílias urbanas das classes médias e abastadas. As mulheres pertencentes a camadas mais humildes da sociedade, e que através de estratégias conseguiram entrar na Pia União, viram sua realidade entrar em choque com os ideários do catolicismo romanizado. A idealização passada de dona de casa, mãe, esposa, guardiã do lar, transmissora da religião e da virtude não coincidia com o seu dia a dia, em que além de terem de lidar com as coisas da casa, muitas vezes, eram obrigadas a trabalhar fora do lar para complementar a renda familiar (MARCÍLIO, 1993, p.104). N.C.S. assim coloca:

Eu vinha de uma família com poucos recursos. Queria ser Filha de Maria. Consegui com a ajuda da madrinha, mas as vezes era estranho. Eu não conseguia entender porque nós mulheres não podíamos trabalhar. O padre sempre batia nesta parte: lugar de mulher era em casa e não trabalhando, ainda mais se fosse uma juvenzinha como eu. Ele sempre me apontava. Fui muito repreendida. Mas como não trabalhar? Tinha que ajudar a mãe

com os irmãos e eu tinha que agradecer a madrinha por ter realizado um sonho meu. Mas eu não era bem vista por algumas meninas e hoje, acho que nem pelo padre (N. C. S., 2008).

O confronto entre o normativo e o vivido pela maioria das associadas não se limitava apenas ao mundo do trabalho, mas também em não aceitarem a posição da diretoria sobre a não admissão de jovens filhas de mães solteiras ou de pais separados. Nessas discussões, ter uma rede social mais vasta permitia negociações mais efetivas. A opinião sobre o divórcio era controversa, uma vez que o setor romanizado do clero católico entendia o divórcio como o triunfo da devassidão. No entanto, algumas das associadas vinham de lares desfeitos ou tinham presenciado entre membros de sua família o divórcio e discordavam do que era bradado nos púlpitos. Padre Júlio Maria apresenta os seguintes argumentos contrários ao divórcio:

Católicos do Brasil inteiro, protestai contra a infâmia do divórcio, porque:

É a decadência de um país; é a lei da libertinagem; é o código da escravidão; é a ruína da pátria; é o cancro da sociedade; é a perversão da moralidade; é o triunfo da devassidão; é a porta do adultério; é o inimigo da paz doméstica; é a desmoralização da família; é a morte da fidelidade conjugal; é a extinção do amor mútuo; é o rebaixamento da mulher; é a escravidão da esposa; é o desterro da mãe; é a desgraça dos filhos; é excitação ao suicídio; é a provocação ao assassinio; é a causa de infanticídios; é o abandono dos filhos; é a devassidão dos maridos; é a recompensa da infidelidade; é o veneno do matrimônio; é a suspeita dos esposos; é o entorpecimento do amor nobre; é o desamparo da orfandade; é o ciúme, o ódio e a vingança; é a limitação da natalidade; é a sanção do crime; é a beira do abismo; é a perda do pudor; é o reino da imoralidade; é a entrada do amor livre; é o interesse da brutalidade; é a divisão das famílias; é a ilegitimidade dos filhos; é o ideal do egoísmo sensual; é a lama da voluptuosidade; é o lodo fedorento das paixões; é o ideal do bolchevismo; é a chegada do anticristo (MARCÍLIO, 1993, p.108-109)

A posição do catolicismo romanizado em favor da família tinha como objetivo a manutenção da ordem social, ou seja, a hierarquia eclesiástica desejava construir uma força que se opusesse às mudanças socioculturais que vinham ocorrendo no Brasil e que vinham trazendo problemas para dentro das próprias associações católicas, como no caso a Pia União (MARCÍLIO, 1993, p.110). Família e ordem social constituíam, pois, um binômio inseparável e um assunto constante nas reuniões da Pia União e um assunto muito polêmico de acordo com o depoimento de M.F:

Tínhamos vários assuntos que eram discutidos, mas a constituição da família ia e vinha. A família tinha que ser igual à sagrada família: Maria, Jesus e José. Família não podia se separar era para a vida toda. Eu lembro que no grupo das aspirantes do ano que eu entrei tinha uma menina que o pai e a mãe não estavam se entendendo muito bem. Em uma das reuniões o padre estava falando que o divórcio era uma devassidão, que os filhos acabavam se perdendo. Ela retrucou e foi severamente punida. Não recebeu a fita naquele ano. A diretora mais tarde disse que ela largou a associação o que para a diretora era de se esperar já que vinha de um lar desregulado. Ela só podia ser uma jovem desajustada (M.F, 2008).

Resistências e transgressões brotam quando analisamos as entrelinhas da associação, mostrando que havia entre as associadas e entre as associadas e o clero uma tensão em torno das ideias a seguir e sobre a funcionalidade da associação das Filhas de Maria. A funcionalidade da associação ultrapassava o projeto dos reformadores. Havia o interesse por parte das associadas, e porque não de seus familiares, em se projetar, em ver e serem vistas. Nas palavras de M.F.:

escolhi pertencer às Filhas de Maria não só porque era devota da Virgem Maria. Este era o motivo principal, mas também porque a menina que era da associação era tida como boa moça, moça de família, sabe como é. Assim, a gente tinha destaque na cidade. Quantas conhecidas de colégio tinham inveja da gente. As famílias gostavam porque além da gente estar resguardada dos perigos da

adolescência também era uma forma de conseguir bons casamentos. Assim, eu fui Filha de Maria como todas as minhas irmãs. Era bom. (M.F, 2008).

Então, se a prática das virtudes cristãs e a devoção à Virgem Maria eram buscadas pelo clero romanizador para justificar a pertença à associação das Filhas de Maria pelas jovens candidatas, nem sempre este era o único motivo para estas jovens. A distinção nas procissões, nas celebrações e nos festejos promovidos pela Igreja atraía e muito essas moças. Assim, embora a associação tenha sido erigida com o objetivo de fomentar e manter o fervor religioso católico romano entre as mulheres, outros interesses mobilizaram a Pia União, como o de se destacar na sociedade, de ser diferente, de outra natureza e com isso, ganhar respeito na sociedade e porque não, conseguir realizar um bom casamento.

E, para isso, as jovens associadas souberam lançar mão dos mecanismos de vigilância e controle, utilizando-os a seu favor. Um exemplo foi à premiação com uma admissão extraordinária (LIVRO DE ATAS, 1943/1954, p.17) para aquela que apresentasse excelente comportamento. Esta premiação criava para a jovem agraciada a ideia de singularidade, de maior aproximação com a Virgem e com isso, ela ganhava maior respeitabilidade de suas companheiras de associação e da sociedade, além de maior confiança e liberdade por parte do clero e de seus familiares. Este prêmio, a meu ver, tinha uma dupla significância: ao mesmo tempo em que reforçava o laço de dependência da premiada com a diretoria - já que era esta que aprovava o nome daquela a ser premiada - também criava rupturas na rede de solidariedade formada, sobretudo entre as aspirantes, uma vez que somente as melhores receberiam o prêmio. Assim sendo, além de se destacar, a aspirante tinha que apontar as falhas das demais. Independente da forma a ser utilizada, a premiação não deixava de ser um mecanismo de barganha que tanto era usado pelo clero romanizado, como pela diretoria e pela própria agraciada. N.C.S. assim coloca:

Ser admitida pela forma extraordinária era o sonho de todas as aspirantes. Eu não fui, mas depois de mim tiveram meninas que foram. Elas contavam que os pais confiavam mais nelas. Elas podiam sair desacompanhadas para ir à missa ou a reunião. Elas tinham mais liberdade. As danadinhas me contavam que aproveitavam para flertar com os moços que as olhavam. Claro além de ser Filhas de Maria elas tinham sido agraciadas por bom comportamento. Era casamento bom com certeza. Também elas ainda sempre se destacavam nas procissões e nos festejos. Tudo o padre confiava a elas. Posso falar: dava até uma pontadinha de inveja... (N. C. S., 2008).

Desta forma, a rede de vigilância não deve ser pensada de maneira unilateral e estática; pois a mesma que representava um espaço de tensões e conflitos também apresentava cumplicidades. Portanto, era uma rede aberta às solidárias trocas de silêncios e dissimulações. Neste sentido, as transgressões ocorriam tanto de forma ostensiva como de forma camuflada.

As jovens que desobedeciam às regras impostas pela associação, que discordavam dos padres ou que ousavam levantar-se contra eles eram castigadas com a expulsão e tornavam-se um contraideal para as outras Filhas de Maria. Mas, elas também passavam a figurar como uma ameaça que exigia cuidados muito especiais dos sacerdotes, porque elas ousaram discordar não só da opinião do pároco responsável pela associação, mas também do modelo de mulher proposto pelo catolicismo reformado e com isso, abalaram –de certo modo- a ideia de que uma jovem que fazia parte da Pia União das Filhas de Maria era um modelo de pureza, recato e retidão moral. Por isso, a memória da expulsa deveria ser apagada para que seu “mau exemplo” não desvirtuasse a identidade do grupo. E esse apagamento da memória era tão severo que além de ter o nome riscado no livro de admissão não era permitido as demais associadas se relacionarem ou apenas falar da colega expulsa.

E esse foi um dos pontos de dificuldade do trabalho feito: conseguir que alguma das entrevistadas falassem dessas jovens. Todas, mesmo anos depois, negaram-se a abordar essa temática.

Confirmaram que comportamentos dissonantes existiam, muitas até falaram de seus próprios comportamentos, mas sobre as expulsas o silêncio foi absoluto. Isso, para mim, deve-se ao fato que mesmo após a dissolução da Associação, essas senhoras ainda gozam de prestígio dentro de suas sociedades e comunidade religiosa. Percebi que insistir no assunto era perder uma entrevistada, uma vez que ao responderem as minhas indagações, essas senhoras iniciavam um processo de rememoração. Porém, era o tempo presente, ainda que nem sempre expresso em palavras, que servia de ponto de partida para a rememoração.

Desta forma, o que ficou perceptível foi que a matéria prima dos depoimentos com os quais se trabalha na história oral são as lembranças que são em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p.71). Ou seja, as lembranças não vivem no passado, ao contrário, precisam de um tempo presente de onde sejam projetadas e ancoradas por um sentido. Elas também jamais se apresentam isoladas, são de ordem relacional e envolvem outros indivíduos: nas lembranças, nunca estamos sós. E isso, resultou em um outro ponto: as associadas que de alguma forma analisaram mais criticamente a Associação, pediram para que seus nomes não fossem divulgados para evitar transtornos em seu meio social.

Embora a história oral não trabalhe com uma memória social ou coletiva, em seu sentido estrito, é preciso reconhecer que as memórias individuais são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas, no interior de grupos sociais. A manifestação de memórias individuais decorre da inserção delas em campos de significados de domínio coletivo, pois “no ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado na

medida em que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória”.

Em vista dessas considerações, entendemos que a memória, individual ou coletiva, é necessária à atualização da percepção da realidade, e é o que torna possível a compreensão das transformações operadas na sociedade. A manifestação de memórias individuais decorre, então, da inserção delas em campos de significados de domínio coletivo, pois “no ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado, na medida em que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória" (BARROS, 1989, p.30).

Assim, um relato fundado na memória, como o feito pelas senhoras que foram Filhas de Maria, é uma forma de reelaborar significações e (re)estabelecer relações com o passado, permitindo apreender a dinâmica da própria sociedade. A rememoração não traduz a existência de um dado imediato à percepção, é antes um ato cognitivo que um dado indivíduo, situado em uma posição distanciada, produz sobre as situações vividas anteriormente. De fato, não se pode nunca abarcar o real como ele é; entrevistados e investigador constroem uma interpretação daquilo que é dado como real.

Conclusão

A leitura de um conjunto de depoimentos não é tarefa simples. O ponto de partida é, necessariamente, a precisa delimitação de um problema de pesquisa, que no caso era tentar compreender como as associadas à Pia União experienciaram a tensão entre o normativo e o vivido. É a partir dessa delimitação que fui reordenando os acontecimentos rememorados pelas entrevistadas. Como trabalhei com um conjunto de depoimentos, foi interessante perceber que cada um contribuiu com a pesquisa complementando informações e, mais importante, oferecendo os elementos necessários para a

construção do contexto social ao qual a pesquisa se refere. No entanto, o que emerge dos depoimentos não pode ser entendido nem como uma reprodução da realidade, nem como uma contrafação dela. Ao contrário, trata-se de uma construção que cada indivíduo elaborou a partir de uma realidade cognoscível. Nesse sentido, os depoimentos permitem acesso a uma realidade demarcada pelas vivências de cada entrevistado. Tal situação manifesta-se na seletividade das experiências e dos espaços envolvidos nas lembranças narradas, que só podem ser interpretadas se relacionadas à vida do indivíduo entrevistado.

Dessa maneira, os depoimentos das associadas foram analisados considerando-se que, no curso de suas vidas, elas desempenharam (e continuam desempenhando) um conjunto de papéis sociais. Tanto Myrian Barros (1989) quanto Ecléa Bosi (1987) reconhecem que as lembranças evocadas e transmitidas por um sujeito estão presas à sua trajetória de vida, o que lhe permite oferecer um testemunho das transformações ocorridas ao seu redor e, ao mesmo tempo, produzir uma análise das mudanças por ele percebidas. Sendo assim, as trajetórias de vida participam do instrumental analítico a ser utilizado na leitura de fontes orais, pois assinalam o universo social do qual provieram e no qual se situam as pessoas entrevistadas. Os papéis sociais definem atitudes e expectativas do entrevistado, e estão relacionados aos diferentes momentos da existência de cada um.

Então, a História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade, na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade. Antes de iniciarmos um trabalho de História Oral, certas perguntas devem fazer parte de nosso planejamento ou projeto de pesquisa. O que determinadas memórias significam para o(s) entrevistado(s)? Quais as relações existentes entre o que está sendo rememorado com determinados

indivíduos, grupos, ideias ou símbolos? Que sentimentos e/ou valores a memória está externalizando?

Um primeiro olhar sobre a associação da Pia União das Filhas de Maria pode nos levar a pensar que se trata de um grupo unido e coeso em torno da devoção a Virgem Maria. Um grupo onde o trabalho de criação de uma identidade em conformidade com os padrões do catolicismo romanizado surtiu o efeito desejado. A roupa branca, a medalha, a fita azul, as reuniões de domingo e as rígidas regras do Manual criam, de imediato, a ideia de uma homogeneidade de pensamentos e ações entre as associadas. Além disso, as anotações sempre tão esmeradas das Atas não passam nenhum conflito. Corroborando para este clima de harmonia da vivência deste grupo, as primeiras falas das associadas entrevistadas apontam para a conformidade às regras e para um comportamento irrepreensível destas mulheres. Será, então, que o catolicismo conseguiu inculcar neste feminino a imagem da mulher dócil, boa esposa-mãe e devotada cristã? Não houve comportamentos discordantes?

As respostas às indagações anteriores surgiram no caminhar das entrevistas, quando lentamente os fios da memória foram sendo puxados deixando transparecer, ainda que em lampejos, fissuras nesta pretensa homogeneidade. Quando se descentrou do coletivo e passou-se a prestar atenção nas individualidades, se percebeu pequenas ousadias como desejar “brincar” carnaval, dançar e ler revistas de moda, como também grandes ousadias que resultaram no afastamento da associação. Também se percebeu conflitos, conchavos e solidariedades que ultrapassavam a simples participação em uma associação religiosa devocional.

Assim, as Filhas de Maria não eram receptáculos passivos de mandamentos e regras de conduta moral. Apesar de todo o rigor imposto pela associação visando moldar a identidade feminina, pudemos perceber que estas jovens buscaram encontrar meios de construir ou pelo menos resignificarem suas identidades. Desta maneira, as mulheres pertencentes a Pia União eram mulheres de carne e osso que, assim sendo, buscaram dar sentido ao que lhes era

passado, adaptando-o da melhor forma possível aos seus cotidianos. A vivência da fé, por mais que desejassem os padres romanizadores, era-lhes algo próprio, que ultrapassava o projeto dos agentes da Igreja.

No entanto, a tensão entre o normativo e o vivido desperta para o fato de que a construção identitária feminina vai mais além dos discursos que as vitimizam ou que as glorificam. A identidade das mulheres é construída e reconstruída dialogando, e por que não até acatando, os discursos que visam controlá-las. A originalidade destas construções consiste justamente em encontrar espaços em lugares os quais seriam, para muitos, castradores de sua produção identitária. Trabalhar com o feminino é desenvolver a percepção de que categorias binárias tais como normativo/vivido, são apenas primeiros passos para as análises. Porém, para um estudo mais aprofundado se deve ter consciência da necessidade de se descentrar desta dualidade e ultrapassá-la para não cairmos no lugar comum.

Desta maneira, a identidade das Filhas de Maria foi formada na confluência entre o que a romanização compreendia ser o papel das jovens e o que elas, a partir da compreensão do seu lugar na associação e desta no contexto do catolicismo, desejavam que fosse seu papel. Ao se optar por trabalhar com História Oral pretendia-se afastar de uma história totalizante ao dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRADE, Maria Lucélia de. O encanto da fita azul: “memórias trajadas” das Filhas de Maria. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: INTELLECTUAIS, 4, 2007, São Luís, Maranhão. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/curso/poder/2.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

- ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução – sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. **A Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 29-42, 1989.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- BERNARDES, Maria Tereza C. C. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- BOFF, Clodovis. **Maria na cultura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Jandina. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.183-191.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CORRÊA, Eliane Machado; SILVA, Simone Santos de Almeida. A religiosidade nas origens do espaço urbano juizforano: petições e despachos para ereção de capelas em devoção a Santo Antônio. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias; PEREIRA, Mabel S. **Memórias Eclesiásticas: documentos comentados**. Juiz de Fora: EDUFJF/CMIJF/ CEHILA- Brasil- Núcleo Minas Gerais, p.25-33, 2000.

DAVIDSON, N.S. **A contra-reforma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DICIONÁRIO DE MARIOLOGIA. São Paulo: Paulus, 1995.

D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

FILHO, Evaristo de (org.) **Georg Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LASK, Tomke (org.) **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

Livro de Ata da Pia União das Filhas de Maria da Catedral de Juiz de Fora (1910-1954).

MANUAL da Pia União das Filhas de Maria. Rio de Janeiro: Casa Cruz, 1896.

MARCÍLIO, Maria L. (org.) **A mulher pobre na história da Igreja latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1984.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 76. [v.4].

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. (1988) - Relatos Oraís: Do Indizível ao Dizível. In: VON Simon, O.M. (org.) - **Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

REIS, Adriana Dantas. **Cora**: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: Centro de estudos baianos, 2000.

SILVA, Michelle Pereira e INÁCIO FILHO, Geraldo. **Mulher e Educação Católica no Brasil (1889-1930)**: do lar para a escola ou a escola do lar? Disponível em: <http://www.histdbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 08 set. 2008.

Fontes Oraís

CORREA, Maria do Carmo. Matias Barbosa, agosto 2008. Entrevistador: SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. 14 de agosto de 2008.

M.F. Simão Pereira, setembro 2008. Entrevistador: SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. 06 de setembro de 2008.

N. C. S. Juiz de Fora, agosto 2008. Entrevistador: SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. 30 de agosto de 2008.

N. G. Juiz de Fora, agosto 2008. Entrevistador: SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. 25 de agosto de 2008.

PINTO, Maria. Matias Barbosa, agosto 2008. Entrevistador: SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. 12 de agosto de 2008.

Borregaard: imigrantes temporários, imprensa e os espaços de sociabilidade

*Jaqueline da Silva de Oliveira*¹

A questão da imigração no contexto da instalação da Borregaard no Brasil será abordada a partir da metodologia da História Oral. Considerando que foi um processo temporário, não há muitos registros oficiais sobre a vinda dessas famílias para Guaíba no início da década de 1970. Embora a imigração seja identificada como um fenômeno das massas por Núncia Santoro de Constantino (2006, p. 65), ela também informa que “é em primeiro lugar, um deslocamento de diferentes pessoas em diferentes tempos e espaços, qualificados em muitos sentidos, isto é, social, econômica, política e culturalmente”. Nesse sentido, é exatamente o que ocorreu com os trabalhadores da Borregaard: um grupo de pessoas vindo de uma região muito distante, com língua, cultura e hábitos totalmente diversos chegou à cidade, e ainda que sua estada tivesse um tempo determinado, a presença dessas pessoas gerou um impacto na sociedade local.

Para tanto, serão trabalhados os depoimentos orais de Åsa Dahlström Heuser e Frank Cranston Woodhead². Sobre a validade

¹ Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/PUC/RS.

² HEUSER, Åsa Dahlström. **Transcrição do depoimento oral**. Guaíba, 11 abril. 2012. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS. WOODHEAD, Frank Cranston. *Transcrição do depoimento oral*. Porto Alegre, 01 de outubro. 2013. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS.

destes documentos pode-se argumentar que uma vez que a memória é socialmente construída, toda documentação também o é (POLLAK, 1992), logo a depoente apresenta a sua história de acordo com a construção de sua própria memória. Marieta de Moraes Ferreira (1998, p. 7) afirma que:

Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os tortuosos meandros dos processos decisórios. Muitas decisões são tomadas através da comunicação oral, das articulações pessoais; [...] Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia.

Åsa é finlandesa e emigrou para o Brasil aos 13 anos em 1970, quando seu pai, engenheiro químico, recebeu uma proposta de trabalho por parte da Borregaard que se preparava para colocar a nova fábrica em funcionamento no sul do país. Conforme descrito por Åsa em seu depoimento, sua família, apesar de também vir da Escandinávia, destoava um pouco das outras famílias de trabalhadores noruegueses e suecos contratados pela empresa. Embora não houvesse dificuldades financeiras, a depoente descreve que seu pai estava frustrado com a carreira na Finlândia; por ser de origem sueca e não falar finlandês, sua carreira estava estagnada em função do “preconceito linguístico”³ e eles vieram com a intenção de ficar no Brasil (HEUSER, 2012).

Foi assim, uma firma norueguesa que estava procurando gente para trabalhar aqui no Brasil, no projeto dessa fábrica, para montar e fazer funcionar a fábrica aqui no sul do Brasil. Então, ele aproveitou a oportunidade que ofereceram, porque ele chegou à conclusão que era o único jeito de ele progredir na carreira, então daí por isso que a gente veio. E a maioria do pessoal que veio era da Noruega, veio gente da Suécia, de vários lugares, alemães também acho que vieram, a maioria veio para ficar dois anos e voltar. E inclusive a oferta que o meu pai tinha era de que ele tinha

³ O sueco embora também seja considerado uma língua oficial na Finlândia, é falado por uma minoria, sendo a língua materna de 6% da população finlandesa.

que ficar dois anos aqui e depois eles dariam para ele um emprego na Noruega. Então nos poderíamos ter voltado para a Noruega, mas então meu pai decidiu ficar, e ele trabalhou aqui quase três anos, quando então ele decidiu aceitar um outro emprego na Bahia, para montar uma outra fábrica, que no fim das contas nada daquilo nunca saiu do papel, não deu muito certo. Acabou que ele foi morar em São Paulo, onde ele conseguiu emprego por uma firma finlandesa, ele trabalhou como terceirizado pra Klabin na época. (HEUSER, 2012, p. 3).

Já Frank Edward Cranston Woodhead é filho de Peter Cranston-Woodhead, primeiro diretor da Borregaard e cônsul honorário da Noruega em Porto Alegre. Frank sucedeu seu pai na função de cônsul norueguês, e relata em seu depoimento as suas memórias de como se deu esse processo: “meu pai (quando nomeado cônsul) não sabia ainda, mas logo em seguida viriam famílias inteiras de noruegueses para cá, para instalar a Borregaard”, e prossegue: “na verdade o consulado iniciou por esse aspecto, foi pela necessidade imperiosa de ter um consulado onde tem famílias norueguesas.”

Figura 1 - Vista da vila residencial



Fonte: Disponível em: < <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/> > acesso em janeiro de 2018.

Conforme informado por Frank (2013, p. 2), foi realmente construída uma espécie de vila próxima à fábrica para abrigar as quase 40 famílias que se deslocaram para Guaíba. “Então, para ver a importância desse aspecto social para essas indústrias... tanto é que eles construíram um bairro residencial, porque Guaíba tinha muita pouca coisa”. Åsa conta um pouco sobre essa vila e a decisão da sua família de não morar lá:

Ela (mãe de Åsa) não quis morar naquela vila que eles fizeram especialmente para abrigar os noruegueses, nós podíamos ter morado lá, mas ela queria se misturar com os brasileiros, então a gente ficou morando mais no meio, num bairro onde tivesse brasileiros. Mas a gente se encontrava nas casas uns dos outros (noruegueses) ou no clube. (HEUSER, 2012, p. 6)

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à estrutura dessas famílias, no caso dos Dahlströms, o núcleo familiar era composto por sete pessoas, quais sejam: Åsa, três irmãs e um irmão, seu pai e sua mãe. Segundo Peter conta em seu livro, foram ao todo 37 famílias que vieram, e sobre a adaptação, Åsa relata:

Naquele tempo, nessa escola que eu mostrei pra vocês, o diretor era um belga e ele falava inglês... não me lembro mais o nome dele agora [risos], faz tanto tempo! Então ele nos recebeu, não só nós, como vários filhos de noruegueses, todos eles começaram a frequentar justamente essa escola, e ele então orientava os alunos que falavam português a ensinar português pra nós, então ele foi bem legal assim, de orientar os outros alunos a nos ajudar a aprender a língua. Então eu me lembro que eu ia para a escola e eu tinha um dicionáriozinho bem precário de português-sueco, e às vezes dava problema porque os termos eram de português de Portugal e aí o pessoal não entendia. A maioria absoluta não falava inglês, o inglês era extremamente precário, ninguém falava. (HEUSER, 2012, p. 3)

Figura 2 - A família Dahlström pouco antes da vinda ao Brasil,
Åsa é a primeira da esquerda para a direita



Fonte: Laboratório de História Oral da PUCRS.

Sobre os espaços de sociabilidade compreende-se que esses deslocamentos de pessoas se caracterizam pelas relações sociais entre os imigrantes e os locais; como “espaços de sociabilidade” entende-se, conforme descrito por Simmel (1986 *apud* CONEDERA, 2012, p. 208), as ações sociais que têm lugar entre os homens, ações recíprocas ou que dispõem da “possibilidade de convivência”.

Åsa apresenta um panorama desses espaços em sua narrativa quando fala sobre o clube que a Borregaard mantinha para os funcionários estrangeiros:

O clube foi feito especialmente para os noruegueses, eu lembro que tinham cavalos, tinha restaurante, refeitório, tinha quadra de futebol, tinha uma série de coisas. A gente frequentava, mas eu não frequentava tanto na verdade. Eu acho que me enturmei mais mesmo com o pessoal... os brasileiros... Eu participava bastante, a gente ia... eu falei antes que tinha o clube aqui a SAFE⁴, a gente ia lá, participava dos almoços e bailes. E eu me lembro que o meu aniversário de 14 anos foi feito nesse clube, foi comemorado, celebrado nesse clube... meu aniversário de 14 anos! (HEUSER, 2012, p. 6)

⁴ *Sociedade Amigos dos Balneários Florida e Vila Elza em Guaíba.*

Frank também aborda aspectos da sociabilidade dos imigrantes, salientando que embora houvesse dificuldades linguísticas, eles tentavam se adaptar socialmente recorrendo a Porto Alegre.

É difícil falar hoje, porque estamos nos referindo há 40 anos atrás, Guaíba não tinha nada [...], então o que acontecia, eles saíam de camionete, todas as senhoras (norueguesas) e iam fazer compras coletivas em Porto Alegre, elas iam para o supermercado porque em Guaíba não se conseguia nada. Então fora o choque cultural, e linguístico, eles se isolaram um pouco lá, mas procuravam dentro do possível interagir, eles iam para o cinema, iam para o teatro, mas tudo nessa base, moravam lá e pegavam um micro-ônibus e iam para Porto Alegre. (Woodhead, 2013, p. 9)

Figura 3 - Mãe da Ása, Iris, na praia da Vila Elza em Guaíba, 1970



Fonte: acervo pessoal

Acerca de quem eram essas pessoas que participaram desse trânsito entre Noruega e Brasil, Frank confirma a versão de Ása, explicando que não foram apenas noruegueses que vieram trabalhar na instalação da fábrica:

Foram todos especialistas e engenheiros na construção da fábrica, na verdade, eu acho, tenho quase certeza, eles trouxeram uma empresa chamada Jacopane. É uma especialista em indústria de celulose, que faz os projetos, e todos eles eram escandinavos, mas

não eram só noruegueses, suecos e finlandeses também. A Jacopane é uma empresa finlandesa. Então, houve muita transferência de *know how*, na verdade de como fazer, de como montar, porque não havia nada parecido na época, nem no Brasil, aqui no Rio Grande do Sul muito menos. (WOODHEAD, 2013, p. 9)

Sobre o retorno dessas famílias, Frank informa que se deu de forma gradual, em um período de dois a três anos depois de sua chegada e Åsa confirma que realmente a maioria deles retornou à Escandinávia, no entanto sua família permaneceu. Enquanto parte da família rumou para São Paulo, Åsa continuou no sul, hoje reside em Guaíba e é professora de língua sueca, chegou a dar aulas no Instituto Brasileiro Escandinavo de Intercâmbio Cultural (IBEIC), que funcionava em Porto Alegre e hoje está inativo:

Então essas famílias vieram pelo menos durante a construção, depois durante a operação havia um diretor superintendente chamado Yngve, que na verdade tocava o empreendimento que era de origem norueguesa, mas ele veio de São Paulo. E aí as famílias foram saindo, foram voltando pra Noruega para a Borregaard lá. ((HEUSER, 2012, p. 9)

Outros aspectos dizem respeito à interação da empresa com a comunidade local. A Borregaard organizou uma banda marcial dos seus funcionários, havia times e campeonatos esportivos, além dos inúmeros cursos de formação que eram oferecidos aos empregados em parceria com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em comunidades virtuais hoje, mantidas em redes sociais como o Facebook⁵, sobre a memória e história de Guaíba, os moradores da cidade compartilham muitas fotos que fazem referência à fábrica, sempre acompanhadas de saudosismo e discussões acaloradas, demonstrando que a Borregaard ainda tem forte presença na memória e no imaginário da cidade.

⁵ Grupo na rede social Facebook intitulado “História de Guaíba”: <https://www.facebook.com/groups/141716009496748/?fref=ts>

Figura 4 – Centro de formação profissional SENAI



Fonte: Disponível em: < <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/> > acesso em janeiro de 2018.

Figura 5 - Banda Borregaard em Guaíba



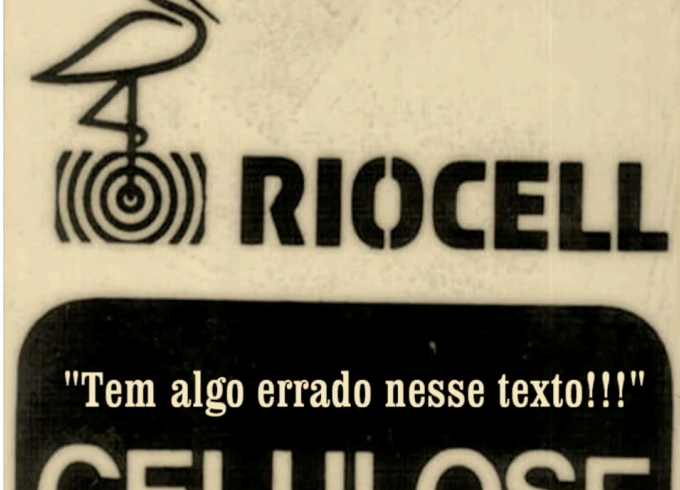
Fonte: Disponível em: < <http://www.celuloseriograndense.com.br/exposicao40anos/> > acesso em janeiro de 2018.

A figura 5 foi retirada de uma montagem em vídeo armazenada na plataforma YouTube⁶, intitulada “Fotos antigas dos

⁶ Vídeo sobre a Borregaard no YouTube, enviado em 6 de fev de 2011: https://www.youtube.com/watch?v=XpFG_MWGWcs

funcionários da Borregaard-Guaíba”, uma espécie de homenagem feita por algum ex-funcionário da empresa.

Figura 6 - Referência à mudança de nome da fábrica, que passou de Borregaard a RioCELL



Fonte: YouTube (2015).

Compreende-se, então, que essa pequena imigração, ainda que temporária, foi bastante marcante no desenvolvimento tanto da fábrica, que se beneficiou da mão de obra especializada, quanto da cidade, a partir da criação de novos espaços de sociabilidade e da troca cultural proporcionada por essa vinda. Os laços que Åsa desenvolveu com Guaíba são indiciários dessa relação, que pode ser verificada nos comentários de antigos moradores quando se referem de maneira saudosa “aos churrascos no clube dos noruegueses”, ou em uma rede social na qual um norueguês filho de um funcionário relembra sua infância, “quando ele sabia falar português”.

A Borregaard surge no contexto brasileiro em meio à ditadura militar, fruto dos interesses da empresa norueguesa em ampliar seu mercado e criar uma filial capaz de fornecer a matéria-prima necessária para sua expansão. A empresa ganha notoriedade na imprensa pelo fato de ter provocado uma grande reação popular em resposta aos problemas ambientais provocados pela fábrica no Brasil. Desde o início do seu funcionamento em 1972, as críticas ao

mau cheiro de sua fumaça e caldeiras fizeram surgir uma imagem negativa na mídia gaúcha e, posteriormente, nacional. Tais reclamações foram expressas de diferentes formas, desde *charges* irônicas nos jornais locais, até artigos escritos por ambientalistas.

A pressão da sociedade foi tamanha, que mais tarde o governador gaúcho Euclides Triches autorizou o fechamento da empresa em 9 de dezembro de 1973, quando diversas ações foram feitas na tentativa de melhorar a qualidade do ar, reabrindo a Borregaard em 14 de março de 1974. Foram três meses de trabalhos internos com o objetivo de reverter as críticas da sociedade porto-alegrense à companhia.

Maria Cristina Silva (2002) aborda a questão da imprensa em relação à Borregaard descrevendo a situação como uma espécie de “guerra psicológica”, e de certo modo foi mesmo. Jornais como Zero Hora, Correio do Povo e Folha da Tarde exploraram exaustivamente a história da Borregaard, em um primeiro momento fazendo a cobertura do novo empreendimento, e mais tarde quando a fábrica iniciou as atividades e empesteou ar com sua fumaça sulfurosa, denunciando e mobilizando a população contra ela.

Figura 7 - Nota comemorativa, publicada no Correio do Povo, na inauguração da Borregaard



Fonte: acervo Jornal Correio do Povo, 16 mar. 1972.

Breno Caldas, então proprietário da Companhia Jornalística Caldas Júnior, grupo do qual faziam parte os jornais Correio do Povo e Correio da Tarde, era um dos homens mais influentes do Estado; ele possuía um haras na zona sul de Porto Alegre, o Haras do Arado, onde criava cavalos de corrida trazidos da Europa e seus cavalos,

bem como seu haras, eram referência no turfe brasileiro⁷. Acontece que o Haras do Arado ficava no bairro Belém Novo, na zona sul de Porto Alegre, e o cheiro fétido da fábrica era carregado pelo vento principalmente nessa direção. Conforme conta Giselda Castro⁸, sobre os fatores que ajudaram a deslanchar o movimento ecologista:

[...] foi a Borregaard. E por quê? Porque mexeu no bolso. Breno Caldas, que era dono da Caldas Júnior, tinha um haras. Como aquele cheiro [...] estava matando os cavalos dele (e aí entra o lucro), ele abriu a imprensa para as reivindicações ecologistas (BONES; HASSE, 2002, *apud* PRESTES, 2009).

Para Augusto Carneiro, um dos fundadores da AGAPAN⁹, ao lado de José Lutzenberger, a luta contra a Borregaard foi promovida pelo Correio do Povo, porque Breno Caldas estava preocupado com a poluição do Guaíba:

Tem uma lenda aí que nós é que dirigimos a luta da Borregaard, mas não é verdade. Quem fez a luta da Borregaard foi o dono do Correio do Povo. Ele facilitava as reportagens, milhares. Nós podíamos até entrar no jornal e falar, ele fez uma campanha contra a Borregaard por causa do mau cheiro, por causa da agressão ao Guaíba. Se continuassem colocando todo o lodo lá dentro, hoje o rio Guaíba não seria mais navegável. Nós temos uma fotografia aérea da poluição dentro da água, saindo na Lagoa dos Patos. Uma fotografia aérea! Vi uma fotografia mais recente – não existe mais isso, o lodo todo é aproveitado. (URBAN, 2001, p. 73)

Independente das motivações de Breno Caldas, ele deu voz aos ambientalistas, colocando a empresa em uma situação bastante difícil perante a opinião pública. Chargistas como Sampaulo e Santiago publicaram diversas críticas na Folha da Tarde durante a década de 1970. Nelas, eles denunciavam o problema do forte cheiro

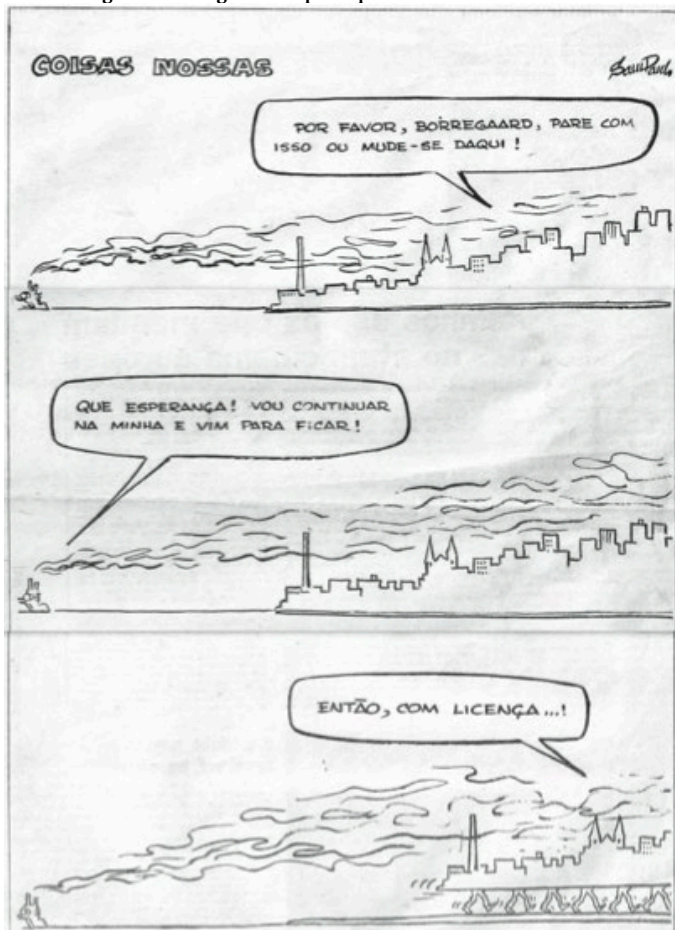
⁷ http://www.raialeve.com.br/conteudo/index.php?cod_cont=24489&&mes=03&&ano=2009&&cod_se_cao=4

⁸ Uma das fundadoras da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)

⁹ Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

da fábrica, as tentativas paliativas de resolver o problema, bem como o desejo da sociedade de que a empresa fosse embora do Estado.

Figura 8 - Charge de Sampaolo publicada na Folha da Tarde



Fonte: Disponível em: < http://sampaolocartunista.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html > acesso em janeiro de 2018.

De acordo com Slongo (1990, p. 76), a imagem negativa da empresa cresceu rapidamente:

Nesta época, ainda fortemente policiada, a imprensa encontrava no caso Borregaard um dos poucos assuntos para o qual não havia censura. Nas palavras do jornalista Ivo Stigger (Correio do Povo),

‘o mau cheiro, afinal de contas, importunava civis e militares, reacionários e progressistas, ricos e pobres’.

Cada vez mais o caso Borregaard se transformava em uma questão política, e a imprensa fez seu papel, não cedendo às tentativas da empresa de dialogar com a população através de notas pagas nos jornais. Mesmo periódicos de fora do Rio Grande do Sul se ocupavam da história, caso do jornal carioca “Opinião”, que publicava regularmente artigos sobre a situação da empresa no Rio Grande do Sul. O jornal carioca apresentava uma visão mais neutra sobre o caso, sempre questionando a participação do governo do Estado e em relação aos problemas gerados pela fábrica. Em um artigo sobre a empresa, o Opinião (1974, p. 14) apontou uma das tentativas da Borregaard de usar a imprensa a seu favor:

No dia 29 de novembro do ano passado, num anúncio de página inteira em todos os jornais de Porto Alegre a Borregaard anunciava que ‘tem a satisfação de registrar que foi colocado um ponto final no único detalhe negativo da empresa: o mau cheiro’.

As charges sobre a empresa eram uma constante nos jornais gaúchos. Guazzelli dedicou um artigo¹⁰ à análise dessas publicações, que ilustram como o governo gaúcho priorizava a fábrica em detrimento das reclamações advindas da sociedade. O artista Sampaolo chegou a retratar o desejo no final da década de 1970 de que a estação espacial *Skylab* (que vagou no espaço e caiu no Oceano Pacífico) caísse sobre a fábrica com o apoio da população de Porto Alegre.

A forte campanha da imprensa levou a sociedade gaúcha a pressionar a câmara dos deputados a abrir uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), presidida pelo Deputado Augusto Trein (Arena). O deputado chegou a sugerir a denúncia do contrato e “a encampação da indústria pelo BNDE e a instalação de um processo integrado de produção de papel no próprio local” (ZERO HORA). O objetivo destas

¹⁰ GUAZZELLI, Dante Guimarães. “A imagem que cheira mal: as charges de Sampaolo e de Santiago sobre o caso Borregaard/Riocell durante a década de 70.” História Oral, v. 1, n 15, p. 247-253, jan-jun, 2012.

medidas era garantir que a produção em larga escala permanecesse no país e as medidas de combate à poluição fossem aplicadas. A tomada da empresa pelo governo não foi feita, mas a CPI e todas as críticas recebidas ajudaram a diminuir o poder e o interesse dos noruegueses pela companhia brasileira eventualmente acabou sendo vendida ao governo brasileiro e estatizada.

A presente pesquisa tratou da trajetória da Borregaard no Brasil, no período de 1970 a 1975, relacionando-a à História Empresarial. Com o objetivo de entender como e porque um investimento industrial tão grandioso durou tão pouco, procurou-se compreender os mecanismos que nortearam a vinda da empresa para o país, suas motivações e expectativas. A empresa impactou diretamente a economia e sociedade guaibense no momento de sua chegada, mas certamente o ponto mais marcante no que tange aos desdobramentos sociais foi no aspecto ecológico. A fábrica às margens do Guaíba e a fétida fumaça expelida por suas chaminés suscitaram o debate ambiental no Rio Grande do Sul e a batalha contra a Borregaard mobilizou ambientalistas e imprensa, mas acabou envolvendo toda a população.

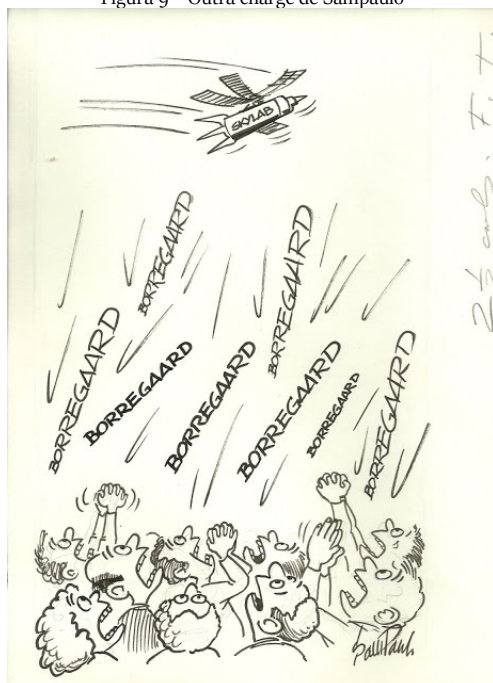
A fim de resgatar as memórias sobre o período em que essas pessoas se deslocaram da Escandinávia rumo a Guaíba, tomou-se o relato de uma imigrante do grupo que ficou definitivamente no Brasil e do filho do Cônsul responsável por salvaguardar as necessidades desses trabalhadores pelo período que aqui estivessem. O material fotográfico e documental fornecido pelos entrevistados deu suporte aos seus relatos.

Através dessas narrativas, foi possível identificar como se deu a interação entre a sociedade local e os estrangeiros, mediante a dificuldade de comunicação imposta pela barreira linguística. As crianças norueguesas estudaram em uma escola local, as famílias iam ao cinema e ao teatro em Porto Alegre, e embora a empresa tivesse seus próprios espaços de lazer, alguns desses estrangeiros acabavam participando das atividades da cidade, como Åsa, que

conta em seu depoimento que seu primeiro aniversário no Brasil já foi comemorado no clube dos brasileiros.

Os trabalhadores trazidos pela Borregaard eram todos especialistas em suas áreas, a maioria engenheiros da área química e civil. Essa mão de obra especializada foi fundamental para a instalação da indústria em Guaíba, pois além da construção e instalação da fábrica, também foram responsáveis por dar o suporte necessário aos trabalhadores brasileiros que tocariam a fábrica posteriormente.

Figura 9 - Outra charge de Sampaolo



Fonte: Disponível em: < http://sampaolocartunista.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html > acesso em janeiro de 2018.

No entanto, percebe-se que nem mesmo com a nacionalização da fábrica sua relação com a imprensa mudou prontamente, permanecendo ainda a imagem da Riocell associada à Borregaard, conforme demonstra Guazzelli (2012, p. 249) ao analisar uma

charge de Santiago para a Folha da Tarde em julho de 1976: “apesar de o nome ter sido modificado, o que existia do outro lado do Guaíba era a velha, feia e malcheirosa Borregaard.”

Além disso, nem mesmo seu mais ferrenho opositor, Lutzenberger, escapou das críticas quando aceitou ir trabalhar para Riocell, conforme informa Pereira (2008, p. 21, citando Bones e Hasse (2002, p. 40):

Numa entrevista à revista Guia Rural, em 1989, ele explicou: ‘Dizem que eu me vendi à Riocell. Na verdade, eu tive de tirar o chapéu para eles. Mas não era para tirar? Se tu brigas dez, doze anos com alguém, dizendo que ele deve fazer isso e aquilo, e ele faz, qual a tua atitude? Ora, tu vais lá e te abraças a ele, não é mesmo?’

Figura 10 - Charge de Santiago, Folha da Tarde, julho de 1976



Fonte: Guazzelli (2012, p. 249)

Com a nacionalização da empresa, o inimigo comum se tornou propriedade do governo. Parece natural que as críticas nos jornais tenham, aos poucos, perdido força, considerando que o Brasil não possuía um governo democrático, e embora a Riocell tenha investido muito na imagem da empresa, com a intenção de

mudar o quadro negativo, até os dias atuais quando algum jornal se refere à fábrica não é raro acrescentar “a antiga Borregaard”, como forma de situar o leitor. Por mais que tenha sido Riocell, Klabin, Aracruz e agora Rio Grandense Celulose, a referência continua sendo a da empresa norueguesa.

Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **História e histórias de vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2 (39), p. 381-420, ago. 2010.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009.

BARTH, Friedrich. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: FCE, 1976.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRUM, Rosemary Fritsch. História e memória: a soldadura da imaginação. **Revista de Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 75-84, jun. 2006.

CARRION, Otilia Beatriz K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 225-250, 1989.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão**: vozes, imagens, histórias. Porto Alegre: Biblos, 2004.

_____. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. **Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 63-73, jun. 2006.

_____. **O italiano da esquina**: imigrantes meridionais na sociedade portoalegrense. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2008.

FENELON, Déa Ribeiro [et al.] (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). **Entre-vistas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FOLGUERA, Pilar. **Cómo se hace historia oral**. Madrid, Espanha: Eudema, 1994.

FREITAS FILHO, Almir Pita. História econômica e história de empresa: algumas reflexões metodológicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 10, n.1, p. 170-171, 1989.

FURRE, Berge. **História da Noruega**: século XX. Da independência ao Estado de bem-estar social. Blumenau: Edifurb, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 1ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUAZELLI, Dante Guimaraens. A imagem que cheira mal: as charges de Sampaolo e de Santiago sobre o caso Borregaard/Riocell durante a década de 70. **História Oral**, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 15, p. 247-253, jan./jun. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul – 1920-1950. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 14, p. 103-118, jun 2000.

Hilgemberge, Emerson Martins; BACHA, Carlos José Caetano. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 145-164, set. 2001.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Jacobsen, Frank Kiel. Oscar Pedersen. In: HELLE, Knut. **Norsk biografisk leksikon**. Oslo: Kunnskapsforlaget. Retrieved 11 September 2010.

Lima-Toivanen, Maria Barbosa. A evolução da indústria sul-americana de celulose e papel: foco no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista O Papel**, São Paulo, v. 74, n. 9, p. 51-66, set. 2012.

LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, Charles. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Suliani, 2012.

_____. Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção. **Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 89-104, dez. 2004.

MORAIS, Roque; GALIAZZI, Maria Do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

NASCIMENTO, Ana Paula M. do. **Corporate social responsibility in Brazil:** a comparative analysis of two paper companies. 2004. 62 p. Dissertation (Master in City Planning) – Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, 2004

PEREIRA, Elenita M. A voz da primavera: as reivindicações do movimento ambientalista gaúcho (1971-1980). **Revista Historiar**, Sobral, CE, v. 1, p. 1-25, 2008.

_____. Meio ambiente e ditadura no Brasil: a luta contra a celulose Borregaard (1972-75). **Revista de Historia Iberoamericana**, Madrid, España, v. 7, n. 2, p. 147-166, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

_____; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza (Orgs.) **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PIERENKEMPER, Toni. Conceptos y desarrollo reciente de la Historia Empresarial em Alemania (1962-2002). In: ERRO, Carmen. **Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRESTES, Antonio João Dias. **Pobre Guaíba, quem te vê, quem te viu: a degradação ambiental das praias de Porto Alegre, na passagem dos anos 1960 para os 1970**. 2009. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SCHIMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia. **Revista de Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, jun. 2006.

SCHUMPETER, Joseph. On the concept of social value. **Quarterly Journal of Economics**, v. 23, p. 213-232, 1908.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942**. São Paulo: Nacional, 1985.

SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. **Uma comunidade eslava ortodoxa: russos e ucranianos em Porto Alegre - 1948**. 1996. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SILVA, Maria Cristina Vinas G. Imprensa e Educação Ambiental: um estudo sobre a contribuição do jornal. In: DORNELLES, Beatriz. **Mídia, imprensa e as novas tecnologias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

Slongo, Luiz A. Meio ambiente e estratégia tecnológica da Riocell. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 75-82, jul./set. 1990.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**: estudios sobre las formas de socialización. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1986.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1977.

THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). **Vozes do Porto**: memória e história oral. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEBER, Regina. **Imigração e identidade étnica**: temáticas historiográficas e conceituações. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Woodhead, Peter D. **Cranston**: para que eles não esqueçam. Porto Alegre, 1992. Tradução de Guilherme Zaffari. Disponível no Laboratório de História Oral da PUCRS. Acervo Lapho PUCRS.

Depoimentos orais

HEUSER, Åsa Dahlström. Transcrição do depoimento oral. Guaíba, 11 abril. 2012. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS.

WOODHEAD, Frank Cranston. Transcrição do depoimento oral. Porto Alegre, 1º de outubro. 2013. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS.

Memórias de luta: experiências do PCB na política mineira (1945-1964)

*Camila Gonçalves Silva Figueiredo*¹

Introdução

A proposta deste capítulo recai no objetivo de compreender a participação dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na dinâmica da política estadual. Este estudo é parte integrante da tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, intitulado: “Por uma vanguarda revolucionária: estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais”, cuja defesa se deu em agosto de 2017. Para este capítulo percorremos três trajetórias de indivíduos que foram membros do PCB entre os anos de 1945 a 1964 e que, de alguma forma, tiveram suas vidas marcadas não apenas pela atuação na dinâmica interna do partido, mas também por terem participado de disputas por cargos políticos.

Para a construção dessas análises, recorreremos a entrevistas realizadas com indivíduos que foram militantes do PCB mineiro e que fizeram parte de movimentos junto com trabalhadores urbanos. Em meio às buscas por acervos que contivessem informações sobre a história e trajetória do PCB, nos deparamos com várias transcrições de entrevistas realizadas pelo Núcleo de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências

¹ Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Administração Supervisão e Orientação Educacional e, Especialista em Gestão e Tutoria em EaD.

Humanas/FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. O acervo contém depoimentos realizados com indivíduos que fizeram parte de sindicatos e partidos políticos no estado de Minas Gerais ao longo do século XX. As entrevistas foram feitas embasadas pela metodologia da história oral, e compõe o projeto “Visões de Minas”. Selecionamos depoimentos que tratam de sujeitos que vivenciaram experiências no PCB mineiro e em sindicatos no período estabelecido como recorte temporal desta pesquisa (1945 a 1964). A forma como foram estruturadas as entrevistas contribuiu para a realização da nossa proposta analítica. Os depoimentos consistiram na coleta de informações sobre a trajetória dos entrevistados - como a identificação da origem, formação, nascimento, atuação política, vida pessoal - de maneira que para cada fase da vida perguntas sobre o contexto histórico social foram realizadas. Dessa forma, as entrevistas permitiram compreender a história de vida dos comunistas, permeadas pela atuação em sindicatos, partidos, na sociedade e na política mineira.

As contribuições da metodologia da história oral são ressaltadas por pesquisadores dedicados ao estudo da memória como fonte e objeto de estudo. Para Michael Pollak (POLLACK, 1989, p.3-15), por exemplo, a memória é a reconstrução psíquica do passado, faz parte das experiências individuais do sujeito, e está imersa na coletividade na qual ele está inserido. Além da valorização das experiências pessoais, a oralidade apresenta-se como uma alternativa a pesquisas que detêm rarefeitas possibilidades de fontes materiais. Este não é o caso deste estudo, já que o aporte documental utilizado foi numeroso, todavia uma parcela considerável refere-se a documentos elaborados pelo aparato repressor e pelos originais do partido que foram apreendidos. O primeiro contém a perspectiva dos membros dos órgãos de repressão a respeito dos trabalhadores e dos pecebistas. Dessa forma, contém o viés que tende a menosprezar esses segmentos e a deturpar a sua imagem e representação. Já o segundo, apesar da relevância e qualidade,

encontra-se fragmentado; em vista disso, os relatos orais contribuem para elucidar muitas lacunas.

Por outro lado, é preciso ressaltar que tais depoimentos contêm informações que dificilmente estariam expressas nos registros oficiais do partido e de sindicatos. Relatos a respeito do cotidiano, da dinâmica da interação entre pecebistas e trabalhadores, inclusive daqueles que não possuíam vínculo ideológico com o PCB, podem ser melhor compreendidos por meio das experiências daqueles que fizeram parte da agremiação. Além disso, parte significativa dos documentos partidários apreendidos está relacionada à orientação, às resoluções e ao planejamento de ações e estratégias. Isto é, são documentos oficiais e norteadores do partido. Por estes documentos podemos conhecer a estrutura e a constituição do partido oficial, e com os relatos orais temos algumas perspectivas do partido na prática.

Ainda em relação às contribuições da história oral, Pollack ressalta a oportunidade que os pesquisadores têm de valorizar memórias “subterrâneas”, ou seja, o conhecimento daqueles que muitas vezes foram marginalizados pela historiografia; em suas palavras:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. (POLLACK, 1989, p.4)

Além do emprego da memória individual, o uso de depoimentos orais nos permite o contato com as reminiscências da memória coletiva. Para Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 2006) não é possível dissociar memória individual e memória coletiva, pois em sua concepção uma lembrança pessoal não pode estar separada da coletividade. Assim, o autor define o conceito de memória como uma reminiscência ligada ao caráter coletivo do indivíduo. Assim, conforme o autor a memória é constituída pelas relações do

indivíduo com o grupo do qual faz parte, e são estas relações que contribuem para a construção dos laços entre os indivíduos e formam reminiscências históricas. Por entender a memória como um fenômeno coletivo, o autor ressalta a importância do seu uso como fonte em estudos históricos e sociológicos. Ao se deparar com dada trajetória individual, temos a oportunidade de desvelar aspectos do agrupamento social do qual o sujeito faz parte, tais como: instituições, partidos, lugares. A compreensão da importância e uso da memória coletiva apreçoado por Halbwachs influenciou pesquisadores de variadas áreas, como história, antropologia, sociologia e psicologia. Os pesquisadores Miguel Mahafoud e Maria Shimidt ressaltam a contribuição da memória individual para o entendimento dos grupos sociais. Segundo eles:

[...] destinos dependem da ausência ou presença de outros que se constituem como grupos de referência. O grupo de referência do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. (MAHAFOUD, SHIMIDT, 1983, p.288)

Este não é um capítulo dedicado à realização de biografias, mas de apresentação de marcos significativos da trajetória de vida de sujeitos que tiveram suas vidas alteradas em função de serem membros do PCB. São eles, Dimas Perrin, Armando Ziller e Lindolfo Hill. A escolha por estes nomes se deu em razão do maior quantitativo de registros identificados nos acervos pesquisados e, devido à possibilidade do uso de entrevistas, que foram feitas mediante o emprego da metodologia da história oral. As entrevistas nos permitirão vislumbrar as impressões memorialísticas de homens que estiveram à frente das lutas e ações do PCB mineiro, tanto no espaço sindical, quanto na seara política. Este foi o caso da série de entrevistas realizadas pelo Núcleo de História Oral da FAFICH com Hill e Ziller das quais nos utilizaremos neste capítulo.

Para desenvolver esta pesquisa, nos respaldamos nas análises desenvolvidas por Norbert Elias em “A sociedade dos indivíduos”

(ELIAS, 1984). Nesta obra, Elias afirma que compreender trajetórias individuais nos permite entender a sociedade na qual os sujeitos estão inseridos. As relações entre a parte (indivíduo) e o todo (sociedade) são indissociáveis, fazem parte de um universo no qual um exame arraigado nos revela aspectos culturais, comportamentais e estruturais que não poderiam ser compreendidos se fossem examinados isoladamente. Daí a importância em analisar a partir de cada trajetória individual dos membros do PCB. Tais fontes nos fornecem dados e impressões das experiências individuais e nos permitirão entender como se davam as relações interpessoais no universo coletivo do partido, a dinâmica interna, as estratégias e as ações adotadas. Ainda de acordo com Elias, cada indivíduo está envolto a uma teia de relações interligadas direta e indiretamente, isto é,

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos “estruturas sociais”. E, ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidades sociais”, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas.(ELIAS, 1994, p.20)

Examinar as estruturas sociais e as relações individuais em um universo coletivo oportuniza um olhar mais próximo das experiências do PCB relativas às décadas de 1940 a 1960. Até então, esta tese adotou uma perspectiva macro das ações dos pecebistas em Minas Gerais. Neste capítulo estreitamos o nosso olhar ao concentrar o nosso foco nas relações interpessoais dos indivíduos

selecionados. De acordo com os estudos desenvolvidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2003) as trajetórias individuais permitem perceber a constituição do universo social no qual o sujeito está inserido, isto é, seu campo. Paralelamente, ao examinar as estruturas sociais, nos deparamos com elementos que são incorporados pelos sujeitos subjetivamente, e que fazem parte do seu *habitus*. Para Bourdieu (2003) o *habitus* refere-se aos comportamentos e percepções de vida que são incorporados pelo homem no processo de socialização. Faz parte dela costumes, normas, aspectos ideológicos e culturais. Assim como afirma Elias, também para Bourdieu não há separação ou dicotomia entre indivíduo e sociedade, daí a relevância em compreender, a partir de estudos cujo enfoque são trajetórias individuais, as estruturas sociais em sua complexidade. Dessa forma, os estudos de Bourdieu contribuem para este estudo ao respaldar uma análise da sociedade a partir de campos objetivos ou subjetivos resultantes da interação social. Para o autor, em uma estrutura social, o sujeito ocupa funções, faz parte de instituições, realiza práticas relacionadas aos valores culturais, sociais, ideológicos, políticos e econômicos. Seguindo a perspectiva sociológica, Bourdieu entende que a trajetória individual perpassa a apreciação da dialética e a relação de interdependência existente entre indivíduo e sociedade, as lutas travadas entre classes sociais e as relações de poder imbricadas nesse movimento.

Para desenvolver esta proposta estruturamos este capítulo em duas seções. A primeira intitulada “Dimas Perrin: um comunista em legendas alternativas” temos por objetivo destacar como as experiências pessoais levaram Dimas Perrin a encontrar no Partido Comunista Brasileiro um espaço onde pudesse lutar por melhores condições para a sua vida e para os demais companheiros trabalhadores. Ademais, a escolha por examinar alguns fatos da trajetória de Dimas nos permitirá entender as estratégias adotadas pelo PCB no intuito de prosseguir ativo nas disputas políticas por meio da filiação em outras legendas. Como eram conduzidas as

decisões e a escolha por uma legenda alternativa e quais eram as orientações expressas pelo partido para que esta ação fosse executada, serão questões a serem respondidas nesta seção. Também utilizaremos documentos de monitoramento do DOPS e por isso não nos restringiremos aos depoimentos orais cedidos por Dimas Perrin. Assim, teremos a possibilidade de examinar o trabalho do aparato repressor aos indivíduos ligados a um partido que insistia em atuar, apesar da ilegalidade.

Na segunda seção deste capítulo “Armando Ziller e Lindolfo Hill: caminhos e memórias de líderes comunistas,” investigaremos a trajetória de dois personagens que foram destaque no período em que o PCB passava pelo processo de reestruturação política e orgânica, entre as décadas de 1940 e 1950. Ziller e Hill foram dirigentes do PCB nas cidades em que residiam. O primeiro viveu na capital do estado e atuou como secretário geral do partido. Já o segundo foi responsável pelas ações sindicais em Juiz de Fora. Ambos foram eleitos pela legenda do PCB nas eleições de 1947, Ziller venceu as eleições para Deputado Estadual e Hill se tornou o primeiro comunista eleito vereador em Juiz de Fora.

Dimas Perrin: um comunista em legendas alternativas

[...] mas pelo que eu li, e pelo que eu conheço das coisas, pelo que eu vejo os comunistas falarem, pelo que eu tanto tempo defendi dentro do partido e vim a confirmar que era isso - estão aí os documentos do partido - o partido tinha que ser um partido verdadeiramente democrático, autenticamente democrático. Porque se ele, se a aspiração dele, é possibilitar o governo do país pelos trabalhadores, evidentemente tem que ser democrático. (PERRIN, 1995, 4.)

Dimas Perrin nasceu na cidade de Conselheiro Lafaiete no dia primeiro de setembro de 1924. Neto de imigrantes franceses que vieram para o Brasil no final do século XIX, Dimas era de família humilde formada ao todo por cinco irmãos. Seus pais eram Luiza de

Deus Perrin e Domingos Perrin. Domingos trabalhou como mineiro na Mina de Morro Velho, em Nova Lima e como ferroviário na Estrada de Ferro Central do Brasil. Nesta seção, apresentamos alguns fatos da trajetória de vida de Dimas Perrin, com o objetivo de desvendar as relações entre as suas experiências pessoais com o PCB mineiro. Dimas concedeu uma série de entrevistas para o Núcleo de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, que integra o acervo de relatos orais sobre “História dos Partidos Políticos e Sindicatos”.

No transcorrer das entrevistas, temos no relato de Perrin informações sobre o contexto histórico- social da cidade em que nasceu e cresceu, Conselheiro Lafaiete nos anos 1930 e 1940. Ao rememorar aspectos da sua infância, ele descreve que em termos econômicos, sua cidade natal neste período dependia basicamente das atividades da mineração e da ferrovia. Nesse ínterim faz menção à crise de 1929 e os impactos desta para a população local, haja vista que a redução das exportações de minério resultou em aumento do desemprego e pobreza na cidade.

Nessa ocasião, Lafaiete era um centro operário muito importante. Havia a estrada de ferro Central do Brasil que congregava um grande número de ferroviários e existiam também, 3 minerações importantes que ocupavam milhares de trabalhadores. Basta dizer que, nessa ocasião, todo minério exportado do Brasil saía de Lafaiete. Então, em Lafaiete era costume dizer: quem não trabalha na estrada de ferro, trabalha na mineração. Na década de 30, Lafaiete passou por muitas dificuldades, como aliás, todo o Brasil e, para dizer bem, todo o mundo, porque exatamente o período de uma grande crise econômica que afetou a todos os países. A mineração em Lafaiete praticamente chegou a parar. De 1930 até 1935, quase que ficou tudo parado. A estrada de ferro é que salvava a situação, mas mesmo assim, muitas famílias ficaram passando grandes dificuldades. (PERRIN, 1995, 1)

Acompanhar de perto as experiências profissionais do pai, sobretudo as dificuldades pelas quais passou para manter o sustento

da família, foi fundamental no processo da sua formação. Desde criança ele viu o pai trabalhar em péssimas condições, tanto na Morro Velho, quanto, posteriormente como ferroviário. Muito embora nos anos 1930 e 1940 já houvesse legislações que regulamentavam as condições de trabalho, na prática este não era o panorama vivenciado pelos trabalhadores de Lafaiete, sobretudo, daqueles que atuavam nas atividades ligadas à mineração. A jornada de trabalho variava entre 10 a 12 horas, não havia muitos cuidados com relação à higiene e segurança do trabalho. Dessa forma, eram inúmeros os casos de trabalhadores mortos ou acidentados durante o exercício dos trabalhos. Além disso, havia a dificuldade em encontrar postos de trabalho em Lafaiete, devido à crise econômica de 1930, por isso, apesar de todos os problemas enfrentados, a procura pelo trabalho superava o receio quanto aos riscos enfrentados nas atividades da mineração. Domingos Perrin faleceu quando Dimas tinha apenas 8 anos, assim, ainda na tenra infância ele acompanhou as dificuldades e sacrifícios da sua mãe para manter o sustento dos cinco filhos. Ele passou a trabalhar fazendo pequenas atividades, como engraxate e ambulante. Com a morte do pai e por viverem de aluguel, a família teve que se mudar para o Albergue das Viúvas, da Sociedade São Vicente de Paula, onde viveu por dois anos uma vida árdua em que muitas vezes, para não passar fome sua mãe contou com a ajuda dos amigos do seu pai que doavam alimentos. Aos 11 anos trabalhou na mineração, período em que era possível contratar menores para exercer algumas atividades. Ao descrever o cotidiano na mina Perrin revela o quão árduo era as tarefas,

Então eu fui para lá dessa forma, primeiro para carregar água. Carregar água, você ia para um riacho, que não tinha água para nada, então vinha o caminhão e despejava ali 20 tambores. Você tinha que arrancar água do riacho e encher os 20 tambores rapidamente porque o caminhão vinha para pegar e carregar. Você tinha que encher mais. Então era um negócio terrível. E naquele tempo, interessante é que a mentalidade do homem no trabalho era a da brutalidade, era da força física. [...]Bom, fora isso, eu

trabalhei na mineração logo em seguida, enchendo carrinhos, vagões de terra, pedra... Porque, naquele tempo, estava sendo construída a linha aérea. Você já viu essa linha aérea em Matozinhos, que carrega aquelas caçambas de minério? Pois é, aquilo foi tudo feito no braço mesmo e eu participei. Hoje até parece que já destruíram tudo. Então, aquilo a gente tinha que cavar os buracos, colocar aqueles dormentes, aquelas peças de madeira grandes ali em cima, depois uma por cima, depois instalar os fios, não é? Então havia aquele buraco. Então, tinha os colegas meus, uns ficavam dentro do buraco, fazendo o buraco e jogando a terra para fora, e eu tirando ali com a pá e jogando dentro do carrinho. E a brutalidade imperava. (PERRIN, 1995, p.13)

Por volta dos 12 anos, Perrin teve que largar os estudos para arrumar um emprego que pudesse contribuir melhor com o sustento familiar. Aprendeu o ofício de carpintaria e permaneceu atuando por quase dois anos. Após este período, mudou-se para Belo Horizonte em busca de melhores oportunidades profissionais e passou a atuar em uma tipografia durante aproximadamente um ano e meio. Ele retoma a sua vida em Conselheiro Lafaiete, regressando a Belo Horizonte onde despertou o interesse em realizar um curso na Faculdade do Comércio. Nesse período ele conheceu o gráfico Nelson Cordeiro que atuava no jornal *Estado de Minas* e havia sido um dos fundadores do Sindicato dos Gráficos em Belo Horizonte e membro do Partido Comunista Brasil. Perrin passou a frequentar as reuniões do sindicato e a estreitar relações com Cordeiro. A essa altura, Dimas estava com 16 anos, no ano 1940. Mas, foi também a partir da convivência com o amigo francês que havia chegado recentemente no país na época, Michel Jaques Romeo, que estudava na mesma instituição, que Dimas passou a ser interessar pelas concepções ideológicas do socialismo e comunismo. Muito embora não fosse filiado legalmente ao PCB, Dimas atribui as inúmeras conversas que teve com Jaques Romeo como fundamentais para despertar o interesse a respeito da importância dos movimentos dos trabalhadores impulsionados pelas ideologias de esquerda na França. Conforme Dimas, falar sobre o panorama

francês estimular a pensar sobre as condições dos trabalhadores no Brasil. O seu primeiro contato direto com o PCB se deu a partir de um convite realizado pela também colega Dulce Ferri de Oliveira.

Então, um dia ela falou comigo assim: - Dimas, vai ter uma reunião hoje - foi na ocasião da anistia, a 1ª anistia no tempo do Getúlio - mas vai ter uma reunião e você podia ir também na reunião. Ela falou para eu ir lá. Eu falei: - Vou. Entendeu? E fomos. Eu me lembro que era um edifício ali na rua... Avenida Afonso Pena, se não me engano devia ser num edifício que tinha o nome de Guimarães ou Magalhães, parece até que já foi demolido. Então nós entramos lá, lá no fundo. E lá estava... eu percebi logo que era um escritório mas tinha uma porção de outras coisas lá dentro. Tinha 3 pessoas lá, 3. Então depois eu vim a saber que uma era o Fernando Lucena, um camarada formidável que veio de Pernambuco para aqui para Belo Horizonte, tuberculoso. Mas que sabia o que era marxismo. O outro era um... sapateiro que tinha sapataria na Avenida Santos Dumont, chamada Rivalim, parece. Nas horas vagas ele tocava acordeom. E o outro, eu não me lembro até hoje quem era, entendeu? Então, eu me lembro que me apresentaram... ela me apresentou, e o Fernando Lucena falou... eu lembro de poucas palavras, mas eu sei que ele disse: - A nossa luta se baseia muito na solidariedade. Nós temos que ser unidos. Nós não temos dinheiro, não temos força, não temos nada. Nós temos que ser solidários uns com os outros. E, nós brasileiros, com os nossos irmãos na União Soviética. (PERRIN, 1995, p.21)

O fragmento exposto apresenta um relato breve acerca do funcionamento do partido no começo da década de 1940. A sede na capital mineira funcionava em um local simples, quase que improvisado, tendo como perfil indivíduos com profissões variadas, como sapateiros, cozinheiros, pedreiros, gráficos, comerciantes, além da presença de membros de outros estados para auxiliar na formação e estruturação do partido. Até 1943, Perrin prosseguiu participando de reuniões do Partido, muito embora ainda não tenha se filiado oficialmente. Dentre as inúmeras informações que ele traz em seu relato acerca do partido nesse período, podemos destacar as orientações repassadas após o retorno dos representantes do PC

mineiro na Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943, e a maneira pela qual se dava a organização do partido neste contexto. A respeito da participação na Conferência da Mantiqueira, Perrin faz menção à presença de dois importantes líderes do PCB na capital, que contribuíram com a criação do partido, são eles José Militão Soares e Lindolfo Hill. José Militão trabalhava como cozinheiro na capital e Lindolfo Hill, conforme abordaremos na seção seguinte, atuava como pedreiro na cidade de Juiz de Fora, e chegou a se tornar vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria e Construção Civil.

De acordo com Perrin, as principais ações efetuadas pelos membros do partido após a realização da Conferência da Mantiqueira estão relacionadas ao planejamento do trabalho de reestruturação do partido, que neste contexto estava na ilegalidade, mas já contava com difusos núcleos e sedes em várias cidades do estado. Perrin faz menção à existência e franca atuação de várias células do partido nos bairros da capital, na década de 1940. Além disso, o partido já contava com organizações no interior de empresas importantes, dentre elas a Estrada de Ferro Central do Brasil. A estrutura organizacional descrita por Perrin revela a ausência de presidente no comando central do partido no estado, sendo adotada a disposição de secretariados, definidos conforme as necessidades: secretário geral, secretário de política, secretário de organização, secretário sindical, secretário de finanças, secretário de agitação e propaganda. Perrin afirma que fez parte da secretaria sindical, na qual atuou ativamente no período. Além disso, ressalta a existência do secretário de massas, função que tinha fundamental importância para o objetivo de expansão das ações do partido entre a classe trabalhadora, ainda em suas palavras,

Nós chegamos a ter também um secretário de “massas” que cuidava do movimento popular. Nós tínhamos o sindical, que cuidava do trabalho dos operários e tinha o secretário de “massas” [tosse]. Esse foi o trabalho inicial. Depois mudou o nome de secretário político para secretário... ou primeiro secretário ou

então... o primeiro secretário nas bases, e o secretário geral no comitê central. Agora, o partido durante muito tempo ele teve uma preocupação com o trabalho de “massa”, com o trabalho sindical, que foi muito grande. E o partido cresceu bastante durante o período depois da Conferência da Mantiqueira, até por volta de 1948, por aí. O partido veio crescendo muito, porque ele tinha uma boa atividade no meio da massa de trabalhador, movimento popular. (PERRIN, 1995, p.5-6)

Uma leitura atenta das transcrições do depoimento de Perrin nos permite compreender que se filiar oficialmente ao partido em 1943, representou para ele a articulação das suas experiências de trajetória de vida enquanto trabalhador com os ideais apresentados pelo partido. Ao passo que destaca as contribuições do PCB para a sua formação e, sobretudo, formação de consciência de classe, Perrin não deixa de apontar os erros e fraquezas que perpassaram os trabalhos desenvolvidos pelos pecebistas nas décadas de 1940 e 1950. Apesar de o partido contribuir com discussões junto aos trabalhadores, nas ocasiões das reuniões em sindicatos ou nas células, a respeito da necessidade da união da classe trabalhadora para alcançar melhores condições de trabalho, na prática ainda havia um descompasso entre teoria e prática. Perrin cita a presença de “stalinhos”, menção ao líder da URSS que governou entre os anos de 1927 a 1953, indivíduos que muitas ocasiões centralizavam as decisões e eram rudes no trato com demais membros. O que Perrin atribuiu como “stalinhos” eram os dirigentes que, apesar de apregoarem o centralismo democrático como forma de organização do partido, em termos práticos, se distanciavam das reais necessidades e apenas comandavam e repassavam ordens. Para ele, o partido perdia contribuições de pessoas importantes, pois muitas vezes não valorizava seus integrantes pela competência, mas sim por julgamentos e opiniões pessoais daqueles que lideravam. Esta realidade parece ter sido comum aos vários núcleos do partido,

Eram pessoas assim... eu tenho essa idéia, não estou querendo desvalorizar ninguém, mas tenho a idéia que eram companheiros

que eram elevados à direção pela sua fidelidade à causa, não pela sua competência ou pelos seus conhecimentos doutrinários. Eram fiéis a ponto de dar a vida pela causa. Mas não basta você ser fiel a uma causa para dirigir um movimento, tem que ter competência também. Eu acho que era isso que levava... Então, nós tínhamos esse. Então daí ia descendo, em cada cidade tinha um Stalinzinho, em cada bairro tinha um Stalinzinho, compreendeu? E eram pessoas assim. Então, era uma estrutura conformada nessas bases. E havia no partido uma espécie de julgar, forma de julgar as pessoas, julgava-se mais pela sua dedicação à causa, pela sua disponibilidade de trabalhar para a causa e menos pela sua competência. E eram pessoas assim. Então, era uma estrutura conformada nessas bases. E havia no partido uma espécie de julgar, forma de julgar as pessoas, julgava-se mais pela sua dedicação à causa, pela sua disponibilidade de trabalhar para a causa e menos pela sua competência. Por exemplo, um trabalhador que fosse fiel ao partido e estivesse desempregado era uma pessoa que tinha um grande crédito. Agora, um estudante ou um intelectual, que às vezes não tinha tempo... vamos ver, um intelectual que não tivesse tempo de trabalhar, era colocado à margem como se fosse apenas um simpatizante, um amigo do partido. (PERRIN, 1995, p.7)

Em relação ao período em que o partido estava na legalidade, entre os anos de 1945 a 1947, Perrin faz menção às discordâncias entre base e dirigentes. Isso porque este é o contexto em que o partido apreendeu as orientações de “ordem e tranquilidade” e repassou às bases a necessidade de reduzir o fluxo de manifestações grevistas. Conforme discutimos nos capítulos anteriores, um trabalho de incentivo à conscientização da classe trabalhadora no meio sindical e no chão das fábricas e empresas, vinha sendo desenvolvido pelos pecebistas no sentido de propagar que transformações na condição da classe apenas iriam ser conquistadas a partir da luta. Dessa maneira, solicitar às bases que vinham “empolgadas” com vinham, desenvolvendo um trabalho ativo, sobretudo, no chão das fábricas e empresas, para que freassem suas práticas, não foi uma tarefa fácil. Críticas em torno da figura de Prestes, em especial, por se comprometer com o presidente Getúlio

Vargas em prol da “união nacional”, despontaram no interior do partido. Ainda que tenha compreendido posteriormente que esta foi uma atitude política dos dirigentes nacionais com o objetivo de conquistar a confiança e o prestígio junto ao presidente, na prática, explica que a orientação destoava da realidade da luta sindical que ele estava envolvido,

Porque vocês devem lembrar que o Prestes, por exemplo, tomou uma atitude bastante generosa ao sair da prisão, quando ele propôs fazer um acordo com o Getúlio, não é isso? Chegou-se até a falar muito que o Prestes tinha passado por cima do cadáver da sua própria esposa, e cumprimentado aquele que havia determinado o sacrifício dela. Nessa ocasião publicaram até um retrato dele cumprimentando o Getúlio. Mas aquilo era uma demonstração, era uma atitude política que o partido tomou porque compreendia que o Getúlio tinha prestígio na massa, no povo, aquela coisa toda, então queria estabelecer um entendimento com ele, mas ele recusava. Agora, no movimento sindical, os comunistas procuravam trabalhar em conjunto. A cúpula era difícil estabelecer o acordo, mas em baixo geralmente havia esse entendimento. Bom, e o esforço do partido foi tão grande nesse sentido, que ele chegou até a procurar restringir a luta reivindicatória dos trabalhadores. O pessoal estava precisando de aumento de salário, de tudo e o partido compreendendo que era preciso vamos dizer assim - isso já no período do Getúlio eleito - era preciso por exemplo, consolidar a democracia, o partido aconselhava a ter cuidado, não fazer muitas greves, aquilo tudo. E até interessante que eu tive muito choque, porque naquele tempo eu era muito fogoso, era jovem. E no sindicato dos gráficos um dia eu estava lá pregando greve, greve, greve, quando o secretário sindical do comitê estadual do partido chamado Augusto Gilbert. (PERRIN, 1995, p.5-6)

O nome dele verdadeiro eu não me lembro agora... [...] Então, o Augusto Gilbert chega para mim e fala: - Companheiro, maneira aí. Nós precisamos apertar o cinto aí. Aí eu levei o primeiro choque. Mas que diabo. O partido, ao invés do partido botar esse povo para lutar fica mandando apertar o cinto. Mas depois eu compreendi que era um esforço que o partido estava fazendo. Mas, então foi

caminhando nisso. Aí o partido foi adquirindo muito prestígio no movimento sindical. (Grifo nosso) (PERRIN, 1995, p. 22)

A par dessas reflexões, Perrin explica que nem sempre as bases respeitaram a orientação de frear os movimentos. Nesse mesmo período, entre os anos de 1948 e 1949, por exemplo, houve várias paralisações dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, bem como da Mina de Morro Velho, no intuito de reivindicar salários atrasados e melhores condições de trabalho. Ainda durante o período em que o partido estava na legalidade, Perrin cita a vitória nas eleições de Prestes para o Senado, o que representava para os comunistas de todo o país a inserção no cenário político de uma figura de destaque e de luta no partido. Durante o período em que pôde exercer o mandato, a figura de Prestes projetava esperança de que talvez fosse possível para o partido chegar ao poder pela via eleitoral. Outros comunistas que fizeram parte da trajetória de constituição do partido, dentre eles Armando Ziller, eleito deputado estadual e Lindolfo Hill, eleito o primeiro vereador comunista de Juiz de Fora, representavam, na concepção de Perrin, esta mesma esperança. Todavia, durante o governo Dutra, o PCB retomou à ilegalidade e os membros eleitos tiveram seus mandatos caçados. Apesar disso, em vários momentos das entrevistas, Perrin cita que o PCB detinha boas relações com membros de outros partidos, como o PTB e, inclusive, UDN. Alguns opositores, em troca de alianças e apoio político em futuras candidaturas, contribuíram financeiramente com a agremiação,

Sempre houve uma tolerância junto às forças com relação à participação dos comunistas porque o que os outros partidos não queriam em grande parte, em grande medida, era que o partido fosse legalizado. Porque quando chegava na eleição eles procuravam obter os votos dos comunistas. Sempre fizeram isso. Sempre trabalharam conosco, e eu posso até lhe dizer aqui com todo sinceridade que eu, Armando Ziller e outros companheiros conversamos com quase todos os líderes políticos aqui de Minas Gerais, todos nos tratavam muito bem, nos ofereciam cafezinho,

todos lamentavam o fato de o partido estar na ilegalidade, e todos ajudavam até... muitos ajudavam até financeiramente o partido e depois iam para a tribuna fazer discurso contra o partido. (PERRIN, 1995, p.8)

Em 1949, Perrin, que havia retomado seus estudos na capital, se formou em contabilidade e atuava como diagramador no jornal *Informador Comercial*. Na impossibilidade de se candidatar pela legenda do PCB nas eleições de 1950, optou pela candidatura para vereador na legenda do Partido de Orientação Trabalhista/POT. Realizar a filiação em outras legendas para conseguir participar do pleito eleitoral foi uma estratégia comum aos membros do PCB que desejavam inserir-se na carreira política. Os critérios de seleção de legendas alternativas estavam atrelados a partidos que tinham concepções ideológicas que eram articuladas aos desígnios dos pecebistas. A despeito do uso desta estratégia, o monitoramento da polícia política aos comunistas foi contínuo. Dimas foi preso ao realizar um dos comícios na capital. E não foi uma única vez; durante o planejamento da sua campanha, agentes da Delegacia de Ordem Pública de Minas Gerais acompanharam de maneira contígua os passos dados pelos membros do partido. Ao consultar o acervo do DOPS, identificamos materiais do partido que foram apreendidos pelos agentes, dentre os quais O Plano de Comissão Eleitoral, que apresentaremos adiante.

Antes disso, cumpre ressaltar que a estratégia de candidatar-se em outras legendas foi uma tática utilizada pelo partido em que havia pleno acordo entre os membros sobre essa prática. Por estarem impossibilitados de se elegerem através da legenda oficial, os integrantes interessados em prosseguir suas atividades na seara política, eram orientados a buscar apoio entre outros partidos que coadunavam suas concepções ideológicas. O Plano Eleitoral do PCB apreendido contém especificações acerca das ações de divulgação de campanha de Dimas Perrin e de outros membros do partido, bem como a divisão de tarefas, como quantidade de comícios e palestras a serem realizados, bairros a serem percorridos, materiais a serem

distribuídos e visitas a pessoas que poderiam contribuir financeiramente com a campanha. Perrin não foi o único membro do partido a participar do pleito eleitoral de 1950, naquele ano o partido organizou a candidatura de outros filiados. Apesar de o documento não informar em qual partido eles iriam efetivar a candidatura, os nomes Caio, Maurício, Mendes e Olavo são listados como aspirantes a vereadores da capital do estado.²

Ao analisar o “Plano Eleitoral” é possível inferir que o planejamento das ações da campanha dos candidatos não era apenas de cunho pessoal. Isto é, trata-se de uma oportunidade de difundir nas ocasiões das palestras e comícios as concepções do PCB, apesar de estarem pleiteando a candidatura em outras legendas. As primeiras orientações estão relacionadas à coleta de assinaturas de possíveis interessados em aderir ao Manifesto Programa do Partido Comunista, distribuição de material de propaganda do partido, publicação nos jornais de circulação na cidade do Manifesto Programa do PCB e difusão dele também por meio de programas de rádio. Por fim, há a especificação para realizar comícios que contenham a presença de líderes do partido mais conhecidos, que se destacaram entre os movimentos feminino, sindical e estudantil. Essas orientações revelam que uma candidatura de um membro do partido, em outra legenda, tornava-se a derradeira possibilidade de disseminar informações sobre o partido, apesar da ilegalidade, com o intuito de atrair novos simpatizantes e filiados. Assim, a candidatura não pertencia unicamente ao sujeito enquanto candidato, mas também ao PCB. Ainda, dentre as responsabilidades, havia inclusive metas quantitativas de alistamento que cada candidato deveria conquistar de acordo com a atuação nos bairros da capital, conforme podemos averiguar na imagem adiante extraída do “Plano Eleitoral”:

² “Plano da Comissão Eleitoral. Pasta 3821, imagem 107. Fundo: Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3821&imagem=1629 > Acesso em: jan de 2016.

Dimas Perrin ficou responsável por angariar 10 novos filiados para o PCB, além de realizar comícios e palestras até o final do mês de julho de 1950. No documento há ainda a especificação de quais as temáticas os candidatos deveriam abordar em seus discursos no ato da realização de comícios e palestras. O partido expôs como fundamental a apresentação do Programa do Partido, isto é, do PCB, aos eleitores. Além do PCB especificar como iria contribuir com o financiamento da campanha de cada candidato, havia ainda uma lista pessoas que contribuíram diretamente para a eleição de Dimas Perrin. Na lista de doadores temos o Sindicato dos Empregados.

Dimas Perrin intensificou suas atividades junto aos trabalhadores. Identificamos, em meio às fontes, sua participação na organização do Congresso dos Trabalhadores Mineiros, previsto para ser realizado na capital em 1950. Ainda em 28 de maio de 1950, foi criada a União Geral dos Trabalhadores Mineiros/UGTM, da qual Perrin fez parte da Comissão Executiva³. Nesse ínterim, enquanto candidato, cumpriu a agenda de apresentação das suas propostas para a Câmara dos Vereadores em comícios e procurou participar de eventos públicos, a exemplo das comemorações do 1º de maio. Adiante, apresentamos um dos panfletos distribuídos por Perrin aos trabalhadores de variadas categorias profissionais nesta ocasião. No panfleto em questão, ele assina como representante da UGTM. E, em seguida, expomos outro panfleto que contém mensagem atribuída a Luiz Carlos Prestes em apoio à candidatura de Perrin ao cargo de vereador.

Primeiro de maio

Dia do Operário exigir seus direitos

Trabalhadores e trabalhadoras!

A União dos Trabalhadores de Belo Horizonte dirige a todos os operários e operárias uma fraternal e calorosa saudação por motivo do Dita Internacional dos trabalhadores: o primeiro de

³ “Matéria: Fundada a União Geral dos Trabalhadores Mineiros.” Departamento de Ordem Política e Social/DOPS. Pasta 3784, imagem 04. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3784&imagem=1021 > Acesso em: jan de 2016.

maio. Comerciantes, bancários, trabalhadores da construção civil, ferroviários e todos os demais trabalhadores, façamos desta data gloriosa um 1º de maio de unidade e organização da classe operária, sob a inspiração da solidariedade e a fraternidade dos trabalhadores do mundo inteiro para a luta em defesa de nossas reivindicações de independência econômica e política de nossa pátria e que nesse dia demonstremos a nossa decisão inabalável de defender a paz e a felicidade da humanidade. [...]

Pela Comissão Executiva da União Geral dos Trabalhadores. Dimas Perrin.⁴

A despeito da realização das atividades da candidatura, o trabalho desenvolvido por Dimas Perrin foi metodicamente acompanhado pelos agentes da Secretaria de Segurança Pública. Durante as entrevistas concedidas, Perrin faz menção ao fato de ter sido preso várias vezes enquanto era candidato a vereador da capital. Apesar de não especificar o número de vezes e o tempo que durou cada prisão, o relato a respeito da ocorrência desse tipo de repressão nos dá mostras que estando o PCB na clandestinidade, as ações dos seus filiados foram comprometidas pelo aparato repressor. Em um desses relatos, ele cita a reação dos vizinhos que acompanharam o retorno a sua casa após a saída da prisão: “Aí, eu cheguei em casa com a barba grande, roupa suja, a vizinhança toda escondeu. Todo mundo correu para dentro das casas e abria a porta um pouquinho assim para olhar aquele bicho que estava chegando. Porque comunista era bicho nessa ocasião.” (PERRIN, 1995, 15). Assim, diante da fala de Perrin é possível compreender que além da repressão, o anticomunismo foi uma barreira significativa na vida dos membros do PCB.

Nas várias entrevistas concedidas Perrin, ele não demonstra conhecimento sobre intenso processo de monitoramento que era realizado pelos agentes do SSP aos membros do partido. No acervo

⁴ “Reivindicações dos Trabalhadores”. Panfleto. Pasta 3784, rolo 44, imagem 07. Departamento de Ordem Política e social, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3784&imagem=1024 > Acesso em: jan de 2016.

do DOPS há inúmeros registros de relatórios de monitoramento e correspondências policiais que nos dão mostras dos serviços realizados pelos agentes. No fragmento exposto adiante, referente a um dos relatórios encaminhados ao Chefe de Polícia da capital, o agente traz detalhes a respeito de uma reunião que seria realizada pelos comunistas Augusto Gilbert, Dimas Perrin e Lindolfo Hill para a organização do Congresso dos Trabalhadores em 1950. O texto expressa a preocupação quanto à realização do evento e diante da possibilidade de ações desse porte contribuírem para a ampliação da participação dos trabalhadores em comissões sindicais. De todo modo, um exame dos documentos elaborados por esses agentes também revela que na concepção destes, a participação de qualquer trabalhador na dinâmica do movimento sindical é o mesmo que ser comunista. Se, a priori pode-se concluir que este fator revela certo despreparo e ausência de conhecimento claro dos agentes acerca do que seria de fato a ideologia comunista, ao mesmo tempo, demonstra a tentativa de desqualificar quaisquer ações dos trabalhadores por meio do uso e difusão do discurso anticomunista.

Secretaria de estado dos negócios do interior

Secreto - Belo Horizonte

Delegacia de Ordem Pública

Congresso dos trabalhadores de Minas Gerais

Sr. Dr. Chefe de Polícia

Os conhecidos comunistas Augusto Gilbert, Dimas Perrin e Lindolfo Hill, agindo por ordem dos dirigentes do PCB estadual, os quais, por sua vez cumprem ordem do Comitê Nacional, estão organizando o Congresso dos Trabalhadores Mineiros. Negam que o movimento tenha caráter político querendo fazer crer que se trata apenas de defesa da classe operária. Dia 14 corrente terá lugar o Congresso Municipal de Belo Horizonte no Edifício Mariana, na sede do Sindicato dos empregos em hotéis. [...] Possivelmente em outros municípios haverá reuniões semelhantes, pois no dia 28 corrente terá lugar o Congresso Estadual. O movimento está sendo organizado de acordo com as resoluções do Congresso Sindical Comunista de Montevideo, no qual estava presente Augusto Gilbert. Foi decidido, em face das experiências sul-americanas que

se organizassem em cada empresa uma comissão de reivindicações sem o concurso dos ‘oradores’ e ‘sabe tudo’. No próximo congresso as comissões de empresas serão representadas. Se esta pretensa organização vingar juridicamente, passará a ser o verdadeiro PCB podendo orientar os eleitores comunistas no pleito de 3 de outubro.

Belo Horizonte, 12 de maio de 1950.

José Valadares. Delegado.⁵

Apesar dos esforços empreendidos durante as eleições para a câmara de vereadores de 1950, pela legenda do Partido de Orientação Trabalhista, Dimas Perrin não venceu. Durante a década de 1950, Perrin prosseguiu no partido, foi eleito delegado dos gráficos pelo Sindicato dos Gráficos em Belo Horizonte e representou os trabalhadores desse segmento em vários Congressos realizados no estado. Em 1950 esteve à frente de movimentos dos trabalhadores importantes, como as greves realizadas pelos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil de Belo Horizonte, no ano de 1950, nos quais contribuiu no planejamento e articulação das paralisações com os ferroviários de Juiz de Fora, através dos constantes contatos com Lindolfo Hill, também membro do partido. Mudou-se para a cidade de Juiz de Fora em 1951 por recomendação do próprio PCB, em razão do crescimento das perseguições aos militantes. Devido a sua intensa atuação na capital do estado, Perrin se tornou uma figura de visibilidade, sendo preso várias vezes. Permaneceu em Juiz de Fora até 1952, onde desenvolveu ações em prol do partido. Dentre elas, atuou como representante dos ferroviários no Congresso dos trabalhadores realizado na cidade de São João Del Rey em 1951, na função de delegado da União dos Ferroviários da Rede Mineira de Viação. Após seu retorno à Belo Horizonte em 1952, passou a exercer funções de

⁵ “Congresso dos trabalhadores de Minas Gerais”. Pasta 3784, imagem 14. Departamento de Ordem Política e Social./DOPS, Arquivo Público Mineiro. Informe, Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3784&imagem=1031 > Acesso em: jan de 2016.

editor, redator e jornalista no *Jornal do Povo* órgão de orientação comunista. Em 1957, já formado em contabilidade, Dimas Perrin decidiu novamente retomar seus estudos e passou a cursar Faculdade de Direito na Pontifca Universidade Católica. Assim como outros fatos da sua trajetória de vida, a experiência cotidiana nas ações do partido e nas lutas sindicais fomentou o desejo de realizar o curso superior: “percebi que era possível encontrar um caminho que me possibilitasse defender mais a comunidade e as pessoas. Eu já estava tendo atividade sindical, já estava tendo atividade como estudante.” (PERRIN, 1995, p.9) Ele somente regressa ao objetivo e em pleitear cargos políticos no começo da década de 1960. Para isso, filia-se ao Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Desde que o PCB foi posto na clandestinidade em 1947, a opção por concorrer pela legenda do PTB se tornou estratégia recorrente entre seus membros.

Muito embora não seja objetivo desta tese desenvolver um construto analítico acerca do Partido Trabalhista Brasileiro, examinar as razões da introdução de membros do PCB na legenda do PTB deve ser feito de maneira complexa, por isso, cabem algumas ponderações. Isso porque, enquanto o PCB esteve na legalidade, as legendas eram concorrentes. O PTB foi criado em 1945 por Getúlio Vargas e detinha ligações importantes com o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Nesse mesmo ano, o PCB retomou a legalidade política. Durante a sua criação, o PTB apresenta como um dos seus desígnios angariar apoio entre as esferas sindicais, tendo nesse segmento sua base de sustentação. De acordo com Ângela de Castro Gomes, o PTB, entre os anos de 1945 a 1964 era um dos três partidos de maior projeção no cenário político brasileiro. Além dele havia o Partido Social Democrático, PSD, e a União Democrática Nacional/UDN, este o principal partido de oposição ao governo.

Para Gomes, o PTB surgiu como resultado de um esforço de criação de uma ideologia trabalhista no país e como outra possibilidade de uma legenda que detivesse o objetivo de representar as “massas” trabalhadoras. Para a historiadora, o

partido não foi criado meramente para rivalizar com o PCB, assim a orientação era introduzir-se na dinâmica sindical, sem que para isso fosse difundido o discurso anticomunista. Assim, o PTB foi um importante instrumento para angariar apoio à candidatura do presidente Eurico Gaspar Dutra, concorrente oficial do regime estado-novista. Para a referida autora, a criação do PTB desponta em um contexto em que era necessário uma legenda que pudesse fazer frente à oposição encabeçada pela UDN, e como uma alternativa às lideranças sindicais e aos trabalhadores de modo geral,

Certamente, o PTB foi imaginado como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro, sendo postulado como uma cunha entre as massas trabalhadoras e o comunismo. Mas não deve ser entendido como um partido cujo móvel e sentido fosse o anticomunismo, o que significa que esse anticomunismo podia sofrer “flexibilizações” em circunstâncias políticas específicas. Entretanto, se a principal força de apelo do PTB eram Vargas e seu discurso trabalhista, e não seu anticomunismo, seus eleitores tinham que ser ganhos com argumentos de que ele era a melhor escolha partidária, ao menos enquanto o PC foi uma alternativa legal dentro do sistema partidário (isto é, até 1947). (GOMES, 2002, p.2-3)

Para Gomes, a aproximação entre o PCB e o PTB se deu a partir de meados de 1945, quando foi efetuado o apoio à candidatura à presidência por Vargas para pleito eleitoral do respectivo ano, como parte do processo de constituição do movimento queremista. Na legalidade política, o PCB também foi um importante aliado desse movimento. O discurso e propaganda do quererismo foi crescente e difundido nas ruas e apesar de não ser um movimento legalizado, a UDN, principal opositora do governo, exigia a realização de eleições diretas sem a partição do presidente. Vargas não confirma sua candidatura, mas o apoio concedido a ele contribuiu para difundir as candidaturas de membros de ambos os partidos, PTB e PCB, no cenário político brasileiro. Esta articulação

perdurou até a queda de Vargas, deposto pelo Alto Comando do Exército em novembro de 1945. O PTB confirma apoio Dutra, mas, ao contrário, o PCB denunciou publicamente que o país estava vivenciando um golpe, e direcionou seu apoio tanto à realização de uma eleição democrática quanto ao discurso sobre a necessidade de paz e em favor da luta contra o nazifascismo. O PCB decidiu então indicar o candidato Iedo Fiuza como Presidente da República.

Em sua constituição, o PTB priorizou a atuação no interior dos sindicatos como opção à classe trabalhadora. Para isso, seus membros também passaram a dar prioridade aos indivíduos ligados a esfera sindical que estivessem interessados em participar de disputas eleitorais. Entre os anos de 1945 a 1954, a ideia era oportunizar ao trabalhador sindicalizado, base da constituição do PTB, ingressar na representação política. Ainda influenciado nesse contexto pelo estigma da história e trajetória de Vargas, criador do partido, muitos trabalhadores se interessavam pelo ingresso na agremiação. Esse foi um período em que getulismo e trabalhismo estiveram, de certa maneira, atrelados, fator que contribuiu com o retorno de Vargas ao poder em 1951. Não obstante, ao se colocar no jogo político como também representante das classes trabalhadoras, o PTB se tornou, no período de 1945 a 1947, concorrente do PCB, mas quando este retorna à ilegalidade, tornou-se uma possibilidade estratégica de participar do jogo eleitoral.

De acordo com a análise das fontes desta pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que possibilitar a um membro do PCB uma vaga em sua legenda parece ter sido proveitoso para ambas as agremiações. Ao PTB, que angariava capital político dos indivíduos que, apesar de serem declaradamente comunistas, eram bem quistos no meio operário e sindical, fator que poderia contribuir para a atração de mais eleitores para o partido. E ao PCB, que tinha nessa opção a derradeira possibilidade de se manter “vivo” na política. Conforme indicamos anteriormente, a campanha dos candidatos do PCB em qualquer outra legenda passava pela aprovação do partido e este designava orientações que cada

indivíduo deveria cumprir. De acordo com os relatos de Perrin, havia proximidade entre os membros do PCB e do PTB em Minas Gerais, muitos comunistas eram amigos próximos de petebistas. Assim, no período em que esteve na clandestinidade, o PCB mineiro recomendava que aqueles que estivessem interessados em pleitear candidaturas, que o fizessem pelo PTB. No trecho exposto adiante, Dimas faz menção à receptividade que os demais companheiros do partido tinham quando decidiam fazer parte do PTB, em suas palavras:

Olha, Sinval Bambina, Sinval Bambina foi eleito deputado estadual e já era membro do Partido Comunista. Em outros estados a mesma coisa. É que o PTB, ao perder a liderança que Vargas exercia nele, ele se tornou um partido mais popular ainda, entendeu? Então o PTB permitia uma atividade maior das lideranças populares, dos companheiros do Partido Comunista. Basicamente todos buscaram abrigo no PTB. E às vezes até exageravam. Houve uma coisa muito interessante em Belo Horizonte com relação ao PTB. Quando nós entramos para o PTB, fomos muito bem recebido. O pessoal do PTB nos recebeu muito bem, queriam que eu e outros companheiros fôssemos promovidos à direção, aquela coisa toda. E nós cometemos até uma falhazinha nisso, porque na primeira convenção que houve nós organizamos uma chapa, nós organizamos uma chapa e nessa chapa tinha predominância nossa. Você vai ver o que aconteceu, e como o Tancredo []. E nós fomos para a convenção e ganhamos. (PERRIN, 1995, p.6)

No fragmento exposto, Perrin cita o que ele considerou como “falha” dos companheiros comunistas, quando entrou para o PTB em 1960. Eles lançaram uma chapa para concorrer à direção do partido e a chapa saiu vitoriosa, o gerou certo constrangimento entre os líderes do partido, haja vista que se tratava do PTB com direção comunista. No decorrer da entrevista ele explica que, diante da situação, a alternativa encontrada pelos dirigentes foi anular a seção em que foi realizada a escolha e realizar uma nova, sem a presença de comunistas. Muito embora, em sua fala Perrin faça

menção à “boa acolhida” dos petebistas, a manobra para invalidar a eleição em que a chapa formada por membros comunistas venceu, demonstra que, a “boa receptividade” existia até o momento em que a presença de pecebistas não interferia na dinâmica interna do PTB. Em outro fragmento, ele faz menção a outros membros do PCB que foram eleitos pela legenda do PTB e também através do Partido Social Democrático, PSD.

A gente fazia com a orientação do partido. O partido não podia ter candidato, então orientava seus militantes a entrar em outros partidos. Por exemplo, em Nova Lima os nossos candidatos Anélio Marques Guimarães, Ornélio, e aquele que morreu, William Gomes, foi eleito vereador na chapa do PSD, que era o partido que no Brasil inteiro era nosso opositor. Porque, porque sem esses nossos companheiros eles não ganhariam a eleição em Nova Lima. Então aceitaram que eles fossem candidatos a vereador para apoiar o candidato deles a prefeito. Foram eleitos. Havia essas composições, mas era tudo claro. E a atividade que a pessoa tinha depois de eleita era uma atividade coerente com a posição do partido. E o outro partido tolerava porque também não tinha um ideal muito distanciado não. Era a luta nacionalista, luta democrática. Então não havia isso. (PERRIN, 1995, p.7).

Adiante, temos o relato a respeito do processo que resultou na entrada de Dimas no PTB em 1960. Interessante pontuar que, ao longo da entrevista, ele procurou frisar em vários momentos que tal ação se deu em razão da impossibilidade de ser candidato pelo PCB e que isso não representava relegar as suas “raízes” comunistas para segundo plano. Além disso, faz menção à presença de políticos importantes nesse momento da sua vida, como João Goulart, que ao longo da sua trajetória na política foi presidente e dirigente estadual do PTB, e San Tiago Dantas, advogado e político de expressão nacional que em 1958 havia sido eleito deputado estadual representando Minas Gerais. Dimas cita também o amigo Delmir Vilela, que fazia parte da direção do PTB mineiro e tinha boas

relações com um dos dirigentes pecebistas, Armando Ziller. Delmir Vilela auxiliou Dimas na etapa de entrada no partido.

Aliás, uma lembrança que eu tenho é que quando eu, em 1960, tive necessidade de aderir ao PTB para ser candidato, porque o Partido Comunista não podia apresentar candidato, a pessoa que articulou a minha entrada no PTB foi o Delmir Vilela. Ele levou ao conhecimento do Jango esse meu desejo e o Jango falou com ele: “ – Olha, eu faço questão de assinar a ficha do Dimas. Eu quero ser o apresentado dele.” Aí o Delmir trouxe a ficha, eu preenchi, levou para o Jango novamente para ele preencher. A esse respeito, eu tive também uma conversa com o professor San Tiago Dantas, que era o secretário geral do PTB de Minas Gerais. E como sempre fui uma pessoa sincera, nunca escondi as minhas atitudes, eu disse para o professor San Tiago Dantas que eu ia entrar para o PTB porque eu me sentia identificado com os ideais do PTB, mas que eu era um comunista. E perguntei a ele: “ – O senhor acha, professor, que fica bem eu entrar no PTB como comunista? Porque eu sou comunista. (PERRIN, 1995, p.2)

Adiante, Perrin aponta outras razões para o seu interesse em pleitear uma candidatura através do PTB, dentre elas, as relações que ele já detinha com pessoas ligadas ao partido e, posteriormente, pela postura de pressão durante a campanha pela aprovação das Reformas de Base durante a vigência do governo Jânio Quadros, a partir de 1961. Em seu entendimento, era uma estratégia necessária para o PCB se articular com outras legendas que tivessem concepções voltadas ao interesse de lutar pelas demandas da classe trabalhadora.

Olha, eu sempre tive uma grande simpatia pelo PTB, porque, em primeiro lugar é pela sigla, porque está relacionada com o trabalhador. Eu era um trabalhador, então daí a sigla, muito bem. Esse é um caso. Outro caso é que eu sempre tive muitos amigos dentro do PTB. Líderes sindicais, essa companheirada toda aí. A outra questão é que, naquela época, o PTB era um partido que estava desfraldando a bandeira das reformas de base. Era o carro chefe. O Partido Comunista apoiava as reformas de base, mas a

bancada do PTB, que era muito maior do que os possíveis elementos de esquerda no Congresso, liderava isso e o partido, PTB, tinha muitos elementos fortes que empolgavam a gente. O [...] Rocha, por exemplo. O autor da lei da... criou a Petrobrás, monopólio estatal. E muitos outros. Muitos outros mesmo. Então eu achava que o Partido Comunista estando na ilegalidade, ele precisava estar aliado a uma outra força, outro partido, que estivesse legal e que não estivessem muito distanciados dele. (PERRIN, 1995. p. 5-6)

Dimas Perrin efetivou sua candidatura para prefeito de Belo Horizonte em 1962, saindo vitorioso. A sua gestão foi marcada pela atuação em favor da legalização de terras ocupadas por moradores sem teto em bairros periféricos da capital, através da defesa do projeto de lei nº 132 de 1963 que defendia a venda de terrenos ocupados por “trabalhadores favelados” que residiam na capital há pelo menos dois anos e que comprovem não possuir nenhuma outra propriedade. (OLIVEIRA, 2010). Houve intensa mobilização de apoio à aprovação do projeto, não apenas das populações interessadas, mas também de estudantes que se solidarizaram com o movimento. Todavia, em razão do golpe de 1964 e posteriormente diante da cassação do mandato de Perrin, a proposta foi engavetada.

Logo após o golpe de 1964, que resultou na implantação do Regime Militar, os indivíduos ligados a movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram seus mandatos cassados. Dimas Perrin foi um deles. Foge ao escopo desta apreciação analisar a trajetória pessoal de Perrin no decurso do governo militar. Todavia, cumpre ressaltar que, apesar da constante repressão e perseguição, ele prosseguiu atuando, não somente em causas de natureza trabalhista, mas também pelo fim do período autoritário da história política brasileira. Dimas foi preso e torturado após 1964 e publicou em 1979 uma obra dedicada ao relato da sua experiência. (PERRIN, 1979)

Analisar a trajetória do comunista Dimas Perrin nesta pesquisa se faz importante, pois as suas experiências pessoais estão

intimamente ligadas a sua integração enquanto militante do PC. Mediante a sua relação com o mundo do trabalho, a opção por fazer parte da militância sindical e pecebista respondia ao anseio pessoal de buscar por melhorias nas condições de trabalho. É possível retomar as concepções apregoadas por Nobert Elias e Pierre Bourdieu acerca da relação entre indivíduo e sociedade. Enquanto indissociáveis, à medida que apresentamos as escolhas pessoais de Dimas Perrin, apresentamos as estratégias utilizadas pelo partido para se manter “vivo” apesar da clandestinidade. Sendo assim, examinamos a relação entre indivíduo/partido e partido/contexto político.

Armando Ziller e Lindolfo Hill: caminhos e memórias de líderes comunistas

Nesta seção, trataremos de personagens que foram fundamentais para o processo de reestruturação política e orgânica do PCB mineiro durante as décadas de 1940 e 1950. Armando Ziller e Lindolfo Hill foram citados inúmeras vezes nesta pesquisa, dada a franca atuação não somente enquanto dirigentes do PCB – Ziller foi secretário geral do partido no estado e Hill responsável pelas ações sindicais em Juiz de Fora – mas também pelo trabalho junto à classe trabalhadora. Até então, estes aspectos foram abordados em nossas análises, todavia consideramos relevante também destacar a atuação deles enquanto candidatos eleitos durante o período em que a agremiação esteve na legalidade. Para desenvolver nossas análises recorreremos às entrevistas realizadas com Armando Ziller e documentos coletados no acervo do DOPS.⁶ Ziller e Hill atuaram no PCB no mesmo período e participaram das eleições de 1947 como candidatos a deputado estadual – Ziller como candidato efetivo pelo

⁶ Estes documentos incluem material do PCB apreendido pelo PCB, além daqueles produzidos pelo Serviço de Segurança Pública.

partido e Hill como suplente. Dessa forma, optamos por examinar ambas as trajetória em uma mesma seção.

Para obter informações sobre a vida e trajetória de Lindolfo Hill, tivemos maior dificuldade. Muito embora ele tenha tido uma vida atrelada a própria história do PCB, não localizamos um acervo que pudesse nos fornecer informações básicas sobre a sua vida. Mesmo dados a respeito do ano de falecimento não puderam ser localizados. Todavia, Hill tem fatos da sua história citados em inúmeras entrevistas que estão disponíveis no acervo do Núcleo de História Oral da FAFICH, dentre elas as entrevistas realizadas com Dimas PERRIN e o próprio Ziller. Ademais, dada a sua franca atuação em movimentos dos trabalhadores e por ter sido membro de um partido que passou a maior parte da sua história na clandestinidade, há inúmeros registros a respeito de Lindolfo Hill no acervo do DOPS mineiro.⁷ Embora tais registros sejam fragmentados e em maior medida elaborados por agentes do DOPS vinculados ao Serviço de Segurança Pública, são importantes por conterem informações que nos dão mostras do trabalho efetuado por Hill e sua relevância para a dinâmica do PCB, seja em âmbito local, quanto nacional.

Armando Ziller nasceu no Rio de Janeiro em 1908 e mudou-se com a família para Leopoldina, em Minas Gerais quando tinha três anos. Seu pai, João Ziller, veio da Áustria para o Brasil na condição de padre. Após abandonar o sacerdócio, passou a trabalhar como jornalista no *Jornal Comércio do Rio* e casou com a jovem Luíza. Posteriormente, João Ziller passou a exercer a profissão de professor vindo a residir em várias cidades da Zona da Mata mineira, dentre elas a já mencionada Leopoldina, Cataguases, Ubá, Juiz de Fora e Muriaé. A infância de Ziller não foi fácil, de família numerosa, composta por 11 filhos, sua mãe faleceu quando ele tinha

⁷ Busca por nome: Lindolfo Hill. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?query=&nome=lindolfo%20hill&nme_tipo=1&action=results2&id=&andor=AND&start=0 > Acesso em: jan de 2016.

apenas sete anos. João Ziller posteriormente se casou com uma senhora chamada Rosa e se estabeleceu na cidade de Muriaé onde, devido a sua experiência no sacerdócio, foi convidado para atuar como pastor em uma igreja evangélica, na qual aceita o convite. A serviço da igreja, ele mudou-se primeiro para Belo Horizonte e posteriormente para Juiz de Fora, onde passou a atuar como professor no Colégio Grambery e no Seminário da cidade. Influenciado pelo convívio com o pai, Ziller se interessou amplamente pela leitura da bíblia e se dedicou aos estudos. Aos 17 anos foi convidado para ministrar algumas aulas no Seminário. Ao contrário do senso comum que apregoa a ideia de que comunistas são sinônimos de ateísmo, Ziller afirma que foi a partir da leitura da Bíblia que ele passou a se interessar em fazer reflexões sobre a condição sociedade e a redigir textos em que ele refletia sobre a pobreza e sobre os problemas sociais que poderiam ser superados, caso a população praticasse de fato os preceitos do cristianismo. Tal pensamento se consolidou após uma das conversas com o amigo Plínio Rolim de Moura, que ao ler os seus manuscritos, sugeriu que ele realizasse também a leitura do Manifesto Comunista, pois achava que as reflexões que ele fazia eram próximas às concepções de luta por melhores condições para a classe trabalhadora.

[...] porque você pode me estranhar, porque eu disse que foi pelos Evangelhos que eu vim para o comunismo, eu estou explicando como é que isso... [...]Eu estava pensando até que estava adaptando o cristianismo a... a... moderna... a idade moderna, fazendo uma espécie de cristianismo social, é... de maneira que ninguém tivesse fome, ninguém passasse fome, ninguém tivesse dificuldades. E comecei a escrever qualquer coisinha, quando um amigo meu... Isto foi lá em Itararé. Você viu, também morei em Itararé. [riso]. Em 1930, na Revolução, eu estava lá. E tivemos... Lá tínhamos um ginásio lá, a Revolução acabou com o ginásio todo, nós voltamos de novo para o fundo do poço. [] pequena coisa. Aí um amigo meu, quando... e ele... mostrei para ele, disse: - "Mas isso é comunismo!" [...]é o Rolim Plínio, Plínio Rolim de Moura, até conhecido, porque é um coronel lá de São Paulo, ele foi

comandante do Corpo de Bombeiros, no tempo do... do Jânio governador de São Paulo. Depois brigou com o Jânio. Mas ele era lá... lá em Itararé, então, nós dois nos reunimos, ele começou a me explicar e eu recebi de... Ele, de São Paulo. Talvez por intermédio dele, de amigos dele em São Paulo, o Manifesto Comunista de Marx e Engels. (ZILLER, 1985, p.7)

O amigo Plínio Rolim de Moura então concedeu a Ziller obras que tratavam da ideologia comunista, a começar pelo exemplar do Manifesto Comunista. No decurso da sua entrevista ele afirma que, por estarem em consonância com as concepções de justiça social que encontrava ao ler os evangelhos da bíblia, as obras comunistas foram fundamentais para a sua motivação em participar das ações do PCB. Além de trabalhar como professor cumprindo um contrato em Itararé, passou a escrever artigos que eram publicados aos domingos para o jornal do pai de Plínio Rolim, onde expunha reflexões que mesclavam suas concepções ideológicas e religiosas.

Em Itararé eu comecei a escrever num jornal do pai desse Plínio. Ele também, o pai dele também era muito ligado assim à esquerda. Aí toda... todo domingo eu escrevia meu artigo; isso já era sobre o assunto mesmo, sobre a União Soviética, sobre essas coisas e a crítica à Revolução de 30, aquela coisa. E meu pai, em Juiz de Fora, manda... entregava o artigo, esse jornal, para um amigo que eles tinham lá, que era do Partido. E ele levava para o pessoal do Partido e o pessoal, então, lia. Todo domingo eles recebiam esse jornal e então começaram a se interessar assim não esse tem qualquer coisa na cabeça. Eu tinha muito... era muito misturado, porque eu era muito idealista, no sentido que ainda o espiritualismo estava muito entranhado em mim.. (ZILLER, 1985, p.9)

Filiou-se ao partido no ano de 1932, quando se mudou para Juiz de Fora, aos 24 anos. Ao narrar como foi a sua entrada para o partido, Ziller expõe a dificuldade de atuação dos demais filiados em Juiz de Fora, sobretudo, a repressão. Em 1932, a cidade possuía um núcleo do partido comandado pelo contador Luiz Zúdio. De acordo com Ziller, ele realizava o trabalho de ministrar aulas sobre

marxismo para os trabalhadores de fábricas e indústrias da cidade, na sede da União Operária. Luiz Zudio foi morto por policiais em 1935 em uma das ocasiões que realizava pichações de protesto contra o fascismo nos muros da cidade. Pichar os muros com protestos era uma prática recorrente entre os militantes. Em depoimento Ziller reforça a importância do trabalho efetuado por Zudio entre os trabalhadores da cidade antes de ser assassinado:

Jovem e com uma perspectiva extraordinária ali, com uma consciência assim da... do futuro, do movimento social, muito interessante. Porque, você calcula, que em vez dele estar ensinando o pessoal a fazer greve, ele está fazendo uma coisa que Marx fazia: era reunir um grupo de operários e ensinar Economia Política. O Marx é... Lê a vida de Marx. Eu, eu estava querendo ressaltar esse... essa fase ... do Marx, que é muito... ninguém nota porque não é combativa, não é... num... não é espetacular. Então, quando vem a greve, o sujeito se põe à frente de uma greve, eles entram aí, fica bonito, vai pro jornal e tal. Mas quando o sujeito reúne 8, 10 pessoas aí dentro de uma sala, começa a ensinar Economia Política para o operário, o operário ficava compreendendo como é que ele é explorado, através do quê, a mais-valia, que foi o Marx que descobriu isso, não é? Ele começou a ensinar essas coisas. Aí, o operário, dá a consciência de classe ao operário, e ele vai embora, porque o Marx descobriu, o... o... ou foi outro que descobriu? Chegou a conclusão que assim como a burguesia destruiu a nobreza, o capital... o... o... se sucedeu a nobreza, o... o operário vai suceder a burguesia no poder. (Grifo nosso) (ZILLER, 1995, p.10)

Como dissemos no início desta seção, ao contrário dos inúmeros registros históricos sobre a trajetória de Ziller, a respeito de Lindolfo Hill as fontes são escassas, porém, os poucos registros encontrados nos permitem vislumbrar a importância do trabalho desenvolvido por ele no partido. Lindolfo Hill é descendente de alemães, seu avô, Franz Colina imigrou de Wendelsheim para o Brasil por volta do ano 1858 e passou a viver em Juiz de Fora, Minas Gerais. Lindolfo Hill nasceu 19 de janeiro de 1917 em Juiz de Fora, seus pais eram Carlos Hill e Elisa Hill. Nas fontes consultadas,

identificamos que Hill filiou-se ao PCB no ano de 1934⁸, tendo inúmeros registros de que teve um papel importante junto à militância da classe trabalhadora juiz-forana. Atuando na construção civil como pedreiro, na década de 1940 participou diretamente de fatos importantes, dentre eles, foi responsável pela criação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias e Construção Civil do estado de Minas Gerais, em 1944, esteve presente como representante do PCB mineiro na Conferência da Mantiqueira realizada em 1943 e esteve entre os membros efetivos da comissão do comitê estadual do partido em 1945, período em que a agremiação passava pelo processo de reestruturação.

Coletamos várias informações sobre a vida de Hill nos relatórios de monitoramento dos militantes do PC feitas pelos órgãos de repressão, como a Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais, articulada posteriormente com as ações do DOPS. Muito embora presente no discurso a perspectiva do aparato repressor acerca dos militantes comunistas, essas fontes possuem informações que nos permitem traçar um perfil, mesmo que sucinto. Com o título de “Confidencial” uma das fichas de identificação do comunista Lindolfo Hill apresenta uma breve descrição das suas ações pelo PCB. A ficha foi redigida em 1973, período do Regime Militar no Brasil, a esta altura Hill havia sido preso em São Paulo e enviado para o DOPS. Na descrição efetuada na ficha, o agente ressalta que além do militante fazer parte há muitos anos do PCB e inclusive ter realizado um curso de formação em Moscou, ele havia atuado não apenas em Minas Gerais, mas também nos estados da Guanabara, São Paulo e Brasília, conforme ilustramos adiante.

Lindolfo Hill participou de outras ações representando o partido, mas não foram registradas nos relatórios dos agentes do DOPS. Em setembro de 1945 esteve entre os delegados do

⁸ “Certidão.” Pasta 0235, imagem 62. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0235&imagem=1017 > Acesso em: jan de 2017.

Movimento Unificador dos Trabalhadores/MUT que participaram do Congresso Operário realizado em Paris. Além de Hill que teve a responsabilidade de representar o estado de Minas Gerais, estiveram presentes Pedro Carvalho Braga, do Rio de Janeiro e João Amazonas, que exercia a função de secretário da comissão nacional do MUT, ambos comunistas.⁹ Em entrevista, Dimas PERRIN explica que, dada a relevância de Hill para o partido, ele foi cogitado para ser candidato a deputado estadual nas eleições de 1945. Como decisão final, Hill ficou como suplente da chapa,

Aqui em Minas nós fizemos uma chapa, uma chapa composta de vários companheiros bons e tudo, o Ziller era candidato, o Lindolfo [...], o Augusto Gilbert, e outros companheiros do Triângulo Mineiro, do Sul de Minas. Uma chapa... eu tenho até um jornal com a relação desses candidatos aí. Então o Ziller conseguiu ser eleito, tendo ficado o Lindolfo [...] como suplente dele. O Ziller teve pouco tempo porque ele foi cassado também, com o fechamento do partido ele foi cassado. (PERRIN, 1995, p.5)

Ambos, Ziller e Hill estiveram à frente de movimentos sindicais importantes das suas categorias profissionais. Em 1933, Ziller prestou concurso para o Banco do Brasil, sendo nomeado para a cidade de Santos, litoral de São Paulo. Nesse período, ele participou ativamente de greves e manifestações em prol da luta pela jornada de seis horas para os bancários. Posteriormente, foi transferido para outras localidades, como Curitiba, onde atuou como presidente do sindicato dos bancários em 1938. Em 1940, ele fixou moradia em Minas, residindo na capital, onde filiou-se ao sindicato dos bancários. Hill, conforme mencionamos anteriormente, foi o criador e presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias e Construção Civil do estado de Minas Gerais. Esteve à frente de manifestações contra a cassação dos mandatos de membros do PC em 1948, quando inclusive

⁹ “Matéria: Brasileiros no Congresso Operário Mundial.” Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Pasta 3730, imagem 04. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3730&imagem=1495 > Acesso em: janeiro de 2017.

teve o seu mandato de vereador impugnado. No começo da década de 1950, apoiou movimentos grevistas importantes no estado, dentre eles, a greve dos mineiros de Morro Velho e dos ferroviários da Central do Brasil, que foram analisados em capítulos anteriores desta pesquisa. A maioria dos documentos elaborados pelos agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado faz menção à franca necessidade de se manter contínuo monitoramento das ações de Hill, não apenas em Juiz de Fora, mas inclusive nacionalmente. Isso porque desde o ano de 1945 ele fazia parte da Comissão Nacional do Partido, do Conselho Estadual, além de atuar como secretário político e sindical em Juiz de Fora. Membros do PCB eram constantemente monitorados pela polícia política, todavia, indivíduos que tinham maior projeção no interior da agremiação, prosseguiram sendo monitorados mesmo no período em que o partido esteve na legalidade política, entre os anos de 1945 a 1947. Na maior parte da documentação identificada a respeito de Hill, ele é descrito pelos agentes como “um dos elementos de maior projeção e importância” para o PCB, e por isso precisaria ser monitorado continuamente. Para os agentes, indivíduos como Hill representavam o “perigo” da subversão e expansão do comunismo entre a classe trabalhadora. É preciso rememorar que tal contexto refere-se ao período da guerra fria. No fragmento exposto adiante, temos uma correspondência expedida em junho de 1946, em que o agente destaca as experiências de Hill no PC,

Brasileiro descendente de alemães, com 28 anos de idade, operário em construção civil, residente em Juiz de Fora. Membro da comissão executiva do CN do PCB, no Rio de Janeiro, do CE, em Belo Horizonte, Secretário Político do CM de Juiz de Fora. Em fins de 1945, representou os trabalhadores no congresso operário. Não era fichado na época da ilegalidade. Contudo, segundo a “Tribuna Popular” do Rio de 26/10/1945, “é dos elementos de mais expressão do PCB”, e é o mais jovem membro da comissão executiva do Partido, tendo “dez anos de lida partidária”. Foi candidato a deputado nas eleições de 2 de dezembro de 1945.

Escolhido em 5.5.1946 para secretário de massas do CE do PCB, está residindo nesta capital.¹⁰

Utilizar fontes provenientes do aparato repressor são ações significativas no sentido de compreender como eram realizadas o monitoramento aos membros de maior visibilidade do PCB, mas também porque nos dá mostras de que, apesar de não estarem mais na clandestinidade, comunistas prosseguiram tendo suas ações metodicamente vigiadas pelos órgãos do governo. Além disso, podemos averiguar que, a despeito do aparato repressor, os pecebistas mantiveram suas práticas partidárias. Um exemplo disso refere-se ao informe de 27 de dezembro de 1946, identificado no acervo do DOPS. O investigador Amadeu de Azevedo apresenta relatos acerca do monitoramento realizado à paisana a comunistas em Juiz de Fora, dentre eles estava Lindolfo Hill. O investigador destaca os assuntos abordados por Hill, no qual ele pede aos demais companheiros apoio a possível candidatura a deputado estadual.

Chefia do estado de Polícia de Minas Gerais
Serviço de Investigações e controle
Em 27 de dezembro de 1946
Policimento do PCB realizado ontem as 20 horas na esquina sinuca

Serviço. O comunicante informa que falaram os seguintes oradores:
1º Marco Antônio Coelho, sobre a situação política do país;
2º Orlando Bonfim, sobre a queda da produção dos gêneros alimentares e pecuária em Minas Gerais;
3º Lindolfo Hill, sobre as necessidades do povo brasileiro e pediu apoio a sua candidatura a Câmara Estadual,
4º Francisco Gomes, sobre os benefícios que os Deputados Comunistas vem trazendo para o povo brasileiro.
Adamastor de Azevedo.¹¹

¹⁰ “Lindolfo Hill”. Pasta 3730, imagem 07. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3730&imagem=1498> Acesso em: janeiro de 2017.

¹¹ “Ordem de Serviço, 26/12/1946. Policiamento ao PCB.” Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Pasta 5283, imagem 99. Disponível em: <

Ainda que não tenha citado nas entrevistas realizadas que esteve sujeito à vigilância, talvez por desconhecimento, assim como Hill e outros comunistas que pertenciam à cúpula do partido em âmbito estadual, Armando Ziller também esteve sob constante monitoramento dos agentes. Em básica consulta ao acervo do DOPS, localizamos mais de duzentos documentos em que o seu nome é citado como alvo de investigações e acompanhamento.¹² Uma análise apurada dessa documentação revela que seus passos foram acompanhados pelos agentes, que elaboraram relatórios indicando os locais onde Ziller realizava reuniões, além de apreensões de correspondências que continham orientações para os filiados de outras cidades. No trecho a seguir, apresentamos uma dessas correspondências, com data de 20 de janeiro de 1946 com destino a Corinto, em que Ziller orienta a divulgação da linha política e outros assuntos rotineiros do partido,

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 1946

Ao Comitê Municipal de Corinto

Prezados Camaradas:

Para o controle do trabalho de divulgação da linda política do Partido, organizamos o mapa anexo para o mês de Janeiro, que esse Comitê Municipal deve preencher e enviar à Secretaria do Comitê estadual até o dia 4 de fevereiro futuro. Chamamos a atenção dêsse CM sobre o questionário enviado pelo CE no dia 4 de dezembro, sobre o trabalho de divulgação durante a campanha eleitoral e que ainda não foi respondido, embora nele se carece de urgência da resposta. Até agora só recebemos de volta os questionários dos seguintes COMM: Dores de Idaiá, Juiz de Fora, do Triângulo, Três Corações, Ubá, Raposos, Sabará, Conselheiro

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5283&imagem=2013 > Acesso em: janeiro de 2017.

¹² Busca por nome, Armando Ziller. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?nome=armando+ziller&nme_tipo=1&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=b2d946c26c3001a2147c1bea12e45f3d > Acesso em: janeiro de 2017.

Pena, Caratinga, Varginha, Presidente Vargas, Santos Dumont e Barbacena.
Saudações comunistas,
Armando Ziller.¹³

Ao interceptar essas correspondências, os agentes coletavam informações a respeito do planejamento de ações do PC e, como dissemos, ainda que estivesse na legalidade, o partido prosseguiu sendo acompanhado. A partir de 1945, Ziller e Hill estavam envolvidos com o processo de reestruturação do partido, que gozando da aprovação do registro eleitoral e ainda sob os reflexos da Conferência da Mantiqueira de 1943, empregava esforços no sentido de ampliar seu raio de atuação em Minas Gerais. Em seu relato, Ziller cita o quão fragmentado e incipiente estava o PCB na capital, em razão da repressão durante o período do Estado Novo. Em sua percepção, foi necessário virem comunistas do Rio de Janeiro e São Paulo para reestabelecer o partido e ajudar no processo de reconstrução, como a passagem de João Amazonas, líder do PC nacional,

/Não. Olha aqui, // em 40, o Partido aqui praticamente não existia [] foi esfacelado. A polícia conseguiu... o Estado Novo conseguiu aquilo: liquidar o Partido. Havia uns seis ou oito comunistas daqueles antigos, tão duros, como nós falamos, não é? Que... Era um, era barbeiro ali perto do Cine Glória, ali na... avenida Afonso Pena, o Chrispim. Bom, então todo... todo sujeito que chegasse à barbearia do Chrispim, ali estava sempre gente da polícia, vendo quem é que freqüentava aquilo, não é? Tanto que o Chrispim quase não tinha ninguém nenhum freguês... [riso] [...] Éramos uns oito ou dez. Reuníamos aí, o Amazonas trabalhava aí, então ele... Reuníamos, fazíamos umas reuniões e fomos... fomos, fomos fazendo. Nenhum de nós entendia muito bem a organização de partido. Nem mesmo o Amazonas não tinha, assim, ainda muita experiência de organização. É... mas... eu até me lembro que

¹³⁴Correspondência do Comitê Estadual do PC de Minas Gerais, Belo Horizonte, 20 de janeiro de 1946". Pasta 3781, imagem 164. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3781&imagem=688 > Acesso em: janeiro de 2017.

quando eu... e o Amazonas foi embora, porque o Partido agora já podia se equilibrar sobre as patas traseiras, então estava... não precisava mais de ajuda para andar, o Amazonas fez uma reunião e como [já?] éramos doze, se não me engano, o Celius Aulicus, o... o Jardim também estava nisso, esse jornalista que tem a... temos aí até hoje. A Valquiria, a irmã dele, Valquiria Jardim, uma professora, também estava. Daí a pouco apareceu, sabe quem?, no Partido, um estudante chamado Darcy Ribeiro, membro do Partido; aliás, muito bom. (ZILLER, 1985, p.23)

Ziller e Hill foram homens importantes para o PCB mineiro nesse período. Ziller foi indicado pelo partido para concorrer ao Senado em 1945, mesma eleição em que Prestes participou, porém o candidato mineiro não teve êxito. Ziller recebeu 24.206 votos, cerca de 1,41%, já Prestes obteve 24.767 votos cerca de 1,45%. A diferença quantitativa entre ambos foi relativamente pequena, aspecto que tende a demonstrar que Ziller teve uma boa participação nas eleições, sobretudo, se examinarmos que o seu nome não era conhecido tanto quanto Prestes, e o partido havia saído recentemente da clandestinidade. Mas, enquanto candidato a deputado estadual, Ziller, nas eleições realizadas em 19 de janeiro de 1947, venceu, tendo Hill como o suplente mais bem votado, conforme números apresentados no Quadro 19.

Quadro 1 Eleição Deputado Estadual 1947 - Representação do PCB em Minas Gerais

Deputados Estaduais	Votos obtidos
Armando Ziller	2.845
<i>Suplentes</i>	
Lindolfo Hill	1.600
Jacinto Augusto de Carvalho	1.201
Sebastião Francisco de Azevedo	1.150
Roberto Margonari	1.122
Orlando Bonfim Júnior	944

Fonte: CHICOLTE. 1982. op.cit. p.321.

Um fato interessante foi identificado ao procurarmos informações a respeito da participação de Lindolfo Hill nas eleições de

1947. Neste mesmo ano, Hill se candidatou a Câmara de Vereadores de Juiz de Fora e saiu vitorioso. A documentação do PCB mineiro faz menção ao fato desta vitória representar a eleição do primeiro vereador comunista em Juiz de Fora. Todavia, ao checarmos os dados disponíveis no acervo do Tribunal Superior Eleitoral de Minas Gerais, identificamos que Hill foi eleito vereador pela legenda do PTB, conforme apresentamos na Figura 10 exposta adiante. A legislação eleitoral vigente, que data de 1945, não exclui a possibilidade de candidatos concorrerem em cargos distintos em legendas diferentes, desde que haja um acordo entre os partidos. O decreto lei nº 7.586, de maio de 1945, que trata do registro dos candidatos determina que “Não é permitido ao candidato figurar em mais de uma legenda, senão quando assim fôr requerido por dois ou mais partidos, em petição conjunta.”(BRASIL, Lei nº 7.587, 1945) Mesmo a Constituição de 1946, em vigor neste período, não apresenta definições a respeito da possibilidade ou impossibilidade de o candidato concorrer em legendas diversas para cargos díspares, como foi o caso de Hill. Há apenas a ressalva ao fato de que candidatos não podem pleitear cargos em estados diferentes, conforme expressa o artigo 11, § 4º “Não será permitida a inscrição do mesmo candidato por mais de um Estado”. (BRASIL, Constituição de 1946)

Figura 1- Resultado das eleições municipais de Juiz de Fora em 1947

JUIZ DE FORA

PREFEITO

Dilermando Martins da Costa Cruz Filho (PR-
PSD-PTN)

VEREADORES

Abel Rafael Pinto (PR)
 Antônio Ribeiro de Sá (PR)
 Fábio Neri (PR)
 Ildebrando Bogaglia (PTB)
 Irineu Guimarães (PTB)
 Itamar Rattes Barroso (PSD)
 Jamil Altaf (PTN)
 João Felício Fernandes Júnior (PR)
 Joaquim Henriques Viana Júnior (PR)
 Joaquim Vicente Guedes (PSD)
 José Fonseca Soares (POT)
 Justino Moraes Sarmento (UDN)
 Lindolfo Hill (PTB)
 Sadi Monteiro Boechat (PR)
 Wilson Lima Bastos (UDN)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral de Minas Gerais. Eleições Municipais de 1947.

A opção pela participação nos pleitos eleitorais na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro não era algo novo. Conforme abordamos anteriormente, a escolha dessa legenda tanto em âmbito nacional quanto estadual, foi uma estratégia comumente utilizada pelos petebistas quando estavam na clandestinidade. Ademais, na capital mineira os dirigentes estaduais do PCB gozavam de boa relação com os petebistas, apesar de serem legendas concorrentes quando o partido conquistou a legalidade. No entanto, cabe ressaltar que a boa relação junto aos membros do PTB mineiro não foi algo unânime em todo o estado. Em entrevista, o comunista Anélio Marques que viveu nas décadas de 1940 e 1950 na cidade de Nova Lima, região central do estado, explica que os petebistas da cidade não aceitaram que comunistas se candidatassem pelo PTB. Dessa forma, os comunistas de Nova Lima interessados em participar do pleito eleitoral tiveram que recorrer a outros partidos, como o Partido Republicano, PR e o Partido Social Democrático, o PSD. Dessa forma, o PTB não foi a única opção estratégica do PCB.

Isso é importante, eu julgo importante essa eleição de 47, em Nova Lima, porque foi aonde eu militei mais. Porque foi logo, estava fresquinha ainda a cassação do Partido, a cassação dos mandatos dos deputados federais, estaduais e etc. Fechamento do Partido. Quer dizer, com tudo isso em 47, nós não tínhamos legenda, por isso tivemos que arranjar legenda. E arranjamos uma legenda dos partidos PTB, PR e outros partidos. Um partido que abriu a legenda para nós participarmos foi o PSD. O PTB, que era um partido ligado à classe operária, etc., eles não aceitaram a nossa participação como brasileiro, na legenda deles. E quem participou, por quê? Politicamente o PSD foi mais político que os outros. E o que acontece? O PSD ganhou as eleições, lá, para prefeito, e nós só perdemos as eleições, os comunistas só perderam as eleições, em Rio Acima. Só em Rio Acima que nós perdemos para o PTB. Por quê? Porque foi o único lugar que os comunistas não tiveram condições de ir. Onde os comunistas tiveram condições de ir, participar de comícios, de palestras, junto com o PSD, nós ganhamos as eleições. Só nós não ganhamos as eleições, porque o PSD nos sabotou na ida para Rio Acima. (MARQUES, 1991, p.19)

Cabe ressaltar que vitória de Ziller nas eleições de janeiro de 1947 foi importante para o PCB estadual, no entanto, no mês de maio, o partido foi posto na clandestinidade tendo seu registro cancelado (BRASIL, Processo nº 411/412, 1947) e no ano seguinte os mandatos dos comunistas eleitos foram cassados, inclusive o de Lindolfo Hill, que havia sido eleito pela legenda do PTB. Em entrevista, Ziller explica que a despeito da cassação dos mandatos, os membros do partido procuraram alternativas para prosseguirem atuando. Uma estratégia comum foi o uso dos escritórios pessoais para realizar as reuniões do partido já que a sede havia sido fechada. Além disso, os jornais de orientação comunista prosseguiram sendo ferramentas essenciais na difusão das informações e reação contra a atitude do governo,

/Não.// É. Mas olha, é uma coisa, o Parlamento, primeiro fecharam o Partido, então a sede não existia, mas os deputados podiam ter seu escritório. Então, os escritórios de deputados, que eram ali [] serviam como sede, dali se encontrava [] ninguém podia fechar o escritório [] deputado [] foi cassado, então já o escritório não funcionava. Mas os jornais funcionavam. A imprensa... a liberdade de imprensa existia. Então, os jornais continuaram. Em todo lugar nós tínhamos jornais.[...] Os jornais continuaram. Então, cada vez que o jornal fazia uma coisa mais pesada, vinha a polícia e fechava o jornal, ou o juiz fechava por 2, 3 dias; suspendia... tinha uma semana. Depois, na terceira ou quarta suspensão, o jornal tinha... ficava fechado, não podia mais funcionar. Então, quando chegava na penúltima vez que você ia ser suspenso, nós mudávamos e formávamos um outro jornal. E o título daquele jornal primitivo ficava... não ficava... anulava tudo, os jornais iam mudando de nome. [] [riso] Vê, o Dutra não fechava o jornal. Agora, enquanto não consegui qualquer coisa, mas não conseguiram não. Então, nós... então nós continuávamos, só fechamos porque não havia condições financeiras, que manter um jornal era muito difícil. (GUIMARÃES, 1991, p.22)

Antes da cassação dos mandatos, Ziller descreve que foram introduzidos interventores nos sindicatos do estado que haviam se filiado a Central dos Trabalhadores Mineiros, o CTB, com o objetivo de controlar os movimentos dos trabalhadores, além de impedir que indivíduos ligados ao PC fizessem parte da diretoria do sindicato. Durante o governo Dutra, era necessário apresentar um atestado de ideologia, isto é, um documento que comprovasse que o trabalhador não tinha ligações com partidos de orientação de esquerda. Aqueles que tinham registros de ligação com partidos, não poderiam integrar a direção de sindicatos. Ziller descreve que houve protestos, inclusive dele, quando foi divulgado que o Ministério do Trabalho havia enviado um interventor para o Sindicato dos Bancários, do qual ele fazia parte. Nesse período, Ziller havia recorrido à Justiça do Trabalho para receber salários atrasados do Banco do Brasil

[...] decretaram a intervenção em todos os sindicatos que tinham se filiado à CTB. E aí, mais uma vez, eu fui para fora [riso] do meu sindicato, se bem que no meu sindicato não adotamos aquilo lá, fizemos uma assembléia, assim, demos o relatório do que aconteceu e a assembléia votou a filiação à CTB, foi uma coisa só do presidente []. Mesmo assim, eu era deputado estadual, fiz um protesto lá [] não dei a chave para eles. Mas o pessoal resolveu não brigar muito, então, demos para o juiz de direito, [e daí?] eles foram buscar a chave lá na Justiça. [riso] [...] Ah, eu ia. E eu não estando mais... Que nessa época também o banco me transferiu, eu estava em luta com o banco na Justiça do Trabalho, não tinha salário, nem nada, estava atrasado com as mensalidades do sindicato, e eles queriam [...] proibir a minha entrada no sindicato, porque eu não estava quite, não estava quite com a tesouraria. Mas o estatuto diz muito claro: se o sindicalizado está em luta contra o patrão, afastado do trabalho e em litígio, ele está ali isento das mensalidades. Mas levaram a polícia, levaram um grupo de tiras lá para a porta uma vez, para eu não entrar. (GUIMARÃES, 1991, p.6-7)

Acompanhar alguns fatos da trajetória de membros do PCB, a exemplo de Ziller e Hill, permite identificar não somente as dificuldades encontradas para exercício da atuação partidária e

política, mas também as táticas encontradas por eles para tentar superar os entraves impostos. Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), o PCB prosseguiu participando dos movimentos trabalhistas. Para Ziller, o partido gozava de certa liberdade de ação, a despeito da ilegalidade política. A integração junto aos movimentos dos trabalhadores tinha a função de ampliar a influência entre diversas categorias profissionais e promover ações públicas com vistas a pressionar Vargas pela aprovação do registro eleitoral do partido. Para isso, nesse período, o discurso pecebista centrava-se na concepção de “união nacional”, dessa forma, ainda que as bases do partido estivessem desejosas de ampliar os movimentos grevistas, a recomendação dos dirigentes nacionais era para conter os movimentos em prol de uma “causa maior”. Ziller explana tais questões ao tratar da “certa liberdade” que nesse contexto o PCB vivenciava. Além das mudanças na estrutura orgânica efetuada e na linha política, adotadas no começo da década de 1950, a agremiação estava expandindo o raio de atuação para várias cidades em Minas Gerais: “[...] gozamos de uma certa liberdade, é, digamos, tolerada. Não tínhamos a legalidade do... o Partido não era legal, não era nada, mas nós tínhamos uma vida normal, política normal.” (ZILLER, 1985, p.4)

No entanto, quando cruzamos as informações expressas em depoimento por Ziller com os documentos provenientes do aparato repressor do estado de Minas Gerais, averiguamos que na prática, em razão da percepção de que o PCB ganhava projeção entre a classe trabalhadora, o monitoramento aos integrantes foi contínuo. Ainda que desconheça o fato, e em vista disto ter afirmado que havia “certa liberdade” para atuar, no acervo do DOPS localizamos inúmeros registros de monitoramento da rotina de vários pecebistas e, inclusive de Ziller, enquanto deputado e membro do sindicato dos bancários. Em 1951 foi realizada a primeira greve nacional dos bancários. Mesmo sendo ex-presidente estadual desta categoria no estado - Ziller havia sido destituído do cargo durante o governo Dutra -, esteve à frente do movimento. Ziller era figura conhecida da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e monitorada desde o início da sua

participação enquanto militante do PCB e pela sua intensa mobilização entre as instâncias sindicais, sobretudo, o trabalho exercido no sindicato dos bancários, categoria do qual fazia parte. Dentre os inúmeros registros de vigilância das atividades realizadas, podemos citar um telegrama recebido pelo Serviço de Segurança Pública de Minas Gerais, enviado pelo diretor do DOPS de São Paulo. O documento informa a presença de Armando Ziller em reunião na sede do sindicato dos bancários, em setembro de 1952, pouco mais de um ano após ter sido deflagrada a greve geral dos bancários, em agosto de 1951. Ao realizarem monitoramento à paisana os agentes demonstravam preocupação quanto à participação de um “agitador” comunista no sindicato, não apenas entre os mineiros, mas também devido a sua presença no estado do Rio de Janeiro.

Recibo de telegrama abaixo discriminado
Serviço Público do Estado de Minas Gerais
20/09/52

Dr. Ribeiro da Cruz
Diretor do DOPS São Paulo

Referência vosso de ontem informo que esta capital uma comissão de membros da Diretoria do sindicato Nacional dos bancários que veio tratar do assunto com sindicato daqui. Até agora não houve uma só palavra sobre greve aqui em Minas. Mas, esteve agitando no Rio o problema da greve dos bancários foi o ex-deputado estadual comunista, Armando Ziller, que não tem nenhum cargo na diretoria do Sindicato em Belo Horizonte. Creio que aqui só irão a greve se ela for de caráter geral.

José Henrique Soares
Del. Esp. Ord. Pública¹⁴

Com Lindolfo Hill a situação não foi diferente. Durante quase toda a sua trajetória enquanto militante do PCB teve suas ações monitoradas pelos agentes do serviço de segurança pública. Durante

¹⁴ “Telegrama, 20/09/1952.” Pastas 5385, imagem 136. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5385&imagem=1336 > Acesso em: jan de 2017.

a vigência do governo de Juscelino Kubitschek, Hill era tratado pelos agentes como foragido da polícia. As fontes disponíveis não informam com clareza a razão pela qual Hill tornou-se foragido, apenas ressalta a sua figura enquanto indivíduo que teria a capacidade de “subverter” as massas. Em um dos relatórios estudados, ele é identificado como o presidente do comitê municipal de Juiz de Fora em 1955, conforme fragmento exposto adiante, referente ao informe que contém relato dos agentes responsáveis pelo monitoramento da ocasião em que o PCB local realizava comemorações do aniversário de Prestes:

Ministério da Justiça e negócios interiores

Nota informativa nº 1/1955

Atividades comunistas

O aniversário de Prestes foi comemorado pelo Comitê de Juiz de Fora. Houve alvorada com foguetes e bombas. À noite foi realizada sessão comemorativa com a presença de todos os chefes de comitês e células. Falou o líder Milton José Fernandes exaltando a pessoa do chefe vermelho, e os chefes de células Antônio Matos, Orlando Franquini e Leonardo Taciano. Em seguida foram reestruturados os comitês e células. O comitê municipal ficou assim instituído: presidente Lindolfo Hill (foragido); secretário geral Milton José Fernandes; 2º secretário Leonardo Taciano; tesoureiro José Cipriano; secretário de propaganda Orlando Franquini; secretário de trabalho Oswaldo de Oliveira; chefe dos serviços de infiltração Geraldo da Silva Leitão e Adolfo Cridi [...] ¹⁵

Através do fragmento exposto, oriundo de um dos relatórios de monitoramento, podemos identificar a composição do comitê local de Juiz de Fora em 1955. Além disso, averiguamos que, embora Lindolfo Hill tenha sido descrito em vários documentos datados de 1955 como foragido, ele prosseguiu suas atividades na dinâmica do partido. Em 1954, Hill planejava realizar candidatura para deputado

¹⁵ “Relatório Atividades Comunistas”. Pasta 4141, imagem 37. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4141&imagem=1419 > Acesso em: jan de 2017.

estadual, todavia, movimentações para impedir a sua participação nas eleições gerais daquele ano foram conduzidas. Solicitações para que houvesse agilidade no processo de impugnação do registro da sua candidatura foram efetuadas pelos agentes do Departamento de Ordem Pública. Embora não tenhamos encontrados fontes que confirmem que houve a aprovação do processo de impugnação, nossa hipótese é de que as pressões para que tal ação fosse feita, tenham obtido êxito, em razão de não haver qualquer registro da sua candidatura para deputado estadual ou vereador em 1954.

Recibo do telegrama abaixo discriminado 13/09/1954
Serviço de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais
Dr. Promotor de Justiça
Juiz de Fora

Esta especializada remeterá possível urgência certidões fins essa impugnação essa promotoria registro dos candidatos comunistas Irineu Guimarães, Lindolfo Hill, José Alves de Carvalho, Milton José Fernandes. O presente radio servirá de documento hábil até a chegada aludidas certidões.

Att. Sds.

Antônio Dutra Ladeira

Del. Esp. Ordem Pública¹⁶

Ambos, Ziller e Hill, prosseguiram com o trabalho no partido, inclusive durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985). Neste período, Hill foi preso em várias ocasiões pelos aparelhos de repressão do estado de Minas Gerais e São Paulo. Em 1955, Ziller retoma a direção do sindicato dos bancários de Belo Horizonte e, em 1956 tornou-se um dos criadores da Federação do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais e Goiás, sendo presidente deste órgão durante o período de 1959 a 1964. Também participou da criação, em 1958, do órgão representativo dos bancários em âmbito nacional, Confederação Nacional dos Trabalhadores em

¹⁶ “Radiogramas”. Pasta 5389, imagem 110. Departamento de Ordem Política e Social, Dops. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5389&imagem=115 > Acesso em: jan de 2017.

Estabelecimento de Crédito – CONTEC. Às vésperas do golpe de 1964, Ziller afirmou que a agremiação estava envolvida em várias questões, dentre elas manifestações pela aprovação das Reformas de Base apresentadas por João Goulart e, em especial na luta pelo retorno a legalidade política.

[...]/Nós estávamos fazendo.// Nós fizemos. Por exemplo, quando... quando veio a... 64, o golpe, nós estávamos em plena campanha de... de reconhecimento do Partido. Nós... naquela época a lei exigia 40 mil assinaturas de eleitores com título, tínhamos as listas e apresentamos 45 mil assinaturas. Isso, no país todo. Dessas 45 mil o... as autoridades, o... A autoridade não; os elementos que... encarregados nos cartórios eleitorais foram anulando, dizendo: - “Essa aqui não reco... a assinatura não é... não confere, não combina, não coincide, não é?” Na... Então, foram anulando muita... inclusive de dirigentes nossos. Disse que a assinatura dele não é... porque depois de alguns anos a assinatura variou. E com isso, quando veio o golpe, nós estávamos em plena campanha. Tinha já sido entregue o... todo o pedido, as assinaturas, aquele maço de assinaturas, e... Bom, acabou não sendo... [] sofremos como todo mundo. Mas sempre... Sempre nós lutamos pela legalidade. (ZILLER, 1995, p. 6-7)

Na ocasião do golpe de 1964, Ziller estava em viagem pela Europa como um dos representantes do Comitê Executivo da Federação Sindical Mundial. Tendo em vista a sua ligação com o PCB e diante das intensa repressão que desencadeou após o evento, ele permaneceu exilado então na Tcheco-Eslováquia até 1980, quando foi decretada a anistia aos opositores do governo.

Neste capítulo, selecionamos alguns fatos significativos da trajetória de três membros do PCB mineiro, com enfoque na participação política. Ao tratar de Dimas PERRIN, Armando Ziller e Lindolfo Hill, pudemos não apenas desvendar aspectos particulares de suas vidas ligadas à militância, mas, sobretudo, conhecer por

meio de suas experiências fatos do cotidiano partidário para além das suas vivências nas instâncias sindicais ou enquanto integrantes da cúpula organizacional do partido. Através das trajetórias individuais em meio ao universo coletivo, averiguamos as estratégias adotadas para a inserção na seara política no período em que o partido operava na clandestinidade. A despeito da clandestinidade, o PCB mineiro, assim como em âmbito nacional, buscou como alternativa para participar dos pleitos eleitorais a utilização de outras legendas de agremiações que, na concepção dos seus dirigentes, tinham maior afinidade política-ideológica com os pecebistas. Em Minas Gerais as legendas do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Democrático foram a derradeira opção para se manterem “vivos” no jogo político.

Ao percorrer eventos do decurso de vida destes pecebistas, nos deparamos com provas documentais de que a repressão e monitoramento às ações dos integrantes do PC não existiram apenas enquanto estavam na clandestinidade. Pelo contrário, mesmo no curto momento em que pôde desfrutar da regularidade de sua legenda, agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais prosseguiram suas atividades e elaboraram relatórios que continham informações minuciosas acerca do trabalho desenvolvido pelos militantes. Imbuídos de forte discurso anticomunista e menosprezo aos movimentos sociais, os órgãos de repressão foram instrumentos importantes de controle do estado aos segmentos sociais que consideravam como “perigosos” à dinâmica social. Por fim, é interessante pontuar que embora militantes tenham vivenciado repressão e clandestinidade e, em vista disso, tenham tido suas ações limitadas, o trabalho em manter o PCB “vivo” continuou sendo realizado. Ao examinar entrevistas e documentos partidários, um pesquisador atento concluirá que não se tratava apenas mero interesse em participar do jogo político, mas também de vivenciar uma ideologia que coadunava com a luta por uma sociedade com maior justiça social para a classe trabalhadora.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.;
- BOURDIEU, Pierre. **As contradições da herança**. In: Lins, Daniel. *Cultura e Subjetividade – saberes nômades*. Campinas: Papirus, 1997, p. 7-18;BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliene, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL, Justiça Eleitoral. **Processo nº 411/412 de cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil**. Rio de Janeiro, 7 mai. 1947b. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>>. Acesso em: 13 jan. 2017.
- BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- BRASIL. Decreto Lei nº 7.587, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro. 28 mai. 1945. Seção 1, p.9436. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- CARONE, Edgar (Org). **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984, p.130-135.
- CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro, 1982.
- COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo 1943-1953**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1993.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, historia, historiografia. **Tempo**, n. 28, p.123-143, 2009.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. São Paulo: Zahar, 1984.

GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002 p.2-3. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf >. Acesso em: 10 jan. 2016.

FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. Por uma vanguarda revolucionária: **estratégias** do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Tese de doutorado. 2017. Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2017/03/TESE-CAMILA-GON%C3%87ALVES-FIGUEIREDO-VERS%C3%83O-FINAL-2017-PPGH.pdf> > acesso em maio de 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **O movimento das favelas de Belo Horizonte (1959-1964)**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PERRIN, Dimas. **Memórias de um torturado**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1979, 180p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15. 1989.

Fontes

NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL. Centro de Estudos Mineiros – Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

“Certidão.” Pasta 0235, imagem 62. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0235&imagem=1017 > Acesso em: jan de 2017.

“Congresso dos trabalhadores de Minas Gerais”. Pasta 3784, imagem 14. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Informe, Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3784&imagem=1031 > Acesso em: jan de 2016.

“Correspondência do Comitê Estadual do PC de Minas Gerais, Belo Horizonte, 20 de janeiro de 1946”. Pasta 3781, imagem 164. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3781&imagem=688 > Acesso em: janeiro de 2017.

“Lindolfo Hill”. Pasta 3730, imagem 07. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3730&imagem=1498 > Acesso em: janeiro de 2017.

“Matéria: Brasileiros no Congresso Operário Mundial.” Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Pasta 3730, imagem 04. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3730&imagem=1495 > Acesso em: janeiro de 2017.

“Matéria: Fundada a União Geral dos Trabalhadores Mineiros.” Departamento de Ordem Política e Social/DOPS. Pasta 3784, imagem 04. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3784&imagem=1021 > Acesso em: jan de 2016.

“Ordem de Serviço, 26/12/1946. Policiamento ao PCB.” Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Pasta 5283, imagem 99. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5283&imagem=2013 > Acesso em: janeiro de 2017.

“Plano da Comissão Eleitoral. Pasta 3821, imagem 107. Fundo: Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3821&imagem=1629 > Acesso em: jan de 2016.

“Radiogramas”. Pasta 5389, imagem 110. Departamento de Ordem Política e Social, Dops. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5389&imagem=115 > Acesso em: jan de 2017.

“Reivindicações dos Trabalhadores”. Panfleto. Pasta 3784, rolo 44, imagem 07. Departamento de Ordem Política e Social, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3784&imagem=1024 > Acesso em: jan de 2016.

“Relatório Atividades Comunistas”. Pasta 4141, imagem 37. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4141&imagem=1419 > Acesso em: jan de 2017.

“Telegrama, 20/09/1952.” Pastas 5385, imagem 136. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5385&imagem=1336 > Acesso em: jan de 2017.

Busca por nome, Armando Ziller. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?nome=armando+ziller&nme_tipo=1&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results2&id_REQUEST=b2d946c26c3001a2147c1bea12e45f3d > Acesso em: janeiro de 2017.

GUIMARAES, Anélio Marques. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 04. p. 19, 1991. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em 2015.

PERRIN, Dimas. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fitas 1, 2, 3, 4, 05, 9 e 11, 1995. Arquivo Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos->

ZILLER, Armando. **Entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG**. Acervo: História dos Partidos Políticos e Sindicatos. Fita 01 a 04. 1985. Arquivo Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/his/historiaoral/index.php/por/Entrevistados/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos> > acesso em jan 2015.

Com a palavra, o trabalhador...

Uma experiência investigativa através da história oral

*Myrtes Raposo*¹

Introdução

A proposta a seguir trata-se de uma demonstração dos resultados da coleta de dados a partir de uma utilização do método da história oral como intérprete qualitativo das experiências sócio-históricas. Foi feita uma investigação na organização do trabalho da Siderúrgica Mendes Júnior de Juiz de Fora-MG, em função da implantação de Programas de Qualidade Total implantados no período de 1984 a 1995, e de que forma esses programas nortearam as condutas nas relações de trabalho. Para tanto, foi utilizada uma abordagem que utiliza aspectos históricos como subsídios para a compreensão das relações de trabalho e que se preocupe com as diferentes formas de organização do trabalho que se sucedem ao longo do tempo, tais como as que acontecem em países periféricos que absorvem formas desenvolvidas em outros países, torna-se vital para o entendimento do tema a ser analisado na nossa pesquisa.

Nesse sentido, foram identificados no contexto histórico do mundo do trabalho e com base na literatura existente, fatores que permitiram o desenvolvimento do modelo japonês de produção e as repercussões da crise capitalista no Brasil na década de 1990 e os impactos das novas políticas industriais adotadas à época. Partindo

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua como Professora Adjunta do Bacharelado em Artes e Designer da Universidade Federal de Juiz de Fora.

da premissa de que a relação entre o indivíduo e a organização é o elemento determinante para a qualidade de vida dos trabalhadores, estendendo o debate teórico/metodológico para além da psicanálise e valendo-nos das contribuições da ergonomia, psicologia, antropologia, engenharia de produção, mecânica, design etc., analisamos à luz de todo o arcabouço teórico apresentado, as experiências de ex-funcionários da referida siderúrgica, em sua maioria trabalhadores de chão de fábrica, as respectivas relações de trabalho e apontamos as armadilhas de controle que vão além dos aparatos técnicos de vigilância.

Tal iniciativa só nos foi possível por utilizarmos o método da História Oral como recurso, que pode ser utilizado em diversos campos científicos. Método que mantém estreita relação com a tradição oral, memória, linguagem falada e métodos qualitativos. Podendo-se manter no status de investigação científica, fonte de pesquisa ou mesmo como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Por atender a várias áreas do conhecimento, não podendo ser considerado recurso exclusivo do campo da História ou da Antropologia, tampouco das Ciências Sociais. Da mesma forma, não pode ser considerado pertencente ao campo das Ciências Humanas. Sua originalidade reside no fato de se prestar a diversas abordagens, transitando num campo interdisciplinar (ALBERTI, 2005).

No caso em tela, foi utilizada uma vertente da história oral – a História Oral Temática – que, segundo S. M. Freitas (2006), trata-se de entrevistas que contemplam determinado tema, tendo como sujeito um grupo de pessoas que dividem a mesma experiência sobre um determinado assunto. O autor salienta que esse método não tem por objetivo a investigação de toda a existência do entrevistado.

Assim, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo (FREITAS, S. M., 2006, p. 21-22).

Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas abertas e semiestruturadas. Valemo-nos também de recursos eletrônicos, como gravações em áudio, que auxiliaram no método de registro. A utilização de recursos eletrônicos durante as entrevistas permite que o método da história oral possa ser definido, conforme salienta Freitas (2006) como “moderna história oral”².

Coletamos narrativas de ex-funcionários da Siderúrgica Mendes Júnior que exerceram suas funções no período de 1984 a 1995. Entrevistamos funcionários de diversos escalões, desde o chão de fábrica (operadores de máquinas e supervisores) até representantes da chefia de setores da área industrial.

A compreensão do desenvolvimento do modelo de produção flexível japonês, a partir de uma perspectiva histórica

Abordar o tema “trabalho” como conquista da dignidade humana seria algo reconfortante. Contudo, não seria fácil, dada a impossibilidade de distinção entre o alívio e o sofrimento no processo laborativo. Ainda que o mundo da produção tenha galgado altos patamares tecnológicos, o capital continua exercendo seu controle sobre o trabalho, movendo-se sempre em direção ao lucro e à produtividade, o que instiga as várias áreas do conhecimento a estudar o impacto da introdução de novas tecnologias no mundo laboral e suas consequências nas relações de trabalho, trazendo para a discussão as diversas situações dos que estão dentro do trabalho e dos que se encontram marginalizados como, por exemplo, os desempregados. Todos estão mergulhados na incerteza das políticas de flexibilidade. Nesse sentido, o trabalho torna-se socialmente desagregador, e as relações sofrem precarização, chegando, inclusive, a provocar adoecimento.

² Definição utilizada por Allan Nevis mencionada em Freitas (FREITAS, S. M., 2006, p. 18).

A flexibilização tem seu ponto forte a partir da crise da sociedade fordista. O panorama sociopolítico mundial da década de 1970, aliado às tecnologias implantadas em fábricas japonesas, impulsionava o surgimento de um novo paradigma de organização e gestão da produção. Este momento ficou conhecido como “*milagre econômico japonês*”, que, de acordo com Rattner, tratava-se de um fenômeno político ocorrido no Japão, cujo crescimento econômico fora recorde após a Segunda Guerra Mundial, impulsionado primeiramente pela assistência dos Estados Unidos e consolidado pelo intervencionismo do governo japonês (RATTNER, 2003).

O novo conceito contaria com métodos de produção diametralmente opostos aos que predominavam no paradigma fordista das grandes fábricas. As tecnologias pesadas e de base fixa já não eram mais aceitas, e o parcelamento de tarefas começava a dar lugar ao trabalho mais dinâmico e diversificado.

Paralelamente, novas políticas geradoras de subordinação do trabalho eram implementadas em países capitalistas, dando origem ao chamado modelo de “acumulação flexível”, expressão cunhada por Harvey (1992), para marcar a transformação da rigidez fordista relativa aos contratos e às relações salariais garantidas pelo compromisso do Estado em flexibilidade:

[...] dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, da descontração industrial, da revisão do papel do Estado, [...] fragmentação da classe trabalhadora, da intensificação do trabalho, da precarização do trabalho, enfim [segundo Santos], se fosse necessário simplificar essa nova fase de acumulação, a palavra seria: flexibilização. (SANTOS, 2009, p. 6).

Para que possamos entender o caminho tomado pelo modelo de produção flexível no Japão através do modelo capitalista de “acumulação flexível”, é necessário compreender os fatores étnicos e culturais que permitiram o desenvolvimento do modelo econômico japonês. A partir da revolução Meiji, ocorrida no século XIX, a busca de bases para a edificação de um Estado moderno

inspirado no modelo ocidental era a pauta principal dos governos japoneses, que se empenharam em uma “marcha forçada com o objetivo de superar a distância que separava o Japão dos países ocidentais sob os planos militar, científico e tecnológico” (LIMA, 1994b, p. 65).

A mobilização do Estado para o desenvolvimento de empresas de setores-chaves para que concorressem com as ocidentais foi, na visão de Morishima, fundamental, ainda que ao mesmo tempo o Estado se mantivesse “impiedoso e inflexível” (MORISHIMA apud LIMA, 1994b, p. 65) com outras empresas que não apresentavam possibilidades de concorrência.

Outras intervenções importantes do Estado foram a criação de um sistema educativo mais moderno e a implantação de um sistema de escolarização obrigatória, para equalizar a demanda de profissionais qualificados e a escassez de mão de obra nas empresas consideradas estratégicas. Lima (1994b) aponta que foram criados sistemas de formação profissional no interior das empresas escolhidas, e essa formação contava pontos positivos para os trabalhadores nos itens competência e rentabilidade, que eram somados à contagem de tempo de serviço. Outro incentivo, vindo do Estado para o avanço dessas empresas, foi a criação do sistema vitalício, que desenvolvia no empregado o sentimento de pertencimento a uma empresa.

Aliado a esse pacote de benefícios criado pelo Estado japonês em meados de 1945, as forças de ocupação fortaleceram a recuperação japonesa no final da Segunda Guerra. A ideia inicial era tornar o Japão um país democrático. No entanto, como nos aponta Morishima (apud LIMA, 1994b), com a proclamação da República Popular Democrática chinesa em 1949, e com a guerra na Coreia em 1950, as forças de recuperação alteraram o “destino” do Japão, dotando o país de meios militares e econômicos próprios de uma base avançada do mundo livre anticomunista. Após o período de ocupação, que durou até 1952, o Japão contou com o apoio do Ministério do Comércio Internacional (MITI), que além de

selecionar empresas e encorajá-las, protegeu-as com um plano de limitações para importações e com taxas preferenciais para suas mercadorias.

Fica evidente, portanto, diante de tais fatos, que o tão proclamado “milagre japonês” teria outras explicações e não contou somente com as formas de gerenciamento desenvolvidas pelas grandes empresas. Alguns defensores do modelo de produção “à japonesa” justificaram seu “sucesso” na gestão da produção, que priorizava técnicas de redução de estoque (sistema *Just in time*), programas de Qualidade Total, Zero defeito etc., e cujos princípios enfatizavam não somente a importância do oferecimento de respostas adequadas às reais necessidades do consumidor, tais como a boa qualidade de produtos e serviços, como também valorizavam a realização de um trabalho que fosse “fonte de orgulho”.

Entretanto, ainda que se proclamassem aspectos positivos no modelo de programa de qualidade para a sua utilização em outros países, principalmente nos ocidentais, alguns autores atentam para o fato de que somente através de uma análise do contexto histórico do Japão pode-se compreender como esta nova forma de gerenciamento se desenvolveu. E concluem que somente uma visão global envolvendo fatores econômicos, religiosos, sociais e políticos daria a real compreensão do “milagre japonês”. Coriat (apud LIMA, 1994b) complementa:

As circunstâncias que deram origem às formas de gerenciamentos da produção e do pessoal nas grandes empresas japonesas foram de tal forma tão específicas que seria impossível sua reprodução em qualquer outro contexto (portanto, qualquer tentativa de importação seria artificial e, necessariamente, incompleta). (CORIAT apud LIMA, 1994b, p. 65).

A reestruturação produtiva no Brasil na década neoliberal

O Brasil, na década de 1990 - período em que o país começa a importar programas de qualidade total - não apresentava as

mesmas características do contexto histórico e do modelo de produção das empresas japonesas. No que tange à importação de tecnologias, como pontuado acima por Coriat (apud LIMA, 1994b), a situação tornava-se mais complexa ainda. A implantação de programas de qualidade - de origem japonesa - surgindo na ordem do dia como *panaceia* universal e único caminho suscetível de abrir as portas para o primeiro mundo (LIMA, 1994b), desconsiderou as diferenças culturais e étnicas entre o Japão da década de 1950 e o Brasil da década de 1990. E o empenho para a importação desses programas de qualidade foi tão significativo no país que foram realizados estudos com o intuito de pressionar as empresas a buscarem novas formas de gestão e a desenvolverem métodos mais eficazes de produção. Porém, em contrapartida ao incentivo para a adoção desses programas, o mesmo governo implantava reformas econômicas (Plano Brasil Novo ou Plano Collor), que, além de não obterem êxito, causaram profunda recessão, desemprego e insatisfação popular. Em meio a essa crise econômica, devida ao alto custo de investimento das políticas em direção aos padrões mundiais de qualidade, o que ocorreu de fato nas empresas brasileiras foi a implantação de uma espécie de caricatura do modelo original japonês (LIMA, 1994b).

Segundo Antunes (2009), embora no discurso ensaiavam-se modalidades de desconcentração industrial, através de novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), *gestão participativa*, busca da *qualidade total*, expressões visíveis não só no mundo japonês, como também em vários países industrializados de capitalismo avançado e do terceiro mundo, o que se observou foi exatamente o contrário do que foi proposto, houve de fato, a perda de alguns dos ganhos conquistados anteriormente pelos trabalhadores.

Seguindo essa mesma tendência, Lima (1994b) complementa que a *polivalência* do novo perfil de trabalhadores - muitas vezes caracterizada pela superintensificação do trabalho a partir da busca constante da produtividade e exigência de qualidade - comumente

vem associada à forte *deterioração* das condições de trabalho, sem as contrapartidas existentes nas políticas industriais de valorização, tais como as oferecidas pelas grandes empresas japonesas. Ainda segundo a autora, o que se fez, na verdade, foi uma leitura extremamente pobre do modelo, no qual grandes exigências de produção e de qualidade foram conjugadas com baixos salários, estagnação na função, atraso tecnológico, instabilidade no emprego, gerência despótica e intensificação do ritmo do trabalho (LIMA, 1994b). Essas situações geraram intenso sofrimento revelado pelos trabalhadores submetidos a esse processo, expresso não somente através de agudas manifestações psicossomáticas, como também pelo elevado índice de acidentes de trabalho

Mattoso acrescenta que essas transformações dariam origem a uma nova revolução industrial devido ao aprofundamento de mudanças no mundo do trabalho.

A ação desses fatores de mudança estrutural, a *destruição criadora* nos marcos de uma *modernização conservadora*, embora não sendo instantânea ou completa, caracterizaria a reestruturação mundial do capitalismo que se processa a partir da década de 1980. Com a emergência de uma terceira Revolução Industrial. Esta traria em seu bojo a ruptura do paradigma industrial e tecnológico [...] e a emergência de um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional. Ao buscar consolidar-se, este novo padrão entraria em conflito, [...] sobretudo com as relações sociais, salariais e com o padrão de consumo anteriores. (MATTOSO, 1996, p. 62-63).

É nesse contexto brasileiro de produção que, em Juiz de Fora, a empresa Siderúrgica Mendes Júnior começou a operar, a partir de 1984.

Ainda segundo Bastos, embora no Brasil os projetos metalúrgicos da época fossem tipicamente fordistas inseridos na política nacional de implantação do *fordismo periférico*³, a

³ Tal como o fordismo central, o periférico está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo *periférico*, no sentido em que, nos

Siderúrgica Mendes Junior foi implantada num período de crise mundial desse regime e, conseqüentemente, todos os olhares se voltavam para as formas de produção inseridas no *milagre econômico japonês*.

Um breve relato sobre a siderúrgica Mendes Júnior em Juiz de Fora/MG

A construção da Siderúrgica era um sonho que aos poucos foi tomando força dentro do Grupo Mendes Júnior desde as décadas anteriores. Tinha como objetivo a diversificação da produção, para que a empresa não ficasse refém de um único setor produtivo, e principalmente não ficasse refém de seu maior cliente: o governo. E após estudos e pesquisas feitas pelo Grupo no setor de siderurgia, constatou-se que a produção de vergalhões teria mercado promissor no Brasil em virtude da expansão urbana e, conseqüentemente, das boas perspectivas que se apresentavam na construção civil⁴. Em apenas quatro anos a construção da usina ficou pronta. As obras foram iniciadas em 1980 e terminadas em 1984, contando com tecnologia de ponta, adquiridas através de contratos entre empresas nacionais e estrangeiras. Usinas do porte da Siderúrgica Mendes Júnior levam em média dezoito meses para atingir sua capacidade

circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a estes países.

⁴ A empresa, desde sua concepção, teve como foco o uso de ferramentas da qualidade para o aprimoramento da produção, produtividade e manutenção dos equipamentos visando o atendimento às necessidades e expectativas dos clientes. Eram utilizadas diversas ferramentas, tais como TQC, Kaizen, TPM, cartas de controle e diagrama de pareto. Objetivando a sistematização da gestão da qualidade em toda a empresa de forma padronizada, decidiu-se por certificar-se na norma ISO9001, que englobava, inclusive, o projeto de produto. Com o cumprimento dos critérios estabelecidos pela norma, a empresa passou a atender os clientes com produtos e serviços de forma mais eficaz e proativa e foi certificada em 1994. A empresa destinava-se à produção das seguintes commodities: fio-máquina, barras para concreto CA25 e CA50 - em rolos, retas e dobradas, barra mecânica redonda, barra mecânica quadrada, arames - recozidos, esferoidizados, galvanizados, farpados, ovalados, grampos e pregos. As matérias-primas básicas para a produção do aço são a sucata de obsolescência e o gusa. Opera até os dias de hoje em escala de turnos ininterruptos, 24 horas por dia durante os 365 dias do ano. (Entrevista concedida a nós - por e-mail - pelo Gerente de Recursos Humanos da Empresa, no ano de 2016. SCHMIDT, R. A. [E-mail]. Destinatário: Myrtes Raposo. Juiz de Fora, 8 mar. 2016.

nominal. Entretanto, em Juiz de Fora esse tempo foi reduzido para oito meses. De acordo com Mendes Júnior, os trabalhadores eram motivados a bater recordes de produção mês após mês. Tanta dedicação e empenho na produtividade rendeu à empresa o credenciamento na norma ISO 9001⁵ em maio de 1994 depois de auditoria realizada pela ABS Quality Evaluations, com sede em Houston, nos Estados Unidos (MENDES; ATTUCH, 2004). Com a certificação que contempla a qualidade desde o projeto até a assistência técnica junto ao cliente, tanto local quanto externo, a empresa se lançou no mercado europeu com o objetivo de ampliar o mercado que já havia conquistado nos EUA, Canadá, Japão, China e Coréia, para onde já destinava 55% da sua produção (MENDES; ATTUCH, 2004). De acordo com Ângelo Mendes, membro do Grupo, “a empresa foi criada com uma filosofia interna de exportação que servia para confrontar a qualidade do seu produto com a dos outros fabricantes internacionais” [...] “outras siderúrgicas acessavam o mercado externo apenas como válvula de escape para as recessões no Brasil” (MENDES; ATTUCH, 2004, p. 105). Em outro momento, o então presidente da empresa, Fernando Zenóbio, afirmava que “se compararmos a Mendes com os concorrentes da época, éramos sem dúvida, a empresa mais enxuta” (MENDES; ATTUCH, 2004, p. 105). Mendes e Attuch (2004) enfatizam a produtividade ao declarar que “a Siderúrgica de Juiz de Fora já nasceu com a eficiência de uma empresa privada voltada para a competição” (MENDES; ATTUCH, 2004, p. 105).

Segundo Mendes e Attuch, a empresa fora concebida para dar segurança ao grupo, tendo bom fluxo de geração de caixa, mas por

⁵ “A ISO 9001 foi elaborada pelo Comitê Técnico *Quality Mangement and Quality Assurance* (ISO/TC 176), [...] , a versão brasileira da norma é a ABNT NBR ISO 9001, de 2008. [...] , certifica os Sistemas de Gestão da Qualidade e define os requisitos para a implantação do sistema. [...] . Qualquer empresa pública ou privada pode obter essa certificação com base na ISO 9001, independente do seu setor, produto/serviço oferecido. Agrupa um conjunto de práticas de gestão de empresas do mundo todo. [...] Terá competência para utilizar uma famosa ferramenta da qualidade: o **Ciclo PDCA** (Plan-Do-Check-Action) que significa planejar, fazer, checar e agir.” (KERDNA PRODUÇÃO EDITORIAL, c20--, grifos do autor).

conta de descumprimentos de acordos e contratos com o Estado, acabou por tornar-se permanentemente “fonte de desequilíbrio financeiro, mesmo sendo a mais moderna usina em operação no Brasil do ponto de vista tecnológico.” (MENDES; ATTUCH, 2004, p. 106). Em abril de 1995, o BNDES decidiu executar judicialmente a empresa, alegando inadimplência nos pagamentos dos financiamentos. Em função disso, a empresa foi vendida para a Belgo-Mineira, que havia se instalado no país como uma empresa pertencente ao grupo Arbed, e posteriormente passou às mãos da hispano-franco-belga Arcelor⁶.

O conceito de qualidade e produtividade em empresas brasileiras:

A princípio, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) chegam ao Brasil durante o governo Médici, via discurso patronal, como sustentáculo para a qualidade do produto e a diminuição de gastos, gerando como consequência o aumento da produtividade. Sob a maquiagem da superação de um momento de crise, apresentavam-se como solução para a reestruturação da produção através da reorganização do trabalho. Algumas empresas foram incentivadas a se tornarem pioneiras em tais práticas aproveitando o contexto de maior endurecimento da ditadura, uma vez que os sindicatos estavam subordinados às políticas patronais e as oposições eram ameaçadas. Começou em 1974 com a Embraer, empresa controlada pelo Ministério da Aeronáutica. Em 1987, duas mil empresas já tinham aderido a essa prática, que buscava aproximar empregado e patrão, diminuindo antagonismos (OLIVEIRA, E., 2004). De acordo com Oliveira (2004), nesse período a Volkswagen, em São Bernardo do Campo, tornou-se também locus potencial para expandir consideravelmente sua reestruturação, tanto gerencial quanto produtiva, e sua extração de valor. Empresas de outros setores como

⁶ Detalhes sobre operações de contrato da Siderúrgica com o governo brasileiro e suas consequências não são o foco de nosso trabalho e, portanto, não foram abordados.

Johnson & Johnson e General Electric também se valeram da cartilha de gestão japonesa no mesmo período.

Contudo, sob o manto da cooperatividade, ainda na década de 1970, os CCQ tentavam passar a imagem da empresa como uma grande família, alimentando um tipo de consenso alicerçado por um discurso que negava a todo instante os interesses contraditórios, camuflados no conceito qualidade e produtividade. Esse discurso se sustentava pelo próprio quadro social do país, marcado pela pobreza de boa parte da população.

Em contrapartida, na década de 1980, houve uma tentativa por parte dos trabalhadores de utilizarem a dinâmica do CCQs como *barganha* nas pautas de negociação acerca de questões como perdas salariais, estabilidade empregatícia, redução da jornada de trabalho, melhoria das condições de trabalho e segurança. Eles também reivindicavam que os espaços de trabalho se tornassem um local mais democrático. Entretanto, a estratégia da *troca* como espaço de reivindicações por melhorias no trabalho para o trabalhador não funcionou e ainda abriu espaço “para a sucção contínua do saber operário (em função do crescimento da produtividade) e do controle operário” (OLIVEIRA, E., 2004, p. 88).

Ainda assim, para muitos estudiosos defensores da produção enxuta advinda da metodologia toyotista, a introdução dos CCQ e de outras práticas da gestão toyotista, como o JIT, enriqueceram a experiência do trabalhador. Womack Jones e Roos (1992), por exemplo, defendem que “a produção enxuta é uma forma superior de os seres humanos produzirem coisas [...] Proporciona um desafio e uma satisfação maior no trabalho para os empregados em todos os níveis, da fábrica ao escritório central” (WOMACK; JONES; ROOS, 1992, p. 225).

Nas palavras dos defensores da metodologia da Qualidade Total, os benefícios obtidos no âmbito do trabalho se referiam a um conjunto de técnicas que, tendo como objetivo o engajamento do trabalhador para a manutenção e a reprodução do capital, consequentemente influenciariam o comportamento da sociedade

como um todo, tomando a posição de filosofia de vida que nortearia o comportamento dentro e fora do trabalho.

Ainda de acordo com seus adeptos, um grande número de organizações e alguns segmentos da sociedade tinham obtido benefícios após a implantação dos CCQs e Barros (apud OLIVEIRA, E., 2004) aponta que “deixou de ser fato inusitado, por exemplo, testemunhos de trabalhadores que tiveram mudanças comportamentais quanto à administração de suas famílias após receberem e assimilarem os ensinamentos filosóficos e metodológicos dos CCQs. (BARROS apud OLIVEIRA, E., 2004, p. 90).

Entretanto, Antunes (2009) nos adverte quanto ao verdadeiro intento do capital, ao forjar novas formas de apropriação do saber operário com o objetivo de controlar não somente o processo produtivo, como também as relações de trabalho e as novas formas de contratação:

A falácia de qualidade total passa a ter relevo no processo produtivo. Os círculos de Controle de Qualidade proliferaram constituindo-se como grupos de trabalhadores que são incentivados pelo capital para discutir o trabalho e seu desempenho, com vistas a melhorar a produtividade e lucratividade da empresa. Em verdade, é a nova forma da qual o capital se utiliza para se apropriar do *savoir-faire* intelectual do trabalho. O despotismo taylorista torna-se então mesclado com a manipulação do trabalho, com o envolvimento dos trabalhadores, por meio de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado (estranhado). O operário deve pensar e fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (em vez de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital. No Ocidente os CCQs têm variado quanto à sua implementação, dependendo das especificidades dos países em que são implementados. (ANTUNES, 2009, p. 231).

Contudo, assim como ocorreu em seu país de origem, as técnicas *toyotistas* não conseguiram um consentimento imediato por parte do operariado brasileiro. Foi necessário um período de adaptação e um longo discurso por parte da gerência para conseguir

a participação do trabalhador, ainda que este não obtivesse acréscimos financeiros.

De fato, na década de 1990, os CCQs apresentaram-se como estratégia que, além de promover o enfraquecimento dos sindicatos e dos movimentos trabalhistas fortalecidos na década anterior, visava a lealdade do trabalhador à administração, gerando a partir daí o aumento na produtividade e redução dos custos da empresa.

Tratava-se de uma negociação entre o trabalho e o capital. De um lado a empresa ampliava sua visibilidade no mercado obtendo maiores lucros através das sugestões vindas dos CCQs; por outro lado, o trabalhador assumia um papel mais participativo, com grande envolvimento e uma bagagem de aprendizado que, além de promover o aumento da produção, utilizavam o mesmo mecanismo de busca de soluções através dos métodos de análise contidos na metodologia *ohnista*. Para resolver problemas da vida cotidiana, acabava por promover mudanças comportamentais, que enfatizavam a positividade dos CCQs. Em outras palavras, tornava a vida privada uma continuação do trabalho, como se pode notar na fala a seguir:

Houve em mim uma grande mudança em relação a tudo.... a tudo! Minha vida mudou. Hoje eu... todo lugar que eu vou eu... eu fiquei, como se diz, mais enjoado. Não é enjoado, é exigente. Eu quero ser tratado com qualidade como eu trato meus clientes, eu tratava meus clientes. Então, eu exijo isso. Qualquer loja eu exijo qualidade e brigo, brigo no bom sentido, reclamo, falo que não está certo. Então isso mudou com... em mim como pessoa. Eu passei a ser uma pessoa mais atenta no que é certo. As vezes não é por que eu acho certo, mas o que é certo para aquela função. Passei a ser mais observador da vida. (O.Q.R. – 16/10/17).

O comportamento descrito acima reforça a constatação de Hirata (apud OLIVEIRA, E., 2004), que aponta que “o espaço da fábrica deve, cada vez mais para o trabalhador, ser o espaço da vida, em detrimento de outros espaços.” (HIRATA apud OLIVEIRA, E., 2004, p. 95). E complementa afirmando que as mudanças tomaram

um vigor tão forte que mesmo as gerências resistiram em um primeiro momento à adoção dos CCQs, por se sentirem ameaçadas tanto em seu *status* quanto em sua autoridade. De acordo com a autora, a gerência não tinha interesse que os CCQs ultrapassassem o patamar de instrumento de controle de qualidade, sem alterar os níveis de hierarquias ou nos graus de autonomia.

Ainda na década de 1980, a industrialização brasileira sofreu um retardo no processo de implantação dos programas de Qualidade em função da instabilidade econômica. A implantação do Plano Cruzado se configurava como uma tentativa inovadora de ajustes econômicos, mas o que ocorreu de fato foi uma queda nas exportações, aumento nas importações e alta inflacionária. Tudo isso dificultou o processo produtivo, impondo aos empresários uma drástica redução nos investimentos.

Sob esse quadro de contenções e incertezas, as empresas passaram a adotar algumas posturas que garantissem sua sobrevivência e, segundo Malaguti (2000), passaram a incorporar matérias de qualidade inferior e conseqüentemente mais baratas; os pesos dos produtos não condiziam com os declarados nas embalagens; produtos similares eram jogados no mercado para *burlar* o controle de preços; as substâncias ativas de medicamentos e alimentos foram diminuídas em suas dosagens; não havia mais uma preocupação com o controle de índices de poluição causados pelas indústrias; suprimiam-se itens básicos de segurança no trabalho, e descumpria-se direitos trabalhistas estabelecidos, o que gerava clima de insegurança e insatisfação no ambiente laboral.

Sobre essas bases, e seguindo o rumo tomado pela estrutura produtiva no país após a década de 1980, o insucesso do *Plano Cruzado* tornou-se um argumento plausível para a implantação de novas tecnologias, incorporando novos conceitos na organização da produção. Em 1989, um ano após a promulgação da Constituição, as eleições definiram um programa de governo que tentava enquadrar o país às tendências internacionais, mantendo uma economia mais

aberta ao capital estrangeiro, com viés mais *financeirizado* e que não priorizava o emprego ou questões sociais.

No rastro das alterações ocorridas, tínhamos uma estrutura produtiva que ganhava espaço cada vez maior na busca pela qualidade e produtividade através dos CCQs, particularmente o método *Kanban*. Isoladamente, este e outros métodos toyotistas de produção, como a *polivalência*, o *Kaisen* e a Qualidade Total já tinham sido incorporados por unidades tais como a Yanmar Motores Ltda, em Indaiatuba- SP. Além disso, ocorriam também parcerias entre empresas. Certo é que com a flexibilização, ainda que em casos isolados, já sopravam os ventos de prenúncios de alterações no padrão industrial brasileiro⁷.

O panorama da produção industrial brasileira dos anos 1980 apontava para práticas isoladas referentes à implantação de novas formas de organização da produção “como fruto de vontades isoladas, sem direção política unificada, sem a preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores – seja nos locais de trabalho seja no atendimento de suas necessidades mais vitais” (OLIVEIRA, E., 2004, p. 98).

Chegada a década de 1990, o Brasil apresentava-se com estrutura sindical atuante, em um movimento crescente, exigindo reformas, porém apresentava um cenário de ambivalência: enquanto as centrais sindicais apontavam para a centralização do movimento sindical, a pulverização dos sindicatos tornava-se um obstáculo ao fortalecimento do movimento, por apresentar uma “interpretação restritiva de categoria profissional, tendente a enxergar identificações menores e menos relevantes na vida laborativa dos empregados e, a partir delas, concretizar novas e mais reduzidas agregações sindicais.” (DELGADO apud LOBO, 2010, p. 194).

⁷ Cabe lembrar que, no contexto da crise dos anos 1980, as experiências iniciais foram convertidas em lições e passadas através de eventos como seminários, mesas de debates e cartilhas que auxiliavam na compreensão da metodologia. De acordo com Barros, tais iniciativas auxiliaram no entendimento das técnicas “ohnistas” diminuindo a resistência do trabalhador com relação aos métodos, abrindo espaço para a aceitação da metodologia que passara a nortear os rumos da produção (BARROS apud OLIVEIRA, E., 2004).

Lobo (2010) aponta que, nesse contexto, as centrais sindicais CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Força Sindical intermediavam o debate público em torno de questões que ultrapassavam assuntos de interesses diretos relativos ao trabalho formal. Ainda que não estivessem em posição formal de representação da classe trabalhadora nas negociações entre Capital/trabalho, conseguiam se colocar no debate junto ao poder público, embora ainda não tivessem conseguido apresentar “um projeto societal alternativo à tendência que se tornava hegemônica no período”(LOBO, 2010, p. 195).

Nesse cenário, em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello assumiu o governo e abriu caminho para o fortalecimento das técnicas gerenciais ohnistas na industrialização brasileira. Rapidamente, o modelo de gestão japonês se afirmou como base para renovação das relações de trabalho e seus assessores econômicos lançaram um plano de modernização das empresas, que no dizer de Lima (1994a), possibilitaria o “paraíso das conquistas materiais, em especial, graças ao funcionamento da economia de mercado sem interferência do Estado.” (LIMA, 1994a, p. 119). Foi difundido através da Portaria MEFP nº 365, de 26 de junho de 1990 (BRASIL, 1990), e atendia a uma diretriz estratégica que se alinhava à Política Industrial e de Comércio Exterior e com a Política Científica e Tecnológica.

A partir disso criou-se o “Comitê Nacional de Qualidade e de Produtividade, que teria a função de estabelecer um conjunto de ações indutoras da modernização industrial e tecnológica no país, introduzindo, assim, o Brasil *‘no contexto das economias mais desenvolvidas’*” (LIMA, 1994a, p. 120, grifos da autora).

Contudo, em matéria veiculada pelo Dieese-MG de 1992 (LIMA, 1994b, p. 67), a realidade apontava para a direção oposta, visto que a implantação dos Programas de Qualidade veio *atrelada* à prática da terceirização, para que se preservasse somente a atividade-fim no contexto da empresa. Como resultado, observou-se uma corrida desenfreada para atingir os padrões mundiais de

qualidade, e os reflexos dessa prática contribuíram para o realce das desigualdades e o aumento considerável do desemprego e, conseqüentemente, da violência urbana. Lobo (2010) relembra que o Brasil alcançou o *status* de campeão mundial de desigualdades sociais. Segundo a autora, “condição inimaginável nos anos 50, quando, [...] o país parecia apontar para a prosperidade e inclusão social via crescimento econômico e ampliação do mercado formal de trabalho” (LOBO, 2010, p. 169). Ainda de acordo com a autora, o desemprego tornou-se um fenômeno de proporções enormes na década de 1990, chegando à casa dos 10 milhões de atingidos em todo o país (LOBO, 2010).

Sobre essas bases, essa realidade desmistifica em grande medida a ideia propalada pelos defensores da metodologia de que a adoção dos Programas de Qualidade levaria o Brasil a um crescimento econômico de tal monta que o equipararia às economias mais desenvolvidas⁸.

Ao analisarmos os vários aspectos concernentes à transferência tecnológica, não é nossa intenção desconsiderar suas possibilidades e sua importância. A transferência tecnológica pode se revelar útil na melhoria da qualidade de produtos e serviços, na garantia de satisfação das reais necessidades do consumidor e na consolidação da ideia de que o trabalho é fonte de realização e orgulho, princípios defendidos por autores favoráveis à implantação da metodologia toyotista. Apesar de considerarmos positivos estes e outros aspectos tais como participação, inovação, autonomia, especialização, estabilidade empregatícia, planos de carreira e salários, entendemos que uma visão mítica de implantação da metodologia de forma generalizada, sem levar em conta as especificidades e a conjuntura de cada país receptor, não trará

⁸ Em 1990, assessores econômicos do governo de Fernando Collor – entre eles a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello – difundiram no meio empresarial brasileiro a ideia de que havia uma necessidade de modernização das indústrias nacionais, em que os quesitos Qualidade e Produtividade trabalhados através de um conjunto de ações possibilitariam a modernização industrial e tecnológica do país, garantindo com isso sua inserção no contexto das economias mais desenvolvidas (CARVALHO, 2006).

benefícios reais àquela sociedade, transformando sua implantação em uma caricatura do original. No caso específico do Brasil, a conjuntura da década de 1990 era incompatível com as particularidades do modelo toyotista em seu nascedouro, o Japão, a começar pelas medidas adotadas pelo Estado japonês de proteção ao mercado interno através da política de juros baixos para indústrias de componentes automobilísticos.

Já no Brasil, deu-se o inverso. Com a assunção de Collor de Mello em 1990, a economia brasileira alinhou-se às diretrizes do neoliberalismo, com pautas que privilegiavam políticas de abertura comercial e financeira, e de privatizações. No campo das políticas industriais, ocorreram suspensões de subsídios à produção local, alavancando a implementação de abertura às importações. Sobre isso, Corseuil e Kume (2002) acrescentam que:

Em março de 1990, o novo governo anunciou medidas que alteravam profundamente a condição de política exterior do país. Simultaneamente a uma flexibilização do regime cambial, foi deslançado um programa de liberação das importações, cujos primeiros passos foram dados através da imediata distinção das listas de produtos com emissão de guias de importação suspensas e dos regimes especiais de importação, à exceção do drawback da zona franca de Manaus [...]. Seguiu-se, em julho do mesmo ano, a extinção dos programas de importação das empresas. Com o fim dos mais importantes controles administrativos, caberia à tarifa aduaneira o papel principal no estabelecimento de uma proteção adequada à indústria local. Poucos meses depois era anunciada a reforma tarifária, pela qual as tarifas de todos os produtos sofreriam reduções graduais ao longo dos quatro anos seguintes. (CORSEUIL; KUME; 2002, p. 13).

Nessa esteira, os defensores da abertura às importações argumentavam que tal medida promoveria uma reestruturação produtiva modernizadora para todo o parque industrial brasileiro. Entretanto, o empresariado brasileiro foi consensual em apontar que tal medida foi brusca, pois o governo não tinha uma política industrial definida e “Collor e sua equipe tinham uma posição

inflexível, imediatista e desprovida de qualquer planejamento consistente” (SCHINCARIOL, 2007 p. 25).

Outro aspecto que contribuiu para salientar as diferenças políticas governamentais entre os dois países foi a conduta adotada no setor da educação. O Estado japonês apresentou políticas educacionais através de um sistema educativo de escolarização obrigatória que priorizava a qualificação da mão de obra, solucionando o problema de sua escassez. O mesmo não ocorreu no Brasil, visto que as crianças e os jovens das classes sociais mais baixas não dispunham das mesmas oportunidades de escolarização que os grupos sociais dominantes tinham, mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, que preconizava a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Ao contrário, iniciou-se no Brasil, a partir da década de 1990, um grande impulso para a implementação de políticas educacionais voltadas para atender ao capital. Nesse sentido, temos as reflexões de Jesus e Torres (2009), que mostram o grande esforço do Estado para a implantação de políticas neoliberais no sistema educacional brasileiro:

Diante da enorme dívida social que representa a falência do sistema educacional brasileiro, não podemos ingenuamente aceitar o novo senso comum da retórica neoliberal, segundo a qual a educação deve sair da esfera das políticas públicas (incompetentes) e inserir-se na lógica (eficiente) do mercado, adotando os padrões produtivistas e empresariais da qualidade total, para assim, cumprir sua moderna função de formar cidadãos-consumidores competitivos e empreendedores. (JESUS; TORRES, 2009, p. 136, grifo nosso).

Nessa perspectiva educacional neoliberal apoiada por políticas estatais, as empresas, inspiradas no modelo toyotista de produção, exigiam, ainda que de forma velada, a escolarização de seus funcionários, gerando, na maioria das vezes, situações de stress físico e psíquico. (assunto a ser abordado na seção seguinte).

Na conjuntura japonesa, destacamos também a fidelidade das empresas fornecedoras como subcontratadas das empresas

montadoras, que mantinham suas instalações próximas, o que reduzia, além de gastos, o tempo de transporte de peças. No Brasil não havia essa fidelidade por parte das fornecedoras, que prestavam seus serviços a várias empresas sem priorizar esta ou aquela em particular, o que por vezes acarretava demora no fornecimento de peças e serviços. As empresas brasileiras também não apresentavam programas de incentivo aos seus funcionários, semelhantes aos oferecidos pela empresa Toyota, tais como o emprego vitalício, remuneração por antiguidade e autonomia no desenvolvimento de suas tarefas laborais. No Japão, esses benefícios fomentavam um clima de cooperação entre gerência e trabalhador, que se refletia no aumento da produtividade e na melhoria da qualidade do produto oferecido pela empresa.

Como se tudo isso ainda não bastasse, havia ainda as diferentes práticas sindicalistas. O sindicalismo japonês tratava as negociações de forma particularizada, variando de empresa para empresa. Já no Brasil, as negociações sindicais eram realizadas por categoria, o que assegurava benefícios e garantias a toda uma categoria profissional e não somente aos trabalhadores de cada empresa separadamente. Sobre isso, Cardoso pontua como os sindicatos se posicionavam com relação às pautas de estabilidade empregatícia nas décadas de 1980 e 1990:

O ambiente selvagem dos anos 1990 levou sindicatos e centrais sindicais à encruzilhada. O crescimento do desemprego e da pobreza contribuiu para uma virada inesperada para CUT, se fosse feita uma comparação com a década anterior. Então, salários e condições de trabalho eram os alvos centrais da ação do trabalho organizado. As altas de rotatividade e a reestruturação industrial um tanto quanto tímida impediram que a segurança do emprego emergisse como tema da agenda sindical. Mas na década de 1990 as centrais retomaram suas energias, ainda que com enormes restrições de diversas facetas para representação tanto dos empregados como *dos desempregados*. A estabilidade no emprego tornou-se crucial. A própria sobrevivência dos sindicatos passou a depender dela em grande parte. (CARDOSO, 2003, p. 49-50).

O cenário brasileiro na década de 1990 era de alta rotatividade. O trabalhador se via obrigado a aceitar as condições de trabalho impostas pela empresa. E o medo da demissão, em um cenário nacional de alto índice de desemprego e informalidade, crescia entre o operariado.

Observamos, portanto, de acordo com as considerações acima, que, na década de 1990, no Brasil, firmou-se a transição do *antigo para o novo* através de modificações na organização do processo de trabalho, advindos de políticas industriais implantadas pelo Estado, sobretudo em função das inovações tecnológicas implementadas no processo produtivo. A reestruturação produtiva, portanto, passa a incorporar gradativamente novos elementos do *toyotismo*, controlando o nível de produtividade e, principalmente, norteando as relações de trabalho.

As armadilhas do controle sob a ótica da psicodinâmica do Trabalho: O caso da Siderúrgica Mendes Júnior /JF – 1984 – 1995

Querem nos fazer acreditar, ou tendemos a acreditar espontaneamente, que o sofrimento no trabalho foi bastante atenuado ou mesmo completamente alienado pela mecanização e a robotização, que teriam abolido as obrigações mecânicas as tarefas de manutenção e a relação direta com a matéria que caracterizam as atividades industriais. Além de transformar braçais “cheirando a suor” em operadores de mãos limpas, elas tenderiam a transmutar operários em empregados e a livrar pele de Asno de seu traje mal cheiroso para propiciar-lhe um destino de princesa de vestido prateado. Quem dentre as pessoas comuns não é capaz de evocar as imagens de uma reportagem de televisão ou a lembrança de uma visita guiada a uma fábrica de aspecto asseado, new-look? Infelizmente, tudo isso não passa de um clichê, pois só o que as empresas mostram são suas fachadas e vitrines, oferecidas – generosamente, é verdade – aos olhares dos curiosos ou dos visitantes. (DEJOURS, 2000, p. 27)

A escolha pela metodologia da Psicodinâmica do Trabalho se justifica pelo novo olhar que a disciplina lança sobre os impactos do trabalho, tanto em níveis operacionais como gerenciais, e pela repercussão desses impactos na dinâmica intersubjetiva das organizações.

Desenvolvida na década de 1980 por Christophe Dejours⁹, expoente da escola francesa em abordagens de questões relativas à organização do trabalho, a disciplina nos oferece uma reflexão peculiar acerca da influência do trabalho sobre a saúde mental dos indivíduos. O tema é de extrema importância na atualidade em função das variadas consequências (positivas e/ou negativas) sofridas pelos trabalhadores em decorrência das novas concepções de organização no interior das indústrias. A abordagem unilateral, até então utilizada pela Psicopatologia do Trabalho, atuante na primeira metade do século XX e que se dedicava exclusivamente aos efeitos deletérios do trabalho, passa a contar com a contribuição de novos olhares advindos de variados campos de estudo, entre eles a Psicologia, Sociologia, Ergonomia e Psicanálise, que recrudesceram o debate sobre o mundo do trabalho a partir de um vasto arcabouço teórico e empírico. Não é nosso objetivo fazer um “inventário” das formas típicas de sofrimento, posto que, para tanto, seria necessário um tratado de Psicodinâmica do Trabalho. Entretanto, vale ressaltar que Dejours e seus colaboradores, a partir de observações e escutas realizadas em estudos de campo, apresentam-nos novas interpretações do mundo do trabalho, tornando-se um estímulo para repensar a realidade que até então era tratada de forma isolada, pontual sob o olhar macro de uma ciência multidisciplinar.

A seguir apresentaremos fragmentos das narrativas colhidas pela autora, pontuadas por elementos causadores de sofrimento no trabalho na ótica da psicodinâmica do trabalho.

⁹ Psiquiatra, professor de Psicologia do Trabalho no Conservatoire National des Arts et Métiers; membro do Instituto de Psicossomática de Paris e da Association Psychanalytique de France (APF).

O sofrimento como regulador de condutas sob a ótica dejouriana

De acordo com a teoria dejouriana, o sofrimento no ambiente do trabalho se expressa de três formas, que serão detalhadas em seguida: O medo da incompetência; A pressão para trabalhar mal; A falta de esperança de reconhecimento.

O medo da incompetência

Dejours (2000) aponta que o sofrimento aparece quando o indivíduo não se sente à altura das determinações da organização do trabalho. “Imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e diploma, de experiência, de rapidez, de aquisição de conhecimentos teóricos, e práticos” (DEJOURS, 2000, p. 28). Outro agravante para o trabalhador é a sensação de insegurança com relação à sua adaptação à cultura, à *ideologia da empresa* ou às novas exigências do mercado etc.:

*[...] Porque tudo que é novo há resistências. Tinha que ser um começo, tinha que ser uma conversa, então eles chegavam e se reuniam com você, no teu grupo, “hoje é isso, 5S, isso, isso e isso, você sabe o que significa o 5S?”. **Caramba! Se é a primeira vez que estava sendo implantado aquilo, então vamos conversar direito ... Vamos passar pelo primeiro “S” ... Vamos ver o que tem que fazer... O que impacta no nosso desenvolvimento diário.** (J.M. - 13/11/2017, grifos nossos)*

O entrevistado complementa, narrando uma situação de alto nível de stress vivido por um grupo de funcionários em função da implantação do programa 5S

*[...] O acidente do Marquinhos foi dentro da implantação do 5S. **Foi o típico acidente de pressão.** Aí é que eu falo pra vocês que não adianta você colocar pressão num problema que dá defeito, num defeito. O Marquinhos sofreu o acidente, ele e o Vicente, eles*

estavam sofrendo. O Vicente era o Supervisor, eles estavam sofrendo uma pressão muito grande, pra entregar a laminação dentro do tempo estipulado, o Marquinhos é um cara experiente, ele e o Vicente, todos os dois muito experientes. O Marquinhos era o técnico II, o cara que distribuía serviço pra gente, era o cara mais experiente, talvez fosse o mais experiente dos técnicos II. Agarrou um disjuntor: “Tá precisando tirar, porque tem que fazer manutenção, agarrou o disjuntor”. Com o Marquinhos desesperado querendo levar isso tudo, aí o Marquinhos olhou e viu que a garra estava fora de posição. Em vez deles mandarem desligar o equipamento pra tentar retirar, não desligaram, porque a pressão estava muito grande. **Que tinha que entregar, tinha que entregar!** O Marquinhos com a chave abriu o painel do lado, e com uma chave de fenda na mão, tentou empurrar a garra pra puxar. A chave de fenda escapou da garra, (bate a mão na mesa) ... **Aquela explosão!** ... Porque ela pegou, ali era o que, era 4.16 (média tensão) ...**4.16! Uma corrente altíssima quase 600 Amperes.** Quando ele puxou, que ela escorregou, que bateu, deu na massa, a chave de fenda **SUMIU! E eles se queimaram tudo.** Diz que o Marquinhos, num primeiro momento, ele queimou quase oitenta por cento do corpo. Aonde não queimou mesmo, **queimou “queimou”, ficou tudo salpicado.** Quando eu fui pro hospital, porque eu fui um dos primeiros a chegar no hospital pra encontrá-lo. Eu não o reconheci. Porque a cabeça dele equalizou com o ombro, de tão inchada que estava. Você imagina uma cabeça desse tamanho. Vicente saiu muito machucado, também queimado, muito queimado. O Marquinhos tem problema até hoje quanto à respiração, “né”? (J.M. - 13/11/2017, grifos nossos)

A sensação do medo de ser incompetente relacionada ao sentimento de despreparo no cumprimento das metas estipuladas pela organização do trabalho é bastante comum, quando, por exemplo, o indivíduo não tem a formação adequada e as informações necessárias para a execução de determinada tarefa:

*Eles queriam dar ensino médio pra todo mundo lá, principalmente pessoal da operação, e **foi um desgaste enorme que aconteceu com colegas meus,** porque eu tinha curso técnico, não precisava, mas tinham muitos que não tinham, e todos deveriam ter. Veio uma ordem lá, todo mundo teria que ter. As pessoas tinham que*

trabalhar no turno e depois ir fazer um curso do SENAI. Teve amigo meu que teve depressão, nunca mais voltou a trabalhar lá, depois foi excluído. Tem amigo meu que sofreu infarto e morreu, 39 anos! Pressão, porque ele não tinha problema de coração, mas foi tanta pressão na época, porque falavam lá indiretamente que se não conseguisse ia sair. Então vários casos lá, se você procurar nesse período, morreu lá de problema de coração, umas 5 ou 6 pessoas, no espaço pequeno de 200 pessoas, mais ou menos isso, nesse período de Mendes Júnior, fora as pessoas que ficaram em depressão lá. (M.M.B. - 08/11/2017, grifos nossos)

A narrativa de M.M.B expressa a diferença entre as políticas implementadas pela empresa exportadora – Toyota – e as políticas adotadas pela empresa brasileira importadora. A Toyota contava com o apoio do Estado que assumia a oferta educacional e incentivava cursos profissionalizantes sem que para isso o trabalhador fosse penalizado em seu horário de trabalho. Em contrapartida, a empresa importadora (SMJ) praticamente obrigava o trabalhador a se sujeitar a horários nem sempre condizentes com sua jornada diária de trabalho, causando com isso sofrimento e estresse onde ameaças de demissão eram feitas de forma velada.

Outro fator determinante na aparição do sofrimento está na alternância de horários de trabalho em função da rotação de turnos. Nesses casos, o desgaste físico é mais frequente e favorece o aumento do número de erros e falhas.

[...] O horário que eu trabalhava já não era um horário legal, eu até hoje ainda carrego sequelas de ter um sono muito leve. Eu não tenho um sono legal, eu durmo relativamente bem, mas durmo pouco. Eu não consigo, eu raramente durmo oito horas na noite, raramente. E mesmo se eu tiver relaxado... mas fica assim...fica aquele sono que já é um sequela do período em que eu trabalhava. Então, isso aí não envolve chefia, nada disso, é o sistema do horário que eu trabalhava. (L.A.O. - 30/11 /2017, grifos nossos)

O ritmo de trabalho na execução da tarefa de manutenção foi aumentado em função da redução de quatro para dois funcionários. Houve, então, um aumento da quantidade de regras e procedimentos a serem cumpridos por funcionário. Com isso, elevou-se o nível de pressão e, conseqüentemente, aumentou a sensação de medo de errar.

*[...] A gente, na Mendes Júnior, era quatro turnos, quatro manutenção, depois ficaram dois. **E sempre inventando, dois, “né”?** Eu acho que a empresa segurou até as pessoas mais antigas lá, por causa da experiência, que... O macete que você tinha que fazer um serviço, andar mais rápido, “né”? **Porque a gente era quatro, e quatro passar pra dois a coisa aperta, não tem como...** A coisa aperta, entendeu? Não é assim?... (G.D.S. – 30/11/2017, grifos nossos)*

O sofrimento vivido em função do ritmo, como exposto acima, pode prejudicar as capacidades físicas e mentais do trabalhador no desempenho eficaz de suas funções, tendo como desfecho, inclusive, um possível acidente:

*[...] Olha, na época que estava lá, tinha um transportador de bobina... Muitas vezes dava problema elétrico na válvula, você subia **lá em cima pra não deixar parar, com a bobina super quente, quase a 800°C, soprando...** Até a elétrica resolver os problemas deles pra não deixar parar. O supervisor chegava, te via lá em cima, **você estava correndo um risco danado!...falava nada!...**Você estava lá... Tracionando válvula e ainda batiam palma **“vão lá, não pode parar, não pode parar!”**... E você está lá cima... **“cê tava” lá. Hoje?...Hoje não pode nem pensar!** você subir mais. Quando eu saí de lá já começou a ficar mais rígido, mas em 90 [1990] não, **em 90 “nóis subia”** [risos] ... subia na ponte rolante, uma barra de carga na ponte, subia pra fazer manutenção debaixo. **Você olhava de baixo, mais de dez metros. [...] um motor lá, você colocava uma escada... Uma escada dessas de alumínio, e pra tirar o motor, colocava uma barra de carga da ponte, você não tinha cinto de segurança, não tinha NADA! ... Nos anos 90...Fazia direto** (G.D.S. – 31/10/2017, grifos nossos)*

Sobre as diversas formas de desencadeamento do sofrimento no âmbito do trabalho, Wisner (1993) aponta que a separação entre o indivíduo e seus múltiplos aspectos é tarefa impossível. São fatores fisiológicos, cognitivos, psíquicos, sociais e antropológicos que, segundo o autor, *escapam* ao trabalho. Wisner (1993) complementa que ainda que o trabalho e seu impacto sobre os trabalhadores sejam analisados de forma *departamentalizada* nas diversas vertentes do conhecimento através de conceituação e métodos próprios que auxiliam no entendimento do ser humano, não há cognição sem corpo. É necessária a compreensão das mútuas influências, principalmente a do sofrimento psíquico advindo de uma *sobrecarga* cognitiva (WISNER, 1993). Nessa esteira, o sofrimento surge quando a carga de trabalho¹⁰ transforma-se qualitativamente e quantitativamente em sobrecarga física e/ou psíquica.

*[...] Eu me lembro que aconteceu comigo uma vez, o material virou na boca do coletor, aí para! chama ponte rolante, aí se ali não vai conseguindo alcançar o que a letra anterior fez, aí te mandava pra outra área... **você ficava psicologicamente abalado. Vou te ser sincero, nesse período eu até sonhava com o que eu estava trabalhando e virando, isso depois que eu saí até cinco, oito , dez anos atrás eu sonhando que estava trabalhando e material caindo comigo, e chefia vindo de cara amarrada gesticulando. Tinha chefes lá, no início da Belgo, 84 a 95, de chefes brutos mesmo, ignorantes, que chegavam xingando mesmo, e você precisando de emprego, era um emprego que pagava bem, era obrigado a ouvir. Comigo e com colegas, chamado de tudo... "Burro", "Não sabe trabalhar aqui!", por causa da tal da produção e recordes.** (M.A.S. - 27/11/2017, grifos nossos)*

¹⁰ “Pode-se afirmar que a carga de trabalho é a relação entre constrangimentos impostos pela tarefa, pela interface, pelos instrumentos e pelo ambiente, em conjugação com as atividades desempenhadas e a capacidade de trabalho do operador. As mesmas condições além de determinarem a carga de trabalho, influenciam a *performance* do sistema, o rendimento do trabalhador, a produtividade e qualidade. [...] . Portanto, a carga de trabalho se expressa quantitativamente através dos índices fisiológicos (batimentos cardíacos, impulsos elétricos nos músculos, consumo de oxigênio, temperatura corporal). Da carga de trabalho, resultam os custos humanos do trabalho, que se expressam em sintomas físicos e psíquicos, doenças profissionais, acidentes com morte, mutilações e lesões permanentes ou temporárias” (MORAES; MONT’ALVAO, 2002, p. 22).

A pressão para trabalhar mal

A segunda causa, na visão dejouriana, que frequentemente leva ao sofrimento no trabalho e que de certa maneira parece oposta à primeira, é a pressão para trabalhar mal: “não estão em questão a competência e a habilidade. Porém, mesmo quando o trabalhador sabe o que fazer, não pode fazê-lo, em função das pressões sociais do trabalho” (DEJOURS, 1997, p. 31).

A redução do quadro de efetivos da empresa¹¹ tornou-se uma das múltiplas formas de pressão para se executar as tarefas de forma rápida, ainda que de maneira displicente. O aumento significativo da jornada de trabalho para o cumprimento das metas era outra forma de pressão. No caso analisado, a sobrecarga de trabalho veio, em grande medida, pela política de redução de efetivo, que tinha como pressuposto a eficácia das prescrições somada à polivalência do novo perfil de trabalhador, ambas garantidas por condições ideais, mas que em realidade, não ocorriam, e acabavam por implicar em intensidade do trabalho.

¹¹ No Japão começou a haver mortes por *karoshi* : *morte por excesso de trabalho*. Segundo Dejours, “Trata-se de uma morte súbita, geralmente por hemorragia cerebral (AVC), de pessoas novas que não apresentam qualquer fator de risco cardiovascular. Não são obesos, não sofrem de hipertensão, não têm níveis de colesterol elevados, não são diabéticos, não fumam, não são alcoólicos, não tem uma história familiar de AVC. Nada. O único fator que é possível detectar é o excesso de trabalho. Estas pessoas trabalham mais de 70 horas por semana, sem contar as horas passadas nos círculos de qualidade. Ou seja, são pessoas que estão literalmente sempre a trabalhar. Mal param de trabalhar, vão dormir. As descrições de colegas que foram fazer inquéritos no Japão são aterrorizadoras. O mundo do trabalho no Japão é alucinante. Há mulheres que entram nas fábricas de eletrônica, por exemplo, e que são utilizadas entre os 18 e os 21 anos – porque aos 21 anos, já não conseguem aguentar as cadências de trabalho. As famílias confiam-nas às empresas por esses três anos, durante os quais elas se entregam de corpo e alma ao trabalho. E nalguns casos, a empresa compromete-se a casar a mulher no fim dos três anos. É mesmo um sistema totalitário. E mais: essas jovens trabalham 12 a 14 horas por dia e depois vão para uns dormitórios onde há uma série de gavetões – cada um com cama e um colchão –, deitam-se na cama e fecha-se o gavetão. Dormem assim, empilhadas em gavetões. Três anos... em gavetões... é preciso ver para crer.” (DEJOURS, 2010). Disponível em: https://www.publico.pt/2010/02/01/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732?fbclid=IwAR1miXfA2v7iAiBknTcZKhjLhizF_7lmfAunKzjxQ1aK1vcVJTwd7PfsQw.

[...] Você automatiza, você melhora funcionamento, aí aos olhos de quem tá vendo já via assim: “opa, a gente pode tirar um dali, que se a gente melhorar mais um pouquinho aqui, tirava um”...e assim aconteceu! Quando eu entrei nessa empresa, quando essa empresa operou em 2 de maio 1984, ela tinha 4600 funcionários, e produzia 750.000 tonelada/ano. Quando eu saí dela em 2007, ela produzia um milhão de tonelada, com mil e sessenta e seis. Que é um projeto da qualidade total, que já veio já dos países mais adiantados, da Europa, de se produzir um milhão por mil funcionários. Aí isso é que entra, é o sistema de qualidade, que as pessoas não percebiam isso. É claro que quando a empresa que inicia, ela inicia inchada, né?! Depois há a questão de ajustamento de pessoal, mas se reduzir de quatro mil pra mil e aumentar a produção, é uma forma... É uma forma pensada. (L.L.- 26/10/2017, grifos nossos)

A vulnerabilidade de transferência de tecnologias fica expressa em políticas e recursos direcionados ao aumento da produção em detrimento do engajamento por parte dos trabalhadores. A empresa que introduzia recursos advindos da metodologia toyotista destinados à produtividade (como *Just in time*, *Kanban*, Programas de Qualidade Total, Círculos de Qualidade Total entre outros) contribuía para a intensificação do trabalho, principalmente quando utilizava a política de reestruturação organizacional de *enxugamento* de efetivos. Ia na contramão das políticas de adesão oferecidas pela empresa japonesa aos seus trabalhadores, através de programas como emprego vitalício e *salário por antiguidade*, que estimulavam a acumulação de anos de presença do trabalhador na empresa para que alcançassem altos salários.

O excerto abaixo corrobora o exposto acima quanto à sobrecarga no trabalho em função do “enxugamento” de pessoal, o que certamente viria a comprometer o nível de desempenho e segurança durante a execução das tarefas:

[...] Têm umas máquinas que amarravam feixe, se...o...material tá caindo e você está trabalhando debaixo, se você der uma bobeira e levantar a mão uns dez centímetros, você perde a mão. Você tem

que está ali sempre concentrado, entendeu? E com o rádio pendurado ainda e atendendo os outros chamando, e você está fazendo... está sempre concentrado...sai de casa concentrado, porque senão... (G.D.S. – 31/10/2017, grifos nossos)

Ainda segundo Dejours (1997), as situações criadas pelos próprios pares que fomentam um clima social tenso no ambiente de trabalho é outro aspecto de entrave na execução das tarefas. “Cada qual trabalha por si, enquanto todos sonegam informações, prejudicando assim a cooperação” (DEJOURS, 1997, p. 31). A situação se complica mais ainda quando o trabalhador se vê na incumbência de desempenhar tarefas de forma que sua própria conduta é considerada irregular. Nas palavras de Dejours (2013), dá-se então o *sofrimento ético*¹². Agora a escala de valores ultrapassa o julgamento do outro. Para o autor, é como se o trabalhador traísse a si mesmo, o julgamento agora não virá do outro, mas de si mesmo, a partir do momento que se submete aos objetivos da empresa, mesmo que para isso “atrolepe” seus princípios morais.

A narrativa a seguir ilustra um exemplo de sofrimento ético vivenciado por um supervisor de área que não cedeu à pressão da chefia, que queria imputar a sua equipe (manutenção) um problema do equipamento que não fora solucionado pela equipe da oficina. Devido ao defeito, houve demora na parada do equipamento durante a troca dos turnos. É normal, durante a troca de turnos, a equipe de manutenção fazer paradas para dar manutenções em equipamentos que necessitam de reparos. Embora tal procedimento faça parte do roteiro de segurança, sempre constrange a equipe que a faz, visto que isso significa perda de produtividade:

¹² “Sofrimento ético torna mais compreensível uma segunda faceta da forma como «a nossa escala social de valores entra em linha de conta», a saber, o julgamento que o sujeito faz de si próprio, não só sobre a qualidade da sua contribuição no que concerne à produção, mas sobre o valor ético da sua prestação. Porque, pela sua atividade de produção, o trabalhador compromete, de fato, o destino de outro, em particular do cliente que tem obrigação de enganar ou do subordinado que deve «colocar sob pressão». Isto significa que o trabalho não se reduz a uma atividade, implica dimensões que advêm da ação, no sentido que Aristóteles dá ao conceito de práxis : ação moralmente justa” (DEJOURS, 2013, p. 23).

[...] Olha só... a gente brigava muito por parada...a gente fazia tudo pra não parar...se um turno fez uma parada de 15 min., que na reunião que eles fazem lá...a chefia, todo mundo...que faz matinal, diz que lá eles ficavam na maior...serenos, entendeu bem? Não brigava muito... **Teve vez da gente fazer uma parada, por exemplo, a gente já estava estressado já...no final do turno escrevia lá, aceitava uma parada de quarenta minuto...parada mecânica, é minha...assinava.** Ai ia lá pra reunião matinal, eles não tiravam a parada, eles tinham o poder de tirar... **a nossa parada não é mecânica, nossa parada é da operação!** [...] a chefia não brigava, a gente que... que ficava brigando, a gente do turno que ficava brigando com o outro porque você tinha que explicar pra eles o que que aconteceu, entendeu “né”? Talvez não dava tempo de você explicar ...”tava pegando”...você tem que fazer um relatório com dez minuto pra vim embora, é muito rápido, você tem que fazer muito rápido, você tem que aceitar parada ... É... Fazer isso agora e seja o que Deus quiser! Então... E vai embora! Seja o que Deus quiser...Pode falar isso aqui? (risos). Uma vez teve uma parada... em troca de turno. **Um formador de espira, era 900°C.** Toda parada pra troca de turno é da operação eles trocaram o turno... Eu estou vendo... Pessoal foi lá, trocou um tubo, **não deu certo... E...700°C...800°C, todo mundo suando....aí trocou o segundo tubo, não deu certo....aí eu achei aquilo injusto...essa parada vai ter que ir pra quem recuperou o tubo.** Porque o tubo tinha... uns...”batoquinhos” lá... E os “batoquinhos” num estavam dando certo... **coloca a parada pra quem recuperou o tubo!** Ai chefe do turno falou assim “**não! mas tem anos que as paradas são da operação!**”... aí eu: “**mas não pode! o pessoal está aqui ó, sofrendo aí, a culpa não é deles!..quem recuperou o tubo que operou errado!**”... aí ele colocou a parada pra oficina ... **eu vim embora pra casa, eu não dormi, eu tava de três às onze ... Eu não dormi, não consegui dormir.... É... “amanhã eu ‘tô’ na rua!”, pensei... “eu ‘tô’ na rua amanhã!”.** Ai ... Fui pegar o serviço três horas, o chefe de departamento estava lá na estrada me esperando... “tava” me esperando... “**como é que você coloca a parada pra oficina...já que sempre foi da operação?**” Eu falei assim... “**eu coloquei porque eles trocaram três vezes, 700°C lá.**” **aí “mas é sempre foi da operação”... “mas isso tá injusto, não pode ser isso aí!”.** Ai chamei ele, peguei ele pela mão... “**Vem cá, fica aqui dez minutinho aí.**” Coloquei lá perto do formador ... “**Fica dez**

minuto aí, empezinho aí.”... “Tá quente, né? Agora você fica lá dentro trocando tubo pra você ver se é bom pra tosse?” [risos] [...] Só que...sorte que eu não fui mandado embora naquela época [risos] porque eu levei o cara lá perto do formador, ficar dez minutos lá perto pra ele ver o calor que é...você entendeu? Aí acho que ele caiu na realidade e largou pra lá. (G.D.S. – 31/10/2017, grifos nossos)

Para Dejours, existem dois tipos de julgamento no âmbito do trabalho: o que advém dos níveis superiores na empresa, cujo olhar é mais tecnicista, e o julgamento feito pelos pares. O simbolismo no reconhecimento afeta positivamente a mobilização subjetiva dos trabalhadores e do julgamento dos outros. Segundo Dejours (1999), é nisso que se encontra a *beleza* do trabalho. Está diretamente relacionado ao congraçamento do trabalho, conecta-se diretamente às “artes do ofício” (DEJOURS, 1999, p. 54-55).

Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento. O reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção da identidade. E isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, de prazer, às vezes de leveza d’alma ou até de elevação. O trabalho se inscreve então na dinâmica da realização do ego. A identidade constitui a armadura da saúde mental. (DEJOURS, 2000, p. 34).

Entretanto, quando o contrário ocorre, surge o último fator de sofrimento que Dejours denomina de *falta de esperança pelo reconhecimento* do trabalho executado.

Falta de esperança pelo reconhecimento

Com o advento de *novas técnicas* de gestão na organização da produção cada vez mais impiedosas e individualistas, o

reconhecimento nem sempre é satisfatório. As narrativas abaixo ilustram a frustração de dois funcionários que se dedicaram a dar sugestões de melhorias nos programas de Planos de Sugestão. Uma iniciativa da empresa que remunerava o trabalhador que apresentasse sugestões de melhorias significativas para a qualidade e produtividade da empresa.

*[...] Ah, isso aí, você tinha um prospecto que você preenchia e passava por uma equipe justamente que fazia esse julgamento se era possível ou não. E a gente aguardava esse julgamento e quando saía às vezes a pessoa recebia o prêmio, **mas tinha uma competição fortíssima em cima disso, eu mesmo já tive uma surpresa de uma pessoa que tinha um cargo bem acima, que era supervisor e eu fui burlado por esse plano.** (L.L. – 01/11/2017, grifos nossos)*

Sobre a sensação de injustiça e falta de reconhecimento com relação à prática de Planos de Sugestão, outro trabalhador apontou que:

[...] Esse pessoal de sugestão, é conforme o lucro que dá, mas... Quando eles faziam o cálculo, tinha muita injustiça. Que talvez uma sugestão simples e na hora do ganho, excedia alguma coisa, um supervisor... o supervisor... não posso falar aqui ... Adicionou um acabamento, que ele fez uma sugestão, uma coisa simples de nada, na época ele ganhou um carro novo. Entendeu? Aí aquele negócio, era supervisor, mas era uma coisa simples. [...] ... Essa sugestão lá, que dizer, não era “aquela grande coisa”, mas o cara era supervisor, ele recebia um prêmio maior e...mas o “peãozinho” ia fazer uma sugestão... muito boa e o prêmio pra ele era muito menor que o do supervisor. (J.M.P. – 31/10/1917, grifos nossos)

O *reconhecimento* é, entre outras formas, uma maneira de atenuar o sofrimento no trabalho, que nas palavras de Dejours (1999), configuram-se como *estratégias defensivas*. Para o autor, entender como alguns trabalhadores conseguem “driblar” as pressões e manter-se de certa forma equilibrados, principalmente

dentro do modelo econômico capitalista, é o grande desafio da psicodinâmica do trabalho.

[...] Então eu era muito bem quisto pela rapaziada da produção, sabe? E quando eu fui pra produção ali, o chão mesmo ali da fábrica – onde o fogo queima mesmo – eu fui muito bem acolhido, muito bem recebido. Tinha colegas que viravam para mim e falavam: “Isso aí não é pra você fazer não, deixa que eu faço pra você”. Mas tinham muitos que riam também, de graça, o cara não gosta de você, ué. Eles achavam... “ah, esses caras que vem do escritório”... desculpa, eu posso falar um palavrão?... tem mais é que se “f...” mesmo! Tem peão ruim, tem colega ruim. Tô te falando eu não fiz amigos ali não, poucos... Amigos que frequentam a minha casa até hoje eu não tive nenhum. Tive amigos de batalha, de luta, de copo, de pelada, futebol, de sentar no bar e tomar uma... (Operador de Máquina de Trefilar – 17/11/2017, grifos nossos)

De fato, isto é possível, segundo o autor, em função da criação de estratégias individuais e/ou coletivas que homens e mulheres utilizam em suas relações de trabalho. “Em face do sofrimento, o ego não fica passivo, ele se defende [...] . E essas defesas têm em comum funcionar como atenuadores da consciência desse sofrimento, como uma espécie de analgésico” (DEJOURS, 1999, p. 60).

Embora seja um eficaz escudo protetor de possíveis distúrbios psíquicos, o escárnio, a apologia à virilidade masculina, por exemplo, são estratégias que atenuam de alguma forma exposições a riscos ocupacionais de maior grau. Em grande medida, tais estratégias camuflam o sofrimento que está implícito quando se executa determinada tarefa.

[...] eu sofria agressão lá dentro, de colega de trabalho, pra não matar o filho da p..., cê” me desculpa, eu via a imagem do meu filho na cara dele. porque eu ia matar aquele filho da p... que me agrediu lá dentro. Eu com problema, um toco dum homem que dava dois de mim me batendo e eu trabalhando. Eu corri, na hora, todo mundo no jantar e eu não jantava para poder colocar meu serviço em ordem, sabe? Pra eu poder descansar um pouquinho no final do turno, eu não jantava. Aquela comida já não me fazia bem. Nunca

reclamei da comida. É... o cara vim, de graça assim, porque eu solicitei um reparo, ele não veio e eu – não é que eu fiz uma reclamação, eu solicitei de novo. “ pô, cê não sabe esperar , não?” eu falei: “pô, cara, cê sabe como a gente é cobrado aqui.” “ah, rapaz, cê é um ... (xingou um palavrão) não sabe trabalhar! cê num sabe trabalhar nisso aí. [...] eu falei: “então você me ensina. pega aí pra rodar, cê não é bom? pega aí. se eu tô te falando que tem um defeito cê é mecânico cê vai arrumar.” “não vou arrumar p... nenhuma.” e pá, me deu um tapaço no meio dos peitos. me jogou em cima da máquina e veio pra cima de mim. a gente trabalhando com uma tesoura para cortar o arame. Myrtes, naquele momento eu falei: “eu mato esse cara!”. Meu filho entrou na minha frente (a imagem do filho) e falou: “Não pai, não faz isso não. Corre! Você correr não vai ser papel de covarde não.” Oh Myrtes, pra mim aquilo ali foi preparado pra eu agredir ele e ser demitido. Porque eu cheguei lá no refeitório e já estava todo mundo, assim, esperando alguma coisa. Só “tava” eu e aquele cara ali, no momento. O galpão tava vazio era hora de janta. Eu cheguei lá chorando, correndo, gritando: “O fulano tá me agredindo, o fulano me bateu, o fulano...” Um monte de supervisor olhou pra cara um do outro e riu. E riram. Começaram a rir. “Pô, um homem desse... que isso cara, quem te bateu o que? Que isso cara, que isso...” Sabe aquela coisa do apartamento. “Não, pelo amor de Deus...” Os colegas, os cara mais chegados: “Não, que isso? Quem que fez isso?” e tal. Falei o nome e outros riram e tal. Eu falei: Não isso não vai ficar assim, eu vou levar pra cima. Não, não. Pra ir pra cima tem que passar pelo supervisorzinho que eu tô te falando que depois eu peguei falando que ia me sacanear, sabe? Que estava sendo ameaçado por mim ali. Ele não tinha o mínimo de capacidade pra tá ali onde ele estava. E até ir pra área eu sofri muito por causa disso. Pela minha bagagem ali, porque eu era técnico de manutenção, sempre trabalhei como secretário das chefias todas. Quando eu fui pra área esses caras ficaram com medo, que eu te falei desde o início. Então muita coisa ali acontecia comigo eu acho que era pra me testar, pra ver até onde eu ia aguentar. Mas é o que eu te falei, eu tinha Deus no coração e um filho pra tratar, entendeu? Eu não podia... eu falei: Eu peço pra entrar, pra sair eu não peço não, eu sou emburrado também. Eu entrava dentro do vestiário eu chorava. Eu ia no banheiro pra chorar. De depressão, de humilhação. Eu falei não! Respirava o ar fundo e saía de novo. Ali eu ia tocando a vida. Um dia após o outro até chegar uma hora que eu não aguentei mesmo mais. Aí o corpo

não aguentou, os problemas psicológicos vieram muito mais graves. Síndrome de pânico. Ai, minha filha, cê vivia a poder de remédio: é uma coisa de doido. Você ser meio homem é realmente horrível, sabe? Até você acostumar com a ideia. Meu Deus, obrigado, eu tô em pé ainda, eu tô andando. (J.M.P. – 17/11/2017, grifos nossos)

Mas as estratégias defensivas para camuflar o sofrimento tornam-se inúteis quando surge a *síndrome subjetiva pós-traumática* que, segundo Dejours, pode ocorrer em caso de grave acidente no decorrer da jornada (DEJOURS; BÈGUE, 2009).

A narrativa abaixo ilustra uma situação de *síndrome pós-traumática* vivenciada por um dos técnicos da área de manutenção elétrica da empresa. Embora a síndrome tenha ocorrido em função de um problema particular, acarretou reflexos no desenvolvimento de seu trabalho e provocou um dos maiores acidentes ocorridos na história da empresa até os dias de hoje.

[...] Então o que acontece, eu mesmo tive um acidente que eu queimei – que não foi a primeira vez, foi a segunda lá dentro – eu não tinha condição emocional nenhuma de estar trabalhando. Eu tive um acidente de carro, morreu um amigo meu, fiquei todo estourado, fiquei meio pirado e tal, sabe? Eu não tinha condição nenhuma de trabalhar. E eu era uma bomba dentro da empresa. E a empresa não “tá” nem aí! Sabiam que eu estava vindo dum acidente, qual era a obrigação do sistema lá? “Vem cá, cê tá em condições de trabalhar? Vão te por... Você pode fazer só até aqui, daqui pra cá você não pode fazer.” Porque eletricidade é uma coisa complicada, gente... Você sabe que ela tá ali. Você não vê, mas sabe que ela tá ali. tanto é que eu fechei um curto lá na oficina de cilindro do nada! Eu agachei... Na hora que eu agachei, eu peguei uma chave deste tamanho [mostra com as mãos o tamanho da chave, entre 20 a 30 cm] e eu pirei na hora! Assim, apagou tudo em função do que eu estava vivendo, enfiei a chave e fechou maior “curtaço” (M.A.P. – 29/12/2017, grifos nossos)

O impasse entre o trabalho vivo e o trabalho morto

A forma como o trabalhador percebe e sente seu trabalho é um fator de relevância no pensamento *dejouriano*. O autor aponta a existência da defasagem irreduzível entre a organização prescrita e a organização real do trabalho. Sob essa ótica, o *real do trabalho* é aquilo que o trabalhador traz consigo através das experiências adquiridas, do conhecimento, do *savoir-faire*. Já a prescrição refere-se à tarefa a ser desenvolvida. “Sejam quais forem as qualidades da organização do trabalho e da concepção, é impossível nas situações comuns de trabalho, cumprir os objetivos da tarefa respeitando escrupulosamente as prescrições, as instruções e os procedimentos.” (DEJOURS, 2000, p. 30).

Pressões não extinguem *erros humanos*. Estes têm origens diversas, tais como: insuficiente informação técnica oferecida aos operadores, concepção dos postos de trabalho defeituosa sob o ponto de vista ergonômico e meios insuficientes para a execução das tarefas tanto no quadro de efetivos quanto no orçamento dedicado a segurança, não permitindo espaço para *margens de segurança*. Além disso, a formação e a reciclagem dos funcionários nem sempre é suficiente.

[...] Era difícil você seguir à risca um manual, porque teoria é uma coisa, prática é outra. Às vezes você chegava lá na área, você sabe que o equipamento estava legal, de repente dava um problema mecânico, e o que o ser humano pode fazer? Mas a gente era cobrado por isso, achava que você que fazia errado... e então eu acho...acho não... Tenho certeza, que existia muita pressão psicológica em termos de produção... Sei de colegas que ficaram abalados naquela época lá, por causa disso. E na época de Siderúrgica Mendes Júnior, de 84 até 95 que a empresa ficou era uma pressão grande. (M. A. S. - 27/10/2017, grifos nossos)

Embora as pressões tendam a demandar prescrições e criar diretrizes predominantes, não podemos questionar o mérito das exigências feitas aos operadores com relação à observância dos

fatores de segurança quanto aos procedimentos técnicos. Porém, o que de fato ocorre e têm relevância na prevenção de acidentes é a lacuna existente entre a prescrição e o trabalho real, que acaba por obrigar os trabalhadores a uma *regulagem da distância* (LLORY, 1999) entre o prescrito e o real em vez da observância exclusiva dos procedimentos. Quando esta regulagem não acontece, os acidentes induzem ao que Lorry denomina de *efeitos parasitas* (LLORY, 1999), como a imputação de culpa aos operadores (vinda da gerência), sentimento de injustiça vivido pelos trabalhadores, tendência dos operadores em fechar-se em si mesmo etc.

Prescrições e procedimentos: o trabalho morto

A ideia predominante entre empresários, consultores e especialistas em organização da administração (e não em organização de trabalho) parte do princípio de que a normatização do trabalho baste para sanar qualquer dificuldade no trabalho.

De início, a ideia era mais difundida e centralizada em casos de acidentes graves, depois passou a ser aplicada também em qualquer tipo de incidentes, mas o que deu grande visibilidade à prática da normatização das tarefas diárias foram os “movimentos da qualidade: organização qualidade, procedimentos qualidade, círculos de qualidade... Ele continuou, apesar de algumas reservas e mesmo críticas feitas aqui e ali.” (CHEVALIER apud LLORY, 1999, p. 274).

As prescrições eram recomendadas pelos setores de recursos humanos e seu objetivo primordial era afinar o diálogo entre os operários e seus superiores através da formalização, melhorar e desenvolver a comunicação entre os pares, administrar as carreiras, desenvolver a mobilidade durante o processo produtivo etc.

*[...] Mas é uma coisa muito estranha porque, pelo que eu entendi de ISO na época, até argumentei isso com o fulano né, que era o cara que passava tudo pra gente nas reuniões, **qual a finalidade disso? Ele disse que era para melhorar a qualidade, e não sei o que. Mas eu não sei até que ponto isso melhora a qualidade.** Porque a base da*

ISO é a seguinte, a base da ISO – principalmente a 9000, 9001, não me lembro mais – era você escrever como executa uma tarefa. Quer dizer, se você escrever a execução de uma tarefa errada você tem que fazer ela errada o resto da vida? Eu argumentei com eles isso uma vez. (M.A.P. – 29/12/2017, grifos nossos)

Como demonstrado anteriormente, as prescrições dos procedimentos por si só, ainda que elaborados com riqueza de detalhes, não eram suficientes, por serem reproduções escritas de um modelo formalizado, esquematizado, simplificado e reduzido de forma objetiva para o desenvolvimento das tarefas. Entretanto, como afirma Lorry, “não é possível durante a elaboração de um procedimento levar em conta todas as combinações complexas de eventualidades, de acontecimentos, de possíveis cenários.” (LLORY, 1999, p. 274). Qualquer insistência em viabilizar a produção por meio apenas de prescrições implicaria em uma quantidade inimaginável de instruções que seria impraticável e inviabilizaria o trabalho dos operadores. E, como acentua o autor, outro fator relevante deve ser considerado: “o que consta nas prescrições é a representação do trabalho morto, imóvel, abstrato, enrijecido num certo número de técnicas” (LLORY, 1999, p. 274). E cita alguns exemplos de prescrições: “fechar o disjuntor; controlar a vazão total da água; certificar-se que a temperatura está inferior a um valor prescrito; ligar uma bomba; se a vazão total não for suficiente, acionar um determinado sistema de socorro etc.” (LLORY, 1999, p. 275).

[...] Era feito um... um trabalho que a gente, junto com os funcionários, aqueles que tinham mais experiência, mais facilidades, mais... Para fazer... As indicações da sequência dos serviços, a gente fazia. Depois que fazia essas normas “do que” ... Fazendo o que está escrito... escrever e depois que está escrito, todos eram treinados dentro daquela norma; todos! A gente fazia um treinamento para “eles saber” o quê que tinha que fazer naquele serviço, mesmo ele sabendo fazer o serviço, ele tinha que seguir aquele procedimento. (O.Q.R. – 16/10/2017, grifos nossos).

O trabalho real, vivo

Se as prescrições qualificam o trabalho morto nas organizações de trabalho, o que poderia ser considerado como trabalho vivo? Sobre isso, Lorry pontua que o trabalho vivo “pressupõe trocas de ideias entre os operadores, a avaliação de determinadas situações, decidir como se vai fazer a operação, avaliar, sobretudo os modos de operação menos onerosos” (LLORY, 1999, p. 277). Citando outro exemplo, operações que acarretam menores choques térmicos em materiais, textura ideal de um determinado óleo que não comprometa o bom desempenho do motor etc. O autor acrescenta que nas relações de trabalho existem as relações *fluidas*, que são informais, “rápidas demais, espontâneas, sutis, como na vida diária para poderem ser fechadas num quadro de prescrições.” (LLORY, 1999, p. 278). Visto que nas interações cotidianas a troca de ideias, a atenção, as ações e reações, os olhares, os gestos são exigências sentidas por cada um de nós, segundo Lorry (1999) há a necessidade de se preservar essa *terra incógnita* do trabalho vivo por ser a base da segurança nas atividades laborais, tendo como um dos principais componentes o *savoir-faire* de prudência que, segundo o autor, é composto por atitudes e interações salutares entre operário e gerência.

Na maioria das vezes esses *savoir-faire* não se manifestam direta, mas indireta ou implicitamente. É necessário dominá-los por meio de relato das práticas de trabalho, pois correm o risco de passarem despercebidos se a escuta não for significativamente atenta ou for pouco centrada nos aspectos das condutas de trabalho. (LLORY, 1999, p. 279).

Trata-se, portanto, na visão do autor, de um conjunto de regras informais que surgem a partir do compartilhamento de experiências e acontecimentos especiais da vida profissional de um trabalhador da comunidade, e que se configuram como elemento-chave para a efetivação das prescrições de segurança, além de

também preencherem as lacunas deixadas por ela. A adaptação entre o prescrito e o real é imprescindível, principalmente em situações em que o trabalhador é obrigado a agir com rapidez, ainda que de forma cautelosa, como em imprevistos, urgências etc.

[...] Para a empresa o saber fazer, com certeza, até então era o mais importante. A partir dali você tinha que saber fazer da forma que eles escreviam no manual. Que às vezes você cria uma técnica que, às vezes, te facilita no trabalho ali, como eu criei e fiz vários inventos lá para me facilitar, facilitar minha coluna que doía. Ganhei prêmios lá de... De sugestão, planos de sugestão. Que facilitou minha vida, meu trabalho, do meu colega, na máquina que me colocaram para trabalhar. E o que acontece?... Mas aí o cara tinha que explicar bonitinho, daquele jeito que tava no manual. Se você errasse duas palavras, “perai”... Num vai ser certificado, não vai ser qualificado o fulano de tal. Aquele cara era marcado, entendeu? O cara sujou, queimou o filme da área. Cê tá me entendendo? Cê tinha que falar ali o que estava no manual direitinho, não adiantava... Pô, vai lá na máquina que o cara vai fazer e te mostrar. Ali ele era o bom, mas para pegar o manual, ficar lendo e te explicar perai gente, peão não tem tempo para isso não. Peão mal tinha tempo para comer, cê entendeu? Mal tinha tempo para comer. Ele tinha que dar produção. Agora, ficar pegando manualzinho, parava... Não, cê não podia para uma máquina... Isso foi o que causou muito estresse naquela época... Já chegava um engomadinho perto, o caboclo já desconcertava, já queria sair, fingir que estava indo pro” banheiro. Porque ele não sabia te explicar, Myrtes, aquilo ali detalhadamente como estava no manual, como estavam exigindo! Qualquer área que você ia, em cima do balcãozinho estava lá o manual. “cê” começou a aprender a trabalhar dentro daquilo que você já fazia há vinte anos. Estou falando dos operadores antigos lá, que já estavam ali há (estalar de dedos indicando tempo) ... Tá? o cara não sabia, talvez, ler direito, mas poxa”, ele era um profissional porque vou te falar, hein? Tinha supervisor ali que enchia a boca para falar, mas nunca pegou para fazer, entendeu? Vinha de “cacete” em cima do empregado sem respeitar o pai de família que estava ali, dentro daquele uniforme, sabe? (J.M.P. – 17/11/2017, grifos nossos)

A narrativa acima aponta de forma clara que não há como diminuir ou anular a distância entre as prescrições e o que é real no trabalho, mas há a necessidade de uma *regulação* e que seja feita de forma coletiva para que possam ser incorporadas às doutrinas de segurança.

A relevância da oralidade como recurso investigativo:

Partindo do princípio de que a oralidade presta o serviço do resgate de memória das vivências de grupos sociais - que na maioria das vezes não protagonizam as narrativas da história oficial - a utilização do método foi primordial para a coleta dos dados da pesquisa em tela, visto que nos permitiu uma compreensão da situação do sofrimento vivenciado pelos trabalhadores que vivenciaram as mudanças tecnológicas recheadas de culturas externas ao seu cotidiano, mudanças que não levavam em conta a necessidade de tempo para a sua incorporação, e não consideravam as diferenças econômicas e estruturais da tecnologia importada. “A história oral é construída em função das memórias de pessoas contribuindo para que a história ganhe uma nova dimensão social.” (THOMPSON, P., 1992, p. 25).

Referências

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARVALHO, C. E. **As origens e a gênese do Plano Collor**. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101-134, abr. 2006. DOI: 10.1590/S0103-63512006000100003.

CORSEUIL, C. H.; KUME, H. (Orgs.). Abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre o emprego e o salário. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay; Leticia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1997.

DEJOURS, C. A sublimação, entre o sofrimento e prazer no trabalho. Revista Portuguesa de Psicanálise, Lisboa, v. 33, n. 2, p. 9–28, 2013.

DEJOURS, C. O fator humano. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicide et travail: que faire?** Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

DEJOURS, C. Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal. [Entrevista cedida à Ana Gerschenfeld. **Público**, Lisboa, 1 fev. 2010. Disponível em: https://www.publico.pt/2010/02/01/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732?fbclid=IwAR1miXfA2v7iAiBknTcZKhjLhizF_7lmfAunKzjxQ1aK1vcVJTWkd7PfsQw#gs.oREzNrhA. Acesso em: 25 set. 2018.

FREITAS, S. M. História oral: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

JESUS, S. M. S. A.; TORRES, L. M. Educação e movimentos sociais: tensões e aprendizagens. In: FREITAS, A. G. B.; SOBRAL, M. N. **História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-2008).** São Cristóvão: EdUFS, 2009. p. 129-161.

- LIMA, M. E. A. Novas políticas de recursos humanos: seus impactos na subjetividade e nas relações de trabalho.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 115-124, 1994a.
- LIMA, M. E. A. Programas de qualidade total e seus impactos sobre a qualidade de vida no trabalho.** Revista de Administração, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 64-72, 1994b.
- LLORY, M. Acidentes industriais: o custo do silêncio.** Rio de Janeiro: Multiação, 1999. .
- LOBO, V. M. Fronteiras da cidadania: sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil (1950-2000).** Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.
- MALAGUTI, M. L. Crítica à razão informal: a imaterialidade do assalariado.** São Paulo: Boitempo, 2000
- MENDES, M.; ATTUCH, L. Quebra de contrato: o pesadelo dos brasileiros.** Belo Horizonte: Del Rey, 2004
- MORAES, A.; MONT'ALVAO, C. Ergonomia: conceitos e aplicações.** 2. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2002
- OLIVEIRA, E. Toyotismo no Brasil: desencadeamento da fábrica, envolvimento e resistência.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- RATTNER, H. Revisitando o “milagre” japonês. Espaço Acadêmico,** Maringá, n. 28, 2003. Disponível em: <https://www.espacoacademico.com.br/028/28rattner.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- SANTOS, V. C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL .
- SCHINCARIOL, V. E. O Brasil sob a crise do fordismo.** São Paulo: LCTE, 2007.
- WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. A máquina que mudou o mundo.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- THOMPSON, E. P. A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WISNER, A. A inteligência no trabalho: textos selecionados de Ergonomia.
Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundacentro, 1993.

Fontes orais

BASTOS, Marco Messias – 59 anos – 03/10/2017

OLIVEIRA, Luiz Antônio – 62 anos – 08/10/2017

SILVÉRIO, Marcos Aurélio – 56 anos – 22/10/2017

SECUNDINO, José Domingos – 60 anos – 29/10/2017

LUCAS, Lúcio – 65 anos – 11/11/2017

PEREIRA, Marcos Augusto – 59 anos – 17/11/2017

MEIRELES FILHO, José – 61 anos – 24/11/2019

SILVA, Geraldo Dias – 59 anos – 28/11/2017

QUEIROZ, Olivier – 63 anos – 07/12/2017

PIMENTEL, José Maria – 60 anos – 12/12/2017

O caso dos cabos da Aeronáutica: a associação dos anistiados políticos e militares e as lutas pela anistia¹

*Esther Itaborahy Costa*²

Introdução

No mundo contemporâneo, desde os anos 1980 diversos países viveram períodos de transição política. Contudo, marcas dos anos de repressão ainda não foram totalmente vencidas e várias questões são colocadas para o Estado e para a sociedade visando consolidar a democracia: O que fazer com os resquícios deste autoritarismo? Como vencer os traumas e violências de um passado para vivermos o presente? Anistiar crimes políticos? Reparar os atingidos pela repressão? Todas essas questões fazem parte do processo de transição democrática, no qual Estado e sociedade lidam com o passado marcado por violências, prisões, buscando a 'justiça de transição' (ARAÚJO, 2012). Ou seja, de acordo com sua realidade, países estabelecem critérios a partir de sua cultura, sua história; assim, a justiça de transição busca o direito à memória dos atingidos pelo regime de exceção, a reparação das vítimas (financeira e

¹ O presente artigo é uma compilação das discussões apresentadas na dissertação intitulada “Do banimento à luta pela Anistia: história e memória da Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica”, defendida em 2014 na Universidade Federal de Juiz de Fora. Faz-se necessário retificar o uso do termo banimento, por desligamento, visto que, os dois conceitos não são sinônimos. Ao longo desses anos, a correção foi feita em diferentes artigos e a autora reconhece o mau uso feito inicialmente.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. esther.icosta@yahoo.com.br.

moralmente a partir da responsabilização dos culpados) e a reconciliação nacional.

Mas, mesmo esses países apresentando realidades opostas, um elemento unifica todos eles em busca da justiça: a palavra. O testemunho é elemento vital nesse processo.

Revelar os fatos, tornar pública as violações, denunciar as arbitrariedades, nomear responsáveis, resgatar a memória de lutas e resistência, tudo isso tem tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto das sociedades pós-conflitos (ARAÚJO, 2012, p. 13).

Nesse sentido, pensamos a história oral - através de depoimentos - como ferramenta que nos permite articular as memórias e diversas visões da realidade, visando a construção de identidades. Ao mesmo tempo, pensamos ser possível construir uma narrativa sobre a ditadura militar no Brasil a partir da temática da Anistia, tendo como base as histórias de vida de pessoas que foram atingidas pela repressão e que até hoje lutam contra ela. Assim, este artigo busca, a partir de narrativas, apresentar o mundo de homens quando serviram à Aeronáutica e o mundo que vivem hoje e suas lutas pela anistia política.

Criada em 1963, como a Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica, o GEUAR tem suas raízes no Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (MG). Em um primeiro momento, o grupo de cabos que ali serviam, reuniam-se para jogar futebol e realizar bailes entre os militares da base³. Hoje, os integrantes do GEUAR buscam direitos garantidos pela Lei de Anistia por terem perdido suas funções militares na instituição em que serviram, perda esta que se deu a partir de uma portaria de 12 de outubro de 1964, editada pelo Ministério da Aeronáutica, com

³ Vale destacar que, diferentemente do que apresentamos em nossa monografia (COSTA, 2009), que a data de fundação do GEUAR é 1963, não 1948 como afirmamos. Segundo o atual presidente do grupo e demais entrevistados em abril de 2014, pode ter havido uma confusão de datas feita pelo entrevistado à época (2009).

intuito de reduzir o número de cabos.⁴ Esses ex-militares alegam em seus processos, enviados à Comissão de Anistia, que essa portaria teve caráter *exclusivamente* político, já que com dez anos de serviço o militar alcançava estabilidade e poderia progredir na carreira chegando a postos superiores.

Já FAB (Força Aérea Brasileira) alega que essa portaria teve cunho administrativo, já que agia sobre um cargo público e impessoal. A Portaria 570/54, vigente em abril de 1964, permitia o engajamento de cabos por três anos e reengajamentos sucessivos, também por três anos, cada. Vale ressaltar que nesta portaria, não havia nenhum impedimento quanto ao número de reengajamentos e, de acordo com a Lei do Serviço Militar vigente (desde 1946), cabos com mais de nove anos de serviço teriam estabilidade e poderiam continuar na ativa até a idade limite.

Após o Golpe, foi editada a Portaria 1104/64⁵ que alterou esses critérios, reduzindo os prazos de engajamentos e reengajamentos para dois anos cada e limitando o número de reengajamentos para ao máximo de três, o que resultou no estabelecimento do limite de oito anos de permanência na patente de cabo. Completado o período, caso o cabo não houvesse conseguido a promoção – através de concurso público –, à patente de sargento – era obrigado a dar baixa na corporação. Contudo, mesmo apresentando essa possibilidade, a promoção não dependia somente da aprovação, ficava sujeita, ainda, à aprovação pessoal do comandante da base. Assim, a Aeronáutica entendeu que em busca de melhorias, os cabos se organizaram e acabaram a mercê de agitadores – no caso, os comunistas – que só pretendiam dividir as Forças Armadas, objetivando o poder. Contudo, entende-se que estas revisões, em

⁴ A Portaria 1104/64 não menciona que ela foi o resultado de um estudo feito pela Aeronáutica em setembro de 1964 apresentado como Ofício Reservado 04, que propunha a revisão e atualização da Portaria 570. Em seu tópico IV, item nº15, o estudo apresenta os cabos como um 'problema', pois estes se apresentavam em grande número: eram 7 cabos para cada oficial e 4 cabos para cada sargento.

⁵ Propunha a revisão e atualização da Portaria 570.

última instância, tinham uma única meta: impedir o surgimento de novos movimentos reivindicatórios (VASCONCELOS, 2010).

História Oral e História do Tempo Presente: ferramentas de análise.

Como já afirmamos, optamos pela utilização da metodologia em história oral como ferramenta de análise do nosso objeto, refletindo assim, sobre o papel da memória na construção das narrativas do processo histórico, tendo em mente que a memória não deve ser utilizada como fonte única, pois "não fornece bases empíricas suficientes para levantar inferências; deve ser sempre completa do material coletado de outra maneira" (ATASSIO, 2007, p. 10).

As primeiras publicações no campo da História Oral datam dos anos de 1920 nos Estados Unidos. Dois pesquisadores poloneses publicaram histórias de vida de seus conterrâneos (*The Polish Peasant in Europe in America*), em que pela primeira vez os pesquisadores deveriam sair do escritório e ir para o campo⁶. Segundo Alberti

Essas experiências em geral são apontadas como 'precursoras' da História Oral 'moderna', que delas se distingue principalmente por exigir a gravação do relato, em áudio e/ou vídeo, e também por pressupor uma situação de entrevista com objetivos bastante específicos⁷ (ALBERTI, 2008, p. 156).

Nos anos 1960 intensificaram-se as entrevistas de história de vida com indivíduos que não registravam suas experiências⁸.

⁶ Talvez seja uma das primeiras aproximações da nascente História Oral com a Antropologia, principalmente com Malinowski e seu conceito de observação participante.

⁷ Data-se 1948 como o ano de nascimento da História Oral 'moderna', quando o gravador a fita foi inventado e quando da fundação do *Columbia University Oral History Research Office*, na Universidade de Columbia, tendo como mentores Allan Nevins e Louis Starr em Nova Iorque. Segundo Alberti, o primeiro momento da História Oral, seria contar a 'história das elites'.

⁸ Segundo Alberti (*Op. cit.* 157), seria uma História Oral 'militante', utilizada para "dar voz às minorias e possibilitar a existência de uma História Oral vinda de baixo".

Segundo Pollak seriam as ‘memórias subterrâneas’, que se opõem à ‘memória oficial’, no caso a ‘memória nacional’ (POLLAK, 1992, p. 4). Joutard, afirma que a História Oral é uma forma eficaz de reconstruir a cultura popular, adentrar grupos fechados e pouco estudados – como os militares –, ou ainda dar voz aos povos sem história, iletrados, que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias (JOUTARD 2006, p. 45).

Contudo, essa História Oral dita ‘militante’ apresentou métodos que devemos ter cuidado; o primeiro se pautava em considerar as entrevistas como a ‘História’ e não como uma fonte passível de análise e crítica. Segundo Alberti “em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado.” (ALBERTI, 2008, p. 158). O segundo equívoco seria pensar os usos da noção de História ‘democrática’, ou História ‘vista de baixo’⁹. Assim, a autora se indaga: "ao fazermos uma História dita ‘de cima’, estaríamos fazendo uma História verdadeiramente ‘não democrática’?" e afirma:

Certamente que não. Polarizações do tipo História ‘de baixo’ versus História ‘de cima’ contribuem para diluir a própria especificidade e relevância da História Oral – ou seja -, a de permitir o registro e o estudo da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam em uma posição ou outra na escala social (ALBERTI, 2008, p. 159).

Contudo, é claro que aqueles que estão ‘em cima’ deixam mais registros e nesse caso, somente neste, pode se admitir que as entrevistas de História Oral com os que estão ‘embaixo’ sejam prioridades. Mas isso nos leva a concluir que ao fazer História Oral com os ‘de baixo’, acabamos por vinculá-los àqueles povos ‘sem escrita’ e isso acarreta à História Oral o papel de compensadora desses grupos.

⁹ Vale ressaltar que, quando Thompson cunhou a expressão ‘history from below’, referia-se à escolha para estudar a cultura popular, mas também olhar não a partir da teoria (THOMPSON, 1992).

Com isso, Alberti conclui

[...] a ideia de 'dar voz' às minorias, tão cara aos pesquisadores militantes', acaba reforçando as diferenças sociais: é o pesquisador que concede aos 'de baixo' a possibilidade de se expressarem, pois eles são incapazes de fazê-los por si sós! (Ibidem).

Na década de 1970 é que a essa História Oral 'militante' passa a fazer parte do mundo acadêmico. No Brasil, data-se de 1975 as primeiras entrevistas em história oral realizadas pelo do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), com o propósito inicial de estudar as elites políticas brasileiras de 1930 até os dias de hoje¹⁰.

Em meados da década de 1980, a História Oral se consolida dentro da academia, e novos conceitos e novas perspectivas surgem, devido ao esgotamento das teorias dos *Annales*, trazendo assim, um novo debate historiográfico. Assim, Maria Paula Araújo e Tania Fernandes recorrem a Peter Burke quando este afirma que esses novos olhares possibilitaram ao historiador

[...] várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história [...] que não se havia pensado que sofressem alterações no tempo e no espaço [...] a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a fala e até mesmo o silêncio. (ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p. 15).

Assim, novos temas e tópicos adentraram ao campo da História e com isso, tornou-se imperioso a busca por novas fontes, novas evidências, o que permitiu à História Oral se consolidar em definitivo. Neste capítulo pensamos o depoimento oral como fonte histórica capaz de acrescentar às fontes tradicionais, novas versões para um acontecimento, permitindo uma nova forma de análise dos

¹⁰ Segundo Luciana Quillet Heymann em palestra proferida no VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral realizado em Belo Horizonte (2009), o acervo do CPDOC contava à época com 1650 entrevistas e 5700 horas de gravação.

processos históricos que estão sempre em construção (ARAÚJO; FERNANDES, 2006).

A partir de tais mudanças nos debates historiográficos, um novo campo de estudo surgiu, a chamada História do Tempo Presente. Antes objeto da sociologia, o tempo presente era estranho ao historiador, visto que a proximidade temporal entre objeto e pesquisador era dita como empecilho para a escrita de uma narrativa crítica e científica. Com a criação do Instituto de História do Tempo Presente de Paris (IHTP) em 1980, os historiadores pretenderam legitimar a narrativa histórica de fatos recentes (II Guerra Mundial, o governo de Vichy, a Resistência Francesa) e assim valorizar aquilo que levantava dúvidas sobre os estudos do tempo presente: a proximidade temporal e o envolvimento com as questões analisadas. Assim, "[...] a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente" (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999, p. 15).

Segundo Maria Paula Araújo e Tania Fernandes, duas questões marcam o trabalho do historiador do tempo presente: de um lado, ele sabe que está imerso em seu tempo, e por outro, sabe que o envolvimento e a parcialidade não são frutos somente da proximidade temporal. Ou seja

[envolvimento e parcialidade] São frutos de nossas simpatias, adesões, posições políticas. O historiador que estuda a Revolução Francesa, a Era Vargas, a conquista da América ou a Revolução Russa sabe disso muito bem. A distância temporal não nos protege de nada - porque não nos protege de nós mesmos, de nossas inclinações intelectuais e ideológicas. O único recurso que temos - para estudar fenômenos ocorridos há 2000 anos atrás ou na década passada - é o exercício constante e preciso dos procedimentos de crítica às fontes históricas (ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p. 20).¹¹

¹¹ Vale ressaltar que Roger Chartier vê como vantagem a proximidade temporal entre historiador e objeto: "ele é contemporâneo de seu objeto e, portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais" (VISCARDI & DELGADO, 2006, p. 21).

Pensamos a história do tempo presente como ligada diretamente às discussões entre a memória e os usos da história oral, pois, como afirma Ricoeur

[...] a história do tempo presente situa-se em uma outra fronteira, aquela onde esbarram uma na outra a palavra das testemunhas ainda vivas e a escrita em que já se recolheram os rastros documentários dos acontecimentos considerados (RICOEUR, 2007, p. 406).

Deste modo, é ela que compreende os períodos traumáticos vividos pela sociedade, é ela que busca dar sentido a eles, é ela que trata das questões ainda abertas no seio das lutas dos associados ao GEUAR, buscando dar sentido ao passado e sendo fundamental para que os indivíduos e grupos compreendam o que são e constituam identidades individuais e coletivas.

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado (FERREIRA, 2000, p. 118).

Posto isso, acreditamos que História Oral permitiu o surgimento de novos objetos pautados em depoimentos – a vida cotidiana, da família, as festas – nos quais os testemunhos passaram a ser aceitos e a subjetividade pôde constituir-se em objeto de pensamento científico. Portanto, é um campo no qual é possível conhecer os diversos desenhos que se dá à vida, às relações e às escolhas dos diferentes grupos sociais em todas as camadas da sociedade.

A metodologia da História Oral não resolve todas as questões dentro do estudo histórico, mas nos permite entender como determinados grupos e pessoas tomaram o passado, ou seja, como

questionaram as interpretações homogêneas de acontecimentos. Ao mesmo tempo, permite um grande número de 'histórias dentro da história' se mostrando capaz de contestar as generalizações sobre o passado, pois, a percepção histórica permite a 'mudança de perspectiva' (ALBERTI, 2010, p. 166).

História e Memória

A utilidade da História Oral é múltipla: História Política¹², das comunidades e mais intensamente a História da Memória. Num primeiro momento renegada, pois seria arriscado confiar em relatos - já que a memória pode sofrer distorções e está carregada de subjetividade - hoje, essas distorções são vistas como mais uma forma de se compreender as ações de determinados grupos, pois é de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente (*Op. cit.* p. 167).

A memória está em constante negociação. Ela é essencial, pois está atrelada à constituição de nossa identidade. Para Pollak, a construção da identidade se dá em três elementos: o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

¹² Em seu texto *O retorno do político* René Rémond procura demonstrar que "[...] o político também pode ser objeto de conhecimento científico assim como um fator de explicação de outros fatos além de si mesmo (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999: 51). Assim, ao longo do artigo cita diversos historiadores que questionam a volta do político (Jacques Le Goff, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros) e ao final conclui "Assim, a política é mutável, e o interesse que damos a ela explica-se pela conjunção entre a evolução dos fatos e a dos espíritos. O político inscreve-se tanto na longa duração como na mudança. Ora, não há nada que defina melhor a inteligência histórica do que a percepção da duração e da distinção entre o que fica e o que muda. Só isso já bastaria para consagrar ao político um lugar importante no campo de investigação do historiador" (*Op. cit.* 59-60).

A memória foi tratada de forma polarizada: ‘memória oficial’ *versus* ‘memória dominada’, mas hoje se admite a disputa de memórias. Pollak fala da existência, em uma sociedade, de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade (POLLAK, 1989, p. 12). Robert Frank elenca quatro tipos de memória: memória oficial da nação, memória dos grupos, memória erudita e memória política (FRANK, 1992). Alessandro Portelli incorpora o conceito de ‘memória dividida’ de Giovanni Contini, em que não há uma disputa entre as memórias, mas sim a existência de múltiplas memórias fragmentadas e divididas (PORTELLI, 2006, p. 127). Segundo Alberti, o reconhecimento da diversidade constitui, portanto, a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre ‘memória oficial’ e ‘memória dominada’ e realizarmos uma análise mais rica dos testemunhos obtidos em nossa pesquisa (ALBERTI, 2006, p. 168).

Esses testemunhos colhidos *a posteriori*, são relatos de ações passadas, mas que incorporam elementos da própria entrevista e são transmitidos pela narrativa, na qual o entrevistado tece sua vivência em forma de linguagem, seleciona e organiza os acontecimentos para que façam sentido. Rechaçado pelos primeiros historiadores dos *Annales*, o acontecimento retorna à historiografia e Le Goff coloca-o como um ponto cristalizador e revelador das estruturas (ARAÚJO & FERNANDES, 2006, p. 24). Já Rémond em suas discussões sobre o retorno do político afirma

[...] a história política não se reduz ao acontecimento. Se admitirmos a dicotomia - que reclamaria nuances entre a história do fato e história das estruturas - a história política não se encerra inteira no primeiro compartimento. Apesar disso, ela atribui, talvez, mais importância ao evento do que outras. Ainda que um acontecimento possa ser outra coisa que não político (REMOND, 1999, p. 54-55).

O testemunho oral gera novas histórias, e a criação de novas histórias, por sua vez, pode contribuir para o processo de dar voz a

experiências vividas por indivíduos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados. Segundo Seligmann-Silva, as narrativas de experiências traumáticas não visam só afastar a dor, mas também um tratamento formal histórico e jurídico, ou seja,

[...] o testemunho deve ser compreendido tanto no seu sentido jurídico e de testemunho histórico - ao qual o testimonio tradicionalmente se remete nos estudos literários - como também no sentido de 'sobreviver', de ter-se passado por um evento limite, radical, passagem essa que foi também um 'atravessar' a 'morte', que problematiza a relação entre a linguagem e o 'real'. De modo mais sutil - e talvez difícil de compreender - falamos também de um teor testemunhal da literatura de modo geral: que se torna mais ou menos explícito nas obras nascidas de ou que tem por tema eventos-limite (SELIGMANN-SILVA apud RIBEIRO, 2007, p. 248).

Utilizando as narrativas, podemos então recuperar, através de histórias singulares, aspectos além daquilo que o registro escrito consegue transmitir com a mesma intensidade, resgatando vozes que podem contribuir para que elas ganhem espaço no discurso público, permitindo assim, transformar a memória em história, ao mesmo tempo em que a democratiza.

Ao se falar das vozes dos excluídos do processo histórico, esse tipo de relato pode permitir ao pesquisador enxergá-las como elas mesmas se veem, pois, muitas vezes os documentos oficiais só nos dão uma visão de como a classe dominante as quer enxergar ou como as deseja transmitir, já que essas classes temem que a memória das massas empobreça a 'memória original'. Essa classe dominante teme ainda perder a comunidade e a identidade, já que a tecnologia de massa modifica não só nosso sentido temporal, mas também a natureza especificamente espacial do lembrar (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p. 90).

Com os relatos, acredita-se que essas classes ou pessoas

[...] não tem apenas que aprender a própria história; podem escrevê-la. A história oral devolve às pessoas a história em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar por um futuro construído por elas mesmas (THOMPSON, 1992, p. 337).

Daí pensarmos a fonte oral como um trabalho conjunto em que todas as partes desempenham papel indispensável, permitindo explicitar de diversas formas, partes do passado e a adequar sua expressão em nossas culturas. Por isso,

[...] o relacionamento da história oral facilita a rememoração dinâmica e a interação de 'historiadores' e 'comunidades', de 'discurso histórico' e 'memória coletiva', que os historiadores orais podem desempenhar um papel ímpar e central nas questões atinentes à memória e à história (Idem, p. 91).

Assim, nos termos de Verena Alberti, a História Oral pode ser definida como

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990, p. 18).

Utilizando essa fonte, pode-se então recuperar, através de histórias singulares, aspectos além daquilo que os documentos escritos sobre o período abordam. No âmbito emocional, ao afetar os objetivos pessoais [...] "esses dramas individuais podem parecer pequenos ou irrisórios, mas é imprescindível recorrer a eles, já que

fazem parte da memória coletiva e contribuem para melhor compreendermos nosso passado" (SILVEIRA, 2007, p. 4).

Como já frisamos, a fonte primordial de análise dessa dissertação são depoimentos colhidos através das memórias de homens que hoje formam o GEUAR, e que foram reintegrados à Força Aérea Brasileira, direito este garantido a partir da regulamentação do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹³. Partindo daí, outro conceito se torna mote para fundamentar as discussões: a memória coletiva.

Pioneiro no tratamento da memória¹⁴ como fenômeno social dentro das ciências sociais, Maurice Halbwachs analisava, em 1935, as memórias familiares, religiosas e de grupos como base para o que ele definiria mais tarde de memória coletiva. Sua intenção era clara: confrontar e determinar as memórias individuais a partir do lugar social que elas ocupam. Assim, concluiu que, mesmo expressando experiências individuais, as memórias se inserem num contexto social mais amplo que antecede o indivíduo, tornando-as dessa forma, memórias coletivas. “Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas não são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nos vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2004, p. 30).

¹³ O artigo 8º do ADCT passou a reparar economicamente todos aqueles que foram atingidos por processos administrativos baseados na legislação de exceção, dando a eles o direito à reintegração aos cargos ocupados antes do afastamento. Explicita ainda todos os tipos de punição, inclusive aquelas em que os sujeitos foram impedidos de realizar suas atividades em virtude de pressões ou de *expedientes oficiais sigilosos*.

¹⁴ É importante salientar que os primeiros estudos sobre a memória relacionados com o fazer-se da história foram realizados por sociólogos e etnólogos; os historiadores adentraram no campo memorialístico tempos depois. Vale ainda ressaltar que mesmo sendo objeto comum em diversos campos do conhecimento, os usos do conceito são bem diferenciados: historiadores buscam investigar o passado através da memória, buscando elementos que constituíram os contextos do passado; ao passo que sociólogos e antropólogos têm na memória uma forma de compreender o agora, ou seja, buscam compreender o presente a partir das reconstituições feitas. Assim, o conceito de memória pode ser associado tanto a processos interativos quanto a construções simbólicas já constituídas (RIBEIRO, 2007, p. 183).

Podemos inferir também a chamada memória compartilhada, ou seja, aquela que é alicerçada numa bagagem cultural comum. Esse tipo de memória permite a construção de redes de relacionamentos, a partir do compartilhamento da memória, em que é possível rever o passado através de experiências de participantes de diferentes gerações de um mesmo grupo social. Sua função primordial é manter a coesão e a coerência interna, e, ao mesmo tempo, proteger e delimitar aquilo que foi experimentado e construído pela vivência dentro de um grupo social com passado comum. Assim, ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado em uma memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo do simbólico (KESSER *Apud* RIBEIRO, 2007, p. 6).

Na mesma linha de análise, Portelli reconhece que a memória, apesar de constituir-se enquanto processo individual, remete ao mesmo tempo a aspectos sociais e padrões culturais, ou seja, o caráter social e cultural da memória é resultado da interação indivíduo e meio social. Contudo, temos que atentar para o fato de que a apreensão das experiências concretas através da *rememoração* - é exclusivamente pessoal.

[...] ainda que esta [a memória] seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são - assim com as impressões digitais, ou, bem da verdade, como as vozes - exatamente iguais (PORTELLI, 1997, p.16).

Acreditamos ser importante uma breve elucidação sobre os estudos da memória do filósofo Henri Bergson em que ele diferencia dois tipos de rememoração: a lembrança-hábito e a lembrança que reconhece imagens e movimentos do passado. A primeira diz respeito às recordações cotidianas, seria como um hábito, ou seja, é adquirida pela repetição de um mesmo esforço; já a segunda se relaciona a um acontecimento chave, aquele que não irá se repetir referindo-se apenas a uma recordação do passado (RIBEIRO, 2007, p. 184). Para o autor, é possível unir essas duas lembranças/experiências através da memória, constituindo assim, uma consciência espaço-temporal.

Assim, uma pessoa ao lembrar-se de algo, reconstrói eventos, imagens, sentimentos que foram 'experimentados', ou melhor, ela os reexperimenta, vivencia de modos diferentes, antes no passado, agora no presente: a vida é reconstruída, representada a partir de novos repertórios. Nas palavras de Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho [Bergson], é trabalho [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição (BOSI, 1994, p.55).

E ainda

A memória, no entanto, não se reduz ao ato de recordar. Ela nos permite a reconstrução da atmosfera de outros tempos, e ao relembra hábitos, valores e práticas cotidianas, pode ser capaz de dar sentido e significado à existência humana (VISCARDI; DELGADO, 2006).

Dessa forma, a partir desses conceitos, nos propusemos então a retomar histórias de um passado que ainda não passou. Buscamos pensar as experiências desses homens pelo contexto atual, mas sempre olhando para trás, pois essas, através das narrativas

reconstruídas pelas memórias, possibilitam a ressignificação daquelas, tornando-as comunicáveis.

Tratamos ainda as narrativas a partir da perspectiva individual e subjetiva, posto que, mesmo dividindo um lugar social comum, cada indivíduo recebeu e percebeu os acontecimentos de uma forma, sendo assim, os relatos e experiências desses sujeitos são fragmentos.

A luta pela Anistia

A anistia no Brasil possui um sentido singular em relação ao resto do mundo, somando-se em um único instituto jurídico uma quantidade de fins e objetivos que o levam a constantes contradições internas.

Paulo Abrão Pires Júnior (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011: 16).

Aprovada há mais de três décadas, a Lei de Anistia é tida como um marco no processo de transição democrática brasileira (MEZAROBBA, 2003, p. vi). Assinada, mesmo que no contexto autoritário, foi vista como uma vitória - ainda que parcial - pela sociedade que protestava pelo fim do regime militar. Há que se pensar nas lutas iniciais travadas já em 1964 contra a “'revolução dos caranguejos', contra o movimento que levava o país a 'caminha[r] para trás'” (CONY, 1964) até chegarmos às lutas propriamente ditas pela anistia a partir da criação do Movimento Feminino pela Anistia em 1975 e a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia em 1978¹⁵.

Mesmo sendo aclamada pela sociedade, a anistia promulgada pelo general presidente João Baptista de Figueiredo em vinte e oito de agosto de 1979, não apresentou-se 'ampla, geral e irrestrita' como esperavam os movimentos em prol da anistia. Contudo, ainda assim, essa conquista foi celebrada, mas as lutas mantiveram-se,

¹⁵ Em nossa dissertação discutimos mais a fundo o papel desses dois movimentos.

agora, com outro enfoque: denunciar as limitações da lei (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 190).

A partir de então, novas legislações foram sendo aprovadas¹⁶ de acordo com as demandas apresentadas por aqueles que buscavam a anistia. O objetivo dessas revisões foi ampliar os benefícios e o número de beneficiários que, de alguma forma, sofreram violências de quaisquer natureza durante os 21 anos de regime militar.

Cercada de polêmica desde o início de sua adoção, a concessão de anistia é foco de muita discussão entre pensadores do Estado moderno. Pensadores modernos como Rousseau e Montesquieu, divergiam quanto às situações em que a anistia deveria ser aplicada. O primeiro, em *Contrato Social*, se mostra indeciso quanto ao tema, pois para ele “o direito de o soberano agraciar não está bem definido” (ROUSSEAU *apud* MEZAROBBA, 2003, p. 2). O segundo considerava a anistia politicamente eficaz afirmando que “esse poder que o Príncipe tem, executado com sabedoria, possui efeitos admiráveis”; e quando de sua aplicação afirmava “é uma coisa que é melhor sentir do que prescrever” (MONTESQUIEU, *apud* MEZAROBBA, 2003, p. 1).

No Brasil, a anistia foi instituída em 1654, em Pernambuco, quando da expulsão dos holandeses e passou a ser utilizada em diversas revoltas (Revolta dos Beckman, Guerra dos Emboabas). Tida por Rui Barbosa, como um ato “de alta sabedoria política” (ele mesmo fora anistiado em 1895 pela participação na Revolta da Armada), esteve presente em vários momentos importantes da história brasileira.

Em todas as circunstâncias políticas o ato de anistia foi iniciativa do rei de Portugal, e apresentava caráter conciliatório. Com o processo da emancipação política do Brasil, o instituto da anistia foi incluído na Constituição de 1824, como prerrogativa exclusiva

¹⁶ Segundo Rodeghero; Dienstmann; Trindade (2011), os anos de 1985, 1988, 1992, 1995, 2001 e 2002 tiveram a anistia como foco de discussões.

do imperador, que logo a concedeu juntamente com o ato de extensão da nacionalidade brasileira aos estrangeiros aqui radicados (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 102).

Em setembro de 1822, no que seria a primeira anistia concedida após a Proclamação da Independência, D. Pedro decretou:

[...] E porque eu desejo sempre aliar bondade com justiça e com salvação pública, suprema lei das nações, hei por bem e com o parecer do meu Conselho de Estado ordenar o seguinte: fica concedida anistia geral para todas as passadas opiniões políticas até a data deste meu real decreto, excluídos todavia dela aqueles que já se acharem presos e em processo [...] (CÂMARA DOS DEPUTADOS apud MEZAROBBA, 2003, p. 3).

Nos anos 1930, no governo provisório de Vargas, foram anistiados todos aqueles que participaram de movimentos revolucionários ocorridos. Em 1945 recorre-se novamente ao dispositivo anistiando aqueles que cometeram crimes políticos desde 16 de julho de 1934. À frente, tal dispositivo seria bastante utilizado por Juscelino Kubitschek que ficou conhecido como o estadista que mais anistias concedeu (*Ibidem*). Assim, Lemos afirma que a tradição brasileira em conceder anistia expressa duas outras tradições: a conciliação como meio para manutenção dos interesses das classes dominantes e a 'contrarrevolução preventiva', como forma de combater as crises (LEMOS, 2002, p. 293).

Dito isto, acreditamos ser necessário retomar as discussões acerca do contexto histórico quando da aprovação da Lei de Anistia. O regime autoritário instalado em 1964, com apoio de boa parte da sociedade, ao final dos anos 70, vivia um período de 'lenta, gradual e segura' distensão, nas palavras do presidente Ernesto Geisel. Faz-se necessário salientar que em 1978, os banimentos políticos vinham sendo revogados, a censura esfriara, a comunidade de informações e segurança estavam com suas ações limitadas, o AI-5 não operava mais, ou seja, assim como afirma Brasília Sallum, "a origem da primeira da mudança política em curso situava-se no interior do

aparelho de Estado" (SALLUM, 1994). Contudo, isso não significava que todos os militares quisessem ou trabalhassem para que essa distensão ocorresse, já que como há muito se sabe, havia importantes divisões nas Forças Armadas, “ e a abertura não constituiu um momento de exceção” (SOARES; D’ARAUJO; CASTRO; 1995, p. 30-31).

Para levar seu projeto adiante, Geisel teria que se desvincilhar da imagem sempre associada no regime de que o chefe de governo era um representante da vontade militar. Segundo Gaspari essa imagem só seria quebrada e o general recuperaria 'o poder republicano do presidente' em 1977 com a demissão do ministro do Exército, Sylvio Frota – linha dura, contrário à liberalização (GASPARI; 2002, p. 35-36). Dentro da análise sociológica de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, a intenção de Geisel e de Golbery – chefe da Casa Civil – era chegar à ‘normalização institucional’, ou seja, “liberalizar o regime não para superar a ordem autoritária mas para institucionalizá-la” (SALLUM; 1994, p. 22). Em ‘A volta aos quartéis’, os autores afirmam que tratou-se "de um *projeto* que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças" (D’ARAUJO, SOARES; CASTRO; 1995, p. 39).

Geisel não concedeu anistia em seu governo, pois afirmava que esta seria gradual, mas ao mesmo tempo, revelou-se muito insegura, pois para ele

esse problema [era] de solução progressiva e era necessário antes de conceder o benefício, sentir e acompanhar a reação, o comportamento das duas forças antagônicas: a área militar, sobretudo a mais radical e a área política da esquerda e dos remanescentes subversivos (CASTRO; ARAÚJO, 1997, p. 398).

Neste sentido, podemos analisar a promessa de 'afrouxar' o regime feita por Geisel e o início da luta pela anistia. Atrelado à anistia estava a utilização, desde o início do regime, de aparatos

repressivos que minavam o direito de defesa dos acusados de crimes cometidos contra o governo, uma vez que após o AI-5, foram criadas condições institucionais¹⁷ que classificavam de inimigos do Estado todos aqueles que se opunham ao regime.

A repressão foi bem sucedida na destruição dos grupos que atuavam nas cidades fazendo assaltos a banco, realizando atividades de 'prooaganda revolucionária' como pichações, sequestrando diplomatas, fazendo treinamento para um futuro de enfrentamento com as forças da ditadura. Teve sucesso também na destruição da experiência da luta armada no campo que vinha sendo preparada pelo PCdo B, na região do Araguaia (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 45-46).

Com os 'inimigos internos' sob controle, Geisel poderia levar adiante o processo de distensão. Segundo Maria Helena Alves, o então presidente, oriundo do grupo dos castelistas moderados, pretendia uma distensão lenta, gradual e segura que garantiria a volta ao Estado de Direito, ao mesmo tempo em que permitiria uma escolha tranquila do sucessor (ALVES, 2005).

O projeto de distensão visava a um relativo afrouxamento dos controles sobre a sociedade civil e um maior diálogo com o MDB e com outros setores da oposição [...] Pretendia-se, também, ser um instrumento na luta dos militares moderados contra os da linha dura. Entre as medidas previstas estavam a retirada da censura dos jornais e o fim da vigência dos atos institucionais (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 46).

Retomando as análises de Lemos a partir de sua leitura de José Honório Rodrigues - que afirmava que as políticas de

¹⁷ Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e Lei de Organização Judiciária Militar. Decretados em 1969, regularizavam os órgãos de segurança nacional: SNI (Serviço Nacional de Segurança, Centros de Informação do Exército (CIEIX), da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), dos DOI-CODI (Destacamentos de Operações e Informações e Centros de Operações de Defesa Interna). E em SP, vinculada ao II Exército estava a OBAN (Operação Bandeirantes). Somente no fim do governo de Figueiredo os DOI-CODI foram absorvidos pelas 2^{as} seções do Exército e destinadas a informações no campo militar (COUTO, 1995: 287).

conciliação objetivavam pôr fim às contradições entre os grupos dominantes e garantir a ordem -, podemos pensar a anistia de 1979 como um processo de transição entre setores moderados do regime civil-militar que controlariam o processo e a oposição.

A negociação da anistia implicou o confronto entre diversos projetos políticos voltados para a conjuntura de transição vivida pelo país. Desde que, ao assumir a Presidência da República em 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel anunciou um programa de 'abertura lenta, gradual e segura', o processo político nacional passou a ser polarizado pela agenda da transição do regime (LEMOS, 2002, p. 293).

Assim, essa transição abarcaria as mudanças pretendidas desde 1973 por lideranças civis e militares, ao mesmo tempo em que permitiria o abrandamento da repressão, bem como o aumento das opções partidárias dentro do Congresso. Dessa forma, o governo garantia uma transição baseada em forças políticas antes reprimidas, mas sem o descarte da tutela militar (*Ibidem*).

Nesse cenário, vemos a partir de 1974, de um lado o fortalecimento da oposição, o crescimento dos movimentos a favor da redemocratização, a revogação dos Atos Institucionais e a reforma da Lei de Segurança Nacional. Do outro, estavam os militares que criticaram o modelo de abertura proposto por Geisel, em especial, os pontos que tratavam dos exilados, torturados e mortos. Debatia-se então, pelos militares da chamada linha-dura, quem deveria ser anistiado, como seria a reinserção dessas pessoas na sociedade, como o governo lidaria com aqueles processados judicialmente, como lidaria com a esquerda - grande difamadora do regime -, enfim, toda essa problemática deveria ser abarcada nos projetos de abertura e da anistia (RIBEIRO, 2012, p. 4).

De acordo com Lemos, essa grande preocupação dos setores mais exaltados das Forças Armadas é típica de transições negociadas nas quais predomina o interesse em manter no poder aqueles indivíduos identificados com a ordem anterior, a saber, a ordem

ditatorial, ou seja, é uma estratégia de sobrevivência de diversos setores da classe dominante. Assim, o mesmo afirma:

Trata-se, antes de tudo, de evitar que a situação de crise política evolua no sentido da contestação revolucionária da ordem social, hipótese alimentada pelo aprofundamento das divisões internas ao bloco no poder. A continuidade da velha na nova ordem é viabilizada pelas salvaguardas embutidas no pacto de transição estabelecido entre os setores moderados do quadro político, entre as quais a natureza restrita e recíproca da anistia (LEMOS, 2002, p. 297).

Vale ressaltar que a abertura iniciada no governo Geisel e concretizada no governo Figueiredo, deveria caminhar no sentido de manter a coesão dentro das Forças Armadas bem como não minar o poder dos militares até o fim do processo.

Apesar das tensões internas na instituição, para efeitos do 'público externo' os militares haviam permanecido coesos no poder desde 1964 e teriam que sair dele em bloco, sem fissuras e sem clivagens aparentes para a sociedade. Era uma forma de se protegerem em bloco de possíveis cobranças em processos judiciais envolvendo a questão dos direitos humanos e atos discricionários cometidos durante a ditadura. Era uma transição que colocava como inegociável a imunidade parlamentar. Para isso, a coesão na saída era imprescindível, e o discurso precisava ser monolítico (D'ARAÚJO, 2010, p. 107).

Visando garantir o controle das Forças Armadas no processo de abertura, fez-se mais que necessário, que o processo - assim como desejava Geisel - ocorresse de forma gradual. Segundo Iokoi, em momentos de efervescência de lutas sociais, a transição impede que as demandas atinjam seu ponto máximo e o fazer-se da história se resume à frase *estamos na transição* (SANTOS, TELES, TELES, 2009, p. 501).

Talvez a grande questão em torno da liberalização estivesse em como o governo desmontaria a comunidade de segurança e

informações, onde predominavam os militares linha-dura¹⁸. Para Fico (2001), o temor dos militares recaía sobre a possibilidade de investigações e punições para os crimes cometidos. Por outro lado, para os militares partícipes do processo de abertura, era preciso controlar o ritmo do processo, impossibilitando à oposição tornar-se hegemônica. Para o próprio presidente:

Havia gente no Exército, nas Forças Armadas de um modo geral, que vivia com essa obsessão da conspiração, das coisas comunistas, da esquerda. E a situação se tornava mais complexa porque a oposição, sobretudo no Legislativo, em vez de compreender o caminho que estava seguindo, de progressivamente resolver esse problema, de vez em quando provocava a hostilidade. Toda vez que a oposição, nos seus discursos, nos seus pronunciamentos, fazia declarações ou reivindicava posições extremadas e investia contra as Forças Armadas, evidentemente vinha a reação do outro lado, e assim se criavam para mim grandes dificuldades (D'ARAUJO; CASTRO: 1997, p. 377).

O GEUAr: anistia como reconhecimento.

“Nosso Grêmio hoje é realmente uma Entidade forte e soberana que busca todos os recursos disponíveis para assistir a aqueles que nela depositam sua confiança. Desde a sua oficialização como pessoa jurídica, sempre gozamos da mais alta estima e respeito por parte das autoridades constituídas e daqueles que assim como nós buscamos e buscaram por seus direitos constituídos. Apesar de nossa inexperiência administrativa nos tratos domésticos, sempre nos pautamos pelo respeito e dignidade procurando sempre ir em busca de soluções para as nossas aflições”.

Fernando Diniz e Silva

A associação esportiva GEUAr (Grêmio Esportivo Unidos do Ar) foi criada em 1963, em Lagoa Santa - Minas Gerais, por militares da Aeronáutica com intuito de reunir colegas da Instituição.

¹⁸ Cabe menção à obra de João Martins Filho que procurou entender a dinâmica das crises políticas a partir dessa divisão entre moderados e linha-dura, contestando essa visão dualista sobre a corporação militar (FILHO, 1995).

Segundo Pauliram Ornelas, um dos fundadores do GEUAr, a intenção primeira da associação era realizar bailes, festas e excursões para campeonatos amadores de futebol.

De início, as reuniões em Belo Horizonte aconteciam em bares, com o intuito de amigos antigos dos tempos de Aeronáutica se encontrar e conversar. Segundo Gilson Santos [...] *o GEUAr reunia para fins boêmios e sociais num bar aqui de BH lá na praça Raul Soares [...] a finalidade primeira, era desportiva e social, lá com o pessoal de Lagoa Santa*¹⁹.

Segundo Júlio César, atual presidente do GEUAr, Ornelas nasceu para ser líder e foi a partir de sua movimentação dentro do quartel que eles criaram o GEUAr e se reúnem até hoje, mesmo aqueles que se mudaram da região.

“[...] ele fazia todo movimento e daí, criamos a associação. E nós fomos pra rua e cada um tomou seu caminho - uns ficaram em BH, outros foram para São Paulo, Rio de Janeiro nós temos companheiros hoje lá em Anápolis, em vários estados tem companheiros nosso da época. Mas a gente nunca deixou de reunir, todo ano a gente sempre fizemos nossas reuniões e faz até hoje; reúne aquele pessoal da antiga, né, pra tocar de ideia, pra rever os companheiros”²⁰.

A Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica foi fundada juridicamente após a instalação da Comissão de Anistia em 2002, na cidade de Contagem- Minas Gerais, sendo reconhecida como uma sociedade sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa, não representando partidos políticos, grupos religiosos ou grupos étnicos. A sigla GEUAr foi mantida, como nome fantasia, para homenagear os

¹⁹ Trecho da entrevista de Gilson Santos, membro do GEUAr, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

²⁰ Trecho da entrevista de Júlio César Conceição, atual presidente do GEUAr, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

fundadores do Grêmio Esportivo. Assim, segundo o estatuto da Associação, a mesma

[...] será integrada por militares da reserva, reformados e ou ativos da Força Aérea Brasileira, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Forças Auxiliares, anistiados ou anistiando, remunerados ou não, atingidos por Atos de Exceção e que esteja[m] amparados pelo Art. 8º do ADCT da Constituição Brasileira regulamentado pela Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002²¹.

Segundo o estatuto da associação, suas finalidades são:

representar seus associados perante todos os Poderes, principalmente em assuntos referentes à Anistia; cuidar dos interesses dos associados; oferecer aos mesmos, assistência e orientação jurídica; promover a representação e defesa judicial e extrajudicial dos direitos e interesses. Sempre incentivando a ética, a solidariedade e o espírito de classe²².

Como já afirmamos neste capítulo a luta desses militares teve início a partir da edição da Portaria 1104 de 12 de outubro de 1964 do Ministério da Aeronáutica quando a Portaria 570 é revogada, portaria esta que dava estabilidade aos cabos. A Portaria 1104 se baseia na Portaria 1103 que expulsou os cabos que faziam parte da ACAFAB (Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira) que apoiaram os sargentos na Revolta dos Sargentos de setembro de 1963 em Brasília.

Os desligamentos²³ dos militares aqui retratados - que serviram na base aérea de Lagoa Santa - tem início nos anos 1970, e desde então, a luta pela anistia torna-se o foco central do GEUAR e de seus integrantes, pautada pelos direitos reconhecidos na Lei de Anistia de 1979, portarias e demais medidas provisórias decorrentes dela ao longo dos anos.

²¹ Estatuto da *Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica*, p.4.

²² Neste sentido, é interessante notar que todos os entrevistados, anistiados ou não, mantêm viva a identidade militar forjada quando serviram à Aeronáutica.

²³ Dos 12 entrevistados: 3 foram desligados em 1967; 3 em 1969; 1 em 1970; 1 em 1971; 4 em 1972.

Para os entrevistados, o primeiro sopro de esperança veio com a aprovação da Lei 6683 em 1979, que segundo o texto dizia que a anistia *reabriria o campo da ação política, ensejava o reencontro, reunia e congregava para a construção do futuro e que vinha em hora certa*²⁴, pois previa a Lei

[...] concessão de anistia a todos quantos, no período compreendido entre dois de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculadas ao poder público, aos poderes Legislativo e Judiciário e aos *militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares* (grifos meus)²⁵.

Contudo, afirmam que esta era uma lei pessoal, pois o próprio pai de Figueiredo – Euclides Figueiredo²⁶ – fora caçado por Vargas e beneficiado pela Lei de Anistia de 1979, que para os integrantes do GEUAR *só atingira os apadrinhados do presidente Figueiredo*²⁷ e *não foi divulgado, no sentido popular*²⁸, já que estipulava o prazo de 120 dias para que os atingidos encaminhassem seus pedidos, após esta data, não seriam aceitos.

“[...] então quem conseguiu, quem era amigo do rei e que conseguiu saber desse detalhe, bebeu água limpa. Quem não era...eu mesmo quando fiquei sabendo e consegui juntar alguns documentos e tentar a minha anistia em 79, já havia passado o tempo. Então não teve condições. Aí ele (Figueiredo) anistiou o pai dele”²⁹.

²⁴ Câmara Nacional. *Anistia*, volume I, p. 22

²⁵ Lei 6683/79. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 26/04/2019.

²⁶ Euclides de Oliveira Figueiredo. Verbete disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/euclides_figueiredo>. Acesso em 26/04/2019.

²⁷ Trecho da entrevista de Diniz em 18/08/2013.

²⁸ Trecho da entrevista, feita pela autora, com Antônio de Oliveira, em 08/05/2013.

²⁹ Trecho da entrevista de Diniz em 18/08/2013.

Devemos ressaltar que, ao contrário do que afirmam os integrantes do GEUAr, a Lei de Anistia foi amplamente divulgada na sociedade, já que fora a bandeira de luta travada por setores civis – OAB, CNBB, ABI, etc – sendo inclusive passível de críticas, por ser limitada, parcial e restrita, apesar de ter sido considerada um primeiro passo no caminho à ‘redemocratização’.

Em sua busca por documentos que provassem as perseguições da Aeronáutica contra os cabos, Diniz relata que, sempre tendo portas fechadas e ouvindo ‘nãos’, descobriu a existência de um documento que poderia ser a prova das perseguições: o Ofício Reservado 04³⁰. Este documento, segundo ele, evidenciava efetivamente a motivação exclusivamente política da expulsão, desligamentos e licencimentos de cabos com base nas Portarias 1103 e 1104, dando os efeitos retroativos ao revogar expressamente a Portaria 570 que garantia a estabilidade desses militares.

Tal Ofício deu origem à *famigerada*³¹ Portaria 1104 que estipulou o prazo de 8 anos de permanência na FAB, minando o sonho daqueles que aspiravam chegar a postos superiores, através de concurso público ou da entrada nas escolas da especialistas. Com a Constituição de 1988 e o artigo 8º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)³², *que nada mais é do que a Lei 10559*³³, a Anistia passou a ser concedida entre 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988 - data da promulgação da Constituição. Apesar

³⁰ Tenho em mãos uma cópia.

³¹ Adjetivo muito utilizado pelos integrantes do GEUAr para se referir às Portarias expedidas pela FAB.

³² “É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação *exclusivamente* política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.” In: _____. Constituição Federal Brasileira, vol. I.

³³ Afirmação de Diniz.

de estar inserida na Constituição, a Anistia ainda teria que ser regulamentada por lei e isso só viria a acontecer 14 anos depois, em 13 de novembro de 2002, quando foi sancionada a Lei 10559³⁴ que ampara os perseguidos políticos, atingidos por atos de exceção.

Ao longo dos governos democráticos eleitos após a Constituição de 1988, várias emendas e medidas provisórias foram apresentadas visando regulamentar os direitos concedidos com o artigo 8º do ADCT. Dentre elas, está a instalação em 28 de agosto de 2001 da primeira Comissão de Anistia. Em julho de 2002 a Comissão de Anistia – *direcionada a reparar os atos de exceção, incluindo torturas, prisões arbitrárias, demissões e transferências por razões políticas [...]* (ABRÃO; TORRELY: 2011, p. 217) - do Ministério da Justiça começou a julgar os casos dos cabos atingidos pela Portaria 1104 e considerou-a como um ato de exceção *exclusivamente* político, lançando alguma esperança para os ex-militares.

Contudo, segundo M.A.O, um dos entrevistados, atualmente não cabe mais à Comissão de Anistia revisar os processos que lhe são enviados, pois com a edição da Portaria Interministerial 134 de 15 de fevereiro de 2011, foi instituído um Grupo de Trabalho que está responsável por *promover todo e qualquer ato relacionado à execução dessa portaria*³⁵ [Portaria 1104]. Para o entrevistado, o GT está anulando todos os processos que foram deferidos pela Comissão de Anistia, pois

“No meu caso, eles ‘falou’ assim (sic.) ‘oh, eu fui licenciado por tempo de serviço’; isso ‘tá’ lá no finalzinho do meu processo. Mas antes ‘tá’ falando que eu fui, ‘de acordo com a portaria 1104, eu fui

³⁴ A Lei 10559 apresenta duas fases procedimentais: a primeira constitui na reparação. Baseado em documentos e fatos legais apresentados pelo requerente, se confirmados, lhe é concedido o diploma de anistiado político onde o Estado reconhece seus erros perante o cidadão. Já a segunda fase consiste na concessão da reparação econômica. Contudo, segundo Abrão, um anistiado político pode não ser reparado financeiramente por já ter sido beneficiado por legislações anteriores (ABRÃO; TORRELY: 2011, p. 218).

³⁵ A lei está disponível na íntegra em <<http://www.militarpos64.com.br/sitev2/wp-content/uploads/2011/02/Documento12.pdf>>. Acesso em 26/04/2019.

desligado'; só que eles não estão lendo isso não. 1104, 1104, não tem direito; eles não consideraram como ato de exceção mais, por isso que eles estão anulando”³⁶.

Questionado sobre qual justificativa o GT apresenta para tais anulações, o entrevistado é enfático

“Eles não estão justificando [...] O que acontece é o seguinte: é que nós estamos, eu Diniz, Dutra, analisando ... e o que acontece é o seguinte: eles vão anular todo mundo. Os 2500; quem quiser, entra na justiça. Se der bem, se não der, tudo bem. Eles fizeram o papel deles de anular [...]A ideia que se tem é porque: quem fez o pedido pra revisão das portarias, foi a Aeronáutica, e em todos eles, eles tem um atrasado pra receber desde a época que eles foram desligados até hoje; tanto que até hoje eles não pagaram e se você for ver, 2500 pessoas pra pagar - com juros, correção monetária - é um dinheiro muito grande. Então, tem-se a ideia de que [...] Mas isso não justifica [...]Esse dinheiro foi disponibilizado há muitos anos”³⁷.

Enfatizando mais como funciona o GT, M. afirma

“[...] eles não querem pagar e pediram pra revisar a portaria [...] Mas o ministro da justiça que, é assim com a Aeronáutica, aceitou; e aí fez a portaria pra fazer a revisão. Então eles tão fazendo a revisão, vão fazer a revisão de todo mundo, não importa se os caras que tão fazendo a revisão, entende ou não entende de ...da lei de 5 anos, da decadência, essas coisas toda, esse aqui não tem direito não, anula. Tá na 1104, tá anulado. Aí manda ... quem entrar na justiça e ganhar, ganhou”³⁸[...]

Aqueles que tiveram seus processos anulados pelo GT podem entrar na justiça no prazo de 10 dias e pedir a revisão do caso. Contudo, eles continuam anulando os pedidos cabendo ao

³⁶ Trecho da entrevista, realizada pela autora, com o senhor M.A.O., em 07/05/2013.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Idem*.

postulante entrar com mandato de segurança para voltar a receber os provimentos deferidos pelo julgamento da Comissão de Anistia.

Segundo Baggio, o Tribunal de Contas da União (TCU) – responsável por fiscalizar as contas públicas – vem endossando as ações do GT ao pedir que todos os processos de anistia deferidos sejam por ele analisados, pois entendem que essas *indenizações teriam natureza jurídica de pensões*, e por isso, cabe a ele fiscalizar. A autora segue afirmando que o TCU alega que há uma *disparidade nas indenizações* que acaba por reduzir toda a luta dos atingidos pelos atos de exceção apenas à reparação econômica, eximindo o Estado e a sociedade de sua dívida moral e afirmando que quem pagará tais indenizações é o contribuinte, pois *não é o Estado que paga essas indenizações [...] Essa decisão do TCU é a moralização do que está ocorrendo*. Contudo, rebate a autora

[...] como se fosse possível construir novos valores democráticos em sociedade sem uma base de solidariedade e de reconhecimento público de que as dívidas morais de um Estado autoritário também constituem-se como dívidas sociais, cujo enfrentamento e resolução são imprescindíveis ao fortalecimento de um Estado democrático (BAGGIO, 2011: 272-273).

O que fica claro nas palavras acima é que não há um consenso entre as diversas instâncias que formam o Estado brasileiro. Nas palavras do entrevistado

“Só que a questão é que não tem uma justificativa do porque eles estão fazendo isso, não tem um embasamento e aí, os próprios juízes de Brasília, por exemplo - quando você entra com a defesa - eles também não tem um consenso porque que aceita ou não”³⁹.

Já Antônio Fagundes de Oliveira, anistiado em 2003, fala do sentimento daqueles que lutam pela anistia

³⁹ *Idem*.

“[...] Então entrou o Fernando Henrique Cardoso, ele então fez valer a constituição, enxergando esta anistia política global. Aquele que se sentisse prejudicado pela Revolução de 64, que fosse atingido direta ou indiretamente, este tem o direito de recorrer. Isto está escrito, só que nós fomos atingidos diretamente, e não sentimos que fomos agraciados com os nossos direitos de ser anistiados. Portanto, eu estou aqui dando essa entrevista pra senhorita, pra dizer que estamos ainda aborrecidos, embora silenciados através de processos. Nós estamos silenciados, cobrando através de escrita, de demandas contra o nosso governo, mesmo assim os atendimentos estão sendo ínfimos, estão sendo de caráter secundário”⁴⁰.

Podemos inferir sobre alguns pontos levantados pelos entrevistados. O primeiro diz respeito ao desligamento deles após 1964. A maioria deles foi desligada a partir de 1971, mas sob a mesma justificativa daqueles que foram desligados imediatamente após o golpe: apoio à Revolta dos Sargentos. O que podemos concluir é que as Forças Armadas, em nosso caso a Aeronáutica, temendo que resquícios das lutas dos subalternos de 1963 sobrevivessem, ‘limpou’ as fileiras de cabos e soldados - a partir da Portaria 1104 - visando manter intactas a disciplina e a hierarquia outrora rompidas.

O segundo ponto diz respeito à anulação dos processos enviados à Comissão de Anistia. A partir da edição do artigo 8º do ADCT, que diz respeito aos *expedientes oficiais sigilosos*, 2500 processos foram analisados e deferidos, contudo, a partir da criação do Grupo de Trabalho em 2011, todos estão sendo revistos e anulados sem nenhuma justificativa coerente. Dessa forma, nos parece clara a interferência da Força Aérea Brasileira e do Estado em não reconhecer que esses homens foram prejudicados pelo regime de exceção e que têm direito à reparação regulamentada na Constituição de 1988.

⁴⁰ Trecho da entrevista, realizada pela autora, em Belo Horizonte, em 08/05/2013.

O caso dos cabos da Aeronáutica

Como já dissemos, vários podem ser os significados do conceito de anistia: perdão, e/ou reconciliação e esquecimento (amnésia). Vimos também que, ao longo das políticas implementadas pelas discussões acerca dos Direitos Humanos, um novo sentido foi incorporado: o de reparação. E é a partir dessa nova significação que o Estado brasileiro passou a entender – juntamente com as demais dimensões da anistia⁴¹ - que aqueles que foram prejudicados pelo regime imposto a partir de 1964 têm o direito de serem declarados anistiados políticos e ressarcidos pelos prejuízos financeiros causados por demissões, expulsões, etc.

Contudo, vale ressaltar que, assim como os ex-militares do GEUAR que buscam a anistia política, a reparação não pode e não deve ser vista apenas pelo viés financeiro. Nas palavras de Cecília Coimbra,

[...] entendemos que a reparação, enquanto compensação econômica é um direito, mas só tem sentido para a afirmação de algo novo em nossas vidas se for parte integrante de um processo. Processo que, em nosso país, mal foi iniciado. A reparação, portanto, deve incluir, necessária e fundamentalmente, a investigação e o esclarecimento dos fatos violadores, a publicização e responsabilização dos agentes envolvidos nesses fatos, a garantia de atendimento médico-psicológico e de reabilitação física e social aos atingidos, declarações oficiais e decisões judiciais que restaurem os direitos desses mesmos atingidos. Em suma, um pedido público de desculpas por parte do Estado. Sem isto, as compensações econômicas se transformam - e é o que tem acontecido em muitos países que sistematicamente violam os direitos humanos - em um “cala boca”, em especial, para o atingido e para a sociedade como um todo. Ou seja, os governos, em alguns casos, pagam pecuniariamente pelos crimes cometidos por seus agentes e, por isso, não se sentem obrigados a investigar

⁴¹ Fornecimento da verdade e a construção da memória, regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei e reforma das instituições perpetradoras de violações (ABRÃO; TORRELY, 2011, p. 215).

e esclarecer tais violações, a publicizar seus agentes e a assumir publicamente sanções contra eles (COIMBRA, 2008: 21-22).

Apesar de ser apresentada como a palavra de ordem no processo brasileiro de anistia, a reparação não é a principal motivação de luta dos ex-militares entrevistados do GEUAR. Para eles, a luta está associada ao reconhecimento de que eles nada fizeram para serem desligados da Aeronáutica, pois sonhavam em seguir carreira dentro das Forças Armadas⁴².

“Então, a gente estava ali com o objetivo de servir, fazer carreira e fomos atingidos por esse ato de exceção do Ministério da Aeronáutica. Foi um momento muito difícil, né, nós fomos pegos de surpresa. Por que de surpresa? Porque a gente ‘tava ali como militar e a gente não tinha interesse nenhum em política, a gente não sabia o que estava passando politicamente. Não era o nosso objetivo. Nosso objetivo era ser militar, fazer nossa carreira e ninguém falava em política [...] Todos nós, que já tinham mais de 5 anos na FAB, a gente tinha vontade de seguir carreira. Então, nós fomos cerceados daqueles nossos objetivos. Foi muito ruim [...] Então, nosso objetivo na FAB naquela época, era de seguir nossa carreira e defender a pátria. Politicamente, nós não tivemos participação nenhuma no processo”⁴³.

Os movimentos de praças militares já aconteciam antes mesmo do golpe de 1964. O quadro político-social nacional e internacional mobilizou de um lado, civis e a baixa oficialidade a reivindicar seus interesses e, de outro, aqueles contrários a tais projetos, tomavam providências para evitar conflitos que pudessem ameaçar a ordem estabelecida.

Os praças militares lutavam por melhores condições internas e externas. Internamente, buscavam diminuir a exclusão e discriminação perpetrada contra os cabos. Segundo os entrevistados

⁴² Tais inferências serão realizadas ao longo do capítulo.

⁴³ Trecho da entrevista do senhor Júlio César Conceição, atual presidente do GEUAR, realizada pela autora em 02/04/2014, em Belo Horizonte.

do GEUAr, eles não podiam andar a paisana, não podiam casar, o cabelo deveria estar sempre cortado, não podiam votar, pois corriam o risco de ser punidos. Nas palavras de Eustáquio Caravelli

“[...] o que eles queriam não era coisa subversiva: eles queriam que realmente respeitasse um pouco mais o corte de cabelo - que não fosse tão rigoroso como era na época -, uniforme que fosse usado apenas quando entrasse no quartel ou saísse [...] -, o direito de votar e o de casar. Não eram coisas subversivas [...] O direito à cidadania, é verdade [...] Tanto é que nós fomos proibidos de tirar o título de eleitor. Não podia portar o título de eleitor, nem votar”⁴⁴.

Externamente, os praças militares defendiam as reformas de base propostas por Jango, em especial à *necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas* (GOMBATA, 2014), bem como atender às demandas básicas da sociedade: reformas agrária e educacional, melhor distribuição de renda, etc. Segundo Vasconcelos, os praças de todas as forças – Exército, Marinha e Aeronáutica - queriam eles mesmos interferir na política nacional e o uso de revoltas seria o melhor caminho para pressionar em favor das reivindicações (VASCONCELOS, 2010, p. 233). Parucker, corroborando as afirmações acima quanto à condição dos praças militares, afirma:

[...] em que pesem as especificidades de cada um desses segmentos [praças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica], o movimento começava a trabalhar numa faixa comum a todos eles, o que fazia com que, em detrimento de reivindicações estritamente corporativas, ganhasse força exatamente o que eles tivessem de comum, a condição de subalternos discriminados pela instituição e de integrantes das camadas populares expostas aos mecanismos excludentes da estrutura social (PARUCKER, 1992: 95-96).

⁴⁴ Trecho da entrevista do senhor Eustáquio Caravelli, membro do GEUAr, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

Objetivando confirmar a afirmação dos militares do GEUAR de que a Portaria 1104/64 teve cunho político, recorreremos à análise feita por Vanderlei Teixeira de Oliveira, membro titular da Comissão de Anistia, no ano de 2005. Como representante do Ministério da Defesa na Comissão, Vanderlei inicia sua explanação afirmando a importância da representação militar, com conhecimento da legislação que rege as Forças Armadas para que se garanta aos anistiados militares a aplicação correta da legislação a fim de garantir a aplicação das leis de forma justa (OLIVEIRA, 2005).

Oliveira confirma, ao longo de sua explanação, que em 1964 a Aeronáutica contava com um número muito alto de cabos com idade avançada sem perspectiva de carreira devido, segundo ele, à baixa instrução causada pela baixa remuneração recebida pelos mesmos. A partir dessa conclusão feita pelo Ofício Reservado 04, a Aeronáutica baixou a Portaria 1104/64 visando resolver tal ‘problema’, contudo, afirma Oliveira, se tal providência tivesse sido tomada em qualquer outra conjuntura poderia ser considerada normal, mas como a reforma foi realizada após o Golpe de 1964, apresenta motivação política, pois

Os expedientes que transitaram pela Força, naquela ocasião, eram reservados e continham informações que levaram a Comissão a crer que ela fez a reformulação que teria que fazer, mais cedo ou mais tarde, e além disto, aproveitou para se livrar de centenas de “Cabos velhos” que eram considerados problemas, devido à liderança que exerciam ante os soldados e Cabos mais novos (OLIVEIRA, Op, cit).

Após o golpe em 31 de março de 1964, aqueles que tomaram o poder passaram a agir para implementar um Estado que desse conta do projeto de desenvolvimento capitalista e para isso, continuaram o processo de ‘limpeza’ visando retirar do caminho quem se identificasse com as políticas anteriores de João Goulart – considerado o culpado pela desordem e pela comunização do país⁴⁵.

⁴⁵ De acordo com o preâmbulo AI-1, expedido em 9 de abril de 1964, [...] *Os processos constitucionais não funcionaram para destruir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País [...]*.

Como já dissemos anteriormente, os integrantes do GEUAR afirmam que não tinham nenhuma intenção política quando serviram à Aeronáutica em Lagoa Santa. Para eles, a ACAFAB (Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira) - *uma associação no RJ, que era formada por pessoas que tinham tendências esquerdistas [...] não eram todos, era meia dúzia – mas ficou valendo como todos*⁴⁶- foi punida por apoiar, mesmo que indiretamente, a Revolta dos Marinheiros e acabou tendo suas atividades monitoradas por força de lei⁴⁷.

Vários decretos e portarias foram editados para restringir a ação da ACAFAB, mas dois merecem atenção: o primeiro é o Decreto 55.629/65 que afirma que a Associação desenvolveu *atividades nocivas à ordem pública, à disciplina e à segurança do Estado e a fazer campanha subversiva* e por isso suspendeu as atividades da entidade por 6 meses; já o segundo é o Boletim Reservado 21 de 11 de abril de 1965, que atesta sobre as atividades subversivas apuradas em inquéritos policiais-militares contra a ACAFAB.

O parecer final do inquérito definiu:

A ASSOCIAÇÃO DOS CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA, registrada sob esse título, contrariando as Autoridades do Ministério da Aeronáutica, deverá ter seu registro, como pessoa jurídica, cassado [...] uma vez que essa denominação “DE CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA” – envolve o nome da corporação e se presta a explorações políticas. É recomendável que sejam tomadas medidas para prevenir que se organizem OUTRAS entidades, de caráter tendencioso como a ACAFAB e a CASA DOS CABOS DA AERONÁUTICA DE SÃO PAULO, associação de caráter civil organizadas por graduados da Força Aérea Brasileira, que

Para mais detalhes, ver: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 26/04/2019.

⁴⁶ Trecho da entrevista de Gilson dos Santos, membro do GEUAR, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

⁴⁷ A ACAFAB pleiteava direitos políticos e individuais. A Portaria 1103/64 de setembro de 1964 expulsou os cabos integrantes da Associação acusados de participação nos movimentos tidos como esquerdistas.

devem ser mantidas em vigilância para evitar que se degenerem [...]

DETERMINO aos Senhores Comandantes de unidades que procedam ao fechamento sumário e imediato de todas as sucursais da denominada ASSOCIAÇÃO DOS CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA, que porventura, ainda estejam em atividade [...]

A extinção completará a série de medidas adotadas pelas autoridades federais para erradicar do meio social e sobre tudo das classes militares os organismos subversivos.

Impõe-se medida contra a “ASSOCIAÇÃO DOS CABOS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA”, que, valendo-se das garantias constitucionais que asseguram a liberdade de associação de palavra, de imprensa e das demais que caracterizam o regime democrático que vivemos, pretendeu fazer letra morta das disposições que condicionam tais liberdades a licitude das suas finalidades (Ibidem, 181-188). Grifos meus.

Podemos perceber que, como já afirmamos ao longo do presente capítulo, tais medidas visavam prevenir novos movimentos reivindicatórios dentro das FFAA. A ACAFAB, associação que representava os cabos - maioria dentro dos quartéis⁴⁸ - serviu de exemplo para as ‘associações irmãs’. Contudo, como afirma o atual presidente do GEUAR, a Aeronáutica - receosa com os acontecimentos reivindicatórios pré-golpe - puniu todos os cabos da Força Aérea, fato que para ele, fora errado, já que nem todos tinham relação com os movimentos.

“[...] já havia anteriormente um pessoal do Rio de Janeiro que tinha uma associação que chamava ACAFAB e já havia feito alguns protestos numa reunião que teve na Central do Brasil, juntamente com os civis e tal, na época do Brizola e tal, e aquilo foi tomando força lá no Rio de Janeiro⁴⁹! Esses cabos aí, e teve um problema também em Brasília com os sargentos; então o ministro ficou, deve

⁴⁸ Segundo os entrevistados do GEUAR, o efetivo de cabos nas três forças oscilava entre 6 e 7 mil homens nos anos 1960.

⁴⁹ Para Vasconcelos, através desses IPMs a ACAFAB *acaba sendo acusada, além da ligação a Leonel Brizola e da participação na Revolta dos Marinheiros, por prática de atividades subversivas, ilícitas, contrárias ao bem público e à própria segurança nacional* (VASCONCELOS, 2010: 245).

ter ficado assustado com aquilo. O movimento tava crescendo e então, ele achou por bem, invés dele fazer uma punição pontual, que seria aqueles cabos da ACAFAB do Rio de Janeiro que estava naquele movimento e tal, que talvez tivesse um ideal realmente de ser contra aquele regime, mas não, ele pegou o geral [...] Uma arbitrariedade”⁵⁰.

Visando completar o projeto ‘limpeza’ iniciado antes mesmo do 31 de março de 1964, as FFAA objetivavam – como já dissemos – punir os envolvidos em movimentos reivindicatórios, mas também, evitar que novos ‘movimentos’ das classes militares surgissem nas casernas. Assim, antigas normas militares foram modificadas, e, no caso dos cabos da Aeronáutica, tais medidas são mais nítidas quando analisamos as alterações nas formas de engajamento e reengajamento desses militares. Segundo Vasconcelos:

Para promover o sonhado “saneamento” político do país, não bastava eliminar os opositores originados dos embates anteriores ao golpe. Tão importante quanto isto era a criação de meios para que não mais surgissem. No interior da corporação isto era até mais importante, devido à necessidade de suprimir os partidos militares e promover a união da corporação em torno do partido militar. Por este motivo, do mesmo modo como foi feito nos casos dos oficiais intermediários e subalternos, a política repressiva também apresentou um caráter preventivo (VASCONCELOS, 2010, p. 247).

A Portaria 16-GM1 de 14 de janeiro de 1964 foi editada visando rever e alterar as normas de permanência dos praças militares na Aeronáutica, baseada na Portaria 570-GM3 de 1954. Tal Portaria afirma:

1 – Da concessão

1.1 - Os Sargentos, Cabos, Soldados e Taifeiros do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, que completarem o tempo de serviço, poderão obter prorrogação desse tempo mediante requerimento

⁵⁰ Trecho da entrevista do senhor Júlio César Conceição, atual presidente do GEUAR, realizada pela autora em 02/04/2014, em Belo Horizonte.

dirigido à autoridade competente (art. 15 do RCPSAer), 30 (trinta) dias antes de seu término, obedecidas as disposições legais.

1.2 - A prorrogação do tempo de serviço é feita por engajamento ou reengajamento:

1.2.1 - Engajamento – é a prorrogação do tempo inicial, concedida aos Sargentos e Cabos pelo prazo de 3 (três) anos [...]

1.2.2.1 - 1º Reengajamento – de Sargentos, Cabos e Soldados de 1ª Classe, pelo prazo de 3 (três) anos exigindo-se destes soldados estarem em função qualificada ou possuírem curso que os habilite à promoção a Cabo [...]

1.2.2.2 - 2º e posteriores reengajamentos – Sargentos e Cabos, pelo prazo de 3 (três) anos se possuírem curso que lhes assegure promoção à graduação superior [...] (grifos meus)⁵¹

Contudo, somente em outubro de 1964 é que os resultados das revisões propostas pela Portaria 16-GM1 foram encaminhadas ao Ministério da Aeronáutica sob o registro de Ofício Reservado 04⁵². Tal Ofício tratou com especial atenção os praças militares que apresentavam 8 anos ou mais de tempo de serviço, tratando-os então, como ‘problema’.

[...] No exame da permanência de praças no serviço ativo, o Grupo de Trabalho dedicou especial atenção à situação dos cabos com mais de 8 anos de serviço e, em consequência, propõe providências que possam estimulá-los ao ingresso na Escola de Especialistas, mediante uma tolerância de idade a vigorar nos próximos 2(dois) anos [...]

O denominado ‘problema dos cabos’ não decorre do número existente, porque é previsto nos Quadros de Distribuição de Pessoal (QDP), organizados pelo Estado-Maior e aprovados pelo Ministro. Também, nada há de ilegal no fato de haver cabos com muitos anos de serviço [...]

⁵¹ Para a íntegra da Portaria 570-GM3 ver: <<http://www.militarpos64.com.br/wp-content/uploads/2008/09/portaria-nc2ba-570gm3-de-2311954-aprova-as-instrucoes-para-a-permanencia-em-servico-ativo-das-pracas-do-e28093-cpsaer.doc>>. Acesso em: 26/04/2019.

⁵² Duas cópias da íntegra deste documento encontram-se em minhas mãos: a primeira foi obtida a partir de Diniz e a segunda, através do Professor Doutor Cláudio Beserra Vasconcelos.

Quando o número deste tende a aumentar ou quando não há uma renovação contínua desses graduados é que surge as pretensões descabidas⁵³ (grifo meu).

O documento supracitado afirma incentivar os cabos a ingressar na Escola de Especialistas, dizendo sobre os possíveis malefícios de permanecer muito tempo na mesma graduação. Segundo os entrevistados do GEUAr tal modificação impediu que eles alcançassem a estabilidade dentro da Força Aérea, segundo Gilson Santos

“O tempo de serviço, quando nós entramos, era de 25 anos, a gente entrava como soldado e podia sair até como capitão, como algum teve ter saído [...] Então, quando veio essa modificação em 64, modificou tudo: o tempo de serviço passou para 30 anos e houve essa exigência que o Ornelas [entrar para a Escola de Especialistas] lembrou bem aí [...]”⁵⁴.

Para Pauliram Ornelas, fundador do GEUAr, que segundo os colegas e ele próprio, era um grande jogador de futebol, faz um paralelo entre a Portaria 1104 e uma partida de futebol

“A gente fazendo um paralelo aí com o futebol, é como se mudasse a regra no meio do jogo. A regra é tal, mas veio alguém lá e vai mudar; porque eu, quando entrei, eram 25 anos e fez o curso de cabo, e dependendo do seu comportamento, porque a gente procurava se comportar bem, se engajava e estabilizava”⁵⁵.

O advogado do GEUAr, Jackson Viana, afirma que com *deflagração da revolução democrática em 31 de março* o comando da revolução passou a tomar providências quanto à questão militar,

⁵³ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Ofício Reservado 04, p.1-2.

⁵⁴ Trechos da entrevista de Gilson Santos, membro do GEUAr, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

⁵⁵ Trecho da entrevista de Pauliram Ornelas, fundador do GEUAr, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

que depois foram entendidas como *atos de exceção*⁵⁶. O mesmo afirma que todos os integrantes do GEUAR tinham a expectativa de seguir carreira na Aeronáutica – vale ressaltar que, segundo os entrevistados, o interessado poderia servir à Aeronáutica voluntariamente após 8 meses no Exército e prestar concurso para entrar na FAB como soldado de primeira classe – e a partir daí, poderia atingir a estabilidade com 9 anos de serviço⁵⁷.

Para José Murilo de Carvalho não foi somente a Aeronáutica que modificou suas normas com o Golpe de 1964. Segundo o autor,

Medidas tomadas pelos militares vitoriosos em 1964 implementaram reformas organizacionais que retomavam o ideal de Gois de imunizar as Forças Armadas contra as divisões políticas. Além dos expurgos dos opositores, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficiais, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma, de modo a impedir a permanência, por muito tempo, de oficiais na ativa no mesmo posto (CARVALHO, 1999:80).

No artigo 102 da Lei do Serviço Militar de julho de 1946, foi estabelecido

Os cabos que na data da publicação desta Lei estiverem incorporados e contarem 9 (nove) ou mais anos de serviço ativo poderão continuar no serviço ativo, mediante reengajamentos sucessivos, até completarem a idade limite, desde que satisfaçam às condições de robustez física, boa conduta militar e civil, e comprovada capacidade profissional (grifos meus)⁵⁸.

⁵⁶ Vale ressaltar que, o estudo que deu origem ao Ofício Reservado 04 foi realizado antes do Golpe, contudo, a edição da Portaria 1104/64 foi posterior, o que, segundo a Comissão de Anistia, confirma seu caráter político.

⁵⁷ Entrevista de Jackson Viana, advogado do GEUAR, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

⁵⁸ Trecho da Lei do Serviço Militar vigente até o Golpe de 1964.

Para tanto, se analisarmos a íntegra da Portaria 1104/64, em especial o tópico IV, item 15 ‘Fatores relacionados com o problema’ teremos a verdadeira intenção do referido estudo.

[...] até a recente tentativa de muitos em organizarem-se em Associações de caráter civil, para assim pleitearem, mais ao abrigo de sanções disciplinares, os benefícios legais que almejam valendo-se por instinto de políticos. Nesse caso ao mesmo tempo em que pleiteiam favores, ficam sujeitos à exploração de demagogos ou agitadores que pretendem cavar dissensões nas Forças Armadas, com incitamentos diretos ou indiretos à indisciplina, para imobilizarem a ação dos chefes militares ou atrasarem-se, enquanto manobram para a posse do Poder (grifos meus)⁵⁹.

Entendemos que a principal motivação do estudo, foi a preocupação da Força Aérea com os movimentos reivindicatórios apoiados pelos cabos – como a Revolta dos Sargentos e a Rebelião dos Marinheiros – e possível apoio de outros segmentos militares e civis aos ‘movimentos’. Assim, o Ofício Reservado 04 deve ser visto como parte da estratégia militar de minar o ressurgimento de tais movimentos dentro de suas fileiras.

Podemos ainda fazer mais uma inferência com relação à Portaria 1104/64 e aos entrevistados do GEUAR. A referida Portaria apresentou um caráter retroativo, pois atingiu cabos que ingressaram na FAB protegidos pela Portaria 570-GM3 que lhes assegurava a permanência na Aeronáutica quando atingissem 9 anos de serviço. O caso mais emblemático é o do cabo Edy Mendanha de Paula. Mendanha, como é conhecido, ingressou na Aeronáutica em 21 de julho de 1957 e foi obrigado a dar baixa em 10 de janeiro de 1967. Ou seja, Mendanha havia servido 9 anos, 5 meses e 11 dias e, a partir da Portaria 1104/64 foi impedido de seguir na carreira e atingir postos superiores.

A partir dessas afirmações podemos concluir que, ao agir retroativamente, a Portaria 1104/64 apresentou um aspecto

⁵⁹ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. *Estudo*, anexo ao Ofício Reservado 04 p.8.

1585 de março de 1952⁶³. Esta lei foi revogada só a partir de janeiro de 1966, tudo o que dizia respeito a ela deveria ser igualmente revogado, inclusive a Portaria 1104/64, ao menos em tese⁶⁴ (VASCONCELOS, 2010: 253). Como afirma o decreto 57654 que regulamenta a LSM de agosto de 1964

Art. 1º Êste Regulamento estabelece normas e processos para a aplicação da Lei do Serviço Militar, nêle designada pela abreviatura LSM (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965).

Parágrafo único. Caberá a cada Fôrça Armada introduzir as modificações que se fizerem necessárias nos Regulamentos dos órgãos de direção e execução do Serviço Militar, de sua responsabilidade, bem como baixar instruções ou diretrizes com base na LSM e nêste Regulamento, tendo em vista estabelecer os pormenores de execução que lhe forem peculiares.

Não houve edição de novas instruções e, desrespeitando a LSM, que é superior à Portaria 1104/64, e que em tese regulava um decreto já revogado, a portaria continuou a valer depois de janeiro de 1966, até sua anulação em 1982 pela Portaria 1371-GM3.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto no artigo 85, item 11, da Constituição; no Capítulo V do Regulamento para o Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica RCPGAer), aprovado pelo Decreto nº 68.951, de 19 Jul 71, alterado pelos Decretos nº 87.119, de 20 Abr 82 e nº 87.791, de 11 Nov 82; no Capítulo XXI do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM),

1949%02Fdecreto-lei-9500-23-julho-1946-417587-publicacaooriginal-1-pe.html&exec>. Acesso em: 26/04/2019.

⁶³ Alterou dispositivos da Lei do Serviço Militar de 1946. Para a Lei na íntegra, ver: <<http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:lei:1952-03-28;1585&url=http%3A%02F%02Fwww2.camara.gov.br%2Flegin%02Ffed%02Flei%02F1950-1959%02Flei-1585-28-marco-1952-361435-publicacaooriginal-1-pl.html&exec>>. Acesso em: 26/04/2019.

⁶⁴ Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro de 1942 “A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”. Para a íntegra da Lei, ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 26/04/2019.

aprovado pelo Decreto n° 57.654, de 20 Jan 66 e considerando o que consta do Processo M. Aer: n° 04-01/786/82.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as “Instruções para a Permanência de Praças em Serviço Ativo na Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria n° 1.104GM3, de 12 de outubro de 1964 e demais disposições em contrário (grifos meus).

Para os integrantes do GEUAr a Portaria 1104/64 é vista como:

“De acordo com a Constituição, dava estabilidade ao servidor público; porque nós todos entramos na FAB mediante concurso, não parece não, mas era concurso, quando a gente se habilita para o serviço militar [...] como muitos já tinham alcançado a chamada estabilidade do servidor público, de acordo com o estatuto, foram alijados mesmo assim mediante essa portaria que é uma excrescência aí dentro do que se chama legal [...] E ela continuou vigorando até 80, 70 e continuou valendo. E era uma portaria – que foi a decisão de um ministro – e teve força de lei. Ela superou a própria Lei do Serviço Militar”⁶⁵.

Conclusão

Trabalhar com depoimentos não foi tarefa simples. Exigiu, além de teoria e do conhecimento histórico, sensibilidade para perceber como e por que os fatos foram memorados de tais ou quais formas. Entender o papel do pesquisador e deixar as emoções de lado foi, com certeza, a maior dificuldade ao longo deste trabalho. Ouvir histórias, ver lágrimas nos olhos, entender o sofrimento que esses homens passam desde os anos 1970, me fez compreender a importância do trabalho do historiador e a riqueza que é trabalhar com a História Oral. Ouvir, definitivamente, é um privilégio.

⁶⁵ Trecho da entrevista de Gilson Santos, integrante do GEUAr, realizada pela autora no dia 02/04/2014, em Belo Horizonte.

Como vimos, os embates em favor da anistia estiveram presentes desde o início do Regime imposto. A sociedade bradava uma anistia ‘ampla, geral e irrestrita’. Os políticos afirmavam ser esta uma ‘necessidade imperiosa’. Ao ser aprovada em 1979, apesar de considerada ‘parcial e irrestrita’, foi comemorada pelos seus defensores, pois foi através dela que exilados puderam voltar ao país.

[...] a anistia significou fundamentalmente uma retomada no diálogo entre militares golpistas e opositores do regime que haviam sido cassados, banidos, estavam presos ou exilados. Resultou de uma grande transação entre setores moderados de ambos os lados, por iniciativa e sob o controle dos primeiros. Aparece como ponto fundamental na agenda da transição, em suas distintas fases, tanto para os meios civis como para os meios militares (MACHADO, 2006:129).

Entretanto, as limitações da lei não fizeram justiça a todos aqueles que foram afetados pelas arbitrariedades dos governos militares. Desde sua aprovação e o fim do regime em 1985, diversas iniciativas foram tomadas visando ampliar os benefícios concedidos com a lei de 1979. Novas leis e decretos foram promulgados a fim de sanar tais lacunas, contudo, acreditamos que ainda há muito a se fazer e que, portanto, a luta pela anistia é um processo inconcluso.

Com o uso da lei e a pretensa legitimação das modificações feitas, as FFAA reafirmaram seu poder perante as praças militares, bem como apresentaram à sociedade que objetivavam proteger o país da ameaça ‘vermelha’ que afligia a elite civil-militar. Vale ressaltar que era necessário reafirmar o caráter ‘democrático’ de tais medidas, para que o poder fosse assegurado sem utilizar-se da força.

Contudo, a partir da confrontação entre as leis e normas expedidas pela FAB e os depoimentos dos militares do GEUAR percebemos que não houve critério para desligar os cabos da Aeronáutica. Todos foram acusados de apoiar os praças das Revoltas dos Sargentos e Marinheiros e por isso, a partir da edição da Portaria

1104/64 que os tratava como ‘problemas’, todos aqueles que completassem oito anos de serviço ativo, deveriam dar baixa na corporação. Para os integrantes do GEUAR, a Aeronáutica foi injusta, pois, segundo eles, em Lagoa Santa, não se ouvia falar em política. O interesse deles era servir à Pátria e seguir carreira na FAB. Entendemos, então, que tais desligamentos faziam parte de uma política de prevenção impetrada pelas FFAA depois do Golpe de 1964. Intentavam com tais ações impedir novos focos de reivindicação, pois a disciplina e hierarquia – pilares das FFAA – foram quebradas quando dos movimentos dos sargentos e dos marinheiros, sendo necessária a punição aos envolvidos para que aquelas ideias não voltassem a fazer parte do pensamento das praças militares.

A luta dos integrantes do GEUAR, que tem na associação a representação legal requerida pela justiça, é que as leis sejam respeitadas. Como afirmamos nesta conclusão, novas leis e decretos foram aprovados no contexto democrático visando cobrir as lacunas da Lei de Anistia de 1979 e para os militares do GEUAR, hoje, todos anistiados e reintegrados à FAB, ainda há direitos a serem respeitados. É por eles que, segundo as narrativas, as lutas continuam.

Objetivamos neste artigo apresentar que até mesmo dentro das FFAA, responsável pelo controle do Estado durante 21 anos, houve pessoas que foram prejudicadas pelo regime imposto pelos seus pares. Intentamos apresentar uma ‘outra história’ sobre o período. Buscamos responder que a Anistia política foi a forma que esses homens encontraram de ser reintegrados à força que serviram e que mesmo tendo sido prejudicados pela Instituição, só querem que seus direitos, que foram reconhecidos por lei, sejam respeitados. Ou seja, para os membros do GEUAR, a anistia - diferentemente do que significou para opositores ao regime – significa reconhecimento.

Mesmo sendo um trabalho escrito em 2014, entendo a relevância desta temática e do papel da História e das Humanidades para uma sociedade, visto que, cinco anos depois, somos governados

por um presidente que afirma que "o erro da ditadura foi torturar e não matar." e que celebrou os 55 anos do Golpe de 1964. É mister darmos ênfase a histórias como as contadas aqui. Negar e falsear o passado só nos aproxima cada vez mais da barbárie e da certeza de que atos assim poderão acontecer novamente.

Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. *As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça*. In: _ A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 212-249.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. RJ: Editora FGV, 1990.

_____. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1961-1964*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memória, testemunho e superação: história oral da Anistia no Brasil*. História Oral, volume 15, nº2, p.11-31, jul-dez.2012.

ARAÚJO, Maria Paula; FERNANDES, Tânia. *O diálogo da História Oral com a historiografia contemporânea*. In: _ História Oral: Teoria, Educação e Sociedade. VISCARDI, Cláudia; DELGADO, Lucília Neves (orgs.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ARAÚJO, Maria Paula, SANTOS, Myrian Sepúlveda. *História, memória e esquecimento: Implicações Políticas*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, dezembro 2007: 95-111.

ATASSIO, Aline Prado. *A Batalha pela Memória: os Militares e o Golpe de 1964*. 184p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

- BAGGIO, Roberta. *Anistia e reconhecimento: o processo de (des)integração social da transição política brasileira*. In: *A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p.250-277.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Nacional, 2003.
- _____. *Memória e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.
- CÂMARA DA SILVA, Sandro Heverton. *Anistia Política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. *Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro*. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ/Editora FGV, 1999.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- COIMBRA, Cecília Maria. *Reparação e Memória*. Cadernos AEL, vol. 13, nº24/25, 2008.
- CONY, Carlos Heitor. *Revolução dos Caranguejos*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1964.
- COSTA, Esther Itaborahy. *Anistia: a luta dos ex-militares através do GEUAR*. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.
- CUNHA, Paulo Ribeiro. A resistência militar contra o golpe de 1964. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-resistencia-militar-contra-o-golpe-de-1964-4212>>. acesso em: 12/08/2019
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. (Org.) *A volta dos quartéis: a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente: Desafios*. Cultura Vozes: Petrópolis, v 94, n°3, p. 111-124, maio/junho, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. Topoi: Rio de Janeiro, 2002.

MACHADO, Flavia Burlamaqui. *As forças armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2003.

PARUCKER, Paulo Eduardo C. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 1992.

PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org.) *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*. Textos de Ana Gabrecht; Valter Pires Pereira, Uber José de Oliveira. Vitória: Flor&Cultura. Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2005.

OLIVEIRA, Vanderlei Teixeira de. A representação do Ministério da defesa na

Comissão de Anistia. Disponível em: <<http://www.conint.com.br/artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 26/09/2014.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, n.º. 10, 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, n.º. 3, 1989.

RIBEIRO, Denise Felipe. *A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Tramas e traumas: identidades em marcha*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODEGHERO, Carla; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

SALLUM, Brasílio. *Transição Política e crise de Estado*. Revista Lua Nova, n.º 32. CEDEC, 1994.

SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. *História e memória: o caso do Ferrugem*. Revista Brasileira de História, vol 23, n.º46, São Paulo, 2003.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, Claudio Beserra. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Depoimentos colhidos pela autora

- Júlio Cesar Conceição de Oliveira (entrevista realizada pela autora em 02/04/2014, em BH).
- Pauliram Ornelas de Souza (entrevista realizada pela autora em 02/04/2014, em BH).
- Eustáquio Caravelli (entrevista realizada pela autora em 02/04/2014, em BH).
- Gilson Gonçalves dos Santos (entrevista realizada pela autora em 02/04/2014, em BH).
- Fernando Diniz e Silva (entrevista realizada pela autora em 18/08/2013, em Contagem- MG).
- Fernando Dutra (entrevista realizada pela autora em 18/08/2013, em Contagem- MG).
- Antônio Fagundes de Oliveira (entrevista realizada pela autora em 08/05/2013, em BH).
- M.A.O (pediu para que não nome não fosse citado; entrevista realizada em 07/05/2013, em BH).

Remanescentes da comunidade quilombola baú: a história a partir da oralidade

*Ana Cláudia Gonçalves*¹

Introdução

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Alessandro Portelli (1997, p.31).

A pesquisa a ser explorada neste capítulo originou-se da experiência na comunidade quilombola do Baú, localizada no município de Araçuaí, no médio Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. Procurei, a partir da contextualização histórica e social da comunidade, apresentar como suas memórias são criadas, acionadas e mobilizadas no processo de identificação e transmissão das práticas culturais.

Objetivando conhecer os aspectos significativos da vida e da cultura desse grupo étnico e de seus ancestrais, busquei, através de entrevistas, entender como são, quem compõe e como se compõem os remanescentes da comunidade do quilombo do Baú. Para tanto, optei por uma análise qualitativa com observação participante. Os dados foram coletados sob a forma de entrevistas gravadas, registros fotográficos e através do acompanhamento de momentos da vida cotidiana.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Tendo em vista que comunidades étnicas têm suas historicidades majoritariamente constituídas pela oralidade, a constituição da memória é de extrema importância para este trabalho. Sendo assim, a História Oral é a metodologia que melhor se adequa aos preceitos e objetivos da pesquisa. Isto posto, antes de adentrar no campo empírico, abordarei certos aspectos teórico-metodológicos relacionados aos usos da História Oral e da Memória.

Para Alistair Thomsom, a História Oral pode ser

um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da natureza do processo de memória histórica – como as pessoas compreendem seu passado, como vinculam a experiência individual e seu contexto social, como o passado torna-se parte do presente, e como os indivíduos o utilizam para interpretar suas vidas e o mundo à sua volta.(THOMPSON, 2000, p. 52)

Nessa direção, Marieta de Moraes Ferreira salienta a importância das lutas pelos direitos civis na abertura do campo da História Oral, uma vez que procuraram “dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo”, assim, tal metodologia se afirma como “um instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social” (FERREIRA, 1994, p.4). Portanto, os depoimentos de testemunhas que vivenciaram opressões sociais e políticas permitem um maior reconhecimento das identidades, assim como a visibilidade de experiências outrora silenciadas.

Contudo, a inserção da História Oral no círculo acadêmico não teve boa aceitação, como evidenciado por Phillippe Joutard, “a reintrodução da fonte oral na segunda metade do século XX em países de antiga tradição escrita não foi bem recebida pelos historiadores, salvo talvez nos Estados Unidos, precursores nessa matéria” (JOUTARD, 1996, p. 44). Houve, dessa maneira, uma avaliação negativa dos adeptos da História Oral, que, em resposta, empenharam-se em tornar mais explícitos e rigorosos os

pressupostos metodológicos de seus trabalhos, o que possibilitou à metodologia mostrar seu rico potencial no domínio das pesquisas.

Analisando o percurso da História Oral, Alistair Thompson aponta que, nas últimas décadas do século XX, a metodologia teve como umas de suas mudanças mais significativas “o reconhecimento de que a, assim chamada, não confiabilidade da memória pode ser um recurso, em vez de um problema para a interpretação e a reconstrução históricas” (THOMPSON, 2000, p.52). Nessa lógica, ao colocar em cena diferentes narrativas advindas da pluralidade dos relatos orais, tal linha de pesquisa evidencia experiências sociais e identidades até então ignoradas, possibilitando aos depoimentos orais funcionarem como fontes importantes para o esclarecimento de determinados contextos e suas representações. No que tange à introdução da História Oral no Brasil, José Carlos Sebe Bom Meihy aponta que sua utilização se conecta ao contexto da redemocratização, sobretudo devido aos questionamentos que se fazia naquele momento em referência a ditadura civil-militar. Assim, por um lado, os testemunhos da ditadura foram considerados como fontes históricas legítimas, reconhecendo-se a metodologia da História Oral. Contudo, por outro lado, “dois grupos singulares pela importância étnica no Brasil têm sido pouco vistos: os índios e os negros”, dessa forma, segundo Meihy há, “lacunas das atenções da história oral brasileira que não enfrentou ainda os dilemas de sua vocação” (MEIHY, 2000, p. 94).

Nesse sentido, a contribuição do estudo que trago está, sobretudo, em sua inserção no campo da História do tempo presente em uma perspectiva temática pouco explorada entre os historiadores brasileiros, fugindo também da demarcação que tem sido costumeira: os anos da ditadura civil-militar.

Em relação a essa linha historiográfica, outro aspecto a ser destacado envolve a relação entre História e Memória, uma vez que o conceito de Memória vem sendo difundido e revalorizado – o que leva, igualmente, à emergência de críticas e reflexões de vários pesquisadores sobre o termo. Sobre tal, Sabina Loriga salienta que

“é preciso restabelecer a confiança no testemunho e na possibilidade de acreditar no relato histórico” (LORIGA, 2009, p. 18), sem perder de vista o rigor do método historiográfico, isto é, manter o exercício crítico sobre os enunciados.

Portanto, conforme observa Keila Carvalho, “entender a fonte histórica sob o viés da memória, implica, antes de tudo, em considerarmos o contexto em que foi produzida, os atores nela envolvidos, com seus anseios, posicionamentos e intenções” (CARVALHO, 2012, p.216). Nesse sentido, as fontes orais que utilizo nesta pesquisa dispõem das mesmas exigências teóricas e metodológicas contidas nos outros tipos de fontes das quais recorre o historiador. Logo, fontes escritas e orais devem ser pensadas dentro de seus contextos de produção, devendo ser analisadas sob o mesmo rigor. Desse modo, como ressaltado por Alessandro Portelli,

na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que o outro). (PORTELLI, 1997, p. 25)

Minha concepção acerca da relação entre Memória e História perpassa, igualmente, pela perspectiva de “complementaridade”, defendida por Paul Ricoeur (2007), para quem a relação existente entre as duas não deve ser pensada em termos antinômicos, pois a memória se constitui como uma das possibilidades de capturar os processos históricos. Na mesma direção, Pierre Nora salienta que a diferença entre Memória e História está no caráter dinâmico da primeira, sendo suscetível à lembrança e ao esquecimento. A História perpassa por uma análise e um discurso crítico, enquanto “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

Em diálogo com essas reflexões, é fundamental retornarmos às ideias de Maurice Halbwachs que, em 1925, elaborou uma espécie de “sociologia da memória coletiva”. Segundo Halbwachs, a

memória individual se constitui a partir da memória coletiva, uma vez que lembranças são organizadas no interior de um grupo. Assim, para o pesquisador, a memória coletiva

é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém. (HALBWACHS, 1991, p. 2)

Dessa forma, ao fazer a associação entre memória e sociedade, o autor compreendeu que é a partir das interações sociais que os indivíduos se constituem. Mesmo sendo um ato de reconstrução particular, a memória é também o resultado de determinada interação social.

Portanto, a memória, enquanto elemento que se processa do presente para o passado, possibilita compreender as formas que constituem o sentido da identidade que, para os remanescentes das comunidades dos quilombos, abrange um processo que visa romper com as barreiras do silêncio e propiciar um reforço no senso de pertencimento.

No caso da comunidade do *Baú*, verifiquei que esse senso de pertencimento está baseado, sobretudo, nos laços de parentesco. A historicidade em comum do grupo versa sobre os antepassados que foram escravizados e as condições de subserviência que as famílias foram submetidas. Ao abordarem tal assunto, vários depoimentos encerraram-se pelo silêncio, por exporem situações traumáticas que não desejam ser lembradas. No entanto, ao contrário do que poderia se pensar, conforme enfatizado por Michael Pollack (1989), o silenciamento sobre si próprio difere do esquecimento, o que pode ser observado no trecho da entrevista concedida pela moradora da comunidade Mariza Pacheco Chaves de 52 anos: “A gente fica

lembrando é muito triste!”². Outra fala que partilha desse posicionamento é a de Romilda Santos das Neves de 44 anos: “O que eu sempre lembro é de mãe falando da fome que passava [pausa]. Há outras coisas, mas é muito duro de lembrar!”³

O desenrolar das entrevistas, como se pode observar, revelou que essa memória, em parte silenciada, canalizou-se em um sentimento que visa superar os infortúnios e estabelecer o que se considera ser o justo. Isto é, a impossibilidade de trazer à tona todas as lembranças, não anulou a necessidade de denunciar aqueles aos quais se atribui as maiores culpabilidades. Sobre isso, Antônio Cosme das Neves de 43 anos, diz que

contar o sofrimento é triste e constrangedor, mas é nossa história, nós vão falar que aqui que nós passamos regalias? Que nós viveu bem? Nós tamu levantando força da nossa própria raiz, nosso próprio povo. E mentir, mentir não, omitir né, pra quê? Engrandecer aqueles que nos escravizou?!⁴

Esse contexto discursivo, ao enfatizar concomitantemente as tristezas e a busca por justiça, não é apenas um conjunto de narrativas factuais, representando também o sentido de pertencimento ao grupo.

História e Valorização da Memória

Os remanescentes da comunidade quilombola estão organizados por meio da Associação Quilombola *Baú*, reconhecida como utilidade pública municipal pela Lei nº 54 de 11 de julho de 2006 e cuja certificação fora dada pela Fundação Palmares em 25 de junho

² Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Mariza Pacheco Chaves em 20/04/2016.

³ Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Romilda Santos das Neves em 22/04/2016.

⁴ Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 22/04/2016.

de 2008⁵. A comunidade divide-se em dois territórios: a área urbana e a área rural. O território urbano se localiza no bairro Sagrado Coração de Jesus, popularmente conhecido como Pipoca⁶. De acordo com os membros da comunidade, a terra desse local foi adquirida por meio de doação, feita por intermédio do Bispo Dom Crescêncio Rinaldini (Dom Enzo)⁷. Enquanto o território rural se localiza na Fazenda Santana. Vale destacar que não há transporte público para chegar até essa localidade, havendo apenas dois trajetos possíveis até a comunidade. Para fazer todo o percurso com algum tipo de veículo, percorre-se uma distância de 80 km de Araçuaí. O outro trajeto possível faz um percurso de cerca de 20 km, entretanto, só é percorrível através de veículos até Itira, distrito de Araçuaí, sendo preciso, depois, atravessar um rio que, atualmente, só conta com um pequeno barco para fazer a travessia, o que implica em uma caminhada de mais 8,5 km até o local habitado pelos quilombolas.

Voltando-se à divisão da comunidade, ela se iniciou a partir da década de 1980, quando muitas famílias migraram da Fazenda Santana para o bairro Pipoca, migração impulsionada pela busca de melhores condições sociais. Senhor Inácio Pereira dos Santos de 70 anos, morador da comunidade, diz já ter contabilizado mais de 800 pessoas morando na localidade, atualmente (ano de 2016), a ocupação na parte rural conta com 33⁸ famílias. No último

⁵ Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, registro n. 1.056, fl.72, nos termos do Decreto nº. 4.887 e da Portaria Interna da FCP nº. 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f.29. O procedimento administrativo de regularização fundiária para titulação das terras onde a comunidade está instalada no INCRA, sob o número 54170.000070/2009-81.

⁶ Apesar de haver membros da família *Baú* em várias localidades, sobretudo, em um bairro de Araçuaí chamado Mutirão, o reconhecimento da ocupação urbana refere-se ao bairro Pipoca.

⁷ Bispo Emérito de Araçuaí, nasceu em 1925 na Brescia, Itália, onde foi ordenado padre em 1949, e sagrado Bispo em 1982. No Brasil, exerceu suas atividades como Bispo na Diocese de Araçuaí de 1982 a 2001, ano este de seu falecimento.

⁸ Difícilmente é possível encontrar este número total de famílias em suas residências na Fazenda Santana. Durante o trabalho de campo ocorrido em Abril de 2016 foi possível encontrar com onze famílias, as demais estavam ausentes devido a motivos de saúde, uma vez que o único atendimento prestado dentro da comunidade é feito por uma agente de saúde; outro fator se deve ao *interrompimento* do ônibus escolas que buscava as crianças na localidade, o que obrigou algumas

levantamento, tais famílias somaram em torno de 195 pessoas que ocupam 966 hectares. O presidente da Associação, Antônio Cosme das Neves, estipula que todo o território quilombola deve possuir cerca de 60 mil hectares. De acordo com os relatos dos próprios quilombolas, a totalidade territorial que compunha a área foi subdividida em várias fazendas, que contam com cerca de vinte e cinco proprietários, entre eles estão os herdeiros da família Murta e seus *cônjuges*, além dos novos proprietários que compraram de alguns herdeiros porções do território. No entorno das fazendas, além dos remanescentes da comunidade quilombola *Baú*, também habitam os indígenas da etnia Pataxó-Pankararu/Aldeia Cinta Vermelha Jundiba e duas famílias, que após terem trabalhado nas fazendas compraram uma pequena área na localidade.

A comunidade quilombola do *Baú* tem a sua origem versada pelas pessoas do quilombo. Os relatos, transmitidos de geração em geração a partir da oralidade, narram que a comunidade surgiu na região da cidade do Serro, no Alto Jequitinhonha, a cerca de 360 km do território que ocupam. Nessa região do Serro, há um grupo de remanescentes da comunidade de quilombo com o mesmo nome.

Antônio Cosme das Neves, considerado uma das principais lideranças da comunidade, aludiu sobre a historicidade do povoamento no território quilombola. Segundo o depoente, seu tataravô, conhecido por *Antônio Baú*, era africano e escapou de um cativeiro no Serro, refugiando-se na região onde se encontra atualmente a comunidade. Na localidade, *Antônio Baú* teria iniciado a formação do tronco familiar juntamente com uma índia de nome *Generosa*.

Posteriormente, teriam chegado para colonizar a região José Freire de Moura e Inácio Carlos Moreira Murta. Com isto, *Antônio*

famílias a se estalarem provisoriamente em Itira e em Araçuaí para que as crianças não perdessem o ano letivo; e também por ocorrência de um trabalho temporário ofertado na região, fazendo com que os membros da comunidade que estavam nesta atividade chegassem aos seus lares apenas a noite, muito exaustos para darem entrevistas, sobre isto, é importante destacar que um dos principais motivos que fazem as famílias buscarem por estes trabalhos temporários é a falta de água para produção no território.

Baú teria sido novamente escravizado. Ao descrever este contexto, Antônio C. das Neves diz que o ocorrido se passou “no século XIX quando teve uma grande luta aqui juntamente com os negros e os índios contra os fazendeiros poderosos pelo poder da coroa”⁹.

O conflito acima referenciado foi descrito por César Moreno, no livro *A colonização e o povoamento de Baixo Jequitinhonha no século XIX: a guerra contra os índios* (2001), porém, o autor relata apenas a participação indígena. Apesar de não se ter exatidão sobre a participação da comunidade, a árvore genealógica e os marcos antigos presentes no território são fortes indícios de que a narrativa apresentada pelos membros do *Baú* pode ser relacionar ao processo de colonização da região. Nesse sentido, é preciso contextualizar esta historicidade descrita: em síntese, a localidade que constitui o território do município de Araçuaí foi de início expressivamente povoada por indígenas (MAIA, 1936; PEREIRA, 1969). Entretanto, em meados do século XIX, por determinação concebida através da carta régia de 13 de maio de 1808¹⁰, foi travada “a guerra justa” contra os indígenas.

Uma figura importante na história da localidade, que vale ser destacada, é a de José Freire de Moura. Envolvido na Inconfidência Mineira, refugiou-se nas confluências dos rios Araçuaí e Jequitinhonha (MORENO, 2001). De acordo com Leopoldo Pereira, o inconfidente, juntamente com outros desbravadores, fundou um aldeamento denominado *Tocoiós* e se estabeleceu nas terras de seu sogro – o sesmeiro Antônio Pereira dos Santos, senhor de muitos escravos - nas proximidades de Itira, então, conhecida como Barra do Pontal.

Ainda de acordo com Moreno, outro representante que teve grande atuação na guerra feita para invadir as terras indígenas, foi

⁹ Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 18/07/2015.

¹⁰ Deflagrada guerra contra os índios botocudos do rio Doce (que atravessava as capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo) e, além disso, permitia o cativo indígena por dez anos ou enquanto durasse o conflito. Na carta os territórios conquistados foram qualificados como devolutos e como pertencentes aos novos colonos.

Inácio Carlos Moreira Murta, que se casou com a filha de José Freire de Moura, dando origem assim ao tronco da família Murta, que possui grande influência econômica e política na região.

Conforme dito anteriormente, entre as terras que ainda estão sob pertencimento da família Murta, encontra-se a Comunidade do *Baú*. Nesse sentido, devido ao conflito existente pela disputa da terra entre esses dois grupos, é possível observar que ao fazer referência ao contexto em que a família Murta chega à região, o que está em voga é uma disputa entre memórias, que buscam comprovar suas legitimidades no território por meio dos históricos de ocupação.

Ao descrever como o território foi ocupado, pode se observar no trecho da entrevista de Antônio C. das Neves, que o depoente além de invocar a relação com os indígenas e com seus ancestrais também evidência os aspectos relacionados com a estratégia de ocupação:

Olha a sabedoria do nosso bisavô, hoje eu vejo isso, que era um homem muito sábio Antônio Baú. Ele ficou no campo, mas os filhos dele povoou isso aqui tudo, ele foi nos quatro canto e colocou cada um dos filhos, (...) porque se eles ficassem só no campo, ia ficar só o campo pra comunidade quilombola, o que eles tomaram um dia que era território que ele e os índios conhecia, ele pôs o povo. Hoje eu vejo isso aí, isso aí foi tudo tática deles¹¹.

O contexto invocado pelo entrevistado se refere a um período anterior ao processo de colonização da região, por esse viés ele busca não apenas afirmar que seus antepassados foram os primeiros a ocupar o território, mas também legitimar a existência histórica do seu quilombo.

Outra questão que envolve a forma de ocupação do território, diz respeito ao modo como as casas são distribuídas. A organização estrutural das casas na comunidade do *Baú* é feita a partir do agrupamento familiar, isto é, a medida que os filhos se casam, eles

¹¹ Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 18/07/2015.

constroem suas casas ao redor da casa de seus pais, tal organização é denominada pelos *Baús* como *Kijeme*¹². A fala de Antônio C. das Neves exemplifica a forma como o grupo concebe sua habitação no território:

Os que nasceram do meu avô, as casas dos filhos era tudo envolta, chamava-se Kijeme, é o kijeme de Zé Maria Baú, aí tinha a casa dele na chegada e os filhos tudo ao redor, lá no campo ficou três filhos de meu avô Zé Maria, também tudo em volta dele, aí saiu uma grande nação¹³ lá, outra grande nação aqui, de Pai Velho já saiu outra grande nação, de meu padrinho Valentim já saiu outra grande nação aqui em baixo, tudo do mesmo sangue, tudo dentro do mesmo território, mas cada um nas suas pontas¹⁴.

Os parentes descritos por Antônio C. das Neves já faleceram, entretanto, ainda é possível verificar na comunidade tal nucleamento familiar. Deste modo, é possível observar que, na narrativa, busca-se reafirmar que se trata de um espaço que mantém práticas históricas, uma vez que os antepassados são invocados para explicar a formação da comunidade.

Em relação a essa historicidade que se busca estabelecer, no que tange à denominação da comunidade, o nome *Baú* vem da tradição familiar de produzir baús. A produção artesanal se iniciou com *Antônio Baú*, que desenvolveu o ofício durante a velhice como meio de sustendo. Além disso, os baús eram utilizados pelos quilombolas para armazenar e transportar seus alimentos. Sendo assim, foi a partir da difusão dessa produção que propagandearam o nome da comunidade. Daiane Santos das Neves Cordeiro de 23

¹² Os quilombolas não fazem referência sobre a origem da palavra, porém, o termo é utilizado também entre os pataxós e significa casa. Para os quilombolas, o conceito se refere a um conjunto de casas.

¹³ Cabe ressaltar, a intrigante utilização do termo nação como sinônimo de família, entretanto, apenas por meio dos dados colhidos não é possível chegar a uma assertiva sobre as razões que culminaram na utilização do conceito. Porém, ao observar o termo sendo referenciado em outros momentos na comunidade, verifiquei que o intuito da fala é fortalecer a concepção de união e ressaltar a peculiaridade do grupo.

¹⁴ Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 18/07/2015.

anos, secretária de cultura da comunidade, conta ainda que há outra hipótese para o nome, a qual no decurso da fuga do cativeiro do Serro teria se feito refúgio em baixo de duas serras que faziam o formato de um baú. A partir dessas reconstruções de trajetórias, fica evidente no discurso do grupo que a denominação *Baú* agrega aspectos econômicos e culturais de grande relevância histórica para a memória da comunidade.

Práticas culturais e a busca pela reafirmação da identidade

As representações culturais da comunidade do *Baú* são tanto dedicadas à religiosidade, quanto ao entretenimento. Nesse sentido, intentei, igualmente, elencar o que a comunidade descreve como sendo suas práticas culturais, identificando a partir disto, quais aspectos destes elementos permaneceram e quais se modificaram ao longo do tempo, e por quais motivos. Este redirecionamento, partindo das práticas culturais, intenciona apreender a dimensão simbólica da comunidade, pois essa é a forma como “os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, um passado afetivo, mantido pelas representações culturais” (BLUME, 2004, pp. 51-52).

Com base nos relatos dos remanescentes da comunidade do quilombo do *Baú*, foi possível elencar as principais representações culturais, tendo sido recorrentemente citados nas conversas com os quilombolas: o artesanato, o batuque, a religiosidade, as festividades e o encontro da consciência negra. Em seguida farei a descrição de cada um desses componentes, procedimento que possibilitou tanto fazer um resgate histórico do processo formativo cultural, quanto tornar mais explícita a influência que estas práticas exercem sobre a identidade.

Nos últimos anos, muitas das comemorações passaram a cumprir um papel de reafirmar a identidade da comunidade do *Baú*. Já a produção artesanal, é considerada pelo grupo como um bem material, no sentido de ter sido praticada por gerações e ao mesmo

tempo por ter sido parte do cotidiano de trabalho. Só recentemente tal produção passou a ser valorada enquanto produto cultural. A comunidade tem buscado por meio de projetos retomar a produção e agregar valor ao produto como um artesanato quilombola, os principais utensílios que desejam voltar a produzir são as panelas de barro, gamelas, cunhas e colheres de pau. A produção desses utensílios é considerada pela comunidade como uma das expressões da luta pela sobrevivência, uma vez que eram produzidos para fins econômicos.

A senhora Maria Neusa Pacheco Pereira de 58 anos recorda que a produção sempre era feita coletivamente na casa da mulher mais velha do quilombo e ressalta que, para amenizar o cansaço do trabalho árduo, o batuque estava sempre presente. O ressurgimento dessa prática cultural, evidencia a reafirmação da identidade dos moradores do quilombo do *Baú*, que buscam através desses utensílios manter viva e difundida sua história e alcançar visibilidade política e social para seu território. Além disso, medidas que viessem a contribuir de modo rendável para a comunidade possibilitariam não apenas melhorias nas condições de vida, como também viabilizaria que outros membros voltassem para o território.

Batuque

Como se sabe, o batuque chegou ao Brasil por meio dos africanos e se constituiu em danças, cantos e toques de instrumentos, sendo o tambor o instrumento mestre. O batuque, como outras manifestações de matriz africanas, foi suprimido em sucessivos momentos no Brasil. Entretanto, ele chega aos dias atuais como expressão da cultura nacional. Daiane Santos das Neves Cordeiro, atual coordenadora do batuque das crianças na comunidade, conta que a função lhe foi passada por sua tia. De acordo com a depoente, essa função já vem sendo executada há muitas gerações com o intuito de que esse elemento cultural não se acabe.

O ritmo de vida na comunidade do *Baú* foi fortemente marcado pela batida dos tambores. A partir deles, expressam a

história da comunidade, suas lutas, trabalhos e perdas de entes. Os moradores da comunidade contam que o ritual do batuque ocorria todos os dias, representando não apenas um modo de celebrar, mas de suportar o cotidiano que impunha uma alta jornada de trabalho.

Muitas músicas cantadas por eles contêm apenas um refrão, em torno do qual se improvisam novos versos. É preciso ressaltar que, por trás do ritmo contagiante que envolve o batuque, há letras que buscam esboçar críticas e denunciar injustiças. Dessa maneira, o canto abaixo, muito reproduzido pelos quilombolas do *Baú*, pretende, junto a um contexto discursivo, evidenciar o racismo ligando-o às raízes do passado escravista:

*Quando negô apanhou, apanhou, o negô chorou, chorou
Quando os brancos sorria, o negô chorou
Quando negô alforro canhanhã, todo o branco chorou canhanhã*

Desse modo, os quilombolas buscam através da oralidade, trazer músicas que abordem os desafios que foram enfrentados durante a escravidão, a exemplo da relação entre brancos e negros e da proibição do batuque:

*O batuque na cozinha sinhá não quê
Fui batuca queimei meu pé
O pilão bateu, quem chegou?
O café é pouco nós já tomou*

O batuque fornece elementos para reflexão sobre a identidade que almejam evidenciar, verifica-se que a ênfase no passado escravista é o principal elemento que o grupo aborda. Buscando, por meio dele, reforçar o debate que vem sendo promovido desde a década de 30 pelo movimento negro¹⁵, de que uma reparação histórica precisa ser feita devido às desigualdades estabelecidas pelo passado escravocrata.

¹⁵ Destaca-se neste período a Frente Negra Brasileira que foi criada em 1931, a organização utilizou-se do termo quilombo como exemplo de resistência negra contra a opressão.

Nesse sentido, cabe evidenciar dois *cânticos* muito presentes na comunidade, extremamente representativos no que diz respeito ao passado escravista e a luta pelo território:

*No tempo que tinha sinhá, como a sinhá me batia
Eu gritava por Nossa Senhora, como as pancadas doíam
Dá no negro, dá no negro, no negro você não dá, joga bola para
cima, joga bola para baixo, você diz que dá no negro, no negro você
não dá*.*

*Nós somos guerreiros, nós vamos guerrear, essa terra é nossa e
ninguém vai tomar
Samba mais eu, samba mais eu canoeiro, samba mais eu
Essa terra é de Deus e dos homens trabalhar, foi Deus que me deu
e ninguém vai tomar**.*

Como se pode observar, enfatizam a partir da primeira música os sofrimentos decorrentes da escravidão, bem com a comemoração pelo fim dos castigos físicos. Para uma melhor compreensão, é preciso explicar que os dois primeiros versos são cantados sem acompanhamento instrumental, em tom de lamento e, nos dois últimos, entram os instrumentos, quando o tom é modificado, sendo cantado de modo a expressar alegria. Já na segunda música, busca-se trazer a tona o direito à terra, mostrando que o território é o local de moradia e trabalho. Logo, é preciso reconhecer a mensagem que se deseja passar, entre a alegria do verso *samba mais eu canoeiro*, há outro que diz: *essa terra é nossa e ninguém vai tomar*. Sobre isso, destaca-se o conflito existente pela disputa da terra, entre os quilombolas e os fazendeiros.

O batuque simboliza a alegria e a resistência presentes nas memórias, assim como uma forma de dizerem quem são e o que desejam. É nesse sentido que os quilombolas descrevem o batuque como de suma importância para manter a alegria perante aos infortúnios que viveram. Destarte, o batuque se configura como um mecanismo para esquecer a tristeza e as opressões e estimular o riso e a festividade.

Foi possível também observar, a partir dos depoimentos, a presença do batuque em festas consideradas tradicionalmente católicas. Sobre essa forma de cultura transitória, Fredrik Barth que inovou nos estudos sobre etnicidade após a década de 60, trouxe importantes colaborações ao revelar que a estreita relação que uma cultura exerce com outra não representa a anulação ou a soberania de nenhuma delas. O que se constitui, nesses contextos, é uma nova representação cultural, notável por sua peculiaridade.

Religião

Em relação à religiosidade, ao indagar os quilombolas sobre qual a religião que sempre se fez representar na comunidade, de modo divergente, a católica e o candomblé são citadas. Sobre esta divergência, Antônio C. das Neves traz um depoimento relevante para compreender esta dimensão. Para ele e outros membros da comunidade que afirmam ser o candomblé a religião que se praticava, a negação dessa religião por parte de alguns está ligada ao preconceito que os membros mais velhos sofreram, ao serem taxados de modo pejorativo de *macumbeiros*. Antônio relata, ainda, que era predominante na comunidade o aprendizado das rezas ligadas ao candomblé, o ensinamento ocorria todos os dias às 18h:00min. na casa de seu avô *Zé Maria*. Era preciso que houvesse essa frequência nos encontros, pois a reza era repetida oralmente até que fosse decorada.

Os relatos sobre a religiosidade não foram muito aprofundados pela comunidade, provavelmente por ser expressada dentro de um universo muito particular, que não se deseja revelar. Desse modo, as narrativas apenas descrevem que as rezas, sobretudo as feitas pelos mais velhos, os ajudaram a vencerem momentos conflituosos. Muitos dos casos narrados são de parentes já falecidos, entre esses, um nome muito mencionado é o do senhor *Valetim*, conhecido na região por sua forte representatividade perante as práticas de rezas e de curas. Mesmo com algumas

limitações, os quilombolas trouxeram à tona algumas questões, a exemplo das formas como se davam os enterros. Contam que quando alguém falecia, durante o enterro, havia uma festa, com batuque e cantos. A senhora Maria Neusa, atualmente evangélica, diz que o *cântico que ocorria durante o cortejo fúnebre chamava cocofunel*. Outra prática de cunho religioso é a penitência. De acordo com o senhor Nivaldo Pacheco dos Santos de 45 anos, durante a penitência, percorria-se nove quilômetros com uma pedra na cabeça, as pedras eram postas em uma cruz, que ainda se encontra na comunidade. As crianças deveriam levar neste trajeto um litro com água e ramos de folhas verdes. Durante a penitência era feito o seguinte cântico:

*Deus dá água, Deus dá pão, Deus não deixa nós morrer de fome.
Toda vez que ajoelho pra fazer penitência já entrego a minha alma
meu santinho sacramento.*

Diante desse cenário de diferentes representações religiosas, o que almejei destacar nesta breve apresentação sobre a religiosidade fora como as construções das identidades perpassam por questões complexas, isto é, ao se (re)construir identidades nem todos os elementos introduzidos são aceitos. Entretanto, é preciso analisar a questão tendo em vista que se trata de um grupo dinâmico, cujos símbolos são (re)significados constantemente. Portanto, as distintas formas de conceber a religiosidade não se trata de algo que afeta o sentido de união do grupo, pois o pertencimento é resultado de uma gama de experiências que foram e são compartilhadas.

Comemorações

Realizada em 26 de julho, a festa de Nossa Senhora Sant'Ana é uma homenagem à padroeira da Comunidade do *Baú*. Nela, o rei da festa (*senhor João*) e a rainha (*senhora Ana Rita*) erguiam a bandeira da santa para que outro casal a roubasse durante a noite.

Senhora Maria Neusa conta que os que haviam roubado a bandeira chegavam cantando no dia 25 pela manhã: *Ana Rita vem ver sua bandeira chegou, quem roubou sua bandeira tem direito de entregar, quem roubou uma vez tornará a roubar* e outro grupo respondia: *O ladrão da bandeira tem que vir pintado, se não vir pintado volta sapecado*. Após o canto, os grupos começavam a soltar foguetes, a disputa envolvia mostrar quem possuía o maior número de foguetes. Ainda segundo a Senhora Maria Neusa, *Ana Rita* era quem sempre mobilizava a comunidade para esta festa. Entretanto, ela mudou-se para São Paulo em busca de trabalho, com isto, a comemoração teve sua primeira interrupção. Ademais, tal festejo, como todos os outros, com exceção do encontro da consciência negra, também não tem ocorrido em decorrência das sucessivas represálias, ameaças e conflitos. Tal situação tem gerado entre os membros da comunidade certa apreensão diante de condutas de pessoas externas à comunidade, temendo a ocorrência de situações que venham a refletir negativamente na regularização do território. Nos dizeres de Daiane Santos das Neves Cordeiro, o principal receio é de que compareçam pessoas nas festividades “mandadas pelo fazendeiro pra sujar a comunidade, aí daqui a pouco acontece uma briga, alguma coisa, a culpa vai ser da gente que tá promovendo a festa, aí com isso acabo diminuindo, parando de ter”¹⁶.

Já o Presépio e a Folia de Reis se juntavam em uma só grande festividade. O primeiro dia de festa ocorria no dia 24 de dezembro, quando cada casa apresentava seu presépio e as rezas eram feitas. No dia 25 pela manhã, os foliões passavam pelas casas onde eram recebidos com alimentos e bebidas. Em seguida, os moradores deviam prosseguir junto aos foliões. As festividades seguiam até o dia 20 de janeiro, no qual se celebra o dia de São Sebastião. Outra data importante neste período se dava no dia 6 de janeiro, dia de Santo Reis.

¹⁶Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Daiane Santos das Neves Cordeiro em 16/07/2015.

É possível perceber, nos espaços de festividades religiosas, uma construção de teias de reciprocidades, entre os traços oriundos da religião católica e das religiões de matriz africana. Cabe ressaltar a fala da senhora Laurinda Pereira Chaves de 63 anos que, ao descrever a ritualização das festas, enfatiza: “aí que batucava mesmo, tinha aquele tanto de mulher tudo com aqueles saião de chita e batucava mesmo”¹⁷. É, pois, nesse sentido que se deve compreender as festividades e a religiosidade, enquanto expressões que mesclam elementos, sendo práticas paulatinamente estabelecidas, sem, porém, a eliminação de uma cultura em detrimento de outra.

No calendário festivo de junho da comunidade do *Baú*, homenageavam-se três santos, sendo eles: Santo Antônio (13 de junho), São João (24 de junho) e São Pedro (30 de junho). As festividades ocorriam nas vésperas dos dias destinados aos santos, pois no dia em si nenhuma atividade deveria ser feita em demonstração de respeito e devoção. Os preparativos começavam ao raiar do dia anterior com a preparação da comida e das fogueiras – onde as brincadeiras ocorriam –, as casas que abrigavam as festividades eram as que tinham homens com os mesmos nomes dos santos homenageados.

A senhora Laurinda, uma das entusiastas para reviver as cantigas de roda, lembra-se dos versos que eram cantados na fogueira, cujo intuito era acordar duas pessoas que se tornariam comadres. Senhora Laurinda explica que o significado de recitar o verso e pular a fogueira equivalia a batizar o filho da outra pessoa, o que representa um acordo de companheirismo e respeito mútuo. Assim, o seguinte *cântico* era repetido três vezes e pulava-se a fogueira: *São João está dormindo, São Pedro está acordado, São Antônio é testemunha que nós duas hoje vai virar cumadre. Adeus cumadre!*

¹⁷Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Laurinda Pereira Chaves em 21/04/2016.

Além desse, outros cantos de improviso ligados ao batuque também eram cantados, reforçando-se a presença das formas transitórias que marcavam as comemorações. Conforme já dito, essas comemorações não têm ocorrido, o que se deve, além dos problemas já levantados, ao número reduzido de pessoas que se encontram na comunidade, desestimulando-se a mobilização para as festas. Entretanto, almejam retornar com as festividades, processo de retomada que pode ser compreendido como uma busca pelo resgate cultural. No mais, por meio desses espaços, é possível expor as relações conflituosas e ganhar visibilidade política para comunidade.

Entender as relações sociais que se estabelecem requer considerar que se trata de um contexto dinâmico, em que os aspectos culturais e as estratégias se atualizam. Nesse sentido, frente às novas leis que os contemplam, há adaptações de discursos e reivindicação de identidade. Assim, a partir do exercício da memória, apropriam-se de um passado para legitimarem-se no presente.

A memória coletiva envolve uma relação entre repetição e rememoração e a forma como essa é repensada depende de como o grupo está inserido no meio social, pois, na rememoração, lembra-se do passado não exatamente como ele aconteceu, mas conforme as forças sociais do presente estão agindo. É nessa perspectiva que Halbwachs descreve que lembrar é refazer, reconstruir, repensar com imagens e concepções do presente as experiências do passado (HALBWACHS, 1994, p. 55).

Na apreensão do fenômeno das comemorações e dos seus elementos constitutivos, um duplo movimento parece configurar-se, no qual se insere nas questões do presente acontecimentos do passado. Em outras palavras, busca-se através das comemorações demonstrar que os acontecimentos do passado exercem ainda uma função eminentemente simbólica. Dessa forma, a lembrança das comemorações tem a capacidade de evidenciar como o acontecimento, por possuir valor simbólico, pode se reportar para

as perspectivas do presente, de modo a mediar a identidade coletiva do grupo (SILVA, 2002, p. 436).

Encontro da Consciência Negra

O Encontro da Consciência Negra na comunidade do *Baú*, iniciado em 2013, objetiva fortalecer o processo de conscientização e reflexão sobre os direitos quilombolas, bem como sobre a igualdade social e racial. O tema central do I Encontro foi “Direitos e Cultura quilombola”. No II Encontro, elegeu-se como temática norteadora a “Educação quilombola”. Já para o III Encontro, definiu-se que a temática seria “Religião, Batuque e Políticas Públicas”. No IV Encontro, a comunidade apresentou como tema “Religião, Plantas Medicinais e Negros que Revolucionaram o País”. É preciso destacar que o principal apoio dos encontros tem sido dado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, devido à forte articulação que a comunidade tem feito com agentes externos, sobretudo com instituições de ensino superior. Dessa forma, a Universidade tem garantido não apenas recursos financeiros, mas também profissionais qualificados para dialogarem sobre a pauta quilombola.

O primeiro Encontro se realizou a partir de um projeto de extensão da UFMG denominado “Papo que Vale”¹⁸. Desse modo, a partir do interesse em debater as questões políticas e sociais do quilombo, a equipe do projeto e os quilombolas do *Baú* construíram o primeiro encontro da consciência negra da comunidade.

Os temas estabelecidos para os Encontros dialogam com as preocupações políticas da comunidade e com a historicidade que se deseja ressaltar. A este propósito, as comemorações oferecem exemplos pertinentes, uma vez que colocam em jogo objetos de interesse, como as lembranças de fatos considerado pertinentes,

¹⁸ O projeto promove debates públicos que estejam relacionados com as demandas sociais da localidade. Os locais a ocorrerem os debates variam conforme a equipe do projeto define.

a fim de impedir o esquecimento e evidenciar sua importância no presente (SILVA, 2002, p. 436).

Somados aos debates e reflexões, a comunidade do *Baú* promove durante o encontro oficinas relacionadas à valorização da cultura negra e apresentações culturais, que incluem a capoeira e o batuque, buscando com isso enfatizar a história e a memória do quilombo. Outra relevância particular do encontro é que ele tem possibilitado reunir os membros do quilombo do *Baú* que não habitam a comunidade. É sempre mencionado que a saída dos quilombolas da comunidade se deve principalmente pela ausência de meios que gerem recursos financeiros e pelas dificuldades de acesso à educação e à saúde. Entretanto, mesmo os membros ausentes do território mantêm vínculo com ele, participando das festas maiores, das comemorações e desempenhando nelas o seu papel habitual. Assim, procuram, através do encontro, trazer a tona os desafios, fortalecerem-se através da aprendizagem sobre seus direitos e ampliarem suas participações nos debates políticos.

Além da importância das questões locais que foram mencionados, o encontro também se articula dentro de um contexto mais amplo de discussões. Desse modo, cabe ressaltar a importância dos debates feitos pelo movimento negro, uma vez que o dia 20 de novembro é uma data que ganhou relevância nacional a partir da negação feita pela população negra ao 13 de maio. Datas comemorativas carregam em si uma historicidade que se deseja evidenciar, por esse viés, o que o movimento negro almejava era a desmistificação de diferentes aspectos, a exemplo de uma suposta *democracia racial* que teria se estabelecido no Brasil. Nesse sentido, buscou-se por meio de levantamentos históricos não apenas trazer elementos da identificação, mas também reivindicar medidas de reparação.

Portanto, para se compreender os motivos que levaram esse encontro a se estabelecer com tamanha relevância na comunidade, dentro de um espaço de tempo relativamente curto, é necessário ter em mente duas questões: primeiro, a data escolhida está envolta em

um cenário mais amplo de discussões e, segundo, a forma como o encontro ocorre e mobiliza os sujeitos sociais derivam de razões que estão presentes no universo particular da comunidade. Ao buscarem trazer informações e, ao mesmo tempo, debater publicamente suas demandas, esses sujeitos nos levam a considerar que a identidade e as políticas acionadas não representam algo pronto, mas processos que estão sendo construídos, assim como reivindicados nas ações culturais e na dinâmica da vida cotidiana.

Conclusão

A identidade na comunidade do Baú é reforçada por meio dos contos, artesanato, músicas e danças. Assim, tendo em vista que memória e oralidade exercem papéis fundamentais para a prevenção do patrimônio histórico-cultural da comunidade, procurei explorar aspectos que ressaltassem a importância da memória na reconstrução da história e no fortalecimento da identidade. Em relação às memórias do período escravocrata, verifiquei que elas são invocadas tanto para narrar sobre as dificuldades e desafios vivenciados pelos ancestrais do grupo, quanto para explicar as tradições e os problemas vivenciados no presente. Isso fica evidente quando relatam sobre os conflitos que enfrentam na luta em prol da permanência no território quilombola.

A pluralidade envolta na experiência quilombola permite identificar como os vários sujeitos sociais arquitetaram caminhos históricos alternativos, uma vez que ninguém é motivado por interesses universais. Sendo assim, a análise das experiências da comunidade do Baú pode corroborar para ampliar as compreensões relacionadas às constituições sociais.

Portelli afirma que a verdadeira contribuição que a História Oral pode oferecer à comunidade consiste em “fazer com que sua voz seja ouvida, levá-la para fora, em pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que o seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades” (PORTELLI, 1997, p. 31). É, pois,

nesse sentido, que a pesquisa contribuiu para a comunidade, tendo em mente que o desenrolar da análise possibilitou, igualmente, ao grupo reconstruir histórias, conflitos, discriminações e resistências vivenciadas no passado e no presente.

Referências

- BLUME, Roni. Território e Ruralidade: A desmistificação do fim do rural. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- CARVALHO, Keila Auxiliadora. *Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)*. Tese (Doutorado) – História Social, UFF, Rio de Janeiro. 2012.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); MOTTA, Marly Silva da; DIAS, José Luciano de Mattos; ALBERTI, Verena; ABREU, Alzira Alves de; D'ARAÚJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de. *Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990 apud BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. *Fragmentos da la Memoria Colectiva*. Seleção e tradução. Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). Universidad Autónoma Meropolitana-Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. Publicado originalmente em Revista de Cultura Psicológica, Año 1, Número 1, México, UNAM- Facultad de psicología, 1991.
- JOUTARD, Phillippe. “Desafios à história oral do século XX”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- JOUTARD, Philippe. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In:

- FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MAIA, E. S. *Impressões de Viagem de Belmonte a Arassuaí: sul da Bahia e nordeste de Minas*. Taubaté: Cepidus, 1936.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da História Oral Latino-americana: o caso do Brasil. In: ALBERTI, Verena.; FERNANDES, Tania Maria.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento de Baixo Jequitinhonha no século XIX: a guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canos das Letras, 2001.
- NORA, Pierre. Ente Memória e História: A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo(10), dez.1993.
- PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. In: *Projeto História*. São Paulo, nº.14, 1997.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François {et. al.}. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.
- THOMPSON, Alistair. “Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Fontes Orais

Entrevistas concedidas pelos moradores da comunidade quilombola do *Baú*:

CHAVES, Laurinda Pereira. [43 anos]. [Abril de 2016]. Entrevistadora: Ana Cláudia Gonçalves. Araçuaí, Minas Gerais. 21/04/2016.

CHAVES, Mariza Pacheco. [43 anos]. [Abril de 2016]. Entrevistadora: Ana Cláudia Gonçalves. Araçuaí, Minas Gerais. 20/04/2016.

CORDEIRO, Daiane Santos das Neves. [43 anos]. [Julho de 2015]. Entrevistadora: Ana Cláudia Gonçalves. Araçuaí, Minas Gerais. 16/07/2015.

NEVES, Antônio Cosme das. [43 anos]. [Julho de 2015]. Entrevistadora: Ana Cláudia Gonçalves. Araçuaí, Minas Gerais. 18/07/2015.

NEVES, Antônio Cosme das. [43 anos]. [Abril de 2016]. Entrevistadora: Ana Cláudia Gonçalves. Araçuaí, Minas Gerais. 22/04/2016.

NEVES, Romilda Santos das. [43 anos]. [Abril de 2016]. Entrevistadora: Ana Cláudia Gonçalves. Araçuaí, Minas Gerais. 22/04/2016.

Memória e Voz feminina da cidade

*Daniela Garces de Oliveira*¹
*Geneci Guimarães de Oliveira*²

Não basta sentir a chegada dos dias lindos. É necessário proclamar:
'Os dias ficaram lindos'. (Carlos Drummond de Andrade)

Como enuncia o poeta na epígrafe que anuncia a abertura deste texto – que antes de ser texto, foi uma pesquisa – o sentir quando proclamado é revelador. Nesse sentido, a oralidade e a expressão dessa oralidade, através do ato de contar, são elementos fulcrais de um vértice da história oral que buscamos enaltecer neste capítulo. Memória e voz feminina da cidade ancora-se na entrevista de uma mulher³ pertencente à urbe. Em temporalidades diferentes da atualidade, mas pertencentes ao mesmo espaço urbano, propomos neste empreendimento de pesquisa mostrar as muitas faces da urbanidade através do relato dessa mulher. Desse modo, é imprescindível situar o lugar de fala desse feminino. Não só um lugar de fala mostrando os marcadores sociais da diferença, mas também mostrando um estado da arte da urbanidade que escolheu-se para compor o pano de fundo deste estudo.

¹ Doutora em História pelo PPGH/PUCRS. Integra a coordenação do GT de Estudos de Gênero da Anpuh-RS.

² Doutora em História pelo PPGH/PUCRS integra o grupo de pesquisa em História Oral da PUCRS.

³ A entrevista para esse texto também fora utilizada parcialmente na investigação de doutoramento intitulada: A CIDADE DE ITAJAÍ, O PORTO E A EMPRESA G. MIRANDA AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA.: a inter-relação entre eles e o desenvolvimento da região (1970 à atualidade), defendida por Geneci Guimarães de Oliveira, em 2018 na PUCRS.

A cidade que ilustra essa urbanidade é Itajaí, no Estado de Santa Catarina e as mulheres que protagonizam esta história são moradoras e, em maior ou menor grau, assistiram e assistem às múltiplas mudanças na paisagem urbana. E nesse sentido, é importante ressaltar o papel que a história urbana tem nesse contexto das vozes femininas da urbe. A íntima relação dessas mulheres com a cidade de Itajaí nos privilegia no sentido da metamorfose que acomete muitos núcleos urbanos. Aportar em Itajaí é também conhecer essas vozes.

Para isso, dividimos este capítulo em duas partes distintas: a primeira privilegia aspectos teóricos que orbitam entre a história cultural e a história urbana, destacando os principais debates e discursos que foram utilizados para a reformulação das cidades, calcados nos ideais do modernismo. A segunda parte sublinha as imagens cristalizadas dessa cidade – Itajaí – através das narrativas dessas duas mulheres. E é nessas memórias que ao perscrutar a urbe, um mundo de possibilidades descortina-se.

As transformações urbanas sugerem ao historiador elementos que conformam as cidades, não só no seu aspecto econômico, mas nas mutações de sociabilidades advindas dos indivíduos que pensaram a urbe. Todavia, falando-se em modificações, fala-se também em migrações, e, falando-se em migrações, fala-se em ruptura de laços e na criação de outros. Essa dinâmica não foi um privilégio apenas de Itajaí, pois essa experiência fora uma realidade presente em muitas cidades brasileiras que viram no progresso anunciado pela modernidade o refundar da cidade e de seus espaços, manifestando, deste modo, outras vivências.

As cidades passaram a ser o objeto de estudo de muitos pesquisadores que se interessaram em como os processos de urbanização ocorreram. Na esteira da urbanização, as relações que se estabeleceram na urbe, permitem compor trilhas inequívocas da formação de novas relações com o espaço e suas conformações. Conforme observa Amílcar Torrão Filho:

Ao definir o espaço de constituição do capitalismo e da modernidade, Fernand Braudel, em seu clássico *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, não hesita em afirmar a cidade como lócus de construção histórica desta modernidade. As cidades são, para este autor, como transformadores elétricos: elas aumentam as tensões, precipitam as trocas, removem a vida dos homens. São nascidas da mais revolucionária divisão do trabalho: campo de um lado, atividades urbanas do outro. A cidade é cesura, ruptura, destino do mundo. Ao surgir com a escritura ela abre as portas para a história; quando renasce na Europa no Séc. XI a ascensão do continente começa, quando ela floresce na Itália, é o renascimento⁴.

Torrão adverte que tão importante como o conceito de longa duração desenvolvido por Braudel, igualmente o conceito de longa dimensão também pensado por Fernand Braudel, dá conta para analisar a cidade e suas múltiplas dimensões. Sobre isso, Torrão enfatiza que:

A vida da cidade está associada a um espaço de longa dimensão, de onde vêm seus homens, onde estão suas relações comerciais, cidades, vilas, mercados que aceitam os seus pesos e medidas ou suas moedas, ou que falam a sua língua dialetal (s.d.: 560-1). De onde ela imperiosa, imperial e imperativamente tira seu sustento, sua mão de obra, seu exército industrial de reserva, seu poder. No ocidente, capitalismo e cidades, no fundo, são a mesma coisa, afirma o historiador francês (s.d.: 586)

Estudar a cidade é manter uma estreita relação com os enunciados que se desdobram nas conjunturas urbanas. As repercussões das modificações que perpassam os traçados da cidade permitem outras leituras da cena urbana, principalmente no que se refere às mudanças que alteraram os hábitos das diferentes camadas da população. E, sobre isso, Maria Izilda Matos observa:

⁴ TORRÃO FILHO, Amílcar. História Urbana: a configuração de um campo conceitual. **Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**: Dossiê História Urbana: a configuração de um campo conceitual, Campinas, SP, v. 7, n. 10, p. 1-9, jan./ago. 2015.

As cidades constituem-se em territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a cidade fisicamente tangível descortinam-se cidades análogas, invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas, constituindo uma multiplicidade de histórias e memórias, muitas vezes em confronto.⁵

Esses territórios, tecidos de memórias e histórias, podem ser visíveis ou invisíveis, porém nunca destituídos da vida urbana que se descortina ao eleger a cidade como objeto. Nesse sentido, é fulcral assinalar que o estudo das cidades e a experiência de seus habitantes só foi possível através das novas problemáticas estabelecidas pelos historiadores. Nessa via, a história cultural permite trabalhar com os múltiplos cotidianos que emergem das cidades. Conforme corrobora Sandra Jatahy Pesavento:

Nosso ponto de partida se insere no que chamaríamos de história cultural do urbano e que se propõe a estudar a cidade através de suas representações. Entendemos ser esta uma fascinante proposta para o nosso final de século, quando a cidade se coloca, mais do que nunca como desafio, sendo o lugar – por excelência – onde as coisas acontecem.⁶

Sandra Jatahy Pesavento afirma ser a cidade um espaço privilegiado de acontecimentos, mas não só. Pesavento, ao fazer da cidade seu objeto de pesquisa, atenta para as muitas possibilidades que estão inscritas na urbanidade. Uma delas é a linguagem que se estabelece no social, conformando um jogo de forças, de enfrentamentos e de tensões, próprias dos mecanismos de poder engendrados no discurso, que identifica e reúne elementos citadinos. Interessada em averiguar o poder da linguagem no espaço

⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. 450 anos de São Paulo: experiências urbanas. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: O LUGAR DA HISTÓRIA, 17., 2004, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2004, p. 4.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 8.

social, Sandra Pesavento elege a cidade, chamando-a de “espaço real”, no qual, dependendo da linguagem, criam-se determinações e estigmatizações⁷. Todavia, é fundamental, *a priori*, entender como a palavra urbanismo adentrou as ciências humanas e trouxe a verve de interesses investigativos.

Maria Cristina da Silva Leme percorre os caminhos nos quais a história começa a utilizar o termo “urbanismo”, concluindo que há dois enfoques distintos, um utilizado pela engenharia e outro pela arquitetura, assim como as diferenciações que existiram em suas utilizações, igualmente os simbolismos que permearam a palavra são significações egrégias, configurando vertentes intelectuais e profissionais diferentes. Sobre os primeiros entendimentos dos radicais urbe, Leme observa:

No início procuramos distinguir a palavra dos seus significados. Pesquisando nos dicionários portugueses do final do século XVIII as palavras derivadas do radical urbe vemos que estão associadas a cortesia, bons modos dos que vivem na cidade, em oposição a rusticidade e grosseria dos que vivem no campo. No século XIX a palavra vem associada, também, à ideia de civilização. Em 1884, encontramos na palavra urbanidade uma referência à política dos romanos de imprimir a cortesia, os bons termos, os estilos de gente civilizada (Vieira, 1874, p 862). Esta relação estreita entre um modo de vida caracterizado por um comportamento e o espaço físico onde estas novas formas de sociabilidade se desenvolvem ficam mais explícitas quando lemos as explicações do engenheiro catalão Ildefonso Cerdà sobre as origens da palavra urbanização.⁸

Com o cunhar de uma palavra, há as diferentes significações que o espaço urbano atinge, mostrando-se um campo fértil para o historiador que tem na pesquisa das muitas urbanidades o seu objeto.

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, set. 1999.

⁸ LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p. 79.

Ao esmiuçar e historicizar o campo que compreende os estudos das cidades, constatam-se as práticas que são correntes no pensar as cidades. A intervenção urbana serve de baliza para conformar um novo estatuto, amparado na ideologia e na legitimidade jurídica de um novo conhecimento. Como observa Leme:

No Brasil, como nos outros países, o ensino do urbanismo não precede a prática urbanística, mas vem a posterior com claro indício de a legitimar. Constitui-se a partir das experiências de intervenção na cidade que se fazem no terreno da legislação urbanística, do saneamento urbano e dos projetos de abertura e extensão viária. O ensino do urbanismo tem início dentro dos cursos de engenharia e o seu conteúdo reforça o trabalho profissional dos engenheiros arquitetos. Na Escola Politécnica, em São Paulo, aparece como disciplina apenas ao final da década de 20.⁹

A questão urbana¹⁰ é pautada por importantes transformações, porém uma das principais mudanças é que ela começa a atravessar o cotidiano de muitos profissionais. As mais variadas disciplinas são introduzidas para pensar o espaço urbano. Profissionais das engenharias e arquiteturas juntam-se a médicos, sanitaristas e educadores na emergência do tema “cidade”. O planejamento passa a ser uma palavra amplamente aplicada à resolução de problemas e à crítica dos existentes na esfera urbana.

Uma das principais influências no Brasil serão as ideias de Le Corbusier sobre cidade e arquitetura urbana. Maria Cristina Leme cita a conferência desse importante urbanista proferida em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1936, reproduzida na revista Movimento Brasileiro, do qual é citado parcialmente o trecho que concerne à sua análise sobre o urbanismo:

⁹ LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p. 79.

¹⁰ Sobre a cidade e suas questões aponta-se a obra de Barbara Freitag, “Teorias da Cidade”, como um dos muitos textos importantes que abordam o tema “cidade”.

O urbanismo apareceu da necessidade de resolver o problema da cidade. Preocupada com a felicidade ou desgraça do homem eis uma ciência que demonstra ao mesmo tempo a solidariedade projetando uma vontade poderosa para um fim claro, construtor e criador. O urbanismo é questão de aparelhamento. O seu aspecto fundamental não é estético, mas econômico, a beleza virá depois. E a propósito deu o seu conceito de beleza como o estudo da satisfação plena, do contentamento do homem diante da ordem e da harmonia.¹¹

Essas novas perspectivas alardeadas pelo pensamento desses grandes nomes da urbe, contribuíram para a autonomia da arquitetura, que nessa altura desliga-se da engenharia, o que cria uma cisão no pensamento no que concerne ao urbano, um mais direcionado à construção e outro mais envolvido no pensamento dessa modernidade urbana que (re)nascia através das novas edificações.

Outra perspectiva apontada pelos historiadores da urbanidade é a questão das palavras que conformaram o imaginário acerca das cidades. Célia Ferraz Souza analisou o sentido das palavras nas ruas da cidade e sua relação com o poder do Estado. Ela afirma que:

A humanidade sempre procurou marcar os lugares por onde circulou com elementos diferenciados, como construções especiais e até dando-lhes nomes ou apelidos, que serviram de referenciais para si própria. Tornar um ambiente diferente do outro para não se confundir espacialmente é sempre uma imposição para se estabelecer a própria identidade.¹²

Essa demarcação simbólica permitiu que alguns lugares pudessem ser achados, através das referências que deixaram. Os

¹¹ LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p. 90.

¹² SOUZA, Célia Ferraz. O espaço e a sensibilidade dos cidadãos. **Revista Arqtexto**, Porto Alegre, n. 3-4, p. 72- 83, 2003.

vestígios do passado nas cidades também são alusivos dessa preocupação em nominar o espaço urbano, por isso na contemporaneidade é possível conhecê-los e avaliar as modificações que sofreram ao longo da sua história. Os códigos também permitiram às pessoas o sentimento de pertença a um espaço geográfico, portanto os nomes que integram o rol da cidade carregam o efeito simbólico que produzem em seus habitantes.

Dessa forma, não é incomum os órgãos governamentais responsáveis pelas mudanças dos nomes das ruas, alamedas, avenidas, praças e largos alterarem um determinado nome, mas a população não reconhecê-lo como tal, não produzindo um efeito prático imediato. Desse modo, os moradores continuam a usar o nome antigo, oferecendo clara resistência às modificações não discutidas com a população. Conforme Celia de Souza, Luís Fernando Veríssimo denominou Porto Alegre de “Cidade Fictícia”:

[...] um viajante que, chegando à cidade pela primeira vez e munido de um mapa, tenta fazer tudo que lhe foi recomendado. ‘Não deixe de conhecer a Rua da Praia.’ Certo, mas onde fica essa tal Rua da Praia? Se for pela lógica, o nosso hipotético visitante procurará a praia ao longo da qual se corre a mítica rua, ou na qual ela começa e termina. Logo descobrirá que não há nenhuma praia no centro e que a principal rua da cidade se chama ‘dos Andradas’ (e só assim, porque os outros usam o nome antigo) e que ninguém sabe por que era ‘chamada da Praia’.¹³

Pelas razões apontadas por Veríssimo é que a cidade se torna essa imensidão de possibilidades e especificidades. Há, na cidade, uma gama de discursos formulados e que preenchem o cotidiano, que somente os habitantes daquele determinado lugar conhecem. Como refere Duche, “lugar simbólico, onde se marca a história, macrocosmo social, encontro de funções e sinergia de criações, texto

¹³ VERÍSSIMO, Luis Fernando. Cidade fictícia. Zero Hora, Porto Alegre, 19 set. 1991, *apud* SOUZA, Celia Ferraz. O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre práticas populares e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p. 139.

e discurso, a cidade atravessa as ciências humanas e fecunda artes e letras, como questão (o que é a cidade) e como problema (por que a cidade?)”.¹⁴

Por todas as adjetivações usadas por Duche para designar, decifrar e descrever a importância da cidade é que inúmeros cronistas, literatos, filósofos e urbanistas tiveram interesse pelos aglomerados que formaram as cidades. As experiências da vida nas cidades são assim observadas por Maria Salete Kern Machado:

Desde a Antiguidade clássica, a cidade tem sido enfocada a partir de diferentes olhares e representações. A literatura foi uma das primeiras áreas de conhecimento a buscar respostas às questões relativas ao cotidiano dos habitantes urbanos, dando seu testemunho sobre as diferentes perspectivas pelas quais o homem tem avaliado a cidade ao longo da história. Na literatura grega, o personagem Édipo, além de falar sobre a desordem erótica privada na família, representou a doença na cidade. A tragédia de Sófocles mostrava a preocupação do protagonista com o bem-estar dos habitantes de Tebas, assolada pela peste. Em Édipo, em Colono, Sófocles mostra sua preocupação com a cidade, ao fazer com que Édipo morra e seja enterrado em local que abençoe a polis.¹⁵

Essa polifonia urbana vem sendo retratada por inúmeros autores que abordaram a cidade como objeto. A literatura é um exemplo bastante contundente da presença da cidade nos cenários narrativos. Ítalo Calvino, através de um realismo fantástico, incorpora a cidade aos sentidos dos habitantes. Em um exercício de permanência e memória, a cidade revela-se para muitos autores como uma síntese das experiências humanas. Espaço de arquitetura e engenharia, mas também de história, e é da história que se pode contar a trajetória da urbanidade, do interesse pelas cidades e das confluências que ocorrem através das lentes do pesquisador.

¹⁴ DUCHE, 1994, p 10

¹⁵ MACHADO, Maria Salete Kern. O imaginário urbano. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p. 135.

A cidade como artefato, como texto, como frase, como não dito, seja qual a linha que se segue para analisar teoricamente a urbe, ela está inscrita na história que privilegia esse objeto que reúne convergências, divergências e contradições. A materialidade que as cidades oferecem ao pesquisador através da realidade social é um aspecto que deve ser ressaltado, pois são muitas as possibilidades dentro do campo da história urbana. O quebra-cabeça é um emaranhado de justaposições oferecidas pelas múltiplas facetas que envolvem as ruas, os becos, as praças, o mar (em casos de cidades banhadas por ele) e as muitas identidades humanas que circundam a cidade.

A cidade na história, conforme adverte Marcelo Caon¹⁶, já foi vista como o centro da corrupção. Entretanto, a partir do século XV, os paradigmas reformulam-se, dando lugar para a cidade refeita e “projetada”, base de uma utopia, à qual poucas se enquadram. Sobre isso, Caon afirma:

Sobre a cidade projetada a partir do Séc. XIX, o objetivo daqueles que a idealizavam, fossem administradores, construtores, arquitetos, era a capacidade de transformar e organizar o espaço de vida dos seus habitantes, transfigurando em símbolo do desenvolvimento infinito a Europa como modelo a ser adotado. Assim como a construção da identidade urbana da América, o Brasil também se fez a partir do olhar estrangeiro. No espaço urbano, a sua evolução e a sua transformação tomaram como arquétipo o estrangeiro articulando-se em uma ordem permanente para um progresso linear.¹⁷

Esse processo linear, idealizado por alguns, em que a cidade tem sua experiência pautada em um progresso contínuo, coloca diversas problemáticas acerca do progresso levado a cabo em muitas cidades brasileiras. Os espaços citadinos só têm sua especificidade e

¹⁶ CAON, Marcelo. **Cidade e patrimônio**: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil e Argentina – Cidades de Caxias do Sul e La Plata. 2016. 395f. Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 84.

¹⁷ *Ibidem*, p. 56.

sua vitalidade preservados se as mudanças não afetarem os habitantes. No entanto, o urbanismo que se desenvolve nas primeiras décadas do século XX tem cunho sanitário, com acentuado preconceito e “medo da massa.

Esse urbanismo estará diretamente calcado nas intervenções a partir da cidade industrial, evidenciando as mudanças urbanas envoltas na história do trabalho e nos lugares que esse ocupa dentro da lógica da cidade. Outro fator bastante importante para a criação de um modelo urbanístico no século XX serão as denúncias das condições dos habitantes das cidades, aliadas ao perigo social que suscitavam. “O agenciamento do espaço urbano”¹⁸ estava intrinsecamente ligado às condições que pairavam sobre as estruturas urbanas. Conforme Maria Stella Bresciani, os “novos modos de vida e a concepção e a coesão familiar desfeita exigem nova concepção de moradia aliada a de mobilidade urbana e dão lugar à padronização industrial e a tipologias padrão com pretensão a universalidade”, inaugurando a “cidade limpa”. Como observa Bresciani:

Ao estabelecerem estreito vínculo entre doença e sujeira, os relatórios, em particular o de Edwin Chadwick, de 1842, ampliariam de modo dramático as formas de visualizar as cidades. Em seu artigo, Béguin soma à crescente população urbana, em sua maioria relacionada à expansão da manufatura e à industrialização, como também a ampliação sem precedentes da atividade de comércio, à fundamental importância da ocorrência dessas sucessivas vagas de doenças epidêmicas portadoras de alta taxa de mortalidade, e, na sequência, as pesquisas dedicadas a definir seus agentes causadores. Ou seja, para ele, as epidemias e as pesquisas teriam constituído o agente catalisador dos vários elementos já presentes nas cidades e seriam constituintes da ‘questão urbana’.¹⁹

¹⁸ BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**: Dossiê Cidade e Habitação na América Latina, Campinas, SP, v. 6, n. 8, p. 63-94, 2014.

¹⁹ BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**: Dossiê Cidade e Habitação na América Latina, Campinas, SP, v. 6, n. 8, p. 63-94, 2014.

As doenças e epidemias engendraram uma confrontação entre a cidade real e a cidade ideal, e, dentro dessa percepção, os agentes públicos buscaram uma solução imediata para as agruras cotidianas, remodelando e interferindo na conformação das cidades, o que deixou padrões arquitetônicos em última ordem, devido às urgências que permearam o período e que atacavam os fatores sanitários e que constituíam verdadeiros entraves ao “progresso”. As normas para frear as doenças, epidemias, pobreza e desordem nos centros urbanos brasileiros foram a força motriz para impulsionar as mudanças infringidas à vida das cidades.

Contudo, não é possível fazer uma genealogia da história urbana sem levar em consideração as premissas que pautavam a ciência no Brasil de finais de século dezenove e início de vinte, quando são traçadas as primeiras incursões e intervenções urbanas. Esse refundar da cidade, com viés científico, causará muitas modificações nos cenários que este estudo pretende tratar. Sobre isso, Lília Moritz Schwarcz afirma que:

Nas grandes cidades a entrada desse ideário cientificista difuso se faz sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento. Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Reação desmesurada, mas reveladora da violência com que se aplicavam esses projetos de higienização foi a ‘Revolta da Vacina’ (1904). Apesar do acerto da medida e da vacinação obrigatória, a força da mobilização popular indicava o descompasso entre os programas científicos e a compreensão por parte do povo.²⁰

Com efeito, as análises de Schwarcz, por tratarem as questões relativas à raça, não deixam de situar as mudanças urbanas levadas a cabo pela cientificidade do período que importavam modelos e

²⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870/1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p 34.

tentavam adaptar à realidade nacional, impulsionados pelas novas pesquisas em medicina, mas também pelos novos paradigmas de separação e segregação, no qual o louco, o pobre e todos os que estivessem à margem dos ideais perpetrados pela ciência estavam fora dos limites de uma urbanidade sonhada. Com isso, muitos foram extirpados da área de “visão” das cidades, sendo removidos para lugares longínquos, afastados dos olhos da urbe. Com esses esboços de uma cidade reinventada, raras vezes a cultura e os habitantes foram respeitados.

As importações de programas urbanos efetivados em cidades europeias pouco tinham a ver com o contexto histórico no qual o Brasil estava inserido. O que as elites intelectuais procuraram confluir nos espaços urbanos brasileiros fora uma mistura de experiências, o que nem sempre obteve êxito, devido às resistências e aos descompassos entre teoria e prática. Se por um lado a cidade necessitava de ajustes às demandas modernas, por outro lado, a cidade deixará de ser de muitos indivíduos que viram no desabrochar da modernidade o desabrigo.

Maria Stella Bresciani, ao formular as imagens que pairavam sobre as cidades através dos cronistas europeus que relatavam a ferocidade do “monstro urbano”, pontua dois aspectos:

Lembremos que as duas imagens – multidões no trabalho – multidões no espaço público – foram conjugadas as figuras metafóricas do ‘câncer’ e do ‘monstro urbano’, recolhidas, a primeira da noção médica setecentista de ‘patologia urbana’, a segunda, de um amálgama da monstruosidade inerente à força destrutiva instintiva das multidões amotinadas, equiparada, com sinal negativo, a incrível força produtiva das máquinas.²¹

Essas multidões, em seus aspectos mais rudimentares, foram descritas por outros médicos, como exemplifica Maria Stella Bresciani, ao relatar a fala do Dr. Kay, em 1832:

²¹ BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr.1985.

‘O estado das ruas afeta poderosamente a saúde dos habitantes’, afirma o médico, e as exalações nocivas e abundantes nesses lugares seriam a causa da rápida propagação do tifo e de outras doenças contagiosas. Casas sujas, úmidas, com mobiliário precário; seus moradores mal alimentados, mal vestidos, encontram-se destituídos dos confortos da vida e as observações recaem no domínio da moral, se deixam levar ‘pelos apetites animais’. Suas descrições minuciosas expõem casas construídas em terrenos inadequados, abaixo do nível da rua, amontoadas em espaços extremamente insuficientes, os porões habitados, em particular por imigrantes irlandeses em obrigatória e estreita convivência com ladrões.²²

A atmosfera das cidades emanava mau cheiro e ar putrefato, devido às densas fumaças das fábricas, ao convívio em espaços minúsculos com porcos e outros animais, o que confluía em um espaço bastante insalubre para o convívio das pessoas. Os terrenos minúsculos acentuavam a aparência de amontoados humanos. Os relatos que a documentação traz sobre os inúmeros problemas das cidades não são efetivamente novidade, entretanto colaboram para entender as mudanças promovidas por agentes públicos, motivados por graves problemas. A saúde é só um dos elementos que corroboram a urgência que se fazia necessária em termos de higiene e estruturas urbanas.

Doenças como a tísica, a febre tifoide e a tuberculose representavam verdadeiras calamidades, pois anunciavam uma batalha desigual em meio ao caos constituído. Essa conjunção de fatores, conforme afirma Bresciani, dá lugar às mudanças emergenciais:

O tripé pobreza-doenças-perigo social se firma como base sobre a qual se organiza parte substancial das intervenções nas cidades e a preocupação em oferecer casas adequadas à população operária

²² BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Urbana**, Campinas, v. 6, n. 8, p. 63-94, jun. 2014.

encontra ressonância simultânea às iniciativas sanitárias em equipamentos coletivos urbanos. Há, portanto, a correlação indicada por Béguin, entre os programas de implantação de redes de equipamentos urbanos e a submissão dos programas arquitetônicos à infraestrutura instalada e às imposições sanitárias.²³

Os movimentos dos indivíduos obrigam a cidade a reformular-se. Os novos ideais das casas projetadas para abrigarem os habitantes estarão ligados à lógica das casas adaptadas às famílias operárias. Essa nova visão sobre as habitações e o que elas necessitam estará conectada à estrutura para a construção, reforma e implementação das necessidades humanas, o que, em maior ou menor grau, fomentará uma outra atividade econômica. Ao estabelecer um novo código de moradia implementa-se uma nova forma do sujeito relacionar-se com seu espaço.

Ao expor os problemas advindos das moradias precárias, o seu oposto é almejado. O que ficará patente nas discussões entre agentes públicos brasileiros será o modelo de casas com janelas amplas, nas quais o ar possa correr livremente e a insolação tenha um papel fundamental, pois é corrente que o ato da luz solar penetrar a moradia, evita doenças e toda a sorte de males. Para isso, a necessidade de uma infraestrutura ideal urbana com saneamento, água potável e higiene estará relacionada com o poder estrutural ligado a máquinas e tecnologia, e o poder público não acompanhará com a urgência que deveria essas reformulações. Não há investimentos, máquinas e provimentos para todos.

Por isso, a realidade que persiste por algumas décadas é da sujeira, pobreza e precariedade nas principais cidades brasileiras até que as máquinas, em uma equação difícil de medir, modifiquem a estrutura urbana da cidade através de um conhecimento pautado em novos saberes, acerca das ruas e seus habitantes.

²³ BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Urbana**, Campinas, v. 6, n. 8, p. 63-94, jun. 2014.

Há, ainda, nessa perspectiva da precariedade, as questões que se relacionam com a moralidade. Os subúrbios ficaram conhecidos pela sua sujeira, casas abarrotadas, lixo e dejetos espalhados que faziam com que as necessidades de intervenções fossem a única maneira de dissipar o horror que isso causava. Inclusive, no que concerne à vida privada e suas inter-relações, os agentes públicos buscaram intervir, pois a questão moral era um dos argumentos, com poucos limites de privacidade; havia uma natural normalidade em ver e ouvir a vida privada.

Os sentimentos mais animalescos e rudes, segundo os agentes públicos, eram animados pelo modo como as pessoas viviam nas cidades, destituídas de espaços, árvores, jardins, ruas largas e ar puro, o qual também criava poucas condições para a privacidade, prevalecendo, desse modo, a ideia de luxúria e fornicção.

Impressão diametralmente oposta a essa tem Aluísio de Azevedo. Em sua obra “O cortiço”, ele manifesta uma das faces dos cortiços: “Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo”²⁴. A linguagem metafórica de Azevedo mostra-se como sintoma desses lugares em que os indivíduos levavam seus dias e o peso do cotidiano era atenuado pela “leveza” dos olhos do literato, ainda que pontuasse a vasta quantidade de portas e janelas, manifestando a grande população que ali residia.

Sidney Chalhoub, em seu memorável *Cidade Febril, cortiços e epidemias na corte imperial*, narra a demolição de um dos maiores cortiços do Rio de Janeiro, em 1893, o Cabeça de Porco. Segundo Chalhoub, isso fazia parte de uma concepção que não se traduzia em evento isolado, “mas evento no processo sistemático de perseguição desse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo

²⁴ AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 13.

menos a década de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas”.²⁵

O cortiço, morada de muitos negros alforriados, imigrantes e pobres da urbe ataca diretamente os novos modelos de disciplina urbana. Como assevera Ivy Daniela Monteiro Matos:

Além dos imigrantes, dos negros forros, mulatos, descendentes da escravidão, havia também no cortiço moradores escravos que viviam ‘sobre si’, que conseguiam com os seus senhores autorização para viverem longe de suas casas, adquirindo autonomia nas atividades produtivas. Para o escravo, ganhava a possibilidade de levar uma vida semelhante a da população não escrava e organizar seus turnos de trabalho a fim de levantar saldo para a compra de sua alforria. Para o proprietário, eximia-se das despesas com a sobrevivência do negro e lograva maiores lucros explorando o seu trabalho externo.²⁶

Como assevera Matos, os moradores de lugares populosos eram, na sua maioria, a massa trabalhadora, incluindo negros forros e escravos, em uma mesma área habitacional das cidades. Vale recorrer a pesquisas renomadas que trataram dos habitantes das cidades e de seus conglomerados para estabelecer uma medida dos parâmetros usados pelas autoridades civis na redistribuição dos espaços urbanos e no expurgo dos seus moradores. O cortiço figura como um dos grandes núcleos a ser extirpado do coração da cidade. A vista para o cortiço, segundo os pesquisadores, causava aversão. A cena que Chalhoub descreve em seu livro mostra a dimensão dos acontecimentos em torno da expulsão dos moradores dos cortiços:

[...] Mulheres e homens que saíam daqueles quartos ‘estreitos e infectos’ iam às autoridades implorar que ‘os deixassem permanecer ali por 24 horas’. Os apelos foram inúteis, e os

²⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 25.

²⁶ CHALHOUB, 1996, p. 25, *apud* MATOS, Ivy Daniela Monteiro. Azevedo e Chalhoub: o interdito na sociedade do Rio de Janeiro do século XIX, em dois gêneros. **Darandina Revista Eletrônica**, Juiz de Fora, MG, v. 9, n. 2, p. 1-14, fev. 2017.

moradores se empenharam então em salvar suas camas, cadeiras e outros objetos de uso. De acordo com a Gazeta, porém, muitos móveis não foram a tempo retirados e ficaram sob o entulho”. Os trabalhadores de demolição prosseguiram pela madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata. Na manhã seguinte, já não mais existia a célebre estalagem Cabeça de Porco²⁷.

O caso emblemático da demolição dos cortiços, figurado pelo maior e mais famoso dentre eles, o Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro, mostra-se como um dos exemplos dos processos de eugenia que estiveram em cena no Brasil. Com a presença de Barata Ribeiro, o prefeito da época no Rio de Janeiro, engajado nos processos de expurgo e limpeza do centro urbano. A história contada por Sidney Chalhoub prossegue e conta-nos que o prefeito fora benevolente deixando os miseráveis habitantes do Cabeça de Porco ocuparem a encosta do morro, marcando nesse momento, o início dos processos de favelização no Rio de Janeiro. Chalhoub prossegue e vaticina:

A destruição do Cabeça de Porco marcou o início do fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas. Nos dias que se seguiram, o prefeito da capital foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa “aquela sujeira”, ele havia prestado à cidade “serviços inolvidáveis”. Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas²⁸.

Chalhoub acentua a importância que a imprensa tivera nas novas ordenações da urbe, ensejando a reiteração dos discursos de limpeza propagados pelos meios de comunicação do período. A era das favelas, habitações urbanas que fixaram-se nos morros e arredores das cidades, tirando os pobres da zona de visão, dará lugar

²⁷ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 16.

²⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 16.

a cidade mutante a que Lima Barreto refere-se em seu livro *Os Bruzundangas*. Em finais do século XIX e início do século XX ele observa: “[...] de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia”. O espanto do romancista com as modificações não era sem razões, a cidade pulsava, exibindo novas construções em um ritmo diferente daquele até ali experimentado.

Os jornais, almanaques e revistas anunciavam em suas páginas a modernidade que chegara à cidade. Ao folhear um desses periódicos, o indivíduo poderia submergir em loções, elixires, pastas, pomadas, modistas, alfaiates, produtos e ofícios que manifestavam um novo tempo, eis que a modernidade batia às portas da cidade. As transformações urbanas não eram só vistas nas ruas e suas construções, mas também nos novos hábitos dos moradores, indicando que havia nesse momento uma preocupação com os bons modos, a vestimenta elegante que expunha os últimos trajes vistos em Paris. Uma das célebres ordenações de Pereira Passos, outro prefeito conhecido pelas intervenções urbanas no Rio de Janeiro, fora a lista de regras que publicou, estando entre elas: não cuspir no bonde, o comércio de leite onde as vacas eram levadas de porta em porta.²⁹ A cidade mudara, como os hábitos.

No final do século XIX, as principais metrópoles do mundo já contabilizavam grandes populações. Nessa altura, o campo já não atraía e cada vez era menos populoso, estando as cidades como protagonistas da vida social de seus habitantes:

Máquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo. O estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido. Registros

²⁹ SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista USP**, São Paulo, n. 63, p 16-35, set./nov. 2004.

de perdas e de imposições violentas encontram-se nos escritos de homens que se autorrepresentaram contemporâneos de um ato inaugural³⁰.

A dinâmica das cidades, segundo Bresciani, mudara rapidamente. As máquinas, antes só imaginadas, tomaram conta do cotidiano de homens e mulheres e mudaram a cara da cidade, tornando o tempo algo não mais apreendido pela natureza. Enquanto no campo, o tempo é regido pelas tarefas que contam com aspectos locais para a sua contagem, a lógica temporal urbana será regida pelas ordenações do trabalho nos limites da cidade, que na maioria das vezes é fabril. As imposições temporais abrem uma fratura profunda nas questões referentes ao homem e seu entorno, os ditames da vida moderna serão diametralmente opostos das relações que o homem até ali estabelecera com o tempo.

Bresciani vê nesses fenômenos, perdas. O homem gradualmente irá perdendo aspectos da sua vida e de suas ligações com o tempo, com o trabalho e com a natureza em um processo de rupturas. A impessoalidade das relações trabalhistas, já não mais pautada apenas por relações de subsistência, na qual a produção abastecia as suas necessidades e a falta era suprimida pela vizinhança ou por redes de relacionamentos que passavam de pai para filho.

Além desses fatores já mencionados, o trabalho é pautado pelo tempo que é simbolizado pelo relógio e pelas luzes artificiais da fábrica. A produção já não é única, estando a atividade de artesão e artesã reduzida a poucos. A fábrica representa a larga feitura de um produto e a inauguração de um tipo de relação que é o de patrão e empregado. A experiência humana que carregava nas noções do tempo uma forte ligação com a natureza e era cingida pelas relações intimistas, passa a ser controlada pelas novas regras do trabalho e o tempo estará de acordo com esses pressupostos precários

³⁰ BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 37, set. 1984/abr.1985.

instaurados nas primeiras incursões pela urbanidade, que já não era incipiente.

Portanto, a história urbana e todas as suas nuances não podem deixar de pontuar essa primeira modificação, que é a mudança geográfica do homem. O campesino passa a ser urbano, e, portanto, as cidades passam a ser o ambiente das experiências humanas. O homem que tem a sua identidade modificada e está inserido em outros modos de vida, de relacionamentos, de trabalho. A manufatura, o trabalho de suas mãos modifica-se abruptamente com o progresso que aos poucos irá inundando a cidade. Bresciani faz uma viagem sobre as perdas do homem que ocorreram e pontua:

O registro de cada uma dessas perdas se fez presente no decorrer de três séculos, pelo menos, e culmina nos inícios do século XIX, na percepção de que o homem ao sobrepujar-se à natureza havia caído na armadilha de sua própria astúcia. A cidade moderna representa o momento culminante desse longo processo e também o lugar onde acumulam-se homens despojados de parte de sua humanidade; em suma, lugar onde a subordinação da vida a imperativos exteriores ao homem se encontra levada às últimas consequências. Fascínio e medo; a cidade configura o espaço por excelência da transformação, ou seja, do progresso e da história; ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabricadas) de vida³¹.

Com essas perdas enumeradas pela historiadora Maria Stella Bresciani, seguimos o rastro de Irene Ramos, moradora de Itajaí, no século XXI. Como menciona Bresciani, as cidades foram ocupadas por indivíduos que, em maior ou menor grau, estavam experienciando um refundar das relações. Fossem elas relacionadas ao trabalho, fossem elas relacionadas à própria urbanidade que modificava-se rapidamente com novos equipamentos, inovações, inventos, impulsionados por uma sociedade moderna, em que a relação com o tempo acrescia uma velocidade desconexa do que a

³¹ BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 39, set. 1984/abr.1985.

vivenciada no passado. Essa temporalidade que a cidade mergulha costurará a memória dessa mulher em relação à cidade de Itajaí.

Irene Lopes Ramos percebe Itajaí “sem nada”, expressão que repete muitas vezes durante sua fala. Irene enxerga a cidade como pântano e lama. No seu imaginário, a lama das ruas ficaram registradas como algo indelével. Entretanto, ela aporta em Itajaí em meados dos anos quarenta, do século XX, por isso essa memória deve ser relativizada pelas impressões que Irene Ramos já tinha sobre o que era uma cidade.

Irene Lopes Ramos, em julho de 2017, com noventa anos lembra com memória fotográfica o dia em que desembarcou em Itajaí, sublinhando que a memória é sua e não de outras pessoas, por isso a memória tem essa particularidade, a característica individual que lhe é atribuída³². Casada com Osny Ramos, filho mais velho de Antônio Ramos³³ e Maria Macedo Ramos, torna-se uma dona de casa e uma observadora das mudanças que a cidade vai experimentando. Irene Ramos, em seu depoimento recolhido dentro da sua casa em Itajaí, relembra a Itajaí da primeira metade do século XX:

Itajaí não tinha nada, nada! Quando eu me casei, se você quer saber o que era Itajaí, só tinha uma rua de paralelepípedo, em mil novecentos e quarenta e quatro, só tinha essa rua que passa aqui na frente, de paralelepípedo, era a Rua Hercílio Luz. E aqui não tinha comércio quase nenhum, ela sempre se chamou Hercílio Luz. Não tinha a igreja nova, nada! Onde é a APAE, que eu fundei a APAE, era barro e água³⁴.

Irene Ramos já tinha registrado, em sua memória e em seu conceito de urbe, a cidade do Rio de Janeiro, pois era nascida e criada

³² BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³³ Antônio Ramos fora um dos principais nomes da cidade no que se refere a empreendedorismo, fora figura de destaque na sociedade de Itajaí pela diversidade de negócios que atuava. No capítulo que tratará da indústria naval, ele novamente aparecerá como figura importante.

³⁴ RAMOS, Irene Lopes. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garces de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

na capital federal à época. Com isso, Itajaí parecia mesmo um grande pântano com matas a desbravar. No entanto, é importante pontuar que a cidade que Irene vira já tinha a conformação de uma urbe próspera, já com muitas ruas, avenidas e uma porcentagem crescente de edificações, segundo nos contam as outras documentações – como o periodismo e as revistas dos cronistas da época. Entretanto, Irene Ramos não conseguira fugir da configuração de cidade que guardara na memória. Por isso, o Rio de Janeiro e sua urbanidade foram usados de baliza para que Irene analisasse a pequena Itajaí, razões pelas quais a urbe fora descrita como um pântano.

Irene Ramos, ao lembrar-se da cidade que vira pela primeira vez, pontua como se tornara a carioca moradora de Itajaí, mediante o casamento com Osny Ramos e fala da urbanidade de Itajaí guardada na memória:

Quando eu me casei tinha a igreja, a Rua Hercílio Luz e a Rua Blumenau que ia até a balsa e a balsa era de meu sogro. Eu vim e me casei porque eu conheci o meu marido aqui, meu pai era sócio do meu marido e eu vim visitar. Ele estava noivo para casar, ele virou-se para mim e perguntou; ‘- Você quer casar comigo?’ Eu, boba menina, um homem de vinte e tantos anos, eu com dezesseis. Eu disse quero! E se teu pai não deixar, você foge comigo, eu digo fujo! Ele me disse: ‘Eu vou falar com o seu pai’. Você não pode falar com meu pai, me disseram que você é noivo. Ele disse: ‘Eu termino minha filha’³⁵.

Irene Ramos seguirá falando sobre o desenrolar do seu casamento, enfatizando que fora nesse ínterim que Osny falou com seu pai e obtivera o consentimento mediante o término do ginásio de Irene. Os outros anos de estudo foram através de um supletivo do Clássico, já em Itajaí. Ela sublinha que era muito difícil o acesso às letras, pois não se tinha uma educação propagada em Itajaí e a

³⁵ RAMOS, Irene Lopes. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garces de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

faculdade não fizera, pois fora impedida pelo marido, que não via necessidade e achava uma bobagem o estudo para ela. "Para que você quer faculdade"³⁶? Ela relata que ele toda vida deu a ela professores particulares. "Eu falava fluentemente francês e inglês, hoje não falo mais porque não tenho com quem falar, mas quando vou viajar vem tudo imediatamente"³⁷.

Irene Ramos diz habitar a casa em que deu a entrevista para essa investigação desde que o marido morreria; desfez-se da casa em que morara até o fatídico dia da morte do marido, pois a rua em que ela estava instalada modificara-se com o progresso. Segundo ela, na antiga rua que vivera, ficaram umas "casinhas com janelinhas". Irene Ramos mora, na atualidade, na Rua Hercílio Luz, uma das principais ruas do centro da cidade de Itajaí e é a rua que ela inicia seu relato, dizendo ser a única rua de paralelepípedo existente no início do século XX, e, sobre as modificações que a urbe de Itajaí sofrera, ela enfatiza:

Eu vi Itajaí nascer. Quando eu casei não tinha água encanada na Rua Blumenau, só tinha aqui, toda a água era de poço e vinham uns homens na casa da gente com umas varinhas para ver onde tinha água que era para colocar os poços. A minha casa tinha água encanada porque ela era ligada ao rio e aos poços e a água para mim fazer comida e beber, as carroças do meu sogro vinham buscar aqui nessa rua Tijucas, que a mãe dele morava em uma das casas ali, vinha a carroça todos os dias buscar água para que a gente bebesse. Tu calcula uma menina e uma lama assim! Um belo dia eu telefonei para minha mãe e disse: - Mamãe eu quero umas botas! A minha mãe me mandou umas botas de montaria inglesa. Eu disse mãe, a gente falava e custava uma barbaridade para falar no telefone, mas eu disse: - Mãe, eu quero uma bota de borracha! - 'mas me explica para que você quer uma bota de borracha'? Eu expliquei, eu preciso de uma bota de borracha para atravessar da minha casa para a casa da D. Mariquinha! Era lama, só lama,

³⁶ *Ibidem.*

³⁷ RAMOS, Irene Lopes. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garces de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

depois veio a guerra, não tinha quase táxi, era carroça. Eu adorava tudo porque era uma vida que eu não tinha conhecido.

Nesse momento, pergunta-se a ela sobre as outras experiências citadinas que havia tido, ao que ela responde que até o momento de chegar a Itajaí, tivera uma vida urbana, pois nascera e crescera no Rio de Janeiro, que, àquela altura, ainda era a capital da república. O que não é difícil supor que a vida de uma cidade do interior, sem a infraestrutura conhecida por Irene, tenha causado surpresa e, logo depois, conforme ela afirmara, furor. As novidades da vida de interior ensinaram o conhecimento de outros ofícios, como os ligados à atividade naval, conforme ela frisara. Ela, durante seu depoimento, também contou sobre a conexão entre os negociantes de Itajaí e do Rio de Janeiro, ampliando os horizontes da entrevista acerca das muitas trocas econômicas e culturais que ocorreram durante a primeira metade do século XX, já que seu pai era um dos empreendedores do Rio de Janeiro que fazia negócios com a família Ramos em Itajaí. Sobre seu pai, Irene Ramos conta:

Meu pai era muito pobre, vendia amendoim torrãozinho e tornou-se um dos maiores importadores e exportadores do Brasil. Meu sogro e meu pai foram empreendedores. Os filhos herdaram, os Ramos não fizeram nada, mas continuaram. Tem o mérito de ter continuado. Meu sogro nunca viajou, um homem pobre de rico, ele conhecia São Paulo, Rio, Curitiba, eu tenho impressão que nem Porto Alegre o seu Tônico não conheceu. Ele só trabalhou. Agora os filhos dele, nenhum deles fez nada. Se você me perguntar o que o Abílio Ramos fez, o que o Osny Ramos fez, o que o Cesar Ramos fez, o Hélio, nada! O Hélio e o César eram do banco, ficaram com a parte do banco, o Osny com o pai, o Abílio com a navegação. Nenhum deles fez nada³⁸.

Depois de contextualizar um pouco sobre as fortunas e os feitos do sogro Antônio Ramos, Irene Ramos volta à questão da

³⁸ RAMOS, Irene Lopes. *A cidade, o porto e as empresas em Itajaí*: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garces de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

cidade e isso será a tônica desse depoimento. Conseguiu-se ir percebendo as conexões dessa família com a cidade e a máxima de Irene era sempre essa: “Aqui não tinha nada”.

Aqui onde é a Colombo, era a telefônica, tinha a casa dos Malburg, onde é o Santander hoje, ali é a Casa Malburg, que era da família mais importante e ali todo mundo acabou na miséria. Ali todos os Malburg era os Malburgs, quando se falava era os Malburgs, enchia-se a boca³⁹.

Irene muda abruptamente de assunto para adentrar no estatuto do seu casamento e nas atividades que o marido admitia que fizesse, demonstrando, desse modo, uma aceitação tranquila daquilo que lhe fora estabelecido pelos laços do matrimônio do período:

O Osny não me deixava trabalhar, eu fui trabalhar na vila, na igreja e cuidar dos excepcionais. Eu comecei a trabalhar e consegui porque eu tinha prestígio na sociedade, aí eu disse: - Seu Tônico, eu quero tirar a igreja dos excepcionais da vila, eu quero fundar a APAE aqui em Itajaí, aí ele me deu aquele terreno, a APAE está ali e ali nós começamos. Quando eu fundei a APAE, a APAE funcionava na minha casa, depois eu construí aquilo ali⁴⁰.

Irene Ramos, na citação acima, mostra-nos como as normas dos casamentos e das estruturas sociais funcionavam na perspectiva patriarcal, um tema caro que não abordaremos nesse ensaio, pois necessita de aprofundamento e de uma perspectiva oposta a que fora proposta no início desse capítulo. Todavia, não se pode deixar de mencionar, pois demonstra as relações de poder que estavam em causa naquela sociedade. Mas, o recorte que mais impressionou fora seu olhar para a cidade e à questão urbana. Como a história de Itajaí é atravessada por muitas intempéries, perguntamos a Irene como era o abastecimento das casas na primeira metade do século XX em Itajaí, antes do progresso do porto:

³⁹ *Ibidem.*

⁴⁰ *Ibidem.*

O que era trivial você tinha em Itajaí, o que não era você iria comprar em Blumenau. Você ia a médico em Blumenau, você ia ao dentista em Blumenau. Tudo, tudo era Blumenau. Roupas eu comprava no Rio. Tinha tecidos e costureiras para fazer. Moda também era Florianópolis, os cronistas sociais também principiaram em Florianópolis, depois com os tempos veio para Itajaí. Tudo que a gente ia fazer, a gente fazia em Blumenau, mas a sociedade era Florianópolis. As filhas da gente debutaram em Florianópolis. Aqui existia o Guarani, depois apareceu o bloco dos vinte, que eram os rapazes solteiros, depois o seu Ramos fundou um clube para negros ao lado da torrefação de café, o meu marido deu para eles, eles arrumaram e os negros dançavam ali, a casa se chamava Sebastião Reis, que era um negro que existia em Itajaí. O meu sogro também fez um clube para gente pobre na Rua Blumenau, existe até hoje. É uma sociedade, até hoje ela está lá. Os mais pobres não poderiam frequentar o Guarani, Guarani era só a elite. Aqui tinha o Guarani e o bloco dos Vinte, mas o Bloco dos Vinte nunca teve uma sede, foi sempre alugado, nunca teve sede⁴¹.

A questão que Dona Irene Lopes Ramos suscitara fora bem importante para entender a logística da elite itajaiense, conseqüentemente da classe dirigente que detinha os recursos financeiros e, por conseguinte, detinha também poder. Ao explorar outras praças, a elite também se diferencia, adquirindo produtos que denotam o signo da distinção. E sobre como eram essas locomoções, Irene Ramos nos dá uma perspectiva do que eram as dificuldades em termos de estradas, mostrando um país ainda bastante carente das estruturas básicas que conformam na atualidade o modal rodoviário.

Estrada não tinha, era tudo lama. Não tinha avião, nós íamos tomar o avião em Florianópolis, depois é que veio o aeroporto para cá. Aqui não tinha navio de passageiro. Não tinha esse *ferry boat*. Você pegava a barra do rio, pegava a balsa que era do meu sogro, era uma balsa de madeira, quando eu casei era assim, aí terra,

⁴¹ *Ibidem*.

terra, terra, terra até chegar em São Paulo. Minha filha tinha uns hotéis, a gente dormia nesses hotéis, em Registro. Eu fiz isso muitos anos, querida. Mesmo de carro a gente parava em Registro, tamanho era o cansaço⁴².

Ao falar da sua vida privada, Irene Ramos mostra um fragmento das estruturas urbanas no Brasil. Com efeito, não raro, o pouco que tinha de progresso na urbe era destruído pelos efeitos da natureza, como foi, por alguns períodos, o caso de Itajaí, e, dessa forma, não se deixou de perguntar os impactos que as enchentes tiveram na cidade de Itajaí e no cotidiano dos moradores, e sobre isso, Irene Ramos afirma:

Uma coisa horrível, minha filha. A primeira enchente que vi em Itajaí, eu fiquei apavorada, a minha casa não enchia, ela foi construída num terreno mais alto, a Blumenau enchia e a minha casa não enchia. Horrível, vocês não queiram saber o que era. A enchente de agora foi uma maravilha, primeira enchente de Itajaí, eu nunca pensei que fosse ver uma coisa dessas. Blumenau era atingido antes e aí a água descia⁴³.

Irene Ramos não relata, como outros relataram, que houve uma ampla campanha de reconstrução da cidade. Para ela, isso não ocorreu. “Não, os moradores estavam tratando das suas reconstruções, o negócio da reconstrução era de governo mesmo. As pessoas ajudavam, uma dava cimento, outra dava isso, outra dava aquilo, mas cada um tratando das suas casas que também estavam cheias”⁴⁴.

Outra questão que é bastante compartilhada na história da urbe de Itajaí são as festas populares, inclusive alguns autores partilham do pensamento de uma invenção de identidades tardias para a representação de Itajaí na atualidade, e isso pode ser

⁴² RAMOS, Irene Lopes. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garcês de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

entendido como uma invenção e reinvenção de tradições. Pontua-se, sobretudo, a marejada, na conversa com Irene Ramos e ela afirma:

A Marejada é moderninha, moderninha. A lembrança que eu tenho da marejada é a lembrança que você tem. A marejada deve ter vinte anos, se tiver. A primeira marejada a APAE foi trabalhar, com a lama até aqui. As barracas já trabalhavam em prol da APAE. Agora já não tem mais nada, está tudo fechado. Ela era uma festa de rua quando nasceu, agora está em local fechado. Naquela época, quando iniciou, as instituições de caridade aproveitavam para ganhar dinheiro. Mas a estrutura era que as barracas enchiam de água. Eu não perder meu tempo falando daquilo com você, porque aquilo é de agora. A vocês interessa o que aconteceu quando eu vim para cá. Mas também tinham as festas em que alta sociedade era chamada para ser patronesse, aí nós éramos patronesses, dava umas joias para as meninas que debutavam. Aqui no Guarani, hoje, não tem mais baile de debutante, só Blumenau⁴⁵.

Irene Lopes Ramos encaminha o final da sua fala dizendo:

Aqui não tinha nada, não tinha nem os negros, não tinha vila operária. Não existia nenhuma dessas casas que vocês vêm aqui, nem Colombo, nem nada. Tinha a Casa Balinho que vendia uns sapatos muito bonitos, era a casa que tinha as coisas para as gentes bonitas. Se você queria um sapato tinha que ir a Curitiba, mas só podia fazer isso quem tinha dinheiro. Eu tinha sorte que a minha mãe mandava as coisas pra mim. Mas também existia um grande contrabando em Itajaí, nós tínhamos tudo o que era de fora, através dos contrabandistas. Os navios que chegavam aqui vendiam as coisas para a gente, bebidas. Papai comprou meu enxoval todo na ilha da madeira, não era uma coisa que todo mundo fazia, mas papai fez pra mim. Vocês imaginem Itajaí sem nada disso que vocês estão vendo. Nada. Tinha o seu Balinho As casas eram todas construções antigas. Não tinha nada quando eu vim pra cá, nem as comidas boas, os vinhos bons. Tanto que no casamento das minhas filhas, eu fui a Curitiba comprar os patês

⁴⁵ RAMOS, Irene Lopes. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garcês de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

franceses, isso em 1967, nesse tempo eu tive que buscar as coisas em Curitiba. Quando eu me casei, tinha dias que eu chorava, eu queria um sorvete, não tinha, isso aqui era uma tristeza minha filha. Eu estranhei muito. Eu fui ter dezessete anos quando eu fui ver rua de Lama. Eu fui conhecer carro de mola aqui, porque só tinham dois táxis, era guerra e não tinha gasolina⁴⁶.

Na citação acima, Irene mais uma vez diz que em Itajaí não tinha nada, não tinha nem negros, o que é perfeitamente questionável para as pesquisadoras, pois sabemos que os negros foram a grande força de trabalho dessas elites. Irene Lopes Ramos também mostra outras faces das moças das elites – o conhecimento sobre o que era do domínio privado, sem, no entanto, ter que fazer os trabalhos domésticos, pois, como ela afirmara diversas vezes, havia em sua casa serviçais, normalmente “pretas velhas”, como ela designara as mulheres que cuidaram da sua casa e das suas filhas. Ela, também, dissera veementemente da falta de recursos para a execução dos trabalhos domésticos e dá exemplos simbólicos do que era lavar uma roupa branca e o trabalho árduo que poderia ser juntar cinzas para despejar nas roupas brancas e depois lavá-las com água quente. Como ela descreve a seguir:

Quando eu vim para cá não tinha gás, era fogão a lenha, enorme! Minha casa tinha uma cozinha atrás. Eu só consegui viver porque meu marido me deu empregada a vida toda, eu não fazia nada. A empregada já estava contratada quando eu fiquei noiva, ela já estava trabalhando para meu marido essa preta velha que criou as minhas filhas. Ela me esperou, a D. Mariquinha encomendou ela, ela ficou trabalhando com a D. Mariquinha, ela administrou minha casa, tanto que as minhas filhas chamavam ela de mãe, até hoje elas chamam de mãe Nina. Ela ficou com a gente até se aposentar, nós demos uma casa para ela, naquele tempo não existia aposentadoria, nós demos a casa e a outra preta da D. Mariquinha, se chamava Joaquina. Eu nunca fiz nada, no princípio eu tinha três empregadas, a lavadeira, a cozinheira e a arrumadeira e dormiam na minha casa. Eu não conhecia aquilo, como é que eu iria tirar

⁴⁶ *Ibidem.*

água de um poço e naquele tempo era com a manivela. A minha sogra e meu sogro quando o Osny me pediu em casamento começaram a pensar em tudo, eles me deram tudo, para que eu não pudesse falar⁴⁷.

Essas passagens do depoimento de Dona Irene Lopes Ramos, demonstram as estruturas de poder e como a as elites estavam colocadas no cenário urbano. Embora, com muita precariedade no que concerne à estrutura básica dos serviços da cidade, essas elites dispunham de mão-de-obra dos mais pobres para fazerem aquilo que julgavam um trabalho impróprio para a classe. Nesse sentido, o depoimento de Irene Lopes Ramos é revelador de um sistema e de uma estrutura que privilegiara as elites desde sua gênese. Detentores dos meios de produção, designaram e ditaram as normas e as condições de trabalho de muitos. Mas não só, reformularam muitas paisagens, abriram novos empreendimentos, desbravaram matas e modificaram o cenário urbanístico. Como em toda história, há um mundo de contradições e de interpretações no que tange a essa breve relação de uma mulher com seu espaço na urbe.

Referências:

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAUDEL, Fernand. As cidades. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 439-514. v. I.

⁴⁷ RAMOS, Irene Lopes. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garcês de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**: Dossiê Cidade e Habitação na América Latina, Campinas, SP, v. 6, n. 8, p. 63-94, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Urbana**, Campinas, v. 6, n. 8, p. 63-94, jun. 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr.1985.

CAON, Marcelo. **Cidade e patrimônio**: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil e Argentina – Cidades de Caxias do Sul e La Plata. 2016. 395f. Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p. 79.

MARTINS, Anna Carolina Cristofolini. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garcês de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, set. 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do Século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RAMOS, Irene Lopes. **A cidade, o porto e as empresas em Itajaí**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadoras: Geneci Guimarães de Oliveira e Daniela Garcês de Oliveira. Itajaí, SC, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870/1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A peregrina no caminho de Santiago de Compostela: suas memórias e suas experiências

*Flavia de Brito Panazzolo*¹

Introdução

O presente trabalho vislumbrou a possibilidade em contribuir através da narrativa e metodologia da história oral, trazer para o estudo da antropologia as memórias e experiências de uma peregrina no caminho de Santiago de Compostela. Esta produção é direcionada para quem deseja conhecer este importante Caminho milenar, e que desde 1985 é patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO².

A relevância aqui apresentada traz a valorização da memória, da religiosidade no âmbito católico ou não, as relações pessoais, e a forma de observar o mundo, dando prioridade para a natureza e para “eu” interior.

Pode-se dizer que a memória é a parte mais importante da narrativa, pois através dela a peregrina busca lembranças que foram importantes e que fizeram algum sentido no momento em que estava no caminho.

Em várias áreas de conhecimento, tem-se discutido muito a necessidade de resgatar e guardar a memória de indivíduos ativos

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS. Mestra em Ciências Sociais, PUCRS; Bacharel em Turismo PUCRS, Porto Alegre- RS, Brasil. Bolsista PROSUC/CAPES; Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8819645761578946> , E-mail: flavia.panazzolo@acad.pucrs.br.

² UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, foi criada em 16 novembro de 1945, após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de garantir a paz.

na sociedade, analisando as experiências e memórias que eles transmitem, pois, como sabemos, o nosso tempo hoje se torna passado muito rápido, e precisamos guardar estas memórias para que no futuro tenhamos conhecimento do hoje.

Este trabalho tem como objetivo discutir como o uso do método da história oral pode contribuir para analisar a percepção das experiências individuais dos peregrinos que fazem o Caminho de Santiago de Compostela, aplicada em cinco objetos: - introdução teórica sobre história oral, - método etnográfico para estudar a história oral, - a relação da história oral e memória, - a peregrinação a Santiago de Compostela, um breve relato histórico e por fim, - o relato da peregrina e suas memórias e experiências.

Esta pesquisa apresentada foi realizada pela própria autora, que é Doutoranda das Ciências Sociais e que participa do grupo de estudos e pesquisa - Laboratório de Pesquisa em História Oral do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e tem como intuito utilizar a metodologia para registrar as experiências e vivências das mais diversas pessoas que percorreram o Caminho de Santiago de Compostela na Espanha.

Introdução teórica sobre história oral

Antes do conhecimento da escrita, era comum o ser humano passar para gerações futuras seus conhecimentos através da oralidade, pois através da memória auditiva e visual, a sabedoria era transmitida. Por gerações, as sociedades foram construídas, e a oralidade possibilitou que esses conhecimentos fossem sendo aprimorados, até o momento em que a escrita surgiu. Mesmo assim, muitas eram as pessoas que não tinham conhecimento da escrita e por isso utilizaram a oralidade para contar e narrar suas histórias.

A preocupação em registrar acontecimentos, em gravar as memórias de pessoas importantes e até mesmo de pessoas menos visadas na sociedade, fez com que alguns autores se preocupassem

em registrar esses fatos. Fatos que ao longo de anos foram tendo importância para a sociedade, e, com isso, precisavam de registros escritos, como uma forma de perpetuar a história no tempo.

Conforme Alessandro Portelli “a história oral é história dos eventos, história da memória da interpretação dos eventos através da memória”. (Portelli, 2016, p.18). Então, a memória deve ser guardada e registrada, pois ao recordar e relatar, damos um novo sentido a elas, e como estão sempre em mudança, é necessário registrar os novos olhares destas lembranças.

Chegamos à segunda metade do século XIX, em que se faz necessária uma produção da memória coletiva, envolvendo toda a nação. Mais precisamente no norte da Itália, com a segunda revolução industrial, que irá vivenciar uma progressiva perda nas práticas culturais e sociais. Essa situação fará nascer um desejo de conservação das tradições, a busca pelo folclore e a criação de várias instituições privadas, como a Sociedade Italiana de Antropologia, Etnografia e Psicologia Comparada (SIAEPC), que conduzia as pesquisas sobre as condições de vidas, as manifestações religiosas e credências populares.

Já na França, até 1880, a História não era uma disciplina real, pois era dominada pela Literatura e Filosofia. Com o começo da III República, nos anos 1870, a História na sociedade francesa assumiu o controle na produção da memória coletiva no país, tornando-se uma história que possuía um método de estudos de textos, a prática em decifrar documentos e que mantinha uma distância em relação aos problemas atuais. Nessa época, a História deveria ser de conhecimento erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados (Noiriel, 1998).

A explicação na França se deve ao fato de que a história do presente não exigia uma farta cultura clássica, nem conhecimentos eruditos do método histórico. O conhecimento pela história do presente seria pelo meio da ação política. Alguns historiadores franceses tentaram integrar a história recente no campo da ciência

histórica, como foi o caso de Henri Hauser, que buscou aplicar as regras do método histórico, com um sucesso reduzido, e diziam que a história contemporânea tornou-se uma história sem objeto, sem estatuto e sem definição. (Ferreira, 2000, p.4).

A revista *Annales* foi fundada em 1929, e com ela veio a transformação no campo da História que passou a questionar a história política, atribuindo-lhe inúmeros defeitos – era uma história elitista, individualista e subjetiva. Este novo grupo defendia uma história econômica e social, voltada às estruturas duráveis e reais.

Nos Estados Unidos, em 1948, a Columbia University criou um programa para documentar o passado das grandes elites. As primeiras entrevistas foram realizadas com pessoas importantes e, nesta época, as entrevistas eram regravadas umas sobre as outras em fitas magnéticas, apagando as que estavam embaixo. A primeira geração de historiadores estava interessada em coletar lembranças não escritas dessas pessoas importantes, para um uso futuro. A segunda geração começou por volta de 1960, com a criação do gravador em fita, que visava coletar entrevistas de pessoas importantes como também dar voz aos analfabetos e marginalizados. Na década de 1970, a terceira geração nos Estados Unidos buscou documentar e promover a coesão da comunidade e diversidade étnica.

Nessa mesma época, década de 1970, a história oral começou a ser utilizada no Brasil, com a criação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea no Brasil – CPDOC, que tinha como foco a elite política no país, crescendo muito mais após 1990. A metodologia da história oral aos poucos foi tomando seu lugar em Associações e Universidades, com a criação de revistas, eventos, congressos e muitos artigos e entrevistas. Em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral, que possuía membros de todas as partes do país.

Esta metodologia visa entrevistar pessoas que possuam um testemunho sobre os acontecimentos estudados: modos de vidas,

greves, passeatas, massacres e de uma história contemporânea. A ideia da história oral é dar voz às pessoas menos interessantes na sociedade, criando espaços para que estas pessoas se sintam úteis, e que possam contribuir para a sua memória individual e também da sociedade.

Método etnográfico para estudar a história oral

O trabalho apresentado pertence ao estudo das Ciências Sociais, mais precisamente à área da Antropologia. Este estudo utiliza a metodologia da história oral para analisar as experiências dentro de um mesmo contexto, os vários significados que os peregrinos dão às suas narrativas ao falar sobre o Caminho de Santiago e suas vivências.

O foco da entrevista não é buscar a verdade sobre um determinado assunto – peregrinação- mas a maneira que a peregrina narra a sua experiência, valorizando a sua subjetividade e objetividade.

A Antropologia desenvolveu a etnografia como um sistema de pesquisa para estudar a sociedade com um olhar na cultura. Para os profissionais da Antropologia, a etnografia tem dois sentidos:

[...] (1) = conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social;

(2) = um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas.
(André, 1998, p. 27)

As técnicas informadas seriam: trabalho de campo, observação, análise de documentos e claro, a história oral. Observando estas técnicas, percebemos que o historiador que utiliza a história oral como metodologia, se assemelha muito com a etnografia:

O etnógrafo encontra-se, assim, diante de diferentes formas de interpretações da vida, formas de compreensão do senso comum, significados variados atribuídos pelos participantes às suas experiências, e vivências e tenta mostrar esses significados múltiplos ao leitor. (André,1998, p.20)

Ao utilizar o método da história oral em uma entrevista, podemos analisá-la, interpretá-la, para que ela possa ser utilizada como fonte. A entrevista, para ser melhor estudada, deverá ser transcrita em forma de texto e posteriormente ser utilizada nas pesquisas como uma fonte, além de escrita, também oral (gravada).

O pesquisador não pode achar que apenas a entrevista já é a fonte. É apenas um dos caminhos a se percorrer, entre muitos outros como Thompson (1992, p.254) observa:

- a capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles;
- interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles;
- e principalmente, disposição para ficar calado e escutar.

Ao buscarmos um entrevistado, devemos ter a preparação básica, por meio de leituras sobre a pessoa e o tema desejado. A importância do testemunho servirá como algo a mais, de corroborar e preencher as lacunas com os detalhes que muitas vezes não são informados em fontes escritas.

Para que uma entrevista seja bem sucedida, pode-se realizar o primeiro contato para obter mais dados, novos documentos e futuramente uma entrevista que possa servir como o apoio para a pesquisa.

Durante a realização da entrevista, além do gravador, é necessário ter sempre um caderno de anotações, onde serão anotadas as posturas, reações e impressões dos entrevistados.

Se possível, sempre trazer elementos que ajudem na memória do entrevistado, como fotografias, jornais, revistas, possibilitando que estes fatos facilitem o desenvolvimento da memória.

Ao utilizar a etnografia para este estudo, observamos uma tendência tanto da Antropologia quanto da História em relatar as impressões, as vivências, aprendizados e expectativas dos entrevistados com os quais o pesquisador se depara. Ao dar voz ao antropólogo, é necessário que este tenha um distanciamento crítico em relação ao entrevistado, para que o sentimento do entrevistador não interfira na sua análise, possibilitando assim reflexões acerca do entrevistado.

Um dos precursores da etnografia participante foi Bronislaw Malinowski que no ano de 1922 publicou um estudo sobre os povos nativos na Nova Guiné Melanésia. Neste estudo, Malinowski apresenta a observação participante para distinguir “que um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica”. (Malinowski, 1978, p.18)

Tanto na etnografia como na história oral, o observador / pesquisador é forçado a desempenhar um papel condizente com seu lugar na pesquisa e na estrutura social do grupo. Se possível, estar em contato com o objeto de estudo para ter um maior entendimento, pesquisar o entrevistado, preparar um roteiro de perguntas, possuir uma linguagem parecida com o entrevistado, e tentar não interferir na entrevista para não induzir nas repostas.

A metodologia etnográfica/ história oral, servirá neste trabalho, dar voz à peregrina que percorreu o Caminho de Santiago, possibilitando conhecer através dos relatos, lugares menos explorados como o nosso interior, a natureza, a convivência com pessoas que nunca imaginamos ter contato e também tentar perceber o nosso significado no mundo.

Ao permitir que a peregrina entrevistada falasse sobre a sua experiência, buscamos trazer do fundo da sua memória as suas experiências mais marcantes, como também aquelas que foram esquecidas pelo tempo. Para Pierre Nora (1978) a palavra memória

é vaga e ambígua. Para Nora “a memória coletiva é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado” (Nora, 1978, p. 451).

Para a realização deste capítulo, utilizamos as memórias visuais – vídeos, fotografias – da peregrina, como uma maneira de trazer para o momento as suas recordações e seus esquecimentos. Utilizamos das ferramentas do antropólogo – olhar, ouvir e contar – para dar sentido à narrativa de nossa peregrina através dos fatos observados, e assim dar voz as suas memórias.

História oral e memória

Trabalhar com a história oral nos permite produzir narrativas orais que produzem memória. Poder recordar a própria vida e as experiências, é fundamental para nosso sentimento de identidade como as transformações do ciclo da vida, a organização dos pensamentos, a elaboração das tristezas e até mesmo das suas alegrias.

A história oral permite que o entrevistado possa utilizar das suas memórias para se descrever, para demonstrar ao entrevistador como ele acha que os outros o enxergam. Com a metodologia, não iremos provar a verdade absoluta, apenas iremos acrescentar estes dados/ recordações para que o trabalhado possa ser explicado.

O pesquisador não irá descrever o que se passou apenas com a história oral, mas fará uma produção discursiva. A memória não é confiável, pois há uma seleção no que é guardado, os principais fatos estarão em lugares de fácil acesso, e outros serão lembrados após o contato com a memória coletiva. A memória possui uma seletividade, e Maurice Halbwachs informa que há um processo de “negociação” entre memória coletiva e a individual:

"Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não

tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.” (Halbwachs, 1968,p.12)

Não há dúvida de que os indivíduos diferem entre si na maneira de lembrar, pois existem as recordações e os esquecimentos. Muitas pessoas possuem uma memória fotográfica, como é o caso das crianças até 11 anos. Nos adultos, esta capacidade é menor por causa do raciocínio “lógico”, que após os 30 anos, a memória começa a diminuir, de modo que é mais difícil reter um conjunto de numerais complexos. Mas por outro lado, a pessoa tem a capacidade de armazenar mais memórias, e a memória recente muitas vezes é a mais atingida num processo de decadência. (Thompson, 1992, p.156)

Mas ao utilizar a memória fotográfica nas entrevistas, conseguimos com que os entrevistados formulem melhor a sua história, pois como já foi confirmado, a memória visual possibilita a construção de um novo olhar sobre o que se quer saber, traz à tona um novo recordar, recordações de fatos que precisam ser conservados.

Portanto, a história oral propõe registrar vivências, lembranças e propagar impressões sobre um determinado tema repleto de informações que somente com a oralidade podemos identificar. Esta metodologia tem sido muito útil tanto para a historiografia quanto para a Antropologia nos dias atuais, facilitando as nossas pesquisas e análises.

A Peregrinação a Santiago de Compostela – Um Breve Resgate Histórico

O santuário de Santiago de Compostela localiza-se na Galícia, norte da Península Ibérica/ Espanha, e foi construído após a descoberta dos restos mortais/ relíquias do apóstolo Tiago. A data da construção não é exata, mas conforme alguns documentos, sua

construção começou no século IX. Hoje, Santiago de Compostela e sua catedral, são patrimônios da humanidade desde 1993.

A peregrinação a Santiago de Compostela é um dos caminhos mais antigos e intrigantes, permanecendo por séculos como uma rota religiosa, atraindo peregrinos de vários lugares do mundo para a veneração das relíquias do Apóstolo Tiago. Hoje possui adeptos de várias religiões e seitas esotéricas, sendo predominantes os católicos. A busca pelo corpo do santo apóstolo moveu multidões, de poderosos reis, senhores feudais a humildes servos. Na Idade Média, a Cidade de Santiago de Compostela, a terceira da Cristandade, ao lado de Roma e Jerusalém, chegaria a receber anualmente cerca de meio milhão de pessoas. (Maleval, 2005, p.12)

Em algumas fontes históricas, a peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média teve como motivação a importância das indulgências, além da auto cura e ajudas milagrosas. (Carneiro, 2007, p.32).

Em busca das relíquias do apóstolo, muitas pessoas famosas percorreram o Caminho, incluindo São Francisco de Assis, entre 1213 e 1215, a Rainha Santa Isabel de Portugal, entre 1279 e 1325, além de muitos outros reis, que ao percorrerem o caminho, levavam estrutura e muitos outros benefícios. (Maleval, 2005, p.22). Foram construídos ao longo do caminho francês vários mosteiros, igrejas e hospitais, que possibilitavam a estadia de pessoas necessitadas, cansadas e doentes. Ainda hoje, alguns destes locais estão abertos para a hospedagem de peregrinos, os chamados albergues municipais. Algumas igrejas oferecem a missa ao peregrino ao final do dia, para que ele possa seguir seu caminho em paz e abençoado.

Na Idade Média, percorrer este trajeto era muito difícil, pois as dificuldades eram muitas, desde a falta de estrutura, alimentos e segurança. Por muito tempo, ao longo de toda a história, a rota *jacobea* possibilitou muitos atrativos aos peregrinos, como: conhecer pessoas, lugares, países diferentes, costumes e ver e apreciar monumentos históricos. Possibilitava também que as rotas

se tornassem comerciais, e que muitas pessoas pudessem aproveitar para fazer negócios. (Carneiro, 2007, p.32)

Por muitos anos ela foi esquecida, se tornando uma memória do passado. Na década de 1980, o caminho começou a ter popularidade com mais sinalizações e muitos albergues começaram a ser construídos ao longo das várias rotas, possibilitando que um maior número de peregrinos façam os vários caminhos em segurança. Também foram surgindo em várias cidades europeias as Associações de peregrinos que ofereciam e oferecem até hoje ajuda com informações aos peregrinos.

Atualmente, são várias as capitais no Brasil que possuem uma Associação de Peregrinos que fornecem todas as informações históricas, geográficas, culturais e econômicas necessárias para quem deseja percorrer as longas distâncias em busca de seus objetivos. Também existem opções na internet, como sites e blogs, onde o peregrino pode fazer o caminho virtual, escolhendo rotas, locais, igrejas e monastérios que deseja conhecer.

A Peregrina: suas Memórias e experiências

As viagens simbólicas marcam a existência do *homo viator* e que o conduzem à eternidade. As viagens imaginárias são aquelas construídas pela imaginação do homem, como as que o apóstolo Tiago teria feito à Península Ibérica. Estas viagens pertencem a um processo criador que recria, reinterpreta e transforma histórias originais, dando-lhes novo sentido ou novas traduções.

Este trabalho aborda a peregrinação à Santiago de Compostela pelo olhar da nossa peregrina Jane, que narra as suas experiências e suas vivências nas duas oportunidades em fazer os caminhos até a Catedral de Santiago. Ela percorre um caminho físico, deslocando-se de um lugar a outro, mas seu psicológico também está presente e irá se manifestar através de questões pessoais, com perguntas e afirmações.

O primeiro contato com a peregrina Jane foi através da rede social, em uma das muitas páginas criadas para o peregrino pesquisar, tirar suas dúvidas e também postar suas experiências no Caminho de Santiago de Compostela. O segundo contato foi por mensagem também realizada pela rede social e que passou para a mensagem telefônica, quando conseguimos agendar um dia que ficasse bom para ambas.

A entrevista foi realizada à noite pela rede social, e permitiu que a peregrina se sentisse aconchegada e tranquila, pois estava em um ambiente que era seu e que não precisava se preocupar com horários. A noite estava agradável, e o ambiente parecia ser tranquilo, pois não dava para escutar barulhos além de seus cachorrinhos brincando ao fundo. Ao começarmos nossa conversa, observei que o ambiente a sua volta era organizado com alguns livros, uma grande janela ao fundo que dava a impressão de ser voltada para um grande jardim, mas por causa da noite, não dava para ver nada. Jane estava bem acomodada em uma cadeira, e na sua frente estava o celular, de onde pudemos começar o nosso papo. Nossa conversa demorou 45 min, e ao longo deste pequeno tempo, pude viajar com ela através de suas lembranças e emoções.

Logo no início da conversa foi apresentado a ela o motivo da entrevista, e foi solicitado que começasse contando como o Caminho de Santiago entrou na sua vida. Para a nossa surpresa ela participou da direção da Associação dos Peregrinos em Porto Alegre – ACASARGS - entre 2013 e 2015. Foi através da associação que ela começou a ter contato com os vários peregrinos e suas narrativas, e o mais interessante, é que ela não tinha a menor vontade de fazer o Caminho. O tempo foi passando, e Jane foi amadurecendo a ideia, mas sempre com dúvidas, porque aos olhos dela, o caminho não teria sentido.

O cenário construído na sua imaginação fez com que adiasse a sua primeira peregrinação a Santiago de Compostela.

Conforme Jane descreve:

“em 2015 comecei a sentir vontade, mas também tinha um receio que o caminho não tivesse graça, porque eu já ouvia muito sobre o caminho. Era eu até então da associação que entregava as credenciais aos peregrinos, eu sabia teoricamente e conhecia todo o caminho. Tudo, eu sabia de tudo, eu dizia para as pessoas como chegar, como proceder, tudo. Então eu receava que fosse sem graça...”

Aos poucos, o anseio por buscar novas aventuras foi crescendo, e foi então que nossa peregrina decidiu por comprar as passagens e começar sua organização para a próxima aventura.

Através das suas experiências, os peregrinos interagem com o ambiente em que estão envolvidos, neste caso, os diversos caminhos até Santiago de Compostela, mesclando natureza e civilização. Cada experiência é individual, trazendo ideias novas, sensações e emoções diversas. Para que uma experiência seja completa, precisa ter um início, um desenvolvimento e um fim. Toda experiência resulta da "interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo em que ela vive." (Dewey, 1974, p.89)

Para alguns, a experiência em fazer o caminho até Santiago de Compostela, se torna um mero percurso com a intenção de superação física. Já para outros, cada quilômetro percorrido é uma forma de desenvolvimento e crescimento pessoal.

Para Jane o caminho não despertava interesse, era chato e não possuía desafios. O interesse era fazer trilhas, trilha Inca, trilha na Patagônia, onde a força física era testada. Até o dia em que resolveu fazer o caminho:

“o primeiro dia foi mágico, perfeito, incrível, maravilhoso. Todo o caminho foi uma experiência formidável, um aprendizado de como se relacionar consigo através dos outros.”

Os dias anteriores à viagem, foram de muita ansiedade, diferentemente do relato acima sobre o primeiro dia. Questionava-se sobre como seria fazer somente o que tinha vontade, sem ter que se preocupar com os outros, e por isso trabalhou muito estas

dúvidas na terapia. A liberdade que teria no caminho estava deixando-a nervosa.

Em setembro de 2015, Jane fez sua primeira peregrinação a Santiago de Compostela. Sua rota escolhida foi a mais procurada entre os peregrinos, a rota francesa, que começa em Saint-Jean-Pied-de-Port, divisa da França com a Espanha. Uma rota que tem em média 830 quilômetros e leva aproximadamente 30 dias para ser percorrida a pé. Um caminho com muitas paradas e com muita história, já que percorre cidades e povoados medievais.

Um caminho nada fácil, que exige muita determinação, dedicação e motivação. Uma busca pela autorreflexão, análise das suas escolhas e a busca de uma vida melhor. Uma mudança em nós mesmos, à redefinição de um ambiente melhor, relações mais duradouras e um sentido na vida coerente. A correria, o tempo curto, faz do ser humano um ser com aflições e estresse. Cada pessoa tem a sua motivação e seus interesses pessoais em realizar o Caminho. Muitas vezes o peregrino só percebe sua motivação ao longo dos dias, ou meses depois.

Assim, vencidos os primeiros dez dias, Jane se encontrava em um grupo grande de peregrinos, a maioria de brasileiros, mas também com pessoas de outras localidades do mundo. Esta interação foi percorrendo os dias, até que Jane notou que o seu objetivo era se distanciar do seu modo de vida normal, com muitas pessoas em volta, da vida de terapeuta, e que com estes novos amigos ela estava novamente comandando, organizando tudo para todos, e isso ela não queria naquele momento. Ela tinha que sair da zona de conforto, e mudar a situação. Foi então que ela decidiu:

“...decidi me separar deles na saída das cidades, seguir com uma das amigas, que é a minha melhor amiga do caminho, uma irmã de alma. Assim consegui caminhar conforme a minha vontade, conforme o meu ritmo, conforme o meu corpo estava aguentando. Foi uma experiência magnífica, foi quando as amizades se fortaleceram...”

O cenário assim construído a sua volta começou a tomar outras formas. Os percursos foram pontilhados de eventos significativos, os encontros nos albergues ao final do dia foram ficando cada vez melhores. A união, as novas amizades, a solidariedade era notável no decorrer dos dias. Pessoas que antes não esboçavam nenhuma afeição, aos poucos permitiam-se conduzir pelo espírito peregrino. Mas tudo isso foi percebido porque ela decidiu se afastar do grande grupo e buscar nos pequenos momentos o verdadeiro significado do Caminho.

A solidariedade vinda das pessoas as quais os peregrinos encontravam ao longo do caminho estava permeada de significados atuais e gestos antigos dos peregrinos, que não esgotavam, portanto, a sua significação. A peregrinação possui muitos significados e símbolos. Símbolos que ao primeiro momento todos os peregrinos buscam incorporar, como é o caso da concha, o cajado, a credencial do peregrino, a compostela, a cruz vermelha de Santiago e as setas amarelas indicando a direção que se deve tomar. Ao analisar as fotografias, dava para perceber que estes símbolos estavam ao seu lado, e eram registrados mesmo que para ela não tivessem um significado real. As imagens ao lado das setas amarelas indicando a direção, a sua vestimenta com o cajado e com a concha pendurada na mochila, e ao final, sua credencial e a compostela (certificado de peregrinação).

A princípio, toda peregrinação implica em uma tríplice estrutura:

“um homem que transita por uma rota; uma meta, escolhida por sua relação com o sagrado; e uma motivação para encontrar-se com a realidade misteriosa e invisível. Inseparável da arte de viajar, está o anseio de romper com os hábitos da nossa vida comum, e de se afastar pelo tempo necessário até ver realmente o mundo em casa, e de se afastar pelo tempo necessário até ver realmente o mundo ao seu redor. Para a maioria dos informantes, "caminhar, andar é a melhor forma de sair da mente". (Carneiro, 2007)

Para o peregrino perceber o seu lugar, muitas vezes é necessário um afastamento, no qual determinados valores, sentimentos e emoções são trazidos à tona para uma maior compreensão. Todo peregrino diz: tudo tem um sentido e significado na vida, ”o Caminho dá o que cada um precisa e não o que cada um espera dele” (Carneiro, 2007, p.147)

“o caminho de Santiago foi um marco profundo, e então toda aquela minha ideia de que poderia ser sem graça, fisicamente não foi um desafio muito grande, fisicamente o caminho foi fácil, eu sempre fiz musculação, caminhadas com mochila, as minhas férias sempre foram com a mochila. Todo o meu aprendizado foi no campo das relações humanas. Foi fantástico, o tanto de afeto, amizade, companheirismo...”

O desafio para a nossa peregrina foi nas relações humanas. Para cada pessoa que busca no caminho de Santiago de Compostela respostas para suas muitas dúvidas e aflições, muitas vezes não as encontra, ou se as encontra, muitas vezes vem trazendo outras respostas para questões ainda nem questionáveis.

Podemos dizer que o Caminho traz amizade, paz, caridade, confiança, força e muitos outros aspectos que são entendidos como situações adversas ao seu cotidiano. Como nos lembra Geertz (1978), as vidas, como as sociedades, contêm suas próprias interpretações. Cada um precisa descobrir seu acesso e seus múltiplos sentidos que o Caminho nos revela.

“O caminho de Santiago tem uma magia, um encantamento, e as caminhadas de longa distância passam por três fases que biologicamente é identificado como: a primeira semana ou dez dias a gente tem muitas questões físicas, cansaço, mochila pesada... depois destes dez dias a gente entra num estado de pensar no passado, refletir muito, pensar na vida, nos acontecimentos, pensa nos pais, nas mágoas, a gente fica muito voltada ao passado. E depois dessa fase a gente entra num estado de graça, a gente começa a achar que o vento é lindo, que as árvores dançam, a sobra

que faz no chão, tudo é lindo, tudo é encantador, a gente fica mais emotivo, em um estado de felicidade...”

Um aspecto interessante é trazer a memória para a narrativa, e através desta construção remeter a peregrina ao relato de imagens, situações e acontecimentos com a narração de suas experiências. Ao lembrarmos de determinadas épocas, permitimos que a memória nos remeta a um período da vida, da viagem, de um momento especial profissional, da religião, das escolhas políticas...reconstruindo a realidade de uma maneira diferente.

Santo Agostinho, nas *Confissões* tem uma passagem que resgata o processo de visitação a sua memória:

"Quando lá entro, mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umam apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo, até serem extraídas, por assim dizer, de certos receptáculos ainda mais recônditos. Outras irrompem aos turbilhões e, enquanto se pede e se procura uma outra, saltam para o meio como que a dizerem: — Não seremos nós? — Eu, então, com a mão do espírito, afasto as do rosto da memória, até que se desanuvie o que quero e do seu esconderijo a imagem apareça à vista." (Agostinho, 1988, p.224)

O interessante nesta passagem de Santo Agostinho é exatamente isso, a memória está lá escondida em alguma caixa, e muitas vezes quando as chamamos, elas se apresentam com toda a intensidade. Para ajudar na memória, as imagens fotográficas são extremamente importantes, porque podem levar o narrador até aquele momento visualizado, permitindo que muitas vezes consiga lembrar-se de cheiros e emoções.

Com nossa peregrina não foi diferente. As emoções foram afloradas, a emoção tomou conta da fala: “existe um encantamento no caminho, parece que a gente vai reaprendendo a confiança básica, a confiar que as pessoas estão disponíveis e de bem com a vida”.

Em outubro de 2018, Jane fez um novo caminho, o Caminho português, com trajeto menor e que começa na cidade do Porto. Este

caminho também é chamado de caminho central, sendo o segundo caminho mais utilizado pelos peregrinos. Ao recordar sobre esta última peregrinação, Jane mencionou suas amigas que estavam caminhando neste novo percurso para comemorar as novas fases em suas vidas. Ao buscar a memória deste percurso, pudemos analisar em sua narrativa, um grande apreço pela natureza:

“Foi um caminho com grande profundidade emocional, com bons amigos, e com momentos incríveis. Tem dias no caminho português que a paisagem é muito bonita, e a gente faz um mergulho na natureza, um mergulho em si. Caminhar, subir montanhas, com a natureza por todos os lados, nossa, é fantástico”.

Por meio desse enfoque, é possível perceber que a peregrina coloca a narrativa como uma sequência de ações para contar suas histórias e lembranças dos caminhos realizados. Assim, a narrativa vem acompanhada de experiências que só quem as conta pode sentir novamente.

Nesta narrativa, é evidente que a natureza se torna o palco principal, trazendo na forma aguçada de sentir subjetivamente a realidade no contexto em que a peregrina está inserida. Demonstra a relação com a natureza, a prática por caminhar, possuir um corpo físico melhor e a busca por experiências dos sentidos.

A experiência interior é aflorada e o contato entre a natureza e Deus se torna uma experiência religiosa, mística, muitas vezes com interesse turístico, cultura, histórico e ecológico. O caminho aflora sentimentos, conforme Jane afirma: “O amor que eu tenho pelo caminho, e também o respeito por tudo o que o caminho ensina, não tem explicação”.

Não há menção de muitas dificuldades ao longo dos caminhos, e alguns dias nos caminhos foram de grandes emoções e expectativas. A mistura de elementos relacionados à experiência física e da alma, trazem as transformações. A experiência individual é importante e sempre se repete nas narrativas. A emoção na

chegada à Catedral é sentida por todos os peregrinos, e com Jane não foi diferente:

“a chegada foi uma emoção, acordamos com toda a calma, fomos tomar café da manhã numa padaria, e fomos calmamente até a cidade de Santiago. Muitas fotos, cada placa uma foto. De longe avistamos a catedral, e atravessamos um túnel onde sempre tem um músico tocando uma gaita celta, e eu sempre achava que a chegada era brega, mas quando foi a minha vez, eu passei e meu coração batia na garganta e batia nos ouvidos. A chegada na praça, um dia de sol, um dia lindo... um monte de gente, peregrinos, várias pessoas que tu encontrou pelo caminho... é um êxtase, uma coisa maravilhosa.”

Sua primeira experiência ao chegar à Catedral de Santiago de Compostela, foi emocionante, e na sua segunda vez, a experiência foi também maravilhosa, mas seu olhar era outro:

“O dia estava nublado com uma garoa que possibilitou uma experiência interna diferente. Neste dia, a experiência foi para dentro, observou os amigos chegando, mas não saiu correndo para abraçá-los. A missa teve outro significado, foi muito intenso e sereno. Prestou atenção em tudo, ouvindo e observando as pessoas em volta com toda aquela emoção. Um outro caminho, igualmente lindo, mas diferente”.

As narrativas permitem trazer à tona as mais diversas experiências, possibilitando que o espaço físico interfira na experiência espiritual ou mística. A estrutura antropológica permite e contribui para um esclarecimento das experiências vividas no caminho, muitas vezes sendo elas dolorosas fisicamente, mas com recompensas futuras próprias de cada um.

Considerações finais

É certo que as viagens nos proporcionam um dom da renovação, mas nem sempre essa nova “experiência” é diferenciada.

A relação entre pessoa e local se torna possível com a compreensão da realidade e as buscas que se pretende alcançar.

Ao trazer a metodologia de história oral para a pesquisa antropológica, possibilitou que percebêssemos novos olhares, compreensões e cuidados necessários para a aquisição das narrativas independentemente do objeto de estudo.

A narrativa, por sua vez, apresentou-se como uma reafirmação da mobilidade e das transformações que esta mobilidade realiza, proporcionadas pela experimentação do caminhar. Uma trama que começa descrevendo as belezas naturais, as emoções positivas e os obstáculos encontrados pelo caminho, que são superados dia após dia. O final desta narrativa se dá com a chegada na Catedral, emocionante na primeira vez, e mais contida na segunda.

O registro da experiência do peregrinar, as suas dificuldades, as suas felicidades, tem como objetivo final ser a ponte para o outro, incitando a confraternização, a superação física e emocional.

A História Oral é uma metodologia que procura

“registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos” (Matos & Senna, 2011, p. 95-108).

Tudo nos leva a crer que a história oral, relato de vida de uma pessoa nos possibilita desenvolver um distanciamento crítico e ao mesmo tempo nos coloca ao centro dos acontecimentos, pois ao descrever a narrativa, ao darmos um novo olhar a estas memórias, estamos fazendo parte de uma história.

O peregrino que utiliza a narrativa para descrever suas experiências e sua vivência ao longo do Caminho, adquire uma consciência histórica e passa a compreender suas buscas e respostas

e, ao analisar os relatos, notamos que a busca por momentos felizes, pela fé em algo, transcende o infinito.

A dimensão da compreensão humana é referência identitária por um tipo de devoção religiosa, por exemplo, o catolicismo, mas outras religiões também se permitem esta compreensão, tanto que hoje em dia as pessoas que buscam esta referência no caminho, muitas delas não são católicas.

As histórias de vidas servem para serem compartilhadas e nestes momentos, não se pode desprezar as maneiras de exteriorização dos sentimentos, dos encontros consigo mesmo, ou com as pessoas próximas. É importante dar valor a esses pequenos momentos, dar valor ao momento do outro, ou conforme Alessandro Portelli (2016), diz: “uma arte da escuta”.

Para o antropólogo e para o historiador, é importante se permitir a arte da escuta, pois nos permitirá obter relatos interessantes, memórias que são trazidas para este momento através de um exercício no qual o narrador se permite criar recordações cronológicas entre espaço e tempo.

O ato de percorrer longos trajetos em busca de compreensão de sua vida é para a maior parte dos peregrinos um ato de retorno, conforme Mircea Eliade diz em sua teoria que permite aprender o significado do “eterno retorno” - “[...] o sofrimento começa a se tornar tolerável; adquire um significado e uma causa, podendo assim ser encaixado dentro de um sistema e explicado” (Eliade, 1992, p. 91).

A busca da espiritualidade, a busca por sentidos, é adquirida pelo sofrimento que se tem ao percorrer o Caminho de Santiago. Um caminho medieval que permite nos dias de hoje sensações e emoções milenares. O sofrimento é recompensado a cada passo, a cada novo olhar e a cada nova experiência. O caminho do peregrino está entre a busca da realização espiritual no mundo e o investimento que se dá ao buscar a realização espiritual interior.

Referências:

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Editora Vozes, Petrópolis, 1988.
- ALBERTI, Verena. FERNANDES, Tania Maria. FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **História Oral desafios para o século XXI**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. A.de. **Etnografia da prática escolar**. 2 ed. Editora Papirus, Campinas, 2005.
- BRAUDEL, Fernando. **História e Ciências Sociais**. Editora Presença, Lisboa, 1986.
- CARNEIRO, Sandra de Sá. **A pé e com fé**. Brasileiros no Caminho de Santiago. Editora Attar, São Paulo, 2007.
- DEWEY, John. **A arte como experiência**. Coleção “Os pensadores”. Abril Cultural, São Paulo, 1974.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e profano: a essência das religiões**. Trad. Rogério Fernandes. 3.ed. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1996.
- ELIADE, Mircea. **Mito do Eterno Retorno**. Trad. José A. Ceschin. Editora Mercuryo, São Paulo, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Orgs) **Usos e abusos da História Oral**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº3, maio/jun. 2000.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia histórica, Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Maravilhas de São Tiago**. Narrativas do Liber Sancti Jacobi (Codex Calixtinus). EdUFF, Rio de Janeiro, 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, Bronislw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Forense, 1980.

MATOS, Juliana Silveira, SENNA, Adriana Kivanski). **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, 2(1), 2011.

NOIRIEL, Gérard. **Naissance du métier d'historien**. Genésis, Paris, nº1, sep. 1990.

NORA, Pierre. **Memória colectiva**. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Orgs.). *A história nova*. Coimbra: Almedina, 1990.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Editora Letra e Voz. São Paulo, 2016.

SINGUL, Francisco. **O Caminho de Santiago**. *A Peregrinação Ocidental na Idade Média*. EdUERJ, Rio de Janeiro, 1999.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. V.3, Editora Papyrus, Campinas, 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. *História Oral*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1992.

Fontes orais:

MOUSQUER, Jane, [40]. Março 2019. Entrevistador: PANAZZOLO, Flavia de Brito, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Entrevista realizada em 26 de Março de 2019.

Diálogos com o passado: a história oral e as memórias do cativo na figura dos pretos-velhos umbandistas

*Livia Lima Rezende*¹

*Não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes?
Não existem nas vozes que escutamos, ecos das vozes que
emudeceram?
Walter Benjamin*

Decorridos mais de cem anos da abolição da escravidão no Brasil, são vários os caminhos passíveis para a análise das rotinas do cativo, sua conformação social, econômica, política e cultural. Arquivos e registros históricos são, muito provavelmente, as fontes mais corriqueiras em se tratando de estudos historiográficos. A aplicação da história oral enquanto metodologia de pesquisa, contudo, tem se consolidado cada vez mais como meio complementar e até mesmo basilar de produção de conhecimento científico acerca do tema. São vários os trabalhos que se pautam em entrevistas com descendentes de escravizados e populações de comunidades quilombolas². Apesar da ampliação do uso da história oral e de sua aceitação no meio acadêmico, há, no caso dos estudos sobre o período escravista brasileiro, um obstáculo temporal que inviabiliza a realização das pesquisas com pessoas que

¹ Doutoranda em História pela UFJF / Bolsista CAPES. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4393560944237535>

² Dentre vários trabalhos destacamos: RIOS; MATTOS, 2005. MATTOS; ABREU, 2011. ASSUNÇÃO, 2011. WEIMER, 2013.

vivenciaram, elas próprias, esse momento. A memória do cativo só pode ser acessada em segundo plano, através daqueles que escutaram “causos” de avós, pais, tios, amigos ou conhecidos.

Sustentada por uma tradição substancialmente oral, essa sabedoria também vai sendo apropriada e, de alguma maneira, preservada e ressignificada na ritualística das religiões afro-brasileiras. Dentre as distintas religiões de matriz africana, nos propomos a centrar nossa atenção na umbanda³, mais especificamente num grupo de entidades que atuam desde sua conformação em princípios do século XX: os pretos velhos. Eles são entendidos como espíritos⁴ de antigos escravizados que teriam vivido em distintas regiões da América, sobretudo do Brasil, durante o período escravista. Retornariam à terra após sua morte, por meio dos rituais umbandistas de incorporação, com o intuito de oferecer palavras de ânimo e apoio; dar conselhos e abraços carinhosos; e ouvir, com paciência e sem julgamentos precipitados, aqueles que os procuram nos terreiros.

Tendo em conta que memórias são elementos dinâmicos, sociais e alvos de constantes apropriações e interpretações, nos questionamos sobre qual seria (ou quais seriam) a(s) memória(s) da escravidão apresentada na construção dessas entidades denominadas pretos-velhos. De que forma essas memórias vão

³ Suas origens remetem à cidade do Rio de Janeiro e ao início do século XX. Centrada em fenômenos de incorporação mediúnic, a umbanda sincretiza elementos religiosos do catolicismo, da pajelança indígena, do espiritismo kardecista e da macumba africana. Sua ritualística baseia-se em consultas oferecidas aos frequentadores e conduzidas por médiuns que se declaram incorporados por determinados espíritos. Estes são organizados em grupos específicos ou falanges, como os pretos-velhos (espíritos de antigos escravizados), caboclos (indígenas) e exus / pomba-giras (usualmente com ascendência europeia, associados à noite e à criminalidade, como assassinos, ladrões, prostitutas, dançarinas...). Durante essas consultas é possível tratar dos mais variados temas, como saúde, amor e emprego. Para mais informações ver: REZENDE (2017); BROWN (1994); MALANDRINO (2010).

⁴ Os espíritos seriam as almas de todos aqueles que já tiveram uma existência na terra e morreram. Haveria, de acordo com a crença umbandista, uma fluidez entre o mundo dos vivos e dos mortos, o que permitiria que eles estivessem em contato de diversas formas. Uma delas é através da incorporação, quando um espírito passaria a, supostamente, controlar o corpo de uma pessoa viva, determinando sua fala e seus movimentos.

sendo construídas e corporificadas nos médiuns⁵ que declaram incorporar esses espíritos? E ainda, o que elas teriam a nos dizer acerca do contexto contemporâneo?

Responder a essas e outras perguntas é o tema da tese de doutorado que está sendo atualmente desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Todo nosso referencial teórico orbita em torno da questão da memória, sobretudo os conceitos de *memória do trauma* - retomando os trabalhos de Ron Eyerman (2017), Seligmann-Silva (2003), Pierre Clastres (1980) e Friedrich Nietzsche (2013) -; *memória coletiva* de Maurice Halbwachs (2006); e *memória cultural* de Jan Assmann (2016) e Aleida Assmann (2011).

Em termos metodológicos, a pesquisa está centrada na história oral. Realizamos, primeiramente, uma imersão nessa realidade dos terreiros, realizando entrevistas com os pais e mães-de-santo, os médiuns e os frequentadores. Nossa pesquisa de campo teve início no ano de 2014 e segue até o momento em que redigimos estas linhas. Desde o início, nos dedicamos a empreender uma investigação que se pautasse pelos princípios mais sublimes da história oral, gestada em um delicado processo de escuta sensível⁶. Seguindo algumas sugestões propostas por Eliane Brum (2008), jornalista que se define como “escutadeira”, buscamos tornar fluidos os limites do verbo “ouvir”, permitindo que ele extrapole o sentido da “audição”. Para nós, desde o princípio, ele é um verbo que sente, cheira, enxerga e degusta. É “a

⁵*Médium* é o termo usado tanto pelas religiões afro-brasileiras quanto pelo espiritismo kardecista para se referir às pessoas que possuem alguma faculdade mais nítida de comunicação com o mundo dos espíritos (ou desencarnados, como costuma-se dizer). Essa aptidão pode ser de ouvir o que os espíritos dizem, vê-los, escrever seguindo suas instruções, senti-los ou ainda incorporá-los em seu próprio corpo. No caso estudado, pesquisamos sobretudo este último tipo de mediunidade, em que a pessoa se declara semiconsciente ou inconsciente, cedendo lugar ao espírito que irá conversar e agir fazendo uso de seu corpo. *Cavalo* é o termo normalmente empregado nas religiões afro-brasileiras para designar o médium de incorporação.

⁶ Igualmente importante para nossa pesquisa são as contribuições apresentadas nos livros de Verena Alberti (2004) e na coletânea de textos organizada por Janaína Amado e Marieta Ferreira (2006), dentre outros. Para o caso específico de pesquisas acadêmicas no ambiente das religiões afro-brasileiras as contribuições de SILVA (2015) foram essenciais.

escuta do dito, do não dito, do silêncio, da hesitação, dos quadros na parede, dos móveis, das texturas, das cores, dos sons que não são palavras. É uma escuta ampla” (BRUM, 2017).

Inicialmente conversamos com os frequentadores dos terreiros de umbanda em São João del-Rei, Minas Gerais, com o intuito de questionarmos as formas como as memórias do cativo eram compreendidas e elaboradas por eles, salientando as influências e interferências que a presença dos pretos-velhos possuía nesse processo de construção memorialística⁷. Posteriormente, passamos a nos dedicar exclusivamente à realização de entrevistas com os médiuns nos momentos em que se declaram incorporados pelos espíritos dos pretos-velhos. Nessas ocasiões, esses médiuns se portam de maneira peculiar, curvando-se como se o peso de muitos anos lhes tivesse sido depositado no dorso, frequentemente tremem pernas e mãos, falam com uma voz mais grossa, fazem uso de instrumentos como cachimbos e ervas, e lhes são oferecidas comidas como feijoada, broa de milho e café. Todos elementos que, em maior ou menor grau, remetem a uma ideia socialmente construída acerca do cativo. Além disso, eles também se dispõem a narrar estórias acerca do período em que teriam vivido no Brasil, relatando um pouco sobre seu cotidiano enquanto escravizado. São exatamente os resultados preliminares dessas conversas com os médiuns durante os rituais em que se declaram incorporados que almejamos apresentar.

Importante atestar desde já e de forma clara e incisiva que a comprovação ou negação de fenômenos religiosos ligados à umbanda ou a qualquer outra crença (sobretudo a incorporação ou possessão espiritual) não estão no escopo do trabalho. Tampouco se almeja realizar uma apologia ou, ao contrário, desqualificar as religiões aqui mencionadas. Trata-se de uma pesquisa de cunho acadêmico, cuja proposta é entender, sob a óptica da História, como a memória do

⁷ Os resultados dessa pesquisa deram origem à dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, MG. Ver REZENDE (2017).

cativo foi apropriada por uma figura religiosa e popular, que, a despeito de se constituir ou não enquanto um espírito de escravizado incorporado no médium, representa esse papel para uma parcela da sociedade que não guarda dúvidas sobre sua veracidade. A representação, retomando-se o conceito de Roger Chartier (1990; 2002; 2010), é amparada, neste caso, por atributos relativamente regulares, que conferem legitimidade perante um grupo e são, portanto, passíveis de análise. “Mesmo quando se comenta que o preto-velho não foi escravo, diz-se que se apresenta como tal e esta representação cumpre também uma função” (SOUZA, 2006).

Apresentaremos resumidamente nos próximos tópicos parte das análises que logramos empreender até o momento. Embora tenhamos um número mais amplo de entrevistas, optamos, em função da limitação espacial, por usar somente cinco delas, todas realizadas em terreiros de umbanda, em São João del-Rei, Minas Gerais, entre janeiro de 2018 e fevereiro de 2019. Conforme já mencionado, nos propomos a pesquisar a construção dessa figura dos pretos-velhos como um todo, incluindo sua postura, seus objetos e sua fala. A respeito desse último elemento, especificamente, notamos que todos os médiuns estabelecem uma linearidade na construção de seu discurso acerca das vivências enquanto escravizados, pautada em três momentos distintos: a reafirmação do sofrimento e do trauma; as formas de resistência; e as maneiras de superação da dor. E são exatamente esses os grandes eixos que nos guiarão a partir de agora. Antes de partir para as análises, gostaríamos somente de mencionar que optamos por transcrever as falas de maneira literal em notas de rodapé, deixando uma versão suprimida de algumas marcações características dos relatos orais ou expressões específicas de terreiros⁸, que não seriam facilmente entendidas pelo público em geral e dificultariam a compreensão da ideia.

⁸ Para mais informações sobre esse processo de construção das falas dos pretos-velhos ver: REZENDE (2016); REZENDE (2017); ALKMIN; LOPÉZ; 2009.

O ritual de incorporação dos pretos-velhos e as memórias do trauma

Mas a nega vai fala procê filha, que no tempo de nega aqui nessa terra foi muito, muito, muito trabalhador, filha. Nega sofreu muito. Nega sofreu muito nessa terra, trabalho muito, apanho muito, muito, muita chicotada, filha. [...] Eles batia até aparece o couro.⁹

Todas as terças-feiras ocorrem as chamadas giras de atendimento na Choupana do Pai Elias e Chico Baiano, terreiro umbandista em São João Del-Rei. No momento em que os pontos cantados¹⁰ ecoam pelo salão os médiuns, cada qual de uma maneira muito particular, modifica sua postura e seus movimentos. Alguns se curvam imediatamente. Outros tremem incontrolavelmente braços, mãos ou pernas. Há ainda aqueles que se apoiam em bengalas enquanto caminham, mancando e com dificuldade, até os tocos de árvore ou banquinhos de madeira onde permanecerão durante longas horas. Muitos conservam-se de olhos cerrados e cenho franzido e sofrido durante todo o trabalho. Ao fim das sessões, usualmente após a meia-noite, quando os médiuns declaram retomar o controle completo sobre seus corpos, levam alguns minutos se esticando, alongando ou girando pés e braços que estiveram dormentes até então. Em suma, a constituição física adquirida pelos médiuns durante o ritual de incorporação consubstancia uma imagem de velhice, dor e padecimento. A forma como eles se portam remete invariavelmente a algum tipo de trauma, ainda que este não esteja visível. Essa corporificação da dor,

⁹ Mazi nega só vai fala procê fia, que no tempo de nega aqui nessa terra foi muito, muito, muito trabalhador, fia. Nega sofreu muito. Nega sofreu muto nessa terra, traibaio muto, apanho muto, muto, muita cicotada fia. [...] Eles batia até palece o coro. SOUZA, Valéria. Fevereiro, 2018.

¹⁰ Os pontos são entendidos no sentido literal como pontos de contato entre os mundos dos vivos e dos mortos. Seriam responsáveis por criar portais que permitem a comunicação entre essas realidades: através das canções que são entoadas para convocar as entidades, firmá-las em terra ou se despedir das mesmas (os chamados pontos cantados) ou através de signos que são grafados no chão (os pontos riscados).

entretanto, transborda os corpos desses médiuns, e pode ser sentida também através de suas vozes. Ao serem inquiridos acerca de suas passagens pela terra, as respostas se iniciam, invariavelmente, com narrativas de torturas físicas e psicológicas, conforme exemplificado na epígrafe deste tópico. A despeito das eventuais particularidades, o panorama geral é de dor.

Tendo em conta essa correspondência discursiva, retomamos o trabalho de Ron Eyerman (2017) e sua conceptualização de *cultural trauma*. O autor esteia sua noção de trauma em um sentido mais genuíno e físico, de ferida, “ruptura da pele ou de um invólucro protetor do corpo resultando numa reação catastrófica global no organismo” (LEYS *apud* EYERMAN, 2017, p. 2) e reúne definições de pesquisadores de distintos campos, chegando a uma formulação mais ampla. Os traumas culturais contemplam, para ele, choques de difícil assimilação que atingem não só física, mas mentalmente, uma coletividade, violando as experiências dos sujeitos com relação ao tempo, ao mundo e a si próprio. Grandes catástrofes como o nazismo ou a escravidão ocasionariam esse tipo de lesão coletiva, oprimindo e alterando de maneira profunda as estruturas culturais e, conseqüentemente, a forma como as memórias coletivas do grupo atingido são elaboradas.

Trauma e memória peregrinam juntos desde os primórdios dos estudos acerca desta, quando ela ainda era associada, sobretudo, à capacidade/arte da recordação, à mnemotécnica no sentido mais estrito. Segundo relato do escritor romano Marco Túlio Cícero, o poeta Simônides teria sido o único sobrevivente da destruição de um palácio, onde estava sendo servido um enorme banquete. Graças a sua incrível memória espacial, foi possível realizar um enterro digno para todos os corpos completamente desfigurados. Ele se recordava da localização exata de cada pessoa ao redor da mesa. Segundo os escritos de Cícero, o desmoronamento do teto permitiu que o jovem desenvolvesse urgentemente uma técnica de memória visual - que, diga-se de passagem, é empregada até hoje em cursos de memorização. A história de Simônides narrada dessa forma já nos

permite perceber, além dos vínculos entre trauma e memória, a relevância de elementos espaciais e visuais para a atividade mnemônica.

Há, contudo, uma versão mais detalhada da lenda que raramente é apresentada nos estudos acerca do tema, não obstante as valiosas informações que oferece. Simônides teria sido contratado por um boxeador grego chamado Skopas para honrá-lo com um poema durante banquete oferecido em sua casa. O poema apresentado homenageava o anfitrião, mas continha, ademais, longas passagens em louvor aos deuses. O mecenas, insatisfeito, decide pagar somente metade do valor acordado, solicitando ao poeta que buscase a outra parte junto aos deuses que teriam sido tão eloquentemente agraciados. Simônides teria sido, então, chamado à entrada do palácio por dois desconhecidos (supostamente os deuses louvados momentos antes). Ao chegar ao portal não encontra ninguém e, nesse instante, há o desmoronamento do teto do salão, matando todos os presentes. Com a vida preservada e graças a sua capacidade de memorização espacial, o poeta logra garantir um enterro digno a todos. Nessa versão fica claro “o poder que a memória humana teria sobre a morte e a destruição” (ASSMANN, 2011, p. 40).

É importante que nos detenhamos neste ponto. A despeito de a memória não permitir ao homem a completa superação, “cura” ou anulação do trauma (seria obviamente impossível “apagar” o nazismo, a escravidão negra nas Américas ou mesmo o desmoronamento do teto de Skopas, embora em muitos casos o esquecimento, deliberado ou não, possa atuar nesse sentido), ela carregaria consigo a potência da cicatrização. Se para Seligmann-Silva (*in* SELIGMANN-SILVA (Org.), 2003, p. 52) “a arte da memória [...] é uma arte da leitura de cicatrizes”, para Pierre Clastres (2012, p. 160) as cicatrizes legam resíduos irreversíveis, vestígios que se inscrevem no corpo mesmo quando a dor já foi esquecida – “o próprio corpo traz impressos em si os sulcos da lembrança - *o corpo é uma memória*”.

Toda ferida aberta demanda um tratamento. Eyerman (2017) propõe a necessidade de articulação através das palavras e do diálogo público como formas de se lidar com um trauma cultural. Sugerimos extrapolar essa percepção do autor e entender outras formas de externalizar essa dor. A dramatização, ainda que de forma sutil e indireta, das agruras da escravidão nos terreiros umbandistas, por exemplo, oferece uma maneira de se interpretar contemporaneamente esse sofrimento passado, promovendo uma espécie de cicatrização do acontecido. Salientando aqui que esse processo não implica em esquecimento. A cicatriz não apaga o que ocorreu, ela somente facilita a convivência com essas lembranças.

Ao articular suas dores através dos corpos e principalmente da fala, todas as pessoas envolvidas com a vida nos terreiros vão dando vazão às aflições e agruras coletivas provocadas pela vigência de um regime escravista. Os relatos de sofrimento têm início no nascimento (algumas vezes associados à África e outros ao Brasil), remetendo ainda ao transporte nos navios negreiros.

Quando nego veio, quando nego nasceu, quando mãe fez paridor de nego nessa terra, tiraram nego assim como se tira um cachorrinho da mãe dele, né filha.¹¹

Foi muito sofrimento, filha. Quando vim de navio pra essa terra deixei lá do outro lado os do meu sangue. Vim pra cá muito petitinho ainda, ainda mamava na minha mãe quando me tiraram e me venderam. E vim parar aqui nessa terra.¹²

As lembranças acerca do cotidiano também estão repletas de relatos de dor, muitos deles associados aos castigos físicos e à

¹¹ Quando zi nego zi veio zi fezi azi, quando zi nego zi nasceu asi quando zi mãe zi fezi paridor de zi nego aqui nessa za terra sua aza tira nego asi como zi tira zi um cachorrinho da mae zi dele, ne fia. VICENTE, Edson. Abril, 2018.

¹² Foi muito sofrimento fia. Quando vim de navio pra essa terra deixei lá do outro lado os do meu sangue. Vim pra cá muito petitinho ainda, ainda mamava na minha mãe quando me tiraram e me venderam. E vim pará aqui nessa terra. MELO, Rachel. Novembro, 2018.

ausência de condições minimamente sustentáveis de alimentação ou cuidados médicos.

Tinha as coça que a gente tomava, né filha. Tinha as falta que a gente passava, não tinha o que come direito.¹³

Muito sofrido pra fazer comedor, filha. Você tinha que trabalhar muito. Muitas das vezes passava até fome. E de sol a sol, chuva a chuva, tempo a tempo, muita coisa aconteceu nesse tempo. [...] Não tinha os remédio que tem hoje. Era só coisa de ervas. Quem sabia, sabia. Quem não sabia, morria. Para fazer o curador das costas [...] era igualzinho salgar carne hoje. Era por sal, sal grosso que colocava nas ferida.¹⁴

E quantas vezes esse nego apanho sem precisar. Era muita surra. E quando esse nego velho ia praquele lugar que botava os pé amarrado e punha as mão amarrada esse nego veio bebia água, não era alimento, quando saía de lá, saía até sem aguenta, filha. É uma história muito triste, filha. [...] Os homem pegava a gente fia, levava a gente pro tronco. Dava muita chibatada e nessas chibatada, filha, quando acabava de sair da chibatada, jogava sal grosso nas costa do nego. E esse nego apanho muito. [...] O dono me mando botar no tronco três dia sem água e com cem chibatada nas costa.¹⁵

Em diversos momentos, ao narrarem essas passagens mais penosas e consternadoras, os médiuns interrompem as narrativas

¹³ Tinha as coça que a gente tomava, né fia. Tinha as falta que a gente passava, num tinha o que come direito. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

¹⁴ Muito sofrido, pá fazer comedor, fia, ocê tinha que trabalhar muito. Muitas das vezes passava até fome. E de sol a sol, chuva a chuva, tempo a tempo, muita coisa aconteceu nesse tempo. Tinha muitas, não tinha os remediado que tem hoje. Ela só coisa de ervas. Quem sabia, sabia. Quem não sabia, morria. Pa de fazer o curador dos costado tinha, era igualzinha tava sargando carne hoje. Era pô sal, sal grosso que colocava nas ferida. SOUZA, Valéria. Fevereiro, 2018.

¹⁵ E quantas vezes esse nego apanho sem precisar. Era muita surra. E quando esse nego veio ia praquele lugar que botava os pé amarrado e punha os maozado amarrado esse nego veio bebia água, não era alimento, quando saía de lá saía até sem aguenta fia. É uma história muito triste fia. [...] Os home pegava a gente fia, levava a gente pro tronco. Dava muita chibatada e nessas chibatada fia quando cabava de sair da chibatada, jogava sal grosso nas costa do nego. E esse nego apanho muito. [...] O dono me mandó botá no tronco 3 dia sem água e com 100 chibatada nas costa. MELO, Rachel. Novembro, 2018

e começavam a chorar, ainda que de maneira contida. Mencionavam ser ainda muito custoso empreender essas lembranças. Nesse momento sempre buscávamos alterar o curso da conversa, solicitando que mencionassem que tipos de lembranças positivas e alegres eles teriam do período. Estas, em todas as entrevistas, foram muito bem demarcadas e compensavam, segundo eles, as tristezas a que foram submetidos.

Era muito triste, nego não gosta de chegar nesse ponto, nego faz até chorador. Era muito triste, nós pedia todos dia paz.¹⁶

Nega tá querendo até chora! Você fez nega pensa tanto de coisas boas, o tanto que foi das ruim, mas teve mais boa do que ruim, filha.¹⁷

Nas palavras de Nietzsche, “apenas o que não cessa de causar dor fica na memória” (2013, p. 20). Somente para exemplificar de maneira mais clara, relatamos a seguir dois casos muito impactantes dessa “corporificação da memória”. O primeiro deles foi encontrado em alguns relatos colhidos por mim em pesquisa anterior, todos referentes a uma preto-velho que atuaria nesse mesmo terreiro do Pai Elias e Chico Baiano (REZENDE, 2017). Segundo nos informaram, o preto-velho Pai Benedito teria morrido cego em função das torturas recebidas enquanto escravizado. Durante as giras, seu médium demandava o auxílio de alguém sempre que precisava caminhar pelo terreiro, com o intuito de guiá-lo. Lidsey Hale (1997) ao analisar os rituais de incorporação dos pretos-velhos resume essa corporificação do trauma e da memória da seguinte forma:

A dominação está inscrita no corpo como marcas físicas de sofrimento crônico e trauma agudo. Os efeitos incapacitantes do trabalho e da fome, e o sadismo escrito no idioma das convulsões

¹⁶ Era muito zi triste, aza nego não zi gosta de chega nesse ponto e zi nego fazi até chorador. Era muito zi triste, nós zi pedia todos zi dia paz. VICENTE, Edson. Abril, 2018.

¹⁷ Nega ta quelendo até chola! Océ fezi nega pensa tanto de coisas boas, o tanto que foi das ruim, mas teve mais boa do que ruim, fia. SOUZA, Valéria. Fevereiro, 2018.

e danos cerebrais moldam o corpo do preto-velho, produzindo a postura de um indivíduo desgastado pelas imputações (HALE, 1997, p. 408, *tradução nossa*).

Grande parte dessas lembranças mais aflitivas se relacionavam ainda ao excesso de trabalho a que estavam sujeitos.

Fui muita labuta [...]. A vida era difícil. Muito difícil.¹⁸

Tinha muita pedra nesse lugar, filha. Essa fazenda aqui tudo as pedra era catada aqui. [...] A gente cortava pra fazê o chão. Cortava pra fazê o muro, tudo era no lombo desse nego [*bate com força nas próprias costas*], dos nego junto. Foi uma labuta muito grande. Esse coronel foi muito ruim pros nego.¹⁹

Há ainda um relato que conjuga de forma patente situações de extrema violência, física, emocional e psicológica.

[...] tem três que nega ajudou [*mencionando que teria auxiliado na construção de três igrejas históricas de São João del-Rei, MG*]. Tem aquela, que fica no meio [*referindo-se à Igreja de Nossa Senhora das Mercês*], tem a outra que fica do outro lado, mais embaixo [*Igreja de Nossa Senhora do Carmo*]. [...]. E tem outra e tem a outra que fica do lado de cá [*Igreja de Nossa Senhora do Rosário*]. Porque lá só nega, só nega, só nego, entrava lá [*sobre a do Rosário*]. Nas outras que nega ajudado trabalha, nega não podia entra, por isso que nega tem muita vibração quando chega perto dessas outras. Porque nega trabalho, nega labuto, foi muito suor que correu no rosto de nega, mas nega não conseguia entra lá, porque nega era de cor.²⁰

¹⁸ Fui muita labuta [...]. A vida era difícil. Muito difícil. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

¹⁹ Tinha muita pedra nesse lugar, filha. Essa fazenda aqui tudo as pedra era catada aqui. Por isso chama assim. A gente cortava pra fazê o pisador. Cortava pra fazê o murador, tudo era no lombo desse nego [*bate nas costas*] dos nego junto. Foi uma labuta muito grande. Esse coronel foi muito ruim pros nego. MELO, Rachel. Novembro, 2018.

²⁰ [...] tem treze que nega ajuda. Tem aquela, que fica no meiado, tem a outra que fica do otro lado, mais embaixo. [...]E tem outra e tem a outra que fica do lado de cá. Porque lá só nega, só nega, só nego, intava lá. Nas otras que nega ajudado trabaia, nega num podia entrá, por isso que nega tem muta vibração quando chega perto dessas otras. Porque nega trabaio, nega labuto, foi muito suo que correu

O ato de rememorar toda essa dor guarda em si duas possibilidades extremamente relevantes em nível coletivo. Primeiramente, a probabilidade de se ruminar acontecimentos traumáticos do passado à luz de códigos e interpretações do presente, assimilando-os e absorvendo-os de forma a cicatrizá-los. A associação entre atividades mnemônicas e o verbo ruminar foi apresentada por Aleida Assmann (2011), retomando a etimologia latina do termo *ruminare*, que se aplicaria tanto a um alimento quanto a uma ideia. Conforme mencionado pela autora, “qualquer estômago de vaca, que tem a função de devolver o alimento ainda não digerido à boca para mais uma vez ser processado, é uma imagem admirável para a memória” (ASSMANN, 2011, p. 179). A correspondência dos relatos encontrados permite-nos aventar a hipótese de que toda essa dramatização da escravidão nos terreiros umbandistas constitui-se enquanto uma forma sumamente interessante de se digerir as memórias desse período, que seguem afetando a realidade de nosso país. Trata-se, em última instância, de um passado ainda não “digerido”, que ainda provoca efeitos adversos em âmbito social.

Interpretar essa elaboração memorialística dos pretos-velhos à luz do verbo ruminar nos leva a uma segunda possibilidade de análise das funções da própria memória, conforme sugerido por Seligmann-Silva (*in* SELIGMANN-SILVA (Org.), 2003). Ela diz respeito à capacidade que a memória possui de interpretar as cicatrizes. Observar o ritual de incorporação e perscrutar as falas dos médiuns nos informa não necessariamente acerca das agruras da escravidão no Brasil em séculos passados, mas de como as cicatrizes desse trauma foram resignificadas em um ambiente coletivo, religioso e, sobretudo, sagrado. A cicatriz é uma marca do presente, embora dialogue com feridas abertas no passado. Não

aflige de modo semelhante ao momento em que foi inscrita no corpo e na mente. Ela corporifica e presentifica, porém, essa dor. As narrativas que afloram sobretudo daqueles médiuns que comentam sobre o período do pós-abolição nos brindam com excelentes exemplos dessa presentificação. Elas vão ao encontro do que é defendido atualmente por diversos coletivos negros

Eu era cheio de sonho. Era um nego cheio de sonho. Sonhava em tê uma família, em ter uma casa, em ter o que come, o que vesti... Eu sonhava muito nessa época. E larguei tudo pra trás. Isso eu fico triste. [...] Imagina um preto, sem rumo, sem dinheiro, sem nada. Muitos sonhos foram embora, né filha... Não que eu não queria, mas é porque era impossível, né filha.²¹

Porque depois da libertação, filha, teve muito escravo. Muito escravo. Que continuo escravo porque não tinha pra onde ir. Trabalhava em troco de comida, na fazenda, né filha. Nesses cafezal, nesses de açúcar, nesses de cata ouro, tudo em troco de comida. Isso não é se livre, né filha. Não era uma escravidão aonde era vigiada, mas não tinha liberdade, não tinha dinheiro, não podia sair porque não tinha como.²²

[...] a princesa assino o papel lá, os nego fico tudo pulando de alegria, mas acontece filha, que muitos como eu não deu conta de vive, né filha. Não tinha uma casa, não tinha um pedaço de terra, não tinha dinheiro, não tinha nada.²³

²¹ Eu era cheio de sonho. Era um nego cheio de sonho. Sonhava em te uma famia, em te um casuá, em te o que come, o que vesti... eu sonhava muito nessa época. E larguei tudo pra trás. Isso eu fico triste. [...] Imagina um preto, sem rumo, sem dongo, sem nada. Muitos sonhos foram embora, né fia... Não que eu não queria, mas é porque era impossível ne fia. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

²² Porque depois da libertação, fia, teve muito escravo. Muito escravo. Que continuo escravo porque num tinha pra onde ir. Trabaivava em troco de comida, na fazenda né fia. Nesses cafezal, nesses de açúcar, nesses de cata oro, tudo em troco de comida. Isso num é se livre, né fia. Num era uma escravidão aonde era vigiada, mas num tinha, num tinha liberdade, num tinha dongo, num podia sai porque num tinha como. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

²³ [...] a princesa assino o papelado lá, os nego fico tudo pulando de alegria, mas acontece fia, que muitos como eu não deu conta de vive né fia. Num tinha uma casa, num tinha um pedaço de terra, num tinha dongo, num tinha nada. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

Se, conforme a já citada passagem de Clastres, o “corpo é memória” (2012), os médiuns umbandistas são corpos-cicatrices exemplares de uma memória coletiva subalterna. Ao consubstanciarem essa memória através da forma como se portam e de suas narrativas repletas de menções aos sofrimentos infligidos a essa parcela da população, eles oferecem uma oportunidade de ressignificação e leitura social sobre algumas visões dessa passado, e ainda auxiliam de maneira direta na cicatrização dessas dores. O contato entre o médium que se declara incorporado e aquele que busca atendimento nos terreiros implica, no mínimo, em que essa memória seja coletivamente *ruminada*.

Entre a resignação e a revolta: lidando com o trauma

Quando tava nessa terra eu usava a capa filha, mas era porque a gente era obrigado a fazer certas coisa escondida. E quando botava a capa os dono da fazenda tinha medo. E falava que eu era bruxo. [...] Tinham medo quando apanhava um e falava: “vou falar com Pai Cipriano”.²⁴

Seguindo os fios que vão construindo as construções orais dos médiuns durante os rituais de incorporação, nos deparamos com um segundo conjunto de coincidências narrativas que usualmente sucede os relatos de sofrimento. O impulso natural frente à sujeição a um contexto de dor é o desenvolvimento de estratégias para se lidar com ela. Estas podem constituir desde um enfrentamento explícito e violento até uma aceitação submissa e conformada, sendo que no intermédio entre esses dois extremos há inúmeras possibilidades de atuação.

Previamente a um mergulho mais profundo nesse espectro de manejo da dor, contudo, pedimos licença para abrir um pequeno

²⁴ Quando tava nessa terra eu usava a capa fia, mas era porque a gente era obrigado a fazer certas coisa escondida. E quando botava a capa os dono da fazenda tinha medo. E falava que eu era bruxo. [*eles tinham medo?*] tinha medo. Tinha medo quando apanhava um e falava, vou falar com Pai Cipriano. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

parênteses, de grande valia, tendo em vista um melhor entendimento acerca desse processo de elaboração memorialística. Faz pouco mais de cinco anos que desenvolvemos pesquisas com história oral no contexto de religiões afro-brasileiras. Obviamente toda pesquisa calcada nessa metodologia demanda um aporte bibliográfico muito grande acerca do tema pesquisado. Desde o princípio notamos uma antinomia significativa entre o posicionamento apresentado nos livros e aquele defendido pelos frequentadores dos terreiros acerca da figura dos pretos-velhos. Parcela considerável da produção acadêmica acerca do tema, sobretudo até meados da década de 1980, enxergava os pretos-velhos a partir do binômio resignação/submissão²⁵. Essa visão contrapõe-se àquela que emerge, comumente, das falas dos médiuns e frequentadores de terreiros, principalmente daqueles que se declaram negros:

E até nos conselhos que eles dão assim, de encarar as coisas com mais leveza, de ter humildade, sabedoria, e saber fazer silêncio, tem sempre uma coisa da espera que é a *resistência*. *A espera da hora certa de agir*. O nego-velho pra mim tem a ver com essa energia que acolhe, que acolhe e por isso que transforma. [...] Quando eu penso numa figura assim de resistência, pra mim é o nego-velho, se for pra falar numa palavra, é resistência.²⁶

Essas distintas interpretações a respeito dos pretos-velhos me ofereceram uma pista para desenvolver a análise das estratégias que afloram nos relatos para lidar com as agruras do cativo. É extremamente arriscado resumir os cursos de ação apresentados a categorias engessadas como *revoltado* ou *resignado*, por isso optamos por trabalhar com a noção de um espectro entre esses dois polos, permitindo maior fluidez na análise de suas ações. Estas variam de acordo com o relato e mesmo no interior da narrativa de

²⁵ Ver Ortiz, 1991; MAGNANI, 1986.

²⁶ Entrevista concedida por Zilvan Lima, médium e frequentador de um terreiro em São João del-Rei, Minas Gerais, em 28 de setembro de 2016, REZENDE (2017).

um mesmo médium, demonstrando a enorme complexidade na elaboração memorialística em curso.

Conceituemos, pois, alguns termos que nos serão úteis. *Resignação* em sua acepção literal, segundo o dicionário Aurélio significa ter “paciência com os sofrimentos”. Segundo o Google seria “submeter-se sem revolta, acatar, conformar-se”. *Revolta* seria uma “manifestação (armada ou não) contra autoridade estabelecida, [...], indignação”, sendo considerada *revoltada* aquela pessoa “que se rebelou, [...] amarga, inconformada, que se sente alvo de injustiça”. Inserimos ainda outro verbete, *resiliência*, ou a “capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças”. Do original inglês *resilience*, essa palavra remete à elasticidade e se aplica na física à capacidade que alguns corpos possuem de readquirir sua forma original após serem submetidos a deformações elásticas. Por fim, *resistência* seria a “força que se opõe a outra”, associada ao verbo resistir, “não ceder, fazer frente (a ataque, acusação, etc.) [...], não sucumbir”. Transcrevemos a seguir algumas falas dos médiuns.

Nega ajudava muito os outros, nega sabia bastante folha, bastante erva pra ajuda. [...] Por isso que hoje tem muitas coisa que vai nesses homem branco [*médicos*], eles não consegue [...] descobri que é coisa dos antepassado. Coisas que só remédio de raiz cura. Quem só fica agarrado nesses home de banco [*médicos*], vai embora cedo.²⁷

E a gente era uma família. Era uma família que não era do mesmo sangue, mas era uma família. Porque família não é só quem é do mesmo sangue, os nego era muito unido. Tava sempre ali fazendo as coisa junto [...]. Lembro muito dos meus irmão. Quando falo

²⁷ Nega ajudava muto os otros, nega sabia bastante foia, bastante erva pa ajuda. [...] Por isso que hoje tem muitas coisa que vai nesses home banco, eles não consegue, não consegue como nega fala procê, num consegue descubri, que é coisa dos antepassado. Coisas que só remédio de raiz cura. Quem só fica garrado nesses home de banco, vai embora cedo. SOUZA, Valéria. Fevereiro, 2018.

irmão não é de sangue [...]. Onde tava um tava o outro, rezando, benzendo, fazendo as coisa que foi trazendo e aprendendo.²⁸

Um dia eu fui pro tronco e me deram umas trezentas chibatadas. Fiquei muitos dias doente, depois fui embora pra Aruanda [*espécie de cidade em planos superiores, onde a maior parte dos pretos-velhos relata viver após a morte*]. É porque esse nego veio foi defende uma moça, essa moça fia, era uma nega que tinha um filha e eles tomaram o filho dela pra fazer vendedor, porque já era um rapazinho que já tinha força, né filha. Aí esse nego veio não aceitou. Brigou com o capataz lá da fazenda. E então fui pra chibata.²⁹

Em todas as passagens supramencionadas salta aos olhos o enfoque dado à elaboração de uma sólida rede de solidariedade entre os escravizados. A despeito das condições absolutamente adversas descritas no tópico anterior, o desenvolvimento de correntes de sustentação social emerge nas construções memorialísticas atuais como uma das estratégias empregadas para resistir às agruras cotidianas do regime. Essa percepção nos remete diretamente às teorias de um dos mais renomados teóricos da memória, o sociólogo Maurice Halbwachs. Segundo o autor (HALBWACHS, 2002) haveria uma tendência entre os grupos sociais de evitar as lembranças que pudessem provocar uma desagregação dos indivíduos, privilegiando ressaltar eventuais elos de solidariedade que permitissem maior coesão. Salientamos que Halbwachs trabalha com a noção memorialística aplicada a grupos, não a grandes sociedades. Sendo assim, essa forma de elaboração das memórias do cativo robusteceria os laços dentro dos próprios terreiros, onde, seguindo a

²⁸ E a gente era uma famia. Era uma famia que num era do mesmo sangue, mas era uma famia. Porque famia num é só quem é do mesmo sangue, os nego era muito unido. Tava sempre ali fazendo as coisa junto [...]. Lembro muito dos meus irmão. Quando falo irmão não é de sangue [...]. Onde tava um tava o outro, rezando, benzendo, fazendo as coisa que foi trazendo e aprendendo. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

²⁹ Um dia eu fui pro tronco e me deram umas trezentas chibatadas. Fiquei muitos dias doente, depois fui embora pra Aruanda. É porque esse nego veio foi defende uma moça, essa moça fia, era uma nega que tinha um fia e eles tomaram o fio dela pra faze vendedor, porque já era um rapazinho que já tinha força, né fia. Aí esse nego veio não aceitou. Brigou com o capataz lá da fazenda. E então fui pra chibata. MELO, Rachel. Novembro, 2018.

lógica das religiões afro-brasileiras, já haveria essa noção de família bastante consolidada³⁰. Conforme posteriormente acrescentado por Gérard Namer, as memórias coletivas seriam, concomitantemente, constituídas por determinados grupos e suas definidoras (*apud* SANTOS, 2013). Passemos a outros trechos das entrevistas:

[...] O dia que o nego veio ficava no tronco, batia-se o tambor, pedindo proteção pra aquele nego e o povo chamava os espíritos protetores, né filha.³¹

O coronel não gostava da batucada, mas os nego aproveitava o dia que ele ia, dia que ele ia saí e fazia as batucada a noite inteira. Vinha muito caboclo [*espírito de índios*]. Tinha muito caboclo. Os nego fazia muito batucada. [...] Tem lembranças muito boa desses batucado. E aí os nego ficava com essa lembrança boa. Porque os outros [*espíritos*] vinha e trazia notícia boa do povo de longe. Os outros da minha terra [*parentes e amigos que teriam ficado na África*]. Vinha... E trazia notícia do sangue [...]. Do povo, né, fia. Quando era notícia boa o povo passava o tempo muito feliz, né filha. E quando era não era notícia boa, o povo fazia prece.³²

Assim que todos santos, [*que*] os dotores dessa terra sua adorava, nós adorava também. As que parecia Nossa Senhora, nós colocava outro nome porque eles não deixavam nego reza, [...] e nego rezava escondido. Era por isso que nas umbanda, usa o nome macumba, nego não fazia macumba, nego pegava e fazia rezador no meio mato. Aonde tinha umas arvore que chamava macumba. Nós levava pandero e tocava macumba lá. [...] Também juntava todo nego em reunião, nego fazia como aqui no terreiro, funcionava no meio de mato, nós fazia as orações pedindo força e

³⁰ Robert Slenes (1999), trata dessa noção de família extensa nas comunidades escravizadas. No que se refere às realidades dos terreiros ver SILVA (2015).

³¹ [...] O dia que o nego veio ficava no tronco, batia-se o tambor, pedindo proteção pra aquele nego e o povo chamava os espíritos protetores, né fia. MELO, Rachel. Novembro, 2018.

³² O coronel não gostava da batucada, mas os nego aproveitava o dia que ele ia, diazado que ele ia saí e fazia as batucada a noite intera. Vinha muito caboclo. Tinha muito caboclo. Os nego fazia muito batucada [...] Tem lembranças muito boa desses batucado. E aí os nego ficava com essa lembrança boa. Porque os otros vinha e trazia notícia boa do povo de longe. Os otros da minha terra. Vinha... E trazia notícia do sangue [...]. Do povo, né, fia. Quando era notícia boa o povo passada o tempado muito feliz, né fia. E quando era não era notícia boa, o povo fazia prece. MELO, Rachel. Novembro, 2018.

nós tomava cachaça lá no meio mato, pedindo força de nosso Pai das alturas, de Nossa Senhora...³³

Quando tava nessa terra eu usava a capa filha, mas era porque a gente era obrigado a fazer certas coisa escondida. E quando botava a capa os dono da fazenda tinha medo. E falava que eu era bruxo. [...] Tinha medo quando apanhava um e falava, vou falar com Pai Cipriano.³⁴

A religião é ponto comum como instrumento de resistência nessa elaboração memorialística. Em diversos momentos essa noção do feitiço e do batuque cumpre dupla função. A primeira constituiu-se enquanto estratégia de defesa, destinada a mitigar, amenizar o sofrimento da saudade da terra natal, dos amigos e familiares distantes; e outorgar forças e proteção para permanecer vivo. Trata-se, em última instância, de recorrer a forças superiores consoladoras e insufladoras de ânimo e energia. A segunda, a despeito de também ostentar caráter defensivo, traz consigo certa noção de potência ofensiva. A possibilidade do ataque, de que forças mágicas pudessem ser manipuladas e dirigidas contra os senhores e feitores permitiria ampliar, ainda que limitadamente, as margens de ação dos escravizados.

Voltando ao nosso diálogo entre passado e presente, notamos que a elaboração dessa memória coletiva do escravizado como agente, apto a estabelecer cursos de ação e efetuar escolhas, não

³³ Assim que todos santos, os doctores dessa terra za sua adorava, nós adorava zi também. Azi que zi parecia Nossa Senhora, nozi colocava outro zi nome porque eles não deixavam zi nego zi reza, porque zi nego tinha zi força muito zi grande nessa terra, então não deixava zi nego zi reza, ezi nego zi rezava escondido. Era por isso que nas umbanda, usa o nome zi macumba, zi nego não fazia zi macumba, azi nego zi pegava e fazia rezador no meio zi mato. Aonde tinha umas arvore que chamava zi macumba. Nós levava zi pandero e tocava azi macumba zi lá. [...]lá zi também juntava todo zi nego im reunião, azi nego zi fazia como zi aqui em terrerado funcionava zi no meio zi de mato, zi nozi fazia as orações e zi pedindo za força e nozi tomava zi marafo lá no meio zi mato, zi pedindo za força de nosso Pai das alturas, de Nossa Senhora... VICENTE, Edson. Abril, 2018.

³⁴ Quando tava nessa terra eu usava a capa fia, mas era porque a gente era obrigado a fazer certas coisa escondida. E quando botava a capa os dono da fazenda tinha medo. E falava que eu era bruxo. [Eles tinha medo?] Tinha medo. Tinha medo quando apanhava um e falava, vou falar com Pai Cipriano. MELO, Rachel. Janeiro, 2019.

obstante um ambiente de sujeição e violência, vão ao encontro do que a historiografia acerca do tema propõe, sobretudo a partir da década de 1980³⁵. Trata-se de erigir, coletivamente e nos ambientes usualmente marginalizados dos terreiros, uma barreira à noção outrora propagada de escravo-coisa e de ser despido de subjetividade.

Salientamos, ainda, uma última passagem relacionada a este tópico:

Mas esse nego nunca quis fazer, nunca quis faze família, filha. Porque esse nego veio via o sofrimento de quando uma criança nascia e era separada [*dos pais*].³⁶

Embora possua natureza absolutamente pacífica, este talvez seja um dos exemplos mais potentes de resistência explícita à instituição escravidão. Implicitamente a decisão de não reproduzir-se, estabelece-se uma estratégia de desmantelamento do regime por dentro. Em outros momentos ouvimos relatos de médiuns que se declaravam incorporados por pretas-velhas que narraram ações no sentido de oferecer chás abortivos às escravizadas grávidas, com o mesmo intuito.

Em todos os casos que mencionamos aqui, é possível constatar, após aquele primeiro momento em que se memorializa a dor, uma tomada de atitude com relação ao fato. Algumas tentativas de tratamento através de ações. Ainda que a causa inerente ao sofrimento não seja extinta (o próprio regime escravista), os exemplos aqui citados constituem-se enquanto formas de anestesiá-lo, possibilitando a convivência com essa memória. Retomando os conceitos discutidos no início deste tópico, notamos que as atitudes apresentadas nos discursos dos médiuns congregariam

³⁵ Alguns autores expoentes dessa mudança de paradigma na historiografia brasileira são: Sílvia Lara, Sidney Chalhoub, Robert Slenes, João José Reis, Flávio Gomes, Hebe Mattos, Leila Algranti, dentre outros.

³⁶ Mas esse nego nunca quis fazer, nunca quis faze famia fia. Porque esse nego veio via o sofrimento de quando um cabureco nascia e era separado. MELO, Rachel. Novembro, 2018.

praticamente todo o espectro entre revolta e resignação. Se a ação do “bruxo” Pai Cipriano dá mostras de uma indignação mais acentuada - aproximando-se da noção de revolta -, a opção pela oração com pedidos de proteção pende a certa conformação - encaminhando-se à resignação. Em todos os casos, todavia, emerge a concepção de resiliência. Em maior ou menor grau, todas as narrativas demonstram uma capacidade de encontrar brechas no regime escravista para tornar a vida menos difícil. São claras as tentativas de abrandar as dores desse trauma tão profundo. Seja por meio da aplicação de ervas, da desobediência deliberada a determinadas ordens, ou do estabelecimento de consistentes redes de solidariedade, a convivência com um contexto de violência e privações tornava-se menos penosa.

Tendo em vista que os pretos-velhos são entidades consideradas pelos frequentadores dos terreiros como aqueles escravizados que lograram sobreviver até a velhice em um contexto em que a expectativa de vida era baixíssima, não se pode negar que todos eles resistiram de alguma forma. Pelas falas dos médiuns, a construção que se faz deles não necessariamente se atrela a uma oposição explícita e violenta, caminhando muito mais no sentido de empreender uma resistência diária, próxima ao que Eduardo Silva (*in* REIS; SILVA, 1989) apresenta como o “heroísmo prosaico de cada dia” (p. 14). Para o autor “os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro polo” (p. 7). Em última instância, se a memória que se elabora deles é a de um escravizado já idoso, eles teriam resistido pelo simples fato de não sucumbir às agruras do cativeiro.

Monumentalizando as memórias

As análises das falas apresentadas até o momento nos apresentaram algumas permanências no processo de elaboração memorialística da escravidão nos terreiros umbandistas

pesquisados. “O que significa a divinização de escravos nos ritos contemporâneos em que se cultuam os pretos-velhos?” (SOUZA, 2006, p. 6). Apoiada por essa indagação, calcada na seara religiosa e no presente, Mônica Souza desenvolve longa pesquisa em que analisa a etnografia dos rituais e as representações de seus participantes em diversas religiões³⁷ - sendo a coincidência essencial entre elas o culto aos pretos-velhos. A autora parte dessa noção de *sacralização* da figura do escravizado culminando em uma análise da própria construção social da identidade brasileira. Em suas palavras, “os pretos-velhos são seres sobrenaturais dotados de uma “força” pelo fato de terem sido escravizados” (SOUZA, 2006, p. 124). Embora concordemos em termos com a pesquisadora, entendemos que há um elemento relevante que foi ignorado na pesquisa. Na nossa concepção não há a divinização do *escravizado*, mas, sim, do *escravizado idoso*. O status de sagrado é, na prática, reservado ao velho. A velhice é claramente evidenciada nas representações dos pretos-velhos, seja na postura dos médiuns (que a despeito de referenciar o sofrimento, também remete à senilidade) ou em suas falas, que apontam para uma vivência prolongada. A dimensão temporal é crucial para a construção dessa entidade divinizada.

Essa perspectiva mais ampliada acerca dos escravizados idosos nos instigou a retomar as teorias sobre memória para uma melhor compreensão desses personagens. Myrian Sepúlveda Santos menciona que:

[...] a memória tanto está presente em nós, quanto é, também, exterior a nós. Há objetos que guardam a memória e nos fazem lembrar das mais diversas maneiras. Amarramos um barbante no dedo para não esquecermos uma tarefa importante a fazer e guardamos o souvenir de viagem para guardar a lembrança de momentos felizes. A linguagem é uma forma de memória que nos antecede. Construções coletivas do presente também guardam memórias de experiências passadas. Também nesses casos, a

³⁷ A autora empreende a pesquisa com: umbanda, candomblé, barquinha, um grupo mais próximo ao kardecismo e um grupo de estudos espiritualistas.

memória que temos do passado não é una e indivisível. *A memória se cristaliza fora de nós, em lendas, monumentos e objetos que estão longe de ser reflexos de verdades históricas* (SANTOS, 2003, p. 274, grifo nosso).

Essa passagem oferece alguns indícios acerca das possibilidades de apreciação de que dispomos. É possível que elementos e situações que nos são externos condensem determinadas memórias. No nosso entendimento, esse processo de “cristalização” não implica em imutabilidade eterna; embora dificilmente aceite modificações muito bruscas ou repentinas. Haveria uma maior estabilidade no regime de construção e ressignificação dessas memórias, o que provocaria uma lentidão muito maior em eventuais transformações.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, encontramos o conceito de *monumentalização* proposta por Aleida Assmann (2011). Para formular dita concepção - à qual retornaremos em breve -, a pesquisadora desenvolveu, em conjunto com Jan Assmann, o conceito de *memória cultural* (ASSMANN, 2011; ASSMANN, 2016). Este seria resultado de uma decomposição da *memória coletiva* de Halbwachs (2006) em duas: *memória cultural* e *memória comunicativa*. A última diria respeito às memórias que um indivíduo compartilha com seus contemporâneos e estaria mais próxima à noção de Halbwachs (2006), além de consistir no objeto primordial de estudo da história oral. Conforme dito por Jan Assmann:

A memória comunicativa não é institucional; não é mantida por nenhuma instituição que vise ensinar, transmitir ou interpretar; não é cultivada por especialistas e não é convocada ou celebrada em ocasiões especiais; não é formalizada ou estabilizada por nenhuma forma de simbolização material; ela vive na interação e na comunicação cotidiana e, por essa única razão, tem uma profundidade de tempo limitada, que normalmente alcança retrospectivamente não mais que 80 anos, o período de três gerações que interagem (ASSMANN, 2016, p. 119).

Já a memória cultural é uma espécie de instituição. Retomando novamente Jan Assmann:

Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentem à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra (ASSMANN, 2016, p. 118).

A definição de memória cultural ainda contempla o entendimento de que há “símbolos externos” (monumentos, imagens, objetos, ritos, textos, etc.) que embora não sejam dotados de uma memória própria, estão carregados de memórias que foram a eles conferidos por uma pessoa ou um grupo. Esses símbolos atuam como gatilhos, estímulos a outras memórias. Em se tratando de coletividades, eles são de certa maneira institucionalizados com o intuito de serem recorporificados e, em determinado nível, preservados. Essa função estabilizadora da memória cultural poderia estar relacionada, além disso, às noções de segredo, esoterismo ou restrição da sabedoria a determinados grupos ou indivíduos. Há um “elitismo”, nas palavras de Assmann (2016), na administração desse saber. O autor, estudioso das religiões, exemplifica essa gestão através do papel desempenhado pelos *griots* africanos, xamãs, *mulás*, rabinos e sacerdotes. Todos eles cumpriram a função de “guardiões” de memória cultural. Extrapolando as fronteiras religiosas, Jan Assmann ainda aponta os trovadores, professores e artistas nesse grupo.

É fundamental e significativo pensar a memória cultural aplicada aos pretos-velhos. Eles são investidos de uma capacidade de transmissão das memórias da escravidão, que independentemente de guardar ou não semelhanças com uma possível verdade histórica, são cotidianamente construídas, interpretadas, legitimadas e, de certa maneira, preservadas no ambiente religioso.

A noção de “recorporificação” dessas memórias se assenta perfeitamente, por exemplo, ao rito em que os médiuns declaram incorporar os pretos-velhos. Nesse instante, essas pessoas, com seus respectivos objetos rituais, configuram-se enquanto símbolos de uma memória do cativo tendo como base todos os elementos que a ela foram atribuídos. Usam-se roupas brancas de tecidos mais simples, chapéu de palha no caso dos homens e lenço ou turbante no caso das mulheres, bengalas feitas com pedaços de galhos, cachimbo e pés descalços em termos de vestimenta e artefatos. Ervas variadas são separadas para benzeções, banhos e chás, bem como velas, água de mina, de rios ou de mar. Feijoada, café, broas de milho e cocadas são ofertadas de forma ritualística. Há ainda a questão dos nomes, posto que essas entidades recebem usualmente uma alcunha que congrega determinado grau de parentesco (conforme analisado anteriormente, pode variar entre pai, mãe, vó, vô, tia, dentre outros), um prenome com forte conotação cristã (Maria, João, Francisco, José...) e um indicativo de lugar que usualmente remete à África ou a fazendas do período escravista (do Congo, Moçambique, de Aruanda, do Engenho...).³⁸

Cabe ressaltar que a despeito das especificidades de cada terreiro, de cada localidade, e de cada entidade, salta aos olhos a similitude entre os pretos-velhos das cidades que pesquisamos com os de outros locais que eventualmente visitamos e com aqueles descritos em outras pesquisas³⁹. As formas de incorporação e as falas são bastante semelhantes. Há, inegavelmente, um substrato cultural comum e compartilhado que nos permite analisar os pretos-velhos à luz do conceito de memória cultural.

Retomemos, então, o conceito de *monumentalização*, anteriormente mencionado. Aleida Assmann assinala que:

³⁸ Para mais informações sobre a postura, objetos e nomes rituais ver REZENDE (2016) e REZENDE (2017).

³⁹ SOUZA (2006), DIAS (2011), HALE (1997), NUNES-PEREIRA (2006), SANTOS (1999), ALKMIN; LOPÉZ (2015).

A *monumentalização da história* são os dramas, à medida que fazem desfilarem personagens e cenas inesquecíveis diante dos olhos. Inesquecível é o que *está afetivamente carregado*. *Monumentalização* significa a *densificação e intensificação estética de acontecimentos em figuras eficazes para a recordação*. Estudiosos da literatura tendem a associar estetização com aumento de vagueza e distância; aqui, no entanto, estetização significa *sensualização de conhecimento histórico abstrato*. A atribuição de forma estética está a serviço de uma *formação concisa simpática à memória e conformadora da memória*. História, poesia e memória celebram com isso uma estreita união entre si (ASSMANN, 2011, p. 88-89, *grifo nosso*).

É quase inconcebível separar essa dimensão afetiva e estética (no sentido acima proposto) da figura dos pretos-velhos. Sua construção é historicamente didática exatamente porque oferece a essa memória áspera, dura, de um “passado sensível”⁴⁰, uma roupagem mais leve, “acessível”, mais próxima e, por que não, familiar. O contato íntimo proporcionado, por exemplo, com uma consulta e longa conversa com esses personagens conforma cotidianamente uma memória popular do cativo.

A atribuição a esses personagens de um status de monumento não implica na garantia de veracidade histórica daquilo que representam ou narram. Refere-se, obviamente, a um processo de construção memorial a partir de parâmetros do presente. Conforme apontado por Myrian Santos: “não se trata de investigar o passado através da memória, mas de procurar compreender o presente a partir das reconstruções que são feitas do passado” (SANTOS, 2003, p. 275). E essa compreensão só se torna possível através da instrumentalização oferecida pela história oral. É por meio dela que logramos acessar todo esse processo de elaboração memorialística nos terreiros.

⁴⁰ Na terminologia empregada por Hebe Mattos no prefácio de COOPER; HOLT; SCOTT, 2004 e em MATTOS, 2001.

Considerações finais

Ao optarmos pelo título *Diálogos com o passado*, nos inspiramos em uma expressão originalmente usada pelo dramaturgo alemão Heiner Müller: “diálogos com os mortos”. Ele defendia, tal como seu contemporâneo Walter Benjamin, citado em nossa epígrafe, a essencialidade da memória para que o presente fosse construído sobre alicerces justos. O desconhecimento das narrativas e vivências, sobretudo daqueles que foram submetidos a situações de violência, erigiria uma barreira à justiça social e abriria brechas à falsificação da história. Ouvir os mortos ou conversar com a passado deve ser entendido no sentido figurado, de dar crédito aos processos de elaboração memorialística que ocorrem atualmente e que trazem reminiscências de passados muitas vezes marcados pela dor e pelo sofrimento. São nessas memórias, ou, nas palavras de Müller, nesse “rastros de sangue dos antepassados” (*apud* ASSMANN, 2011, p. 358) que logramos estabelecer pontes de sentido entre o passado e o presente, aparando arestas problemáticas e ampliando a compreensão acerca da contemporaneidade.

Como o próprio nome já denota, o “diálogo” implica no estabelecimento de uma conversa, daí a essencialidade da história oral enquanto instrumento que nos possibilita erigir essa ponte entre passado e presente. Conforme mencionado por Verena Alberti, “o que aparece através da história oral é o ignorado - ou o parcialmente ignorado” (2004, p. 15)⁴¹, sendo assim, abre-se a possibilidade de se analisar, no nosso caso específico, uma versão pouco estudada da escravidão, não encontrada em registros e documentos históricos. Seguindo as pistas magistralmente oferecidas por Ecléa Bosi (1994), compreendemos que ouvir determinados grupos ou pessoas nos leva a apreender qual versão sobre o passado foi *escolhida* para ser perpetuada em *sua* história de vida. As coincidências que encontramos, por exemplo, no caso

⁴¹ Essa visão é compartilhada por Pollak (1989).

das entrevistas com os médiuns umbandistas, nos levam a dar um passo além, e captar as interpretações eleitas para serem propagadas em *suas* histórias, ou seja, uma construção coletiva sobre um passado comum.

Ainda conforme Bosi (2003), a atividade mnemônica é regida por emoções. É ela que nos permite lidar com os sentimentos que estão por trás dos episódios históricos. Ao conversar sobre o passado, não encontramos uma versão mais autêntica ou verdadeira sobre ele, mas uma narrativa que nos mostra qual a faceta desse momento importa para nós atualmente. Como pudemos perceber, a noção do trauma do cativo emerge de maneira muito intensa nas falas dos entrevistados, mas ela não impede que as narrativas de diferentes tipos de resistência também afluam. Em diversos momentos dessa nossa imersão nos terreiros, presenciamos uma comparação entre os padecimentos narrados pelos pretos-velhos (no caso os médiuns no momento em que se declaravam incorporados) e as atribuições desses frequentadores. Estes usualmente terminavam com uma percepção de que se o escravizado logrou resistir a uma realidade infinitamente mais penosa, eles também poderiam fazê-lo.

Para finalizar, cabe mencionar ainda a relevância dessa “preservação” das memórias do cativo no sentido proposto por Yan Assmann (2016) de memória cultural. Sua conservação na estrutura religiosa umbandista garante que esse passado seja cotidianamente trazido à tona e ressignificado. Esse contato diário com os declarados mortos na escravidão erige uma barreira ao seu esquecimento e nos convida a refletir sobre o que teria acontecido nesse passado e suas consequências hoje. Conforme colocado por Ibrahima Seck, diretor de pesquisa da Whitney Plantation (única fazenda escravista norte-americana transformada em museu exclusivamente voltado aos escravizados):

As pessoas precisam entender o que aconteceu [...]. Não é somente uma forma de colocar a culpa em alguém. Nós não precisamos

disso! Nós precisamos entender porque hoje nós temos tantos problemas [...]. Por que tantas pessoas nas cadeias. Por que tanta pobreza. Pessoas negras sendo alvejadas e assassinadas como em jogos. Tudo isso possui raízes na escravidão. E se você não compreender a origem desses problemas, como pode solucioná-los? (AMERICA'S, 2016, *tradução nossa*).⁴²

Posto que a realidade brasileira está alicerçada em bases semelhantes, seguimos com nossos colóquios com o passado, almejando melhor compressão do presente e construção de um amanhã mais justo, afinal, “o diálogo com os mortos não deve ser interrompido até que eles entreguem o quanto do futuro foi enterrado com eles” (MÜLLER *apud* ASSMANN, 2011, p. 189).

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALKMIN, Tânia; LÓPEZ, Laura Álvarez. Registros da escravidão: as falas de pretos-velhos e de Pai João. *Stockholm Review of Latin American Studies*: Estocolmo, nº 4, mar. 2009, p. 37-47.

AMERICA'S first museum dedicated to telling the story of slavery. *The New Yorker*, Youtube, publicado em 16 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tcUgM-NLuHo>>. Acesso em 10 abr. 2019.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: UNICAMP, 2011.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *Revista História Oral*: Rio de Janeiro, vol. 19, nº 1, 2016.

⁴² People need to understand what happened [...]. It is not just a way of putting the guilt on someone. No, we don't need that. We need to understand today why we have so many problems [...]. Why so many people are in jail. Why so much poverty. Black people been shot and killed like game. All that was rooted in slavery. And if you don't understand the source how can you solve it.

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A memória do tempo de cativo no Maranhão. *Revista Tempo*, Niterói, vol. 15, nº 29, jan. 2011.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- BROWN, Diana DeG. *Umbanda: religion and politics in urban Brazil*. Nova Iorque: Columbia University, 1994.
- BRUM, Eliane. *O olho da rua*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.
- BRUM, Eliane. Encontro com Eliane Brum. YouTube, publicado em 31 mai. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=JhjWc7UTTao>>. Acesso em: 2 jun. 2017.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 24, nº. 69, p. 7-30, mai.-ago. 2010.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão. Explorações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DIAS, Rafael de Nuzzi. *Correntes ancestrais: os pretos-velhos do Rosário*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Ribeirão Preto, 2011.

EYERMAN, Ron. Cultural trauma: emotion and narration. *The Oxford handbook of cultural sociology*, jun 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris : Les Presses universitaires de France, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALE, Lindsey Lauren. Preto velho: resistance, redemption and engendered representations of slavery in a Brazilian possession-trance religion. *American Ethnologist*, vol. 24, n° 2, mai. 1997, pp. 392-414.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Umbanda*. São Paulo: Ática, 1986.

MALANDRINO, Brígida Carla. “*Há sempre confiança de se estar ligado a alguém*”: dimensões utópicas das expressões da religiosidade *bantú* no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *Iberoamericana*, vol. 11, n° 42, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. Petrópolis: Vozes, 2013.

NUNES-PEREIRA, Sérgio Henrique. *É meu avô, ora!* Um estudo sobre pretos-velhos no imaginário social brasileiro. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Rio de Janeiro, 2006.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- REZENDE, Lívia Lima. *Força africana, força divina: a memória da escravidão recriada na figura umbandista dos pretos-velhos*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de Pós-graduação em História. São João del-Rei, 2017.
- REZENDE, Lívia Lima. *Força africana, força divina: trânsitos entre África e Brasil através da figura umbandista dos pretos-velhos*. *Mosaico*: Rio de Janeiro, v. 7, nº 10, 2016.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. *Preto velho: as várias faces de um personagem religioso*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História e memória: o caso do Ferrugem. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v. 23, nº 46, p. 271-295, 2003.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. *Revista USP*: São Paulo, nº 98, p. 51-68, jun-jul-ago 2013.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Mônica Dias de. *Pretos-velhos: oráculos, crença e magia entre os cariocas*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente de Felisberta*: consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2013.

Fontes orais

LIMA, Zilvan, 2016. [27 anos] Entrevistador: LÍVIA LIMA REZENDE. São João del-Rei, MG. 28 de setembro de 2016.

MELO, Rachel. Novembro, 2018. [55 anos] Entrevistador: LÍVIA LIMA REZENDE. São João del-Rei, MG. 2 de novembro de 2018.

MELO, Rachel. Janeiro, 2019. [55 anos] Entrevistador: LÍVIA LIMA REZENDE. São João del-Rei, MG. 14 de janeiro de 2019.

MELO, Rachel. Janeiro, 2019. [55 anos] Entrevistador: LÍVIA LIMA REZENDE. São João del-Rei, MG. 23 de janeiro de 2019.

SOUZA, Valéria. Fevereiro, 2018. [48 anos] Entrevistador: LÍVIA LIMA REZENDE. São João del-Rei, MG. 20 de fevereiro de 2019.

VICENTE, Edson. Abril, 2018. [44 anos] Entrevistador: LÍVIA LIMA REZENDE. São João del-Rei, MG. 17 de abril de 2018.

Quendendê e as memórias sensíveis

*Roseli dos Santos*¹

Como supor que um objeto pesado, [como a memória], suspenso no ar por uma quantidade de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vácuo, onde se sustenta por si mesmo.²

Em uma tarde qualquer de primavera, assentados aos pés da cama da velha tia, escutávamos com os olhos espantados histórias de antepassados. Sem saber ao certo o que pensar, começamos a entender a dura realidade das relações humanas, em que nosso bisavô, ao longo de sua vida, havia capturado homens e mulheres que muito se assemelhavam com nossa tonalidade de pele, e a mando dos fazendeiros locais, os enforcavam em uma figueira que ainda resiste às amarguras do tempo no distrito de Ponto Chique do Martelo.

A relação harmoniosa entre História e Memória passa por debates acirrados no campo da historiografia. Segundo François Hartog, Nora, não opôs história e memória, nem as confundiu, mas propôs que uma servisse de outra. Já para Catroga, a “história-ciência” será realmente útil se radicar na história viva, tecida pela tensão entre memória, esquecimento e expectativa. Seguimos os pressupostos de Ricoeur, que reconhece a profunda dependência da memória, como matriz, o solo de um enraizamento empírico. Contudo, vale sublinhar a opinião de Enzo Traverso, sobre a influência desempenhada pela história em cima da memória, e

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz Fora. E-mail: Selixo7@hotmail.com

² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, p.56.

assim, aquela não se constitui apenas como uma matéria-prima. Para o autor, essa é a função do historiador, não evacuar a memória, mas sim, inscrevê-la em um conjunto histórico mais amplo (WEIMER, 2013, p.45).

A partir de então, começamos a indagar os personagens envolvidos e a história da região. De acordo com os relatos da saudosa tia, Ponto Chique nem sempre foi conhecido por esse nome e as famílias Lourenço da Costa e Quintiliano fazem parte de um quebra cabeça de arranjos matrimoniais e econômicos, que se juntaram para enfrentar as pressões da época e os potentados locais, moldando a comunidade que ficara conhecida como Quendendê ou Sítio dos Crioulos.

Ponto Chique do Martelo, antigo Quendendê, fora anexado à cidade de Barbacena, em 08 de novembro de 1996, por meio da Lei Municipal nº 3.365. Suas divisas geográficas são citadas na Lei nº 556, que anexa o distrito de Padre Brito, antigo arraial de São José de Ilhéus, ao Município, devido à implantação da estrada de Ferro Oeste de Minas e a construção da Estação de Ilhéus:

Art. 9º. As divisas dos atuais municípios e distritos mencionados no quadro anexo são as estabelecidas na legislação em vigor com as seguintes alterações: LXII - As divisas entre o distrito de Ibertioga e o da cidade de Barbacena, no mesmo município, são as seguintes: – do **ribeirão da Conquista** pelo valo acima até a porteira da Cruz no alto da fazenda das Três Pontas – daqui seguindo a estrada que vai para o povoado Ilhéus até a porteira que entra para o **sítio dos Candendê ou Crioulos**, daí seguindo o valo que margeia a estrada de comércio com direção à estação de Ilhéus até a porteira que entra para o pasto da Cruz das Almas, daqui seguindo o valo a esquerda até a porteira do Capim da fazenda do Gouvea, por este abaixo até o Brejo, por este até o córrego do Corvo, por este abaixo até o córrego que vem do pasto da Rainha, por este até o valo do pasto do Lopes, por este acima até a porteira do mesmo pasto, por este, à direita, até a porteira do Capão das Pimentas, seguindo o valo até o córrego das Bicas, deste à esquerda pelos valos até a porteira do pasto do Silvério e por este valo até o **rio Elvas**. – Nestas divisas fica o território da estação de Ilhéus, da

Estrada de Ferro Oeste de Minas, pertencendo ao distrito de Barbacena – e os terrenos compreendidos por esta divisa são resultantes do distrito de Ilhéus, suprimido por esta lei.³

No IBGE de 2010, o Distrito do Ponto Chique em sua situação urbana, tem como ponto inicial e final, a Estrada de Barbacena para Ibertioga, denominada rodovia MG 388. De acordo com o Inventário da Fundação da Cultura de Barbacena (FUNDAC), destaca que sua população seria composta por um total de 477 pessoas, sendo 186 na zona urbana e 291 na zona rural. ⁴ Os habitantes da zona rural, atualmente, trabalham nas fazendas vizinhas de antigos coronéis ou de descendentes de imigrantes italianos, desembarcados na região ao longo o século XIX e XX, com plantações de milho, abóbora e retirada de leite, produtos esses destinados ao Ceasa e comércios locais. /

Memórias sobre um quilombo

Ao visitar o antigo Quendendê, constatamos a simplicidade dos moradores, a partir de suas construções, fato que não diminui o aconchego do interior, com a mesclagem de mobílias antigas e modernas, os fogões à lenha na cozinha, os retratos familiares “desbotados” enfeitando as paredes e as deliciosas broas de fubá em cestos sobre a mesa.

O encontro entre o pesquisador e os moradores deste lugarejo, se deu a partir de um convite do antropólogo Angêlo Sátiro, em 2012, para participar do projeto de elaboração do dossiê de reconhecimento do Quendendê como comunidade quilombola, junto à Fundação Palmares. Foi nesse período, que tivemos a oportunidade de reviver as histórias narradas em casa e iniciar o resgate e análise da própria história.

³ Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Lei no 556/1911 de 30 de agosto de 1911, grifos da autora.

⁴ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Prefeitura Municipal de Barbacena, 2012.

O termo quilombo, seguindo as observações de Beatriz Nascimento⁵, liga direta e indiretamente, ao tempo e ao espaço. Acompanhando o raciocínio da autora, quilombo seria um espaço contínuo de ideias de resistência ao colonialismo cultural, reafirmando a herança africana e busca por um modelo brasileiro, que seja capaz de manter a identidade étnica.

A pesquisadora, que nos deixou cedo tragicamente, reiterava críticas à historiografia de sua época, a qual pouco discutia a amplitude do termo quilombo, ao considerá-lo como algo do passado, pautado em visões reducionistas.

Segundo a Beatriz,

Certas instituições características de movimentos sociais arcaicos são encontradas nestes territórios acima citados, fazendo supor uma linha de continuidade entre os sistemas sociais organizados pelos negros quilombolas e os assentamentos sociais nas favelas urbanas, assim como nas áreas de economia rural decadente com incidência de população negra e segmentos populacionais de baixa poder aquisitivo pertencentes a outras etnias. ⁶

Para Beatriz, o termo quilombo, tem origem em Angola com os povos jagas ou imbangalas. Esse grupo de guerreiros e antropófagos, matando seus filhos ainda crianças, e adotando jovens de outras tribos como guerreiros, comercializavam escravos com os portugueses. Eram possuidores de características nômades e uma formação social denominada “kilombo”, ou seja, aberta a estrangeiros, que alimentava um território de guerra, mas, ao mesmo tempo, sagrado, onde ocorriam as iniciações.

Será a partir desta amplitude conceitual, que o quilombo será o elo entre o passado e o presente, pautado numa perspectivas para

⁵ Para conhecer a trajetória de vida e acadêmica dessa pesquisadora negra, ler: RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006.

⁶ Idem., RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. 2006, p.57

o futuro. Não é apenas um espaço de sobrevivência e resistência cultural, mas também, de continuidade histórica.

Assim, se no Brasil setecentista, o termo quilombo, para estudiosos, era sinônimo de agrupamentos étnicos em um mesmo espaço territorial e voltado para certo tipo de economia, nos oitocentos fora visto como espaço de resistência, e, de acordo com a área geográfica, sofria repressão oficial maior, havendo inclusive, um afrouxamento da economia, diversificando seus cultivos e se transformando em um lugar acolhedor de escravos fugidos.

Foi no século XIX, que o termo quilombo se firma com princípios ideológicos de resistência à “cidadania republicana”. Esta diz inaugurar no pós-abolição, a “Era da Liberdade”, mas, contraditoriamente, inaugurou também, a “escravidão social”, baseada na diferenciação de classe e raça. Pois, enquanto no período escravista, o escravizado tinha a possibilidade de alcançar a mobilidade social como a alforria, distinguindo-o dos demais, com a “República cidadã” passaram a igualar as experiências sociais e a diferenciar as características raciais (SCHWARCZ, 2013).

Neste trajeto de busca pela formação de uma identidade nacional plural e fluída, em um país onde até hoje a cor marca o lugar social, ora por circunstâncias, ora por fatores econômicos, sociais e culturais, é que partimos para entender a história de um grupo que tivera como pano de fundo a oralidade como fator de resistência.

O distrito de Ponto Chique do Martelo, segundo pesquisa organizada por José Lázaro de Andrade da FUNDAC⁷, surgiu por volta de 1850 em uma grotta, entre fazendas e sítios. De acordo com a pesquisa, a comunidade era conhecida também como Sítio dos Crioulos. O termo Candendê, segundo o registro de Andrade, estava relacionado a um dos antigos moradores, conhecido como Antônio Lourenço, que era um negro que “(...) falava meio embolado, usava

⁷ ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA. Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena Prefeitura Municipal de Barbacena Administração 2009/2012.

algumas palavras do idioma africano e gostava de benzer utilizando um rosário no pescoço (Andrade, 2007)”.

Bem, é necessário alertar que a memória é seletiva e irá se basear naquilo que fizer sentido para o membro da comunidade. Pois algumas lembranças são mantidas mesmo depois da distância do fato ocorrido, e outras, devido ao vínculo existente no grupo. Contudo, cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e muda conforme o lugar ocupado no seio comunitário e na relação com outros do meio social (HALBWACHS, 2004, p.55).

Foi a partir da história oral de alguns moradores do quilombo, entrecruzadas com as narrativas escutadas pela autora ainda na infância, e das fontes documentais existentes no Cartório de Registro Civil de Padre Brito, que muitos personagens, citados pelas memórias, começaram a ter rosto e voz nesta jornada.

Vale uma pausa para ressaltar a importância dos arquivos privados no resgate de histórias esquecidas. Afinal, será graças à disponibilidade da oficial de justiça Sarah Feres e a conservação com os próprios recursos, de documentos que datam desde 1830, que estes nos fornecem dados que comprovam a relevância da oralidade para grupos que não estão como personagens principais em nomes de ruas, cidades e livros didáticos. Fato que possibilitou encontrar sujeitos e montar o emaranhado de grupos familiares do Quendendê.

Como afirma Ginzburg, a relação entre História, retórica e prova nos trabalhos empíricos, se deve à importância de avaliar as provas pelo historiador e a esse recordar que todo ponto de vista sobre uma realidade é seletivo e parcial. Afinal, elas são influenciadas por forças externas que as condicionam, e pela possibilidade ou não, de ter acesso a todas as documentações relacionadas à pesquisa. Para Ginzburg

(...)‘escovar a história ao contrário’, como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender ler as testemunhas às avessas, contra a intenção de quem as produziu. Só dessa maneira será

possível levar em conta tanto as relações de forças quanto aquilo que é irreduzível a elas. (GINZBURG, 2002, p. 43)

Nesta perspectiva, o cuidado com a narrativa deve ser observado. Por tempos a fio, postulou-se uma forma simplista de exame às narrativas historiográficas, sem levar em conta as pesquisas arquivísticas, filológicas e estatísticas que possibilitaram a escrita. No entanto, hoje, devemos nos ater menos ao produto literário final, e mais às fases preparatórias, que mostram uma interação recíproca dos dados empíricos com os vínculos narrativos.

Os fatos narrados neste artigo tenderam a surgir a partir da análise de fontes diversas, ligando-as à história oral, na busca de descortinar um pouco da formação e permanência do quilombo, mas nunca nos gabando de ser o conhecedor de sua totalidade. Afinal, sabemos das adversidades que serão encontradas, seja ou na inexistência de documentação que se perdeu no tempo, ou seja na memória “esfumaçada” perceptível nas entrevistas, devido à distância dessas com o tempo presente.

Antônio Lourenço (O Candendê)

Ao iniciarmos o trabalho de campo, o nome de Antônio Lourenço fora citado como o fundador da localidade pela maioria dos entrevistados do Ponto Chique. E será, a partir da montagem de sua família, que tentaremos verificar como se procedeu a formação do quilombo, que com o passar dos anos, tivera alteração no nome, sendo denominado atualmente, como Candendê, além de Ponto Chique do Martelo e Sítio dos Crioulos.

A partir das narrativas e cruzamentos com as fontes, acreditamos que os membros do “Sítio dos Crioulos”, observaram as frestas do sistema normativo em vigor, e aproveitaram as brechas advindas com a aproximação com os potentados locais, para angariar vantagens materiais e imateriais. De acordo com pesquisas orais, há indícios que antigos moradores do Candendê, no período

escravista, exerciam a função de “capão do mato” de fazendeiros locais, como Moreira Campos.

Segundo entrevista cedida por João Pedro da Silva, neto de Antônio Lourenço Candendê, fazendeiros “pagavam” a membros da comunidade para capturarem escravos rebeldes, e cita o nome de José Cirilo, parente do Candendê, como sendo o “puxador da corda” de escravos fugidos, na figueira que, hoje é o símbolo da Associação comunitária, mostrada na figura abaixo:

Figura 1



Fonte: Associação dos Trabalhadores e trabalhadoras do quilombo Candendê

Um fato que chamou a atenção, fora que por repetidas vezes, o Sr. João Pedro afirmou que, “seu avô Antônio Lourenço, nunca fora escravo!”.⁸ O que traz a reflexão de que, apesar de Antônio ter nascido em meados do século XIX, como verificado no cruzamento das certidões de casamento de seus filhos e a sua de óbito, ele não tivera relações diretas com a escravidão. Mas, seus vínculos com os potentados da família Moreira Campos, que se estenderam para o século XX, denotam ser resquícios de relações que podem ter iniciado com seus antepassados, vinculados à senzala desses potentados.

Segundo Myrian Sepulveda, a pós-memória se refere às experiências daqueles que cresceram dominados por narrativas que

⁸ Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em Outubro de 2012, em sua residência.

os antecederam, e que essas são moldadas em acontecimentos traumáticos, que não podem ser nem totalmente compreendidos, nem recriados (SANTOS, 2003, p.64), mas que suas sensações e emoções conseguem ser transmitidas. Acredito que as sensações da escravidão repassadas aos descendentes de cativos não são das melhores. Fato, que explicaria a persistência na afirmação do neto do Candendê em desvincular de seu avô as memórias do cativo.

Nas palavras do Sr. João Pedro,

As terras do atual Ponto Chique pertenciam aos meus dois avôs. Por parte de mãe, Antônio Lourenço Candendê, e por parte do pai, José Serafim, sendo estes primos. Antônio Lourenço foi “capanga” de Abel Moreira Campos. Ele, era casado com Firmina e tinha três filhos: Agenor, José Pedro e minha mãe, Aurora Firmina. (Entrevista concedida por João Pedro, neto do Candendê à autora).⁹

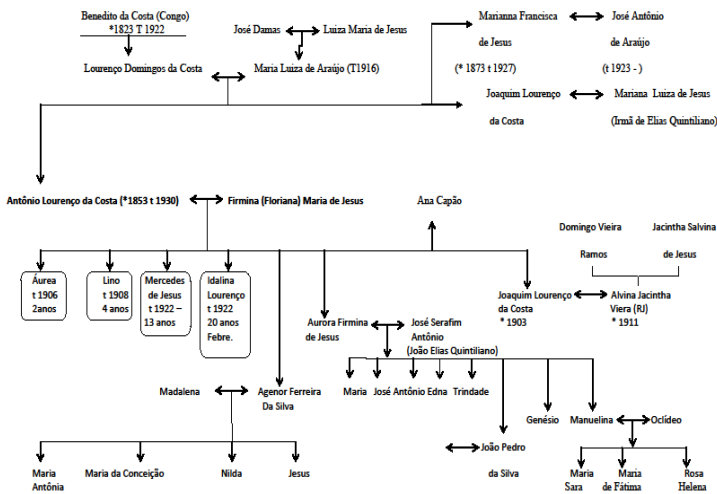
Para Halbwachs (HALBWACHS, 2004, p.55), a memória é seletiva e irá se basear naquilo que fizer sentido para o membro da comunidade. Desta forma, torna-se pertinente aos descendentes do Candendê afirmar sua posição em uma sociedade que ainda tem “a presença da escravidão” no trato, na exclusão social e nos investimentos públicos.

A partir da coleta dos dados e entrevistas, foi possível construir a árvore genealógica da família de Antônio Lourenço, o Candendê, que segue abaixo:

⁹ Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em outubro de 2012, em sua residência.

Diagrama 1

Família Lourenço da Costa

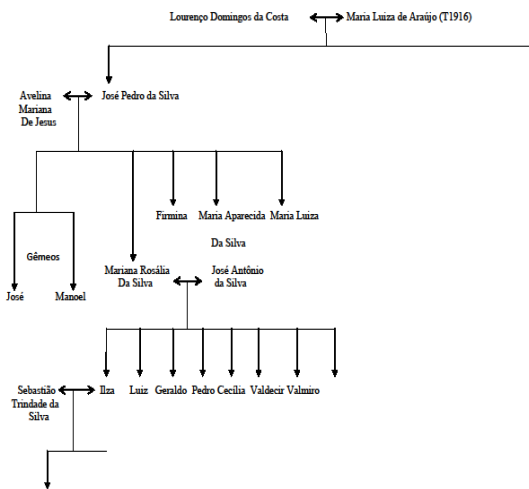


Legenda: ↔ = Casados → = filhos

Fontes: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito e História Oral.

Cont. Diagrama 1

Família Lourenço da Costa



Legenda: ↔ = Casados → = filhos

Fontes: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito e História Oral.

Ao garimpar os registros oficiais do Cartório de Registro das Pessoas Civas de Padre Brito, fora encontrado no livro n.3 de Registro de Casamento (1929 a 1967), o edital de proclamação do casamento civil de um dos filhos de Antônio Lourenço. Trata-se do casamento de José Pedro da Silva com Avelina Mariana de Jesus, proclamado em 1947. Graças a este registro e aos demais encontrados, que descobrimos o sobrenome do Sr. Candendê. Segundo as fontes, seu nome era Antônio Lourenço da Costa, já falecido na data do documento citado, tendo como esposa, Firmina Floriana de Jesus.¹⁰

É relevante observar as relações demonstradas no diagrama, os vínculos diretos e indiretos realizados pelo Candendê e os seus. Pois, para o surgimento dos “nós”, fator importante no enfrentamento a uma sociedade mantenedora de uma ideologia de embranquecimento, era necessária a formação de parentescos, seja dentro das senzalas ou não, e sob os olhares “angustiadados” de fazendeiros que viam a multiplicação de Sítios de Crioulos em sua redondeza.

Para o neto de Antônio Lourenço, o Sr. João Pedro, é muito importante ressaltar o status do avô como homem livre e uma função relevante naquela sociedade. O sentido da liberdade se mostra muito forte e presente aos membros da comunidade. Segundo Pierre Nora (NORA, 1993 pp. 07-28), a memória é vivida e a história é elaborada, o que permite à memória atualizar a história a todo instante. A partir das observações sobre territorialidade escrava feita por Hebe Mattos (MATTOS, 2006, pp.104-111), e a importância da Memória Coletiva observada por Halbwachs, podemos concluir que, o narrador acima, tenta fortalecer e completar a história de um lugarejo que quer o reconhecimento político e social na atualidade (HALBWACHS, 2004).

Apesar de Candendê ser conhecido como quilombo, esse não se define pelo tamanho e número dos membros da comunidade,

¹⁰ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro n.3, 1929 a 1967, fls. 143v e 144.

mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Teoricamente, o parentesco poderia ser definido como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria antes de tudo, conseguir aliados, seja por consanguinidade ou consecução de cônjuges.

Para Engemann, “[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. [...]” (ENGEMANN, 2005, p. 182). E o que fornece a amálgama são a existência comum de antepassados, símbolos e crenças. O espaço físico também se torna importante como sendo o continente onde estas culturas são simbolicamente divididas, representadas e repassadas, tornando o espaço um lugar sagrado de representações.

Este sentido de comunidade poderia ter vindo tanto da “paz da senzala” promulgada pelos senhores e aproveitada pelos cativos na aquisição de uma melhor condição de sobrevivência, adquirindo o direito ao matrimônio, um espaço para a formação da família e até um pedaço de terras que minimizasse sua condição precária de vida, quanto, segundo Marshall Sahlins, de uma sabedoria tribal africana. O autor diferencia a “Sociedade Tribal” da “Civilizada”, em que a primeira não possuía um Estado soberano que impõe a “paz” por meio da coerção (Leis). Já “[...] na civilizada, o indivíduo é súdito e a soberania do Estado se expressa através do monopólio da força.” (FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto, 1997, p.32).

Para o autor, as tribos viveriam sempre em estado de guerra, por direito, já que não havia uma institucionalização que pregasse o contrário. Todavia, a guerra jamais se efetivava graças à sabedoria que buscava a paz, por meio de trocas materiais que se convertiam em reciprocidade, formação de laços parentais e nas cerimônias ritualísticas.

Assim, nas grotas pertencentes ao Termo de Barbacena, surge com fortes laços parentais reais ou fictícios, na experiência escrava ou, na imposição do sistema republicano, uma comunidade cercada por sítios e fazendas, em pleno século XIX, e que se mantém neste

espaços geográficos interligados, até hoje, com valores simbólicos de resistência e continuidade.

As relações estabelecidas entre os moradores do Candendê e os fazendeiros locais, demonstram também formas diversificadas de busca pela autonomia e, até mesmo, um *status* dentro da comunidade, formando uma liderança que se projetaria para além da existência física.

Abel Carlos Moreira Campos, que aparece na foto abaixo, ao centro da imagem, tem entre seus caçadores convidados, Antônio Lourenço Candendê, no lado esquerdo. Abel Carlos Moreira Campos, era filho de José Narcísio Moreira Campos, antigo dono da fazenda da Cachoeira, sendo esse possuidor de mais de 50 escravos, em seus 100 alqueires de terras.¹¹

Figura 2 – A caçada



Fonte: Acervo da família Campos, 1920.

A foto cedida pela família Campos mostra a estreita relação entre o Coronel Abel e Antônio Lourenço. Ambos participam de uma caçada de veados na região, atividade esportiva corriqueira entre fazendeiros locais. Apesar de próximos, também traz a imagem de certa subordinação hierárquica entre os participantes da caçada. Pois, enquanto os familiares do Coronel se posicionam no centro da foto, Antônio Lourenço e seu compadre Esmael Ferreira, estão localizados nas extremidades, talvez por serem os “capangas” do

¹¹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Abel Santana Campos, neto do Coronel Abel, em 24 de agosto de 2017.

grupo. Os trajés de ambos, também nos fornecem informações sobre sua relação com os potentados locais. Afinal, se mostram à altura para um evento importante da época, como o período da caça.

É importante pôr em cena indivíduos que se ascendem em meio ao grupo, buscando desvendar suas escolhas dentro de uma racionalidade limitada, que poderia afetar a sua vida e de toda uma comunidade. As limitações impostas por uma época, mentalidade e até situações financeiras devem ser pesadas nas ações dos atores sociais. Antônio Lourenço, de uma forma ou de outra, seja pelas relações com potentados, ou pelo curandeirismo que praticava na região, alcançou algo difícil num período em que ser cidadão era ser igual, mas com delimitações claras dentro de uma sociedade excludente.

Em entrevista, as bisnetas de Antônio Lourenço, as senhoras Maria da Conceição e dona Ilza, relatam um pouco das histórias vividas, passadas de geração em geração. Segundo Dona Maria, filha do Sr. Agenor, e até pouco tempo, ainda residente na casa de pau a pique de seus pais, seu pai era alegre e se mostrava satisfeito em receber visitas. Afirma ser a única dos quatro filhos, que sempre residira na antiga casa, cujo tempo deixa marca nas ripas preenchidas por barros e nos resquícios da presença do fogão a lenha, no teto e parede, que sempre a acompanhou em seus mais de setenta anos de idade.

Foto 3 – Casa da Dona Maria da Conceição



Fonte: arquivo da autora

Dona Maria, tivera três irmãos, dos quais dois ainda estão vivos. Apenas Hilda, irmã do meio veio a falecer tempos atrás, com o “[...] aparecimento de um caroço no pescoço que subiu, junto com muita tosse e ela não aguentou [...]”¹² Jesus, único homem e o caçula, fora procurar emprego e vida melhor em São Paulo e por lá ainda permanece. Dona Maria Conceição, recebe os cuidados da irmã Maria Antônia, residente na cidade, que desde cedo fora trabalhar como doméstica. Enquanto isso, ela ficara morando com a mãe, senhora Madalena, que mesmo após a morte do pai, com os poucos recursos públicos existentes no lugar, não quisera abandonar.¹³

Foto 4- Sr. Agenor e Dona Madalena



Fonte: Arquivo da autora

O senhor Agenor, pai de nossa entrevistada, era um dos filhos de Antônio Lourenço. Além desse, o Candendê tivera Áurea e Lino, que faleceram ainda crianças, de causas naturais, no início do século XX, tendo como declarante Gabriel Antônio dos Santos, em num lugar denominado Boa Vista.¹⁴ Tempos depois, em 1920, com

¹² Entrevista de Dona Maria da Conceição, filha do Sr. Agenor, neta de Antônio Lourenço da Costa. Em 06 de outubro de 2018.

¹³ Entrevista realizada com as Senhoras Maria da Conceição e Ilza no Ponto Chique do Martelo, em seis de outubro de 2018.

¹⁴ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, n. 2, 1898 a 1925, fl. 48 e 50.

separação de meses, o Candendê perdera suas filhas Mercedes de Jesus, de morte natural e, Idalina Lourenço, causada por febre, conforme esclarecido pelo outro filho de Antônio, José Pedro da Costa.¹⁵ O local das mortes vem registrado como Lagoa. Não acreditamos ter a família de Antônio Lourenço se deslocado de uma região para outra em pouco tempo. Mas sim, que as designações da residência de sua família fossem dentro do território, denominado Quendendê ou Candendê.

Para além desses filhos citados, foram encontrados registros de mais três de Antônio e Firmina. Ana, conhecida como Ana Capão, solteira, Joaquim Lourenço, casado com Alvina, vinda do Rio de Janeiro com a família para morar no distrito de Ilhéus e Aurora Firmina, casada com José Serafim, pais do primeiro entrevistado, João Pedro da Silva.¹⁶

A relação pessoal com o povoado do Candendê torna a pesquisa ainda mais relevante, ao passo que possibilita o entendimento de uma história familiar e ajuda no resgate histórico necessário para a aquisição de recursos técnicos junto aos setores públicos. Tal fato possibilitará o fortalecimento da identidade e promoção da comunidade como ponto histórico e cultural do Município de Barbacena, e, quem sabe, angariar benefícios econômicos para seus moradores, que ali vivem à margem da história e dos interesses políticos locais.

Cientificamente, a pesquisa reforça a reflexão sobre a amplitude do termo quilombo, que no passado fora designado como apenas terras de “negros fugidos”. Reforçando a nova historiografia de que estas terras eram adquiridas de formas diversas por “homens de cor” livres, libertos e até índios, que ali buscavam reviver e ampliar sua cultura e se tornarem mais fortes para enfrentar uma sociedade escravista, patriarcal e católica.

¹⁵ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, n. 2, 1898 a 1925, fl. 179v e 183v.

¹⁶ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro n.3, 1929 a 1967, fls. 01 e 161.

Como muito bem ressalta Weimer (WEIMER, 2013, p.05), novas perspectivas históricas (Cooper, Holt e Scott, 2005) apontam para uma nova análise do pós-abolição, que muito difere das tendências reducionistas, que alegavam que os indivíduos teriam caminhos e trajetórias pré-definidas pela herança escravista. Esses estarão agora, numa arena de conflitos e problemas onde a subjetividade individual ou coletiva será testada, e assim, a família será fundamental nesse contexto, possibilitando o agenciamento do sujeito social sobre a vida em liberdade.

Seguindo o pensamento do autor, talvez um dos maiores desafios para a historiografia sobre o pós-abolicionismo seja apontar os diferentes caminhos disponíveis aos libertos e investigar em que situações e condições as pessoas os seguiram. (WEIMER, 2013, p.23).

O neto de Antônio Lourenço da Costa, o Sr. João Pedro, nos levou por um fio condutor da memória para o passado da formação da comunidade do Sítio dos Crioulos. Ele afirma que possui em seu poder a antiga escritura do local e que os primeiros donos do território chamado hoje de Ponto Chique do Martelo, foram seus avós Antônio Lourenço da Costa e Elias Quintiliano da Costa. Esses cruzaram os destinos entre si e com famílias de José Cirilo, Ismael Ferreira e Vilellas.

A memória de João Pedro diverge dos documentos escritos quanto ao nome do pai de Antônio Lourenço da Costa. Para ele, seu bisavô chamava-se Antônio Pequeno. Já nos registros cartoriais, o pai do Candendê, aparece como sendo Lourenço da Costa, casado com Maria Luiza de Araújo. Antônio Pequeno é muito citado nas entrevistas dos moradores, o que denota certa influência e presença no passado desta comunidade. Na contínua garimpagem das fontes no Cartório de Padre Brito, tivemos a chance de encontrar uma única carta de alforria, em meio a toda a documentação ali guardada. Trata-se da alforria do pardo Antônio, doada por sua senhora Anna

da Costa, em 19 de outubro de 1830¹⁷. Muitos foram os pensamentos da pesquisadora sobre a relação da carta e o sobrenome da senhora, com a história de Antônio Lourenço da Costa. Seria o alforriado, o Antônio Pequeno...

As fontes encontradas no cartório deixaram um espaço vazio de 1830 a 1898. Não se sabe ao certo o que ocorreu com a documentação deste período e por isso, até o momento não conseguimos responder a essa indagação.

Contudo, o Antônio citado na carta de alforria, vem de encontro com o que a historiografia demonstra nas relações escravistas, em que a liberdade não pode ser analisada apenas pelo viés econômico. Mas também pelos valores simbólicos, como a consanguinidade, o bom comportamento e os bons serviços prestados. Conforme alega Precioso, a alforria em testamento de homens de cor demonstra não existir um senhor padrão e nem um escravo padrão. Pois o que mais priorizou nas alforrias fora as relações entre senhores e escravos (PRECIOSO, 2012, pp.99-128). A área urbana foi mais propícia às manumissões escravas, mas a formação dos plantéis em determinadas áreas rurais e a função do cativo dentro desses, os poderiam favorecer.

Barbacena oitocentista não ficará imune ao sistema econômico baseado na mão de obra escrava vigente no Brasil Colônia e Império. O Termo de Barbacena voltado ao abastecimento interno com produtos como gordura de porco, milho e plantações de tabaco, tem na exploração da mão de obra escrava, o sustento de grandes, médios e até pequenos agropecuaristas da região.

Mas, em meio ao sistema opressor, certos escravos ultrapassam a barreira da história da escravidão e alcançam benefícios impensados a sua situação cativa. A própria formação dos plantéis escravos do Termo, com números reduzidos tendo em sua maioria 5 a 10 escravizados, ampliou a margem de autonomia

¹⁷ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro, n. 1, 1830 a 1895, s.p.

desses, como demonstram os testamentos estudados para a região, em meados do século XIX.¹⁸

Segundo estudos locais, alguns fatores ampliaram as possibilidades aos cativos de alcançarem a liberdade e até mesmo legados de valores significativos como dinheiro, fazendas e escravos. A característica dos plantéis escravistas, a situação social dos senhores, em grande parte solteiros e sem herdeiros necessários; as relações de proximidade em que as “crias da casa” eram descritas como beneficiadas no *post-mortem*; a influência do escravo nas relações sociais e econômicas da família senhorial e as transformações legislativas em prol da abolição, que perturbavam o sono dos proprietários barbacenenses, os fizeram rever suas relações escravistas. Setenta e nove senhores escravistas do Termo, dentro de um panorama de 150 possuidores de escravos, entre os anos de 1850 a 1888, legaram em testamento aos seus cativos, a tão sonhada liberdade e bens em terras, escravos, fazendas e valores monetários, que chegaram até seis contos de réis.

Seguindo o pensamento de Engemman, acreditamos que, além do Tráfico Atlântico, o Tráfico Interno pós 1850, também produzira *outsiders*. Ou seja, produziu um sentimento de pertencimento entre os estabelecidos, provavelmente os crioulos, o que poderia indicar a origem do nome Sítio dos Crioulos, e um distanciamento em relação àqueles que acabaram de chegar à região. O estranhamento, não se deve ao grupo étnico-cultural, mas, principalmente, ao tempo de adaptação dentro dessa sociedade multicultural.

Para Engemann, “[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. [...]” (ENGEMANN, 2005, p. 182). E o que fornece a amálgama são a existência comum de antepassados, símbolos e crenças. O espaço físico também se torna importante

¹⁸ Para saber mais sobre relações entre senhores e escravizados e bens testamentários de Barbacena oitocentista, ler: SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão**: distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850 a 1888). Dissertação de Mestrado, 2014.

como sendo o continente onde estas culturas são simbolicamente, divididas, representadas e repassadas, tornando o espaço um lugar sagrado de representações. Teoricamente, o parentesco poderia ser definido como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria, antes de tudo, conseguir aliados, seja por consanguinidade ou consecução de cônjuges.

Memórias sensíveis

O rompimento do silêncio sobre a opressão e o racismo velado, fez com que as “terras de pretos” entrassem na história como fator de busca pela identidade, onde posseiros e colonos na luta pela terra, ameaçada com a modernização e o progresso do século XX, se organizaram a princípio como “pretos” e depois como quilombolas, formando grupos reivindicatórios de seus direitos junto ao Estado brasileiro, e neste panorama encontra-se o quilombo Candendê.

As memórias destes grupos sociais devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos. No contexto que se desenha e, na busca por respostas às questões emergentes dentro da sociedade, o conceito de cultura ganha importância, a partir da constatação de que os fenômenos históricos não podem prescindir à análise de toda a ação social. Assim, se a cultura em comum possibilita a sociabilidade de grupos e proporciona inteligibilidade às suas relações, sua “leitura” – pelo viés da interpretação cultural – permite captar aquilo que insiste em escapar aos reducionismos estruturalistas e socioeconômicos.

É importante lembrar que a principal condição que possibilitou a manutenção dos territórios étnicos foi a perpetuação da territorialidade quilombola, formada a partir da oralidade e narrativas de seu passado. E por isso, é imprescindível adequar a aplicação do dispositivo constitucional que assegura às comunidades o direito a suas terras e ao respeito a suas memórias. A aplicação do artigo 68 dos ADCTC da Constituição de 1988, articulado com o Decreto Federal 3.5551 de 2000, que permite considerar como

patrimônio da nação, manifestações culturais imateriais, foi uma conquista que se deve às ações dos Movimentos Negros que passaram a questionar erros sobre a escravidão, descritos em livros didáticos (MATTOS, 2011, p. 147-160).

Segundo o Decreto 4887, de 2003, que regulamenta o artigo 68, a caracterização dos remanescentes dos quilombos será atestada, mediante autodefinição da comunidade, como sendo grupos étnico-raciais, por meio de suas trajetórias, a importância da territorialidade, e a presunção de ancestralidade negra ligada à resistência.

Sendo assim, a História e Memória não são sinônimas. Ao contrário, a História aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, distanciamento, registro, problematização. A História é uma operação intelectual que critica todas as formas de fontes, a partir de uma teoria, em que o que importa não é somente o consenso, mas também os conflitos existentes nos registros escritos ou orais (MOTTA, Dez. 98, pp.189-198).

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In O'Dwyer, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2002.

_____. "Terras de Preto. Terras de Santo. Terra de Índio" IN: Habette, J. e Castro, E. M. (orgs.) *Cadernos NAEA, UFPA, 1989*. e Almeida, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Terras de Preto no Maranhão: Quebrando o mito do isolamento**. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), 2002.

Arquivos da Prefeitura Municipal de Barbacena Serviço de Geoprocessamento, 2010.

Artigo 68 (ADCT - CF/ 88) - FERREIRA, R.C. O Artigo 68 do ADCT/CF-88: Identidade e Reconhecimento, Ação Afirmativa ou Direito Étnico? *Revista Habitus*, v. 08, p. 01-18, 2011.

ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (ORG.). **Tráfico, Cativo e Liberdade:** Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA. Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena Prefeitura Municipal de Barbacena Administração 2009/2012.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas.** Famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 –c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** História, retórica, Prova. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004, pp.31-32.

INFORMATIVO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DE BARROSO, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura (2000). **Os quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas in: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-54.pdfhttp, acesso em 27/04/08.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial:** Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

_____. “Comportamentos, recursos, processos: antes da ‘revolução’ do consumo.”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998, p. 212.

MALANDRINO, Brígida Carla. **“Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém”:** dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC São Paulo, 2010, p.42.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. 2005-2006, p.2.

- _____. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos:** memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Ibero-americana(Madrid), v. 42, p. 147-160, 2011.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. **Jogos de Memória:** conflitos de terra e amnésia social. Tempo. Rio de Janeiro, n.6, pp.189-198, Dez.98.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo:PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- O` DWYER, CANTARINO E. Terra de Quilombos. Rio de Janeiro: UFRJ AB1995.
- PRECIOSO, Daniel. “**Última vontade:** a alforria em testamentos de homens pardos (Vila Rica, 1755 -1831)”. Revista de história São Paulo, n.167, pp.99-128, 2012.
- RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica.** Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998
- SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto e a experiência da mimesis: agência e loucura no Brasil da Primeira República. In: Carolina Dantas et alii (org). **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**, vol. 1. Niterói: EDUFF, 2013.
- SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão:** distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850 a 1888). Dissertação de Mestrado, 2014.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. 2003. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo: Annablume.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta.** Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013.